

65

JANEIRO 2023 – ABRIL 2023

Revista da Sociedade  
Brasileira de Economia Política

[www.revistasep.org.br](http://www.revistasep.org.br)

## CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

**ALAN FREEMAN** LONDON METROPOLITAN UNIVERSITY  
**ALEJANDRO VALLE BAEZA** UNAM  
**ARTURO HUERTA** UNAM  
**FABIO PETRI** UNIVERSITÀ DI SIENA  
**FRANÇOIS CHESNAIS** UNIVERSITÉ DE PARIS XIII (*IN MEMORIAM*)  
**FRED MOSELEY** MOUNT HOLYOKE COLLEGE  
**LUCIANO VASSAPOLLO** UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"

## CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

**ALEJANDRO ARANDIA** UNISINOS  
**ANITA KON** PUC-SP  
**ANTONIO MARIA DA SILVEIRA** (*IN MEMORIAM*)  
**CESARE GIUSEPPE GALVAN** CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO  
**ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO** USP  
**FRANCISCO DE ASSIS COSTA** UFPA  
**GUIDO MANTEGA** FGV-SP  
**JOÃO ANTÔNIO DE PAULA** UFMG  
**JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA** UNICAMP  
**LEDA MARIA PAULANI** USP  
**LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO** UNICAMP  
**MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO** UNB  
**MARIO DUAYER** UFF (*IN MEMORIAM*)  
**NIEMEYER ALMEIDA FILHO** UFU  
**PAULO NAKATANI** UFES  
**PAUL SINGER** USP (*IN MEMORIAM*)  
**PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA** UFRGS  
**REINALDO CARCANHOLO** UFES (*IN MEMORIAM*)  
**ROSA MARIA MARQUES** PUC-SP  
**THEOTÔNIO DOS SANTOS** UFF (*IN MEMORIAM*)

**PAUL SINGER** (USP) **PRESIDENTE DE HONRA** (*IN MEMORIAM*)

**MARISA SILVA AMARAL** (UFU) PRESIDENTE

**JOÃO LEONARDO MEDEIROS** (UFF) VICE-PRESIDENTE

**DIRETORIA**

**Bianca Aires Imbiriba Di Maio Bonente** UFF

**Giliad de Souza Silva** UNIFESSPA

**Marco Antonio Martins da Rocha** UNICAMP

**Paulo Nakatani** UFES

**Pedro Henrique Evangelista Duarte** UFG

**Roberta Sperandio Traspadini** UNILA

**Vanessa Petrelli Corrêa** UFU

**COMITÊ EDITORIAL**

**EDITORES**

**Leda Maria Paulani** USP (editora-chefe)

**Carla Curty** UFRRJ

**Janaína Elisa Patti de Faria** UFVJM

**Jaime Ernesto Winter Hugues León** UFRJ

**ENDEREÇO PARA  
CORRESPONDÊNCIA**

**Faculdade de Economia  
Universidade Federal Fluminense  
Campus do Gragoatá - Bloco F - Sala 519  
Niterói, RJ  
CEP 24240-225  
[www.sep.org.br](http://www.sep.org.br) – [sep@sep.org.br](mailto:sep@sep.org.br)  
[www.revistasep.org.br](http://www.revistasep.org.br)**

**REVISÃO**

Airton Paschoa

**EDITORAÇÃO  
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Mayra Mello – **NK&F Arquitetos Associados 2022**  
[nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br](mailto:nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br)

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill

NÚMERO 65  
JAN 2023 – ABR 2023

# REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

7 **Apresentação**

## ARTIGOS

11 **Marx e a história mundial**

Michael R. Krätke (autor); César Mortari Barreira (tradutor)

66 **Economia, desenvolvimento e forma jurídica no marxismo ontológico de Lukács**

Bruno Peigo Romão

98 **Utilitarismo e teoria neoclássica: uma reflexão sobre a natureza ideológica da ciência econômica**

Marco Dantas da Rocha

128 **Uma teoria para o seu tempo: neoliberalismo, homem econômico e homem capital**

Henrique Pereira Braga e Lays Hesse Andrade Silva

163 **Limites lógicos das teses do capitalismo cognitivo e do tecnofeudalismo**

Ilderley Colombini

191 **Política externa e bloco no poder: a Fiesp na crise do governo Dilma e após o *impeachment***

Tatiana Berringer e Tuany Alves Nascimento

## **RESENHA**

219

### **Financialisation in emerging economies: changes in Central Banking**

Marcelo Dias Carcanholo

## APRESENTAÇÃO

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* é um espaço privilegiado para a discussão da variada gama de temas envolvidos nas incessantes voltas do parafuso da história mundial, que inegavelmente se aceleraram a partir do último quartel do século passado e, sobretudo, após a grande crise internacional de 2008/2009. Tendo a economia por foco, mas sem esquecer que se trata aqui de uma ciência social, nosso periódico, como consta de sua orientação editorial, publica artigos de tendências heterodoxas diversas, desde que mantenham atitude crítica com relação à economia capitalista e oposição teórica às correntes ortodoxas e liberais.

No presente número, alguns artigos e resenhas tratam diretamente de temáticas associadas às reviravoltas do cenário global, mas, antes que falemos deles, cabe mencionar o artigo do pesquisador alemão Michael Krätke, que publicamos nesta edição, pois seu tema é precisamente a relação de Marx com a história mundial. Antes de mais nada, gostaríamos de agradecer, na pessoa de Rolf Hecker, editor dela, à revista alemã *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung* (Neue Folge 2014/15, p. 133-177), onde o artigo foi originalmente publicado, por ter nos autorizado a traduzi-lo e reproduzi-lo neste periódico. Ressalte-se porém que a versão aqui apresentada é em certa medida inédita, pois contém várias atualizações e acréscimos efetuados pelo autor que não constam do original. Destarte gostaríamos também de agradecer vivamente a César Mortari Barreira a primorosa tradução.

O artigo de Krätke é uma preciosidade porque, além de utilizar textos sobre o tema já publicados nas coleções *Marx-Engels-Werke* (MEW) e *Marx-Engels-Gesamtausgabe 2* (Mega 2), ele investiga um conjunto inédito de quatro cadernos que fazem parte do espólio Marx-Engels no Instituto Internacional de História Social (*Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis* — IISG) em Amsterdã, os quais Marx escreveu em 1881/82, pouco antes de morrer, em 1883. Em conjunto, as observações de Krätke dão conta da obstinação com que Marx procurava conhecer a história mundial, lendo tudo que levantava sua pesquisa abrangente e minuciosa (história monetária, bancária, religiosa, da diplomacia e muitas outras mais), da Europa à Ásia, sem esquecer as Américas e os antigos impérios. Na visão de Krätke, encontram-se aí as evidências de que, para Marx (e Engels), a história é uma ciência social teórica e empírica, devendo-se abandonar a ideia de uma filosofia da história na obra do grande pensador.

O debate sobre o estatuto de uma determinada disciplina do mundo das Humanidades, que perpassa o artigo de Krätke, também consta dos artigos de Bruno Peigo Romão e de Marco Dantas da Rocha, só que tomando agora como objeto a ciência econômica. Romão vai estudar a questão da relação entre economia e direito tendo por base *Para uma Ontologia do Ser Social*, como se sabe uma das obras mais importantes do Lukács tardio. Sua análise evidencia que, para o famoso pensador marxista, a economia (e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico) tem prioridade ontológica sobre o direito, que aparece, por sua vez, como reflexo daquela.

Já Dantas vai discutir a complexa e controvertida relação da economia com a ideologia. Tendo por alvo específico a teoria neoclássica — o paradigma hoje dominante no ensino da ciência, mas que serve também de suporte para as discussões práticas fora dos muros da academia — o autor busca demonstrar sua natureza ideológica, examinando o utilitarismo que sustenta boa parte de seus princípios. Ao final do artigo, o autor levanta questões que derivam do tipo de discussão que desenvolve, por exemplo, qual a razão de se atribuir a indivíduos e empresas (e por fim também ao



Estado — teoria da escolha pública) o mesmo tipo de racionalidade? Para Dantas, essa homogeneidade leva a pensar no indivíduo como “empresário de si mesmo”, expressão, como sabemos, muito familiar nas discussões atuais sobre direitos trabalhistas e papel do Estado no âmbito das relações capital-trabalho.

E com isso chegamos aos artigos que abordam diretamente os temas associados às transformações em curso na história mundial. Henrique Braga e Lays Hesse vão tratar do próprio neoliberalismo, entendendo-o como cosmovisão, a qual se torna hegemônica por conta de combinar princípios normativos, aparatos discursivos, dispositivos de poder, orientações epistemológicas e práticas de conduta pessoal. Num diálogo informal com o texto de Dantas, e centrando sua análise na questão das orientações epistemológicas, os autores vão apontar para uma transformação que se dá *intramuros* da ciência econômica que se faz na academia, a saber, a do *homo economicus* em “homem capital” (empresário de si mesmo?), adaptando-o normativamente às exigências impostas pela etapa neoliberal.

Já Iderley Colombini retoma a teoria do valor-trabalho de Marx, sobretudo o conceito de trabalho abstrato, para debater as teses do “capitalismo cognitivo”, que a estariam colocando em xeque. O artigo é evidência indireta da importância crescente que vêm assumindo na quadra atual os temas relativos ao papel do conhecimento na produção capitalista, bem como das assim chamadas “mercadorias-conhecimento”.

Ainda no registro das transmutações contemporâneas, Marcelo Carcanholo apresenta a resenha do livro de Juan Pablo Painceira Paschoa *Financialisation in emerging economies: changes in central banking* (Nova York, Routledge, 2022). A partir de um *approach* marxista, esse autor brasileiro, que, segundo Carcanholo, combina sólida formação teórica com amplo conhecimento do funcionamento concreto dos mercados financeiros, vai estudar as configurações específicas que assume a financeirização — fenômeno mais que discutido neste início de século XXI — nas economias dependentes como a

brasileira, pondo em destaque o papel decisivo das autoridades monetárias no citado fenômeno.

O Brasil, por seu lado, é o terreno da investigação de Tatiana Berringer e Tuany Alves Nascimento. As autoras, partindo de um referencial teórico poulantziano, vão examinar os conflitos de classe e de frações de classe que acabaram por levar ao esfacelamento daquilo que alguns autores chamam de “frente neodesenvolvimentista”, constituída no início do primeiro mandato de Dilma Rousseff. O foco principal da análise é o comportamento da Fiesp, a poderosa federação de indústrias do estado de São Paulo, que embarcou com protagonismo na citada frente — destinada, em princípio, a funcionar como anteparo à predominância dos interesses financeiros — mas que a abandonou pouco tempo depois, engrossando o coro pelo *impeachment* da presidenta.

Mais uma vez o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro forneceram o decisivo apoio material para que pudesse vir a público esta edição. Ficam aqui nossos sinceros agradecimentos.

Boa leitura!

Comitê Editorial

MICHAEL R. KRÄTKE

TRADUÇÃO DE CÉSAR MORTARI BARREIRA

## MARX E A HISTÓRIA MUNDIAL

Recebido em 03/04/2023

Aprovado em 04/04/2023

# MARX E A HISTÓRIA MUNDIAL<sup>1</sup>

*Toda a história deve ser novamente estudada!*

*Friedrich Engels (1890)<sup>2</sup>*

## Resumo

Com base em escritos de Marx publicados no âmbito das coleções *Marx-Engels-Gesamtausgabe 2* (Mega 2), *Marx-Engels-Werke* (MEW), além de quatro cadernos com trechos e notas inéditos que fazem parte do espólio Marx-Engels no Instituto Internacional de História Social (IISG), em Amsterdã, dentre outras fontes, busca-se aqui refletir sobre o estatuto da história mundial em Marx. As evidências parecem indicar que é preciso abandonar a ideia de uma filosofia da história na obra do grande pensador.

**Palavras-chave:** Marx, história mundial, filosofia da história, capitalismo.

## MICHAEL R. KRÄTKE

Professor do Departamento de Sociologia da Lancaster University (UK); é especialista na obra de Marx e Engels e faz parte do Conselho da edição crítica das obras completas de Marx (Mega 2)  
E-mail: [m.kraetke@lancaster.ac.uk](mailto:m.kraetke@lancaster.ac.uk)

ORCID: <https://orcid.org/000-0002-1290-3210>

## CÉSAR MORTARI BARREIRA

Doutor em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador e diretor executivo do Instituto Norberto Bobbio.

<sup>1</sup> O presente artigo foi originalmente publicado na revista alemã *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung* (Neue Folge 2014/15, p. 133-177). Agradecemos a seu editor, Rolf Hecker, a autorização para traduzi-lo e publicá-lo neste periódico. Ressalte-se porém que a versão aqui apresentada é em certa medida inédita, pois contém várias atualizações e acréscimos efetuados pelo autor que não constam do original.

Excepcionalmente, por razões editoriais, mantivemos a configuração original do artigo, tanto em extensão quanto em notas de pé de página e referências bibliográficas.

<sup>2</sup> Engels para Conrad Schmidt, 5 de agosto de 1890. In: *Mar-Engels-Werke* (MEW) 37, p. 436

## **Abstract**

Based on Marx's writings published in the scope of the *Marx-Engels-Gesamtausgabe 2* (Mega 2), *Marx-Engels-Werke* (MEW) collections, as well as four notebooks with unpublished excerpts and notes which are part of the Marx-Engels collection at the International Institute of Social History (IISG), in Amsterdam, among other sources, an attempt is made to reflect on the status of world history in Marx. The evidence seems to indicate that it is necessary to abandon the idea that there is a philosophy of history in the work of this great thinker.

**Keywords:** Marx, world history, philosophy of history, capitalism.

## Marx e a “história conjectural”

Marx é considerado o (co)inventor da chamada “concepção materialista da história”, ainda que ele não tenha utilizado o termo “materialismo histórico”. Sem um estudo profundo da história, sem um conhecimento preciso da imensa e caótica massa de “fatos”, de documentos, de objetos encontrados de todos os tipos, de tradições, de história escrita – e assim já interpretada –, não se pode conceber algo como uma “teoria da história”, ou, mais precisamente, do “curso da história mundial”. Para as ciências sociais, toda a história da humanidade é simultaneamente objeto e material. Portanto, elas são ciências “históricas e sociais”. De forma breve e programática (e equivocada), uma frase no manuscrito fragmentado da *Ideologia alemã* diz: “conhecemos apenas uma ciência, a ciência da história”<sup>3</sup>. Ainda assim, ambos os autores “nunca se afastaram ... em substância”<sup>4</sup> desta posição inicial.

Para Marx e Engels, história significa ciência social – empírica e teórica –, não filosofia. Assim, eles rompem com qualquer filosofia da história. Sua própria concepção é o resultado de estudos históricos e deve servir como um “guia” para estudos posteriores. É nesse sentido que Marx (e Engels) apresenta sua nova concepção da história, em 1859, no prefácio de *Para a crítica da economia política*<sup>5</sup>. Um guia não é uma filosofia da história. Trata-se – nem mais, nem menos – de um conjunto de hipóteses, suposições bem fundamentadas sobre as relações causais entre “fatos” observáveis, mensuráveis e comparáveis, com uma forte ênfase em grandes mudanças, em processos de formação (um termo hegeliano)<sup>6</sup> e de transformação das sociedades humanas.

---

<sup>3</sup> MEW 3, p. 18. Esta é uma variante textual.

<sup>4</sup> Alfred Schmidt: *Geschichte und Struktur. Fragen einer marxistischen Historik*, München 1971, p. 36. Ver também Max Raphael: *Zur Erkenntnistheorie der konkreten Dialektik*, Paris 1934, p. 11.

<sup>5</sup> MEW 13, p. 8.

<sup>6</sup> Nas *Linhas Fundamentais da Filosofia de Direito*, Hegel fala de formação no sentido de apropriação através do trabalho, formação do solo ou do produto da natureza, compreendidos como fundamento da posse e da propriedade privada (conforme § 54, § 56, §196, § 203, § 204).

Os guias, no entanto, devem ser revisados de tempos em tempos para que mantenham seu valor de uso. Foi exatamente isso que Marx, junto com Engels, fez repetidas vezes. Seus extensos estudos históricos, retomados e continuados durante toda uma vida de pesquisa, são o fundamento real – muitas vezes negado ou suprimido – de toda sua teoria político-econômica. Uma vez que – após a publicação do primeiro volume de *O capital* – ele continuou, até o final de sua vida, a lutar contra os problemas não resolvidos de sua crítica da economia política, problemas que de forma alguma diziam respeito apenas à “forma de apresentação”, foi correto e coerente retomar os estudos históricos.

A compreensão de Marx e Engels da história como ciência social é influenciada pela tradição da “história conjectural” do Iluminismo francês (inicial) e pela tradição da “história teórica ou conjuntural” do Iluminismo escocês. Ambas as tradições foram dirigidas explícita e implicitamente contra uma historiografia puramente narrativa. Seus protagonistas queriam explicar a história de forma causal, analisar seu curso – ou seja, dissecá-la em momentos, períodos ou épocas particulares –, entender a sequência de épocas históricas como desenvolvimentos e, assim, compreender o nexo dos acontecimentos a partir do contexto das respectivas instituições dominantes. Como os pensadores do Iluminismo francês e escocês, Marx e Engels sustentam a possibilidade de uma teoria da história: a história mundial possui um significado e uma direção reconhecíveis<sup>7</sup>.

Nos manuscritos de 1857/58 (conhecidos como *Grundrisse*), a advertência contra os saltos histórico-filosóficos é expressa várias vezes. Inequivocadamente, Marx se volta contra as falsas generalidades que sempre foram populares entre filósofos (históricos) e historiadores amadores: nelas, todas as diferenças históricas são apagadas ou jogadas fora, ao passo que momentos falsamente abstratos são isolados, “com os quais nenhuma etapa histórica

---

<sup>7</sup> Cf. sobre a “história conjectural”: Phyllis K. Leffler: The “Histoire Raisonnée” 1660–1720. A Pre-Enlightenment Genre. In: *Journal of the History of Ideas*, Vol. 37, No 2 (1976), p. 219–240). Sobre a “história teórica e conjuntural”, ver: H. M. Hopfl: From Savage to Scotsman. Conjectural History in the Scottish Enlightenment. In: *Journal of British Studies*, Vol. 17, No 2 (1978), p. 19–40.

real de produção é e pode ser compreendida”. Daí a popularidade dessas abordagens enquanto “lugar-comum fantasioso”, forma irrisória com a qual Marx se dirigiu aos filósofos sociais de seu tempo que escreviam ao acaso<sup>8</sup>.

Entretanto, a nova concepção da história continua sendo uma “grande teoria” que transcende o “alcance médio”. Ela deve cobrir todo o curso da história mundial, desde o início até o presente da “história contemporânea”, fornecendo uma chave útil para explicar até mesmo os mais intrincados eventos históricos. Essa “grande” teoria ainda não é uma historiografia que deve provar seu valor de uso. Marx escreveu pouco que possa ser lido como história no sentido contemporâneo: dois trabalhos fulminantes, cada um sobre uma “peça da história contemporânea” francesa – *As lutas de classe na França e O 18 de brumário de Luís Bonaparte*; muitos artigos de jornais sobre eventos políticos, nos quais ele tomou a liberdade de entrar na pré-história e, portanto, apresentou esboços históricos mais detalhados – a série de artigos sobre a Espanha revolucionária é um bom exemplo disso; além do estudo histórico (também uma série de artigos) sobre a História secreta da diplomacia do século XVIII.

O que ele ainda tinha a dizer sobre o curso da história política e econômica está contido nos manuscritos e trabalhos preparatórios para sua *crítica da economia política*, incluindo as partes de *O capital* publicadas durante sua vida. Neste, com todos os seus pontos fortes e fracos, Marx lida com apenas uma época – embora de importância crucial – e modo de produção histórico, o capitalismo moderno. Mas a pretensão explicativa de sua teoria da história vai muito além: ela também deveria ser capaz de iluminar a sucessão de “épocas progressivas da formação econômica da sociedade”, ou seja, “em linhas gerais”, os modos de produção “asiático, antigo, feudal e burguês”, tal como Marx os denomina no prefácio de *Para a crítica da economia política*, em 1859<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Veja seu esboço da introdução (publicado apenas postumamente) aos *Manuscritos Econômicos de 1857/58* (MEW 13, p. 618, 620 e 616; *Marx-Engels-Gesamtausgabe 2 - Mega 2 II/1.1*, p. 24, 26 e 22).

<sup>9</sup> MEW 13, p. 9. E por que não as “épocas regressivas” ou as épocas de estagnação? Marx obviamente ainda está seguindo o exemplo dos pensadores do Iluminismo escocês e sua teoria dos quatro estágios, na qual o “progresso” da humanidade foi do estágio inicial dos caçadores-coletores à “sociedade comercial” do presente (Escócia no século XVIII).



Para desagrado dos representantes da “nova leitura de Marx”, os três volumes de *O capital* e todos os manuscritos e trabalhos preparatórios estão cheios de história. Não apenas no 24.º capítulo do primeiro volume – sobre a assim chamada *acumulação originária* – mas em todos os lugares, desde a primeira até a última seção ou capítulo. No entanto, se a crítica de Marx à economia política não é um tratado histórico-filosófico, ela também não é um tratado histórico-econômico. *O capital* é um livro profundamente histórico sobre um assunto histórico, uma investigação não apenas das “leis do movimento”, mas também e sobretudo das “leis de desenvolvimento” do modo de produção capitalista. Ou seja: nem a história do capitalismo nem sua pré-história são tratadas aqui, mas ambas estão sempre presentes na apresentação de Marx. O que temos diante de nós não é nem um estudo do capitalismo industrial na Inglaterra vitoriana no auge do Império Britânico – por volta de 1860 –, nem a apresentação de um capitalismo construído idealmente, de “forma pura”.

Marx utilizou ocasionalmente (no final de seu primeiro rascunho do terceiro volume de *O capital*, escrito em 1864/65) a metáfora da “médica ideal”, emprestada da geologia, enquanto forma de expressão destinada a um tipo especial de apresentação dos estratos geológicos. Nela, as camadas que podem ser encontradas empiricamente na crosta terrestre são colocadas em uma ordem “ideal”, de modo que elas simplificam esquematicamente tanto a sequência como a duração das sucessivas idades da Terra (com base na espessura das camadas “ideais”). Com isso é ilustrada uma teoria geológica sobre o curso da história da Terra, seus principais períodos e a importância destes<sup>10</sup>. Se levarmos este discurso a sério – tão a sério quanto alguns representantes da “nova leitura de Marx” que, no entanto, parecem não conhecer seu significado –, então só podemos concluir que Marx tinha algo

---

<sup>10</sup> Cf. MEW 25, p. 839. Marx realizou estudos geológicos minuciosos desde 1851 e, portanto, sabia muito bem o que era uma “médica geológica” (ou perfil dos estratos). Os manuais e livros didáticos da época falam frequentemente de “médicas ideais” (ou seja, perfis de estratos construídos para fins de demonstração) (cf., por exemplo, *Anleitung zum naturwissenschaftlichen Beobachten für Gebildete aller Stände, I. Geologie*, de Henry Thomas de la Beche, Berlin 1836, p. 3 etc.). É bem conhecido e documentado que Marx sabia muito sobre as ciências naturais de seu tempo e tomou emprestado delas ensinamentos metodológicos e terminológicos.

semelhante em mente: incorporar a história do capitalismo como uma sequência de períodos idealizados (concebidos como tipos ideais) na apresentação de suas categorias básicas e, assim, mostrar que as relações designadas por estas categorias têm uma história – elas mudam seu significado e peso – e, por isso, possuem uma posição relativa. O dinheiro não é simplesmente dinheiro, assim como as mercadorias não são e não permanecem simplesmente mercadorias. O mesmo acontece com o capital e o trabalho assalariado.

O assunto é complicado e difícil porque Marx tem a ambição simultânea de esclarecer não apenas o progresso técnico e o crescimento, não apenas a acumulação, mas também a própria dinâmica do capitalismo de “acumulação acelerada” no “ciclo industrial” (como ele batizou o novo fenômeno do ciclo comercial e do ciclo de crise), ou seja, toda a forma peculiar de movimento do capitalismo moderno<sup>11</sup>. Este é um programa extremamente ambicioso e pode-se até mesmo discutir se Marx conseguiu realizá-lo razoavelmente<sup>12</sup>. Mas uma coisa é certa: não se pode entender a teoria do valor de Marx, sua teoria do dinheiro, sua teoria do trabalho assalariado ou qualquer parte de sua economia crítica, muito menos o todo, se estas não forem compreendidas enquanto elementos necessários à explicação de um processo de desenvolvimento econômico no tempo histórico e no espaço geopolítico.

O que se encontra na seção final do primeiro volume de *O capital* – na apresentação anterior do desenvolvimento de métodos de produção especificamente

---

<sup>11</sup> Rosa Luxemburgo caracterizou adequadamente a teoria de Marx como a “teoria do desenvolvimento capitalista” (Rosa Luxemburgo: Karl Marx, em: *Gesammelte Werke*, Vol. 1.2, Berlim 1970, p. 370). Por sua vez, Joseph Schumpeter intitulou sua análise da dinâmica capitalista – publicada pela primeira vez em 1911 e inspirada em Marx – “Teoria do Desenvolvimento Econômico” (na verdade, trata-se do desenvolvimento capitalista moderno e somente sobre isso).

<sup>12</sup> A visão de que este era um programa impossível e irredimível, que a teoria marxista só poderia ser salva dividindo a análise do capitalismo – ao contrário das intenções de Marx – em uma teoria “pura” do capitalismo “ideal”, uma teoria dos “estágios” ou “períodos” do desenvolvimento capitalista e, em terceiro lugar, a história do capitalismo, ainda hoje é mantida pela escola dos marxistas japoneses, fundada por Kozō Uno em 1945. Isto não é novidade. Tugan-Baranowsky afirmou, já em 1905, que na crítica de Marx à economia política existiam elementos bastantes díspares, “uma teoria social e econômica abstrata” e, ao lado dela, o “estudo da história concreta e das tendências de desenvolvimento do capitalismo”, sendo que cada “parte do sistema tem um caráter fundamentalmente diferente” (Mikhail Tugan-Baranowsky: *Theoretical Foundations of Marxism*, Leipzig, 1905, p.VI).

capitalistas – e nas primeiras versões inacabadas das seções quatro (sobre a história do capital comercial), cinco (sobre a história do capital de crédito e juros) e seis (sobre a história da propriedade fundiária) do terceiro volume são esboços mais ou menos elaborados da história do capitalismo<sup>13</sup>. O capítulo sobre *a assim chamada acumulação originária* é, bem compreendido, um desmascaramento e uma refutação do mito da origem do capitalismo que os economistas políticos cultivavam na época (em alguns casos até hoje). Marx contrasta essa mitologia com um esboço do processo de emergência do capitalismo em alguns países da Europa Ocidental, nem mais nem menos. Para a segunda edição alemã – e mais uma vez para a edição francesa do primeiro volume –, ele o expandiu consideravelmente. Mas mesmo a versão ampliada permanece um esboço, com o qual é dada uma chave de leitura para a história do capitalismo. Ainda assim, Marx de forma alguma oferece algo como a história em si. Ao imprudentemente inserir uma seção sobre o fim do capitalismo no final deste capítulo (a famosa sétima seção sobre a tendência histórica da acumulação capitalista), ele mesmo abriu a porta para leituras políticas e histórico-filosóficas de *O capital*<sup>14</sup>.

Ainda assim, Marx contradizia claramente a leitura filosófica da história. Em novembro de 1877, ele esboçou uma refutação a uma crítica de sua teoria que havia aparecido no número de outubro do jornal político-literário russo *Otetschestwennyje Sapiski*. Ele se opôs à “tentativa de transformar meu esboço histórico da emergência do capitalismo na Europa Ocidental

---

<sup>13</sup> A peça central e mais bem trabalhada da história analítica e teoricamente orientada do capitalismo está no primeiro volume de *O capital*. Em seus capítulos 12 e 13, Marx apresenta um “esboço histórico” do desenvolvimento da indústria manufatureira e de grande escala, limitado a “grandes características gerais” (MEW 23, p. 391). Antes disso, no capítulo 8, ele esboça a história da luta de classes pela jornada padrão de trabalho, ou seja, o início da legislação de proteção à fábrica e ao trabalhador na Inglaterra (ibid., p. 258-320). Esses estudos nucleares da análise marxiana do capitalismo sempre foram um espinho para os intérpretes de um Marx filosoficamente purificado: eles são considerados “históricos” e, portanto, passagens supérfluas, meras ilustrações que só perturbam o belo curso da derivação de conceitos. Por sua vez, esta perspectiva é completamente inapropriada e até inaceitável para os marxistas-leninistas como reação à sua falsa leitura da sequência histórica em etapas (na qual primeiramente teríamos a época da mais-valia absoluta, seguida da época da produção de mais-valia relativa). Isto porque, em todo o caso, Marx teria feito uma distinção muito clara entre um “período de manufatura” e um “período de grande indústria”. A utilidade dessa periodização para uma história analítica geral do capitalismo divide opiniões.

<sup>14</sup> Cf. ibid, p. 789–791. Pode-se discutir se foi sensato incluir esta seção na apresentação.

em uma teoria histórico-filosófica do curso geral do desenvolvimento, algo que seria fatalmente prescrito para todos os povos, quaisquer que sejam as circunstâncias históricas em que eles se encontrem”. Marx defendeu o estudo preciso e comparativo dos desenvolvimentos históricos (e contemporâneos) que levam em conta “os distintos entornos sociais”. Nesse sentido, até poderiam ser encontradas explicações históricas coerentes para os fenômenos mais intrincados, mas nunca “com a chave universal de uma teoria histórico-filosófica geral cujo maior mérito é ser transistórica”<sup>15</sup>. Se esta perspectiva soa quase como uma rejeição da ideia de “guia” presente em seus escritos anteriores sobre a teoria da história, ela faz todo sentido quando a relacionamos com o estado de seu trabalho em meados dos anos 1870.

Na versão francesa do primeiro volume de *O capital*, Marx reduz cada vez mais a reivindicação de validade de sua teoria geral para os países da Europa Ocidental, pelo menos aqueles que seguem o modelo de industrialização da Inglaterra. Ao mesmo tempo, ele enfatiza a diversidade de padrões e modelos no curso do desenvolvimento capitalista. Naquele momento (1867 a 1873-75), a Inglaterra poderia ser o “local clássico” do modo de produção capitalista, mas nem sempre foi assim. Outros “países modelo” do desenvolvimento capitalista a precederam: no século XVII, no auge do capitalismo comercial, a Holanda foi “a nação capitalista modelo” ou o “país modelo de desenvolvimento econômico, como a Inglaterra é hoje”<sup>16</sup>. Uma vez que Itália, Portugal, Espanha e Flandres têm períodos tanto de esplendor – nos quais lideram o desenvolvimento capitalista – como de inequívoco declínio – no caso de Veneza, Gênova, depois Portugal e finalmente Holanda –, Marx avança na compreensão de que uma nação capitalista se limita a “financiar” as empresas capitalistas de outros estados. Tudo isso só pode ser afirmado partindo-se de alguma ideia do curso do desenvolvimento

---

<sup>15</sup> Karl Marx: [Carta aos Editores do “*Otetschestwennyje Sapiski*”]. Em MEW 19, p. 111/112. Marx nunca enviou esta réplica, que só foi publicada postumamente em 1887.

<sup>16</sup> MEW 23, p. 779, MEW 25, p. 616. Segundo Marx, na Holanda, o comércio de mercadorias, o comércio monetário, o crédito comercial, as manufaturas, o sistema colonial, os títulos do governo (ou seja, o sistema de crédito público) e todo o crédito internacional que acompanhou o comércio marítimo, foram os mais desenvolvidos.

histórico do capitalismo moderno. Daí a possibilidade de determinar seus pontos altos, “considerar cada momento no ponto de desenvolvimento de sua plena maturidade, seu classicismo”<sup>17</sup>. Mas também seria plausível ter a ousada ideia de que na história do capitalismo (como nos outros modos de produção e formas de sociedade) existe “toda uma série de tipos primários, secundários, terciários etc.”, como Marx sugere em 1877<sup>18</sup>.

A essa altura, Marx já sabia: não há apenas um, mas muitos capitalisms. Não há apenas um caminho de industrialização, mas vários. Não há uma sequência de períodos ou estágios de desenvolvimento para o capitalismo, mas muitos. Nesse sentido, pode ser útil distinguir toda uma série de tipos e subtipos do capitalismo moderno, diferentes padrões e nações modelo. Aqueles que querem escrever a história analítica do capitalismo devem fazer economia política comparativa, como Adam Smith, como James Stewart. Eles precisam do “senso histórico” altamente desenvolvido que poucos dos economistas políticos do período clássico tinham<sup>19</sup>.

Os manuscritos de Marx sobre *O capital* estão repletos de considerações metodológicas e notas marginais. Isso não chega a ser surpreendente, uma vez que, nestes textos, o autor fala para si mesmo. Mas mesmo no primeiro volume de *O capital* tais observações podem ser encontradas, finamente polidas e pontuadas. Por exemplo: Marx critica as primeiras tentativas (de Wilhelm Schulz e outros) de definir as máquinas como ferramentas compostas. Do ponto de vista econômico, esta explicação é inútil “porque lhe

---

<sup>17</sup> Foi assim que Engels se expressou em sua resenha de *Para a crítica da economia política*, de 1859 (MEW 13, p. 475), que hoje é muitas vezes menosprezada (embora Marx a tenha aprovado e, a propósito, destinado a um público não acadêmico).

<sup>18</sup> Karl Marx: [Rascunhos de uma resposta à carta de V. I. Sassulitsch]. [Primeiro rascunho]. Na versão da carta que Marx finalmente enviou, todas essas diferenciações não aparecem mais (cf. MEW 19, p. 242/243).

<sup>19</sup> Outras alusões ao curso do desenvolvimento capitalista são encontradas, não por acaso, em suas numerosas (fragmentárias, apenas parcialmente trabalhadas) interpretações da história teórica da economia política (como nas seções teórico-históricas em *Para a crítica da economia política*, nas partes teórico-históricas dos *Manuscrito econômico de 1861-1863* e nas numerosas – muitas vezes bastante longas – notas de rodapé do primeiro volume de *O capital*).

falta o elemento histórico”<sup>20</sup>. Sem traços históricos, sem o elemento histórico, nenhum conceito econômico apropriado ao seu objeto pode ser formado. Isto se aplica a toda a teoria apresentada em *O capital*. Para expressar o elemento histórico dos conceitos econômicos, não é necessária uma história econômica completa, mas os “traços analíticos principais”<sup>21</sup> da história industrial recente (e mais antiga), da história do dinheiro, da história do mercado, da história da propriedade fundiária, etc. – algo que Marx também tenta oferecer nos pontos sistematicamente corretos.

Quem quiser determinar a *differentia specifica* do capital, quem, além disso, quiser entender a *differentia specifica* do dinheiro, do crédito, do comércio, que resultam do “desenvolvimento do comércio e da ... produção baseada nele”, deve pelo menos ter uma ideia do curso deste desenvolvimento. A determinação da *differentia specifica* pode ser “tanto o desenvolvimento lógico quanto a chave para entender o histórico”, como Marx ocasionalmente observa<sup>22</sup>. Entretanto, esse “desenvolvimento lógico”, ou seja, uma definição conceitual que visa uma *differentia specifica* histórica (em relação aos modos de produção pré-capitalistas e no interior do modo de produção capitalista), pressupõe uma concepção já teórica (hipotética e analítica) do desenvolvimento histórico.

Outro exemplo: a “história mundial” aparece de forma bastante inesperada novamente no primeiro volume de *O capital*, no quarto capítulo, momento no qual Marx introduz o “trabalhador assalariado livre” como vendedor de força de trabalho no mercado de trabalho. Marx argumenta que o dinheiro só pode ser transformado em capital sob a condição de que os donos do dinheiro e os capitalistas potenciais encontrem no mercado o “trabalhador livre”, ou seja, a “mercadoria força de trabalho”. Ele continua: “e essa condição histórica compreende toda uma história

---

<sup>20</sup> MEW 23, p. 392.

<sup>21</sup> A formulação adequada vem de Friedrich Engels [resenha do primeiro volume de *O capital*, para o “Staats-Anzeiger für Württemberg”], in: MEW 16, p. 229; Mega 2 I/21, p. 41.

<sup>22</sup> Karl Marx: *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. In: MEW 42, p. 573.

mundial. O capital anuncia, portanto, desde seu surgimento, uma nova época ...”<sup>23</sup>. Nos *Manuscritos econômicos de 1857/58*, como nos manuscritos posteriores, há numerosas alusões a esta “história mundial” do surgimento do trabalho assalariado moderno. Como o dinheiro e o mercado, os trabalhadores assalariados livres estão lá para o capital – ele os encontra num mercado de trabalho rudimentar, antes que o modo de produção capitalista comece a produzir não apenas capital, mas também trabalhadores assalariados.

Isto também se aplica às outras categorias da economia política, das mais simples e abstratas às mais complexas e concretas. Todas elas trazem um traço ou muitos “traços históricos”. Categorias como mercadoria, dinheiro, troca (ou mercado), também contêm uma história mundial que se estende por milênios. É claro que esses conceitos têm um significado histórico, uma história, que suas determinações formais se alteram no curso do desenvolvimento capitalista. A mercadoria, inicialmente concebida por Marx como a “forma elementar” da riqueza da sociedade capitalista e como pressuposto elementar do capital, é claramente diferente da mercadoria tal como ela emerge do processo de produção capitalista, como “produto do capital”. Ambas são material e formalmente diferentes, algo enfatizado por Marx acima de tudo no manuscrito de 1863/64 (no final do 6.º capítulo de *Resultados do processo imediato de produção*)<sup>24</sup>.

Essa diferença mostra um passo histórico epocal: da troca de mercadorias (que inclui a “circulação desenvolvida de mercadorias” e algumas formas completamente “desenvolvidas” de produção de mercadorias), do “comércio e mercado mundial”, com o qual “a história da vida moderna do capital começa no século XVI” (como é dito, de forma “histórica”, no primeiro

---

<sup>23</sup> MEW 23, p. 177 e 184. Desta forma, Marx segue o entendimento que já havia obtido em 1858, enquanto trabalhava no primeiro rascunho de Para a crítica da economia política (manuscrito que sobreviveu apenas como um fragmento, conhecido como Urtext): “a forma dialética da apresentação só é correta se conhecer seus limites” (Mega 2 II/2, p. 91).

<sup>24</sup> Ver Mega 2 II/4.1, p. 24 e p. 33-34.

volume de *O capital*<sup>25</sup>, aos métodos de produção historicamente específicos, industrialmente desenvolvidos pela produção capitalista de mercadorias<sup>26</sup>. Vendo-se estes elementos (ou formas elementares) em conexão, como momentos de processos econômicos (processos de troca, processos de produção, processos de reprodução), então eles têm uma história que pertence à longa história do capitalismo. Mas eles também pertencem à grande história do mercado mundial (no qual os sujeitos atuantes de muitos modos de produção e troca coexistentes se encontram, às vezes pacificamente, às vezes guerreando). No entanto, Marx nunca resolveu satisfatoriamente o problema da apresentação que ele colocava para si mesmo: “forma dialética” aqui e acolá.

### **Marx estuda a história mundial**

Marx formulou sua intenção teórica uma vez mais em 1880: “abrir o caminho para o socialismo crítico e materialista, que procura tornar inteligível o desenvolvimento real e histórico da produção social”<sup>27</sup>. Ele nunca se afastou disso. Seu objetivo era e continuava sendo o de dar ao movimento socialista uma base sociocientífica sólida, e não uma filosofia política. Pouco depois, durante 1881/82, Marx escreveu quatro cadernos cheios de trechos

---

<sup>25</sup> MEW 23, p. 161. Que Engels não estava tão errado em sua leitura é afirmado pelo próprio Marx no primeiro volume de *O capital*: os produtos do trabalho tornam-se mercadorias em maior escala somente sob certas condições históricas, ou seja, quando a divisão do trabalho dentro da sociedade já se desenvolveu o suficiente e “o divórcio entre valor de uso e valor de troca, que só começa no comércio de troca imediata, já foi concluído”. No entanto, “tal estágio de desenvolvimento é ... historicamente comum às mais diversas formações sociais econômicas” (ibidem, p. 184). Ou nos *Manuscritos econômicos de 1857/58*: por um lado, a determinação do valor em sua “pureza e generalidade” tem como pressuposto uma certa “etapa histórica do modo social de produção” e “está ligada a ela, ou seja, trata-se de uma relação histórica”. “Por outro lado, momentos individuais da determinação do valor se desenvolvem em estágios iniciais do processo histórico de produção da sociedade e aparecem como seu resultado” (Karl Marx: *Economic Manuscripts 1857/1858*, in: MEW 42, p. 177).

<sup>26</sup> O mesmo se aplica à forma do valor ou à sequência das formas do valor, o brinquedo favorito dos seguidores de novas e muito recentes leituras de Marx. Ali Marx também “historiciza” tudo o que tem valor. Não é coincidência que as formas mais primitivas do valor reapareçam em Marx nos excertos etnológicos da década de 1870, notadamente ao considerar as relações de troca mais simples.

<sup>27</sup> Karl Marx: [“Misère de la philosophie”]. In: MEW 19, p. 229.



sobre o curso da história mundial<sup>28</sup>. São quatro livros de exercícios em formato A5, com uma capa de papelão marmoreado sólido e encadernação em linho preto. Engels deu os seguintes títulos aos cadernos, em etiquetas retangulares coladas:

“Excertos Cronológicos I, 96 até + 1320 aproximadamente”.

“Excertos Cronológicos II, aproximadamente 1300 até 1470”.

“Excertos Cronológicos III, aproximadamente 1470 até 1580”.

“Excertos Cronológicos IV, aproximadamente 1580 até 1648”.

Os quatro cadernos foram escritos à mão por Marx (portanto, relativamente legíveis). Os trechos e comentários ocasionais estão escritos na mistura de idiomas característica da forma de trabalho de Marx: predominantemente alemão, com inglês, latim, italiano, francês, espanhol, e até mesmo alguns trechos em russo. Os cadernos fazem parte do espólio Marx-Engels no Instituto Internacional de História Social, em Amsterdã<sup>29</sup>. A grande maioria destes trechos e notas são inéditos, mas sua publicação na seção IV da Mega 2 (volume IV/29) já está planejada. Seu conteúdo trata das obras de dois historiadores contemporâneos a Marx: *História dos povos da Itália*, de Carlo Guiseppe Guglielmo Botta, publicado em três volumes em Paris, em 1825; e *História mundial para o povo alemão*, de Friedrich Christoph Schlosser, publicado pela primeira vez em 6 volumes e, finalmente, em 18 volumes durante os anos de 1844 e 1857, em Frankfurt. O primeiro caderno contém os trechos do livro de Botta, os três seguintes os trechos da obra de Schlosser.

---

<sup>28</sup> A *Crônica de Marx*, de 1934, menciona os estudos renovados de Marx sobre a história romana no inverno de 1879/80 (ver: Karl Marx. *Crônica de sua vida em dados individuais*. Marx-Engels-Lenin-Institut, Moscou 1934, p. 375), mas não seus estudos posteriores e trechos sobre a história mundial. Hal Draper os menciona em seu *Marx-Engels Chronicle*, situando-os no período “do final de 1881 ao final de 1882” (Hal Draper: *The Marx-Engels Chronicle. A Day-by-Day Chronology of Marx e Engels' Life and Activity*, New York, 1985, p. 220).

<sup>29</sup> Ver *Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis*, Amsterdam, Marx-Engels Nachlass (doravante: IISG, MEN), B 108/B 157, B 109/B 158, B 110/B 159 e B 111/B 160.

Schlosser era professor de História na Universidade de Heidelberg desde 1817, e foi um verdadeiro sucesso entre os historiadores alemães. Ele havia iniciado sua ambiciosa tentativa de escrever um relato completo de todos os fatos históricos conhecidos – *História Mundial em uma narrativa coerente* –, em 9 volumes, publicado em Frankfurt entre 1815 e 1824. A versão em 18 volumes de sua história mundial, que foi distribuída na Alemanha num total de 27 edições até pouco antes da Primeira Guerra Mundial, foi compilada em sua maior parte por seu aluno Georg Ludwig Kriegk, a partir de trabalhos e palestras anteriores de Schlosser<sup>30</sup>. Marx, que seguiu de perto a literatura científica alemã, estava bem ciente de que estava lidando com um historiador estrela de seu tempo, um homem que defendia uma visão altamente idealista da história e não se afastava de contundentes avaliações subjetivas<sup>31</sup>.

O fato de que ele conhecia e utilizou seu trabalho antes de embarcar nos *Excertos Cronológicos* é demonstrado pelas duas breves e amigáveis menções a Schlosser em seu trabalho preparatório para o capítulo sobre a *História Crítica da Economia Nacional e do Socialismo*, de Dühring, inserido no *Anti-Dühring* de Engels. Marx respondeu aos comentários arrogantemente condescendentes de Dühring sobre David Hume, citando em suas notas “o honesto e velho Schlosser que adorava Hume”<sup>32</sup>, ou, no rascunho posterior do capítulo, que “o bom e velho Schlosser” tinha algo a dizer sobre Hume. Assim, no texto destinado a um público alemão sem formação acadêmica ou com formação acadêmica parcial, Marx só poderia escrever sobre uma personalidade conhecida, autora de um livro amplamente lido e respeitado para as camadas sedentas de formação.

---

<sup>30</sup> Ver Michael Gottlob, Friedrich Christoph Schlosser (1786–1861): Weltgeschichte für das deutsche Volk. In: Volker Reinhard (Hrsg.): Hauptwerke der Geschichtsschreibung, Stuttgart 1997, p. 574–577. A *História mundial* de Schlosser, assim como seu ainda mais bem-sucedido *História dos séculos XVIII e XIX* (1823), foram traduzidos para o francês, inglês, russo, holandês e espanhol.

<sup>31</sup> Schlosser era o típico estudioso apolítico alemão, que, no entanto, deve receber crédito por não gostar do nacionalismo que dominava na época por toda parte. Sobre a vida e o trabalho de Schlosser, ver Michael Gottlob: *Geschichtsschreibung zwischen Aufklärung und Historismus*. Johanna von Müller e Friedrich Christoph Schlosser, Frankfurt a. M. 1989.

<sup>32</sup> *Mega* 2 1/27, p. 144 e 197. No texto publicado do artigo, há apenas a menção ao “velho Schlosser” (p. 417).

Botta, por sua vez, tinha estudado medicina e atuado como médico militar. Defensor ferrenho da Revolução Francesa e, depois, bonapartista, escreveu uma *História da Guerra da Independência dos Estados Unidos* e vários trabalhos sobre a Itália. Primeiro *História da Itália de 1789 a 1814* (Paris, 1824), em cinco volumes. Logo após, *História dos povos da Itália* – que Marx leu e fichou – e, depois, *História da Itália continuada a partir de Guicciardini*, de 1534 a 1789 (Paris, 1832), em dez volumes. Vale notar que um exemplar de *História dos povos da Itália* estava na biblioteca de Marx, com numerosos apontamentos<sup>33</sup>. Segundo a lista do acervo, Marx também possuía um exemplar da *História mundial* de Schlosser<sup>34</sup>. Os volumes provavelmente foram herdados de seu amigo Wilhelm Wolff, que faleceu em 1864<sup>35</sup>.

No início da década de 1950, Wolfgang Harich compilou uma coleção de textos clássicos sobre a história alemã, incluindo Marx, Engels, Lenin e Stalin. O primeiro volume desta edição contém trechos selecionados dos excertos de Marx sobre Schlosser, principalmente do caderno IV<sup>36</sup>. Tais trechos – que compreendem um pouco menos de um sexto do total dos excertos – abordam os mais variados eventos e pessoas da história alemã do século XVI e da primeira metade do século XVII, tais como: política; lutas pelo poder; ascensão e queda de grandes e pequenos governantes; grandes e pequenas ações estatais; legislação; administração; grandes e pequenas reformas; guerras; paz;

---

<sup>33</sup> Na lista de obras recuperadas da biblioteca de Marx e Engels, o exemplar do *História dos povos da Itália* de Botta, que estava na posse de Marx, é descrito da seguinte forma: “nos dois primeiros volumes encontram-se numerosas anotações feitas à mão em alemão, inglês e francês. As notas nas margens do texto dizem respeito a datas, fatos históricos e algumas observações que complementam e avaliam o texto do livro” (*Ex libris Karl Marx und Friedrich Engels. Schicksal und Verzeichnis einer Bibliothek*. Introdução de Bruno Kaiser, catálogo e aparato científico de Inge Werchan, Berlin 1967, p. 36f). No inventário da biblioteca de Marx, compilado por Roland Daniels em 1850, não há nenhuma referência a Botta ou Schlosser. Isso ocorre porque Marx adquiriu estes livros muito mais tarde.

<sup>34</sup> Ver “Die Bibliotheken von Karl Marx und Friedrich Engels. Annotiertes Verzeichnis des ermittelten Bestandes”. In: *Mega* 2 IV/32, p. 586f. O livro *História dos povos da Itália* também aparece listado (p. 158).

<sup>35</sup> Cf. Christian Gottfried Nees von Esenbeck e Carl Georg Althusen, *Dokumentation zur Bibliothek von Wilhelm Wolff*, in: *Beiträge zur Nachmärz-Forschung, Schriften aus dem Karl-Marx-Haus* 47, Trier 1994, p. 193 e 230.

<sup>36</sup> Ver *Marx-Engels-Lenin-Stalin: Zur deutschen Geschichte. Aus Werken, Schriften, Briefen. In drei Bänden. Besorgt vom Marx-Engels-Lenin-Stalin-Institut beim ZK der SED, Band I: Von der Frühzeit bis zum 18. Jahrhundert*, Berlin, 1953.

comércio; ascensão e queda das dinastias; fundação, ascensão e queda dos Estados e impérios; diplomacia; tratados; documentos importantes; religião e, sobretudo, questões relacionadas à Igreja como poder secular, político; além de estudos sobre a Reforma e Contra-Reforma e, para usar um comentário marxiano no texto, sobre a “luta entre capital e Rei” – em suma, sobre o longo e intrincado processo de formação do Estado na Europa<sup>37</sup>.

Estes trechos são claramente estruturados e ordenados cronologicamente, embora Marx às vezes se refira a desenvolvimentos posteriores ou eventos anteriores. Há poucos comentários feitos à mão nestas seções publicadas. Por exemplo, Marx ocasionalmente corrige os erros de Schlosser. Nos casos em que há algum comentário, ele resume desenvolvimentos longos e complexos (por exemplo, sobre desenvolvimentos políticos importantes e relevantes economicamente ou sobre os pressupostos econômicos dos conflitos políticos) ou fornece mais informações sobre os eventos, colocando-os no sentido que ele [Schlosser] quis dizer.

### **Os estudos históricos de Marx – de 1843 até 1882<sup>38</sup>**

Os excertos de Schlosser são apenas os últimos de uma longa série de trabalhos e estudos preparatórios sobre o curso da história mundial que nosso autor continuou desde 1843 até os últimos anos de sua vida. Como já destacado, esses estudos – os *faute de mieux* “históricos” – estão intimamente ligados ao curso de suas reflexões econômicas. As análises sobre história (europeia e não europeia) e especificamente de história geral, história política, história jurídica, história econômica e social, história cultural, história

---

<sup>37</sup> Portanto, não é por acaso que Marx tenha visto este processo de formação do Estado em uma conexão histórica direta com o surgimento e desenvolvimento do capitalismo moderno.

<sup>38</sup> No Apêndice I de sua edição dos excertos de Marx do livro de M. M. Kovalevsky sobre a propriedade comum, Hans-Peter Harstick deu uma excelente e exaustiva descrição do campo de leitura de Marx no âmbito da historiografia. Há, também, uma lista completa dos escritos (tanto excertos como notas marginais) lidos por Marx. Cf. Hans-Peter Harstick (Ed.). Karl Marx über Formen vorkapitalistischer Produktion. Frankfurt/Nova York 1977, pp. 233-263). Portanto, só entrarei em alguns dos estudos de Marx no período mencionado, na medida em que sejam relevantes para compreender seu (renovado) estudo sobre a história mundial em 1881/82.

da tecnologia e das ciências, formam a base sobre a qual Marx constrói suas análises político-econômicas do capitalismo moderno.

Marx tinha desfrutado de boas aulas de história no ginásio em Trier. Em Bonn e Berlim ele estudou direito e ouviu numerosas palestras sobre a história jurídica romana, medieval e moderna. Como jovem jornalista, rapidamente percebeu que seu conhecimento não era suficiente para dar sequer uma palavra sobre eventos econômicos do cotidiano. Ele tentou remediar esta deficiência através de um estudo assíduo, de tal modo que, tanto no que se refere aos estudos sobre história econômica e social como no campo da economia política, Marx foi um autodidata. O mesmo não pode ser dito acerca da história jurídica. No entanto, a documentação de seus estudos universitários é bastante fragmentada, contendo apenas alguns dos excertos que ele fez durante esses anos (apesar das anotações sobre história da arte terem sobrevivido, o mesmo não pode ser dito sobre os estudos de história jurídica e outros tópicos)<sup>39</sup>.

No inverno de 1843/44 Marx começou a estudar economia política, lançando-se primeiro sobre os grandes teóricos da economia política francesa e inglesa – Say, Mill, Smith, Ricardo, MacCulloch e, por último mas não menos importante, Friedrich Engels –, os quais ele ainda não conhecia, a não ser pelas referências contidas nos escritos de Hegel ou por nome. Somente mais tarde, em setembro de 1846, ele começou a estudar e fazer anotações sobre a monumental história econômica de Gustav von Gülich – *Apresentação histórica do comércio, dos ofícios e da agricultura nos Estados comerciais mais importantes* –, publicada em cinco volumes em Jena, de 1830 a 1845. O livro de Gülich foi uma obra clássica no tempo Marx. Todas as pessoas cultas o leram e usaram, inclusive Goethe<sup>40</sup>. O assíduo estudo da história econômica,

---

<sup>39</sup> As notas sobreviventes documentando os estudos marxianos filosóficos e históricos de arte em Bonn e Berlim foram publicadas no Mega 2 volume IV/1.

<sup>40</sup> Em 16 e 17 de junho de 1830, Johann Wolfgang von Goethe observou em seu diário: “mais tarde, li o relato histórico do comércio de Gustav von Gülich, [...] elogiei Gustav von Gülich (para Meyer), *História do comércio* pp. e compartilhei muitas coisas dele” (Goethes Werke, Herausgegeben im Auftrage der Großherzogin Sophie von Sachsen, III. Abteilung, Goethes Tagebücher, 12. Band, 1829 – 1830, Weimar 1901, p. 257-258).

financeira e social, de setembro de 1846 a dezembro de 1847, sempre com o Göllich em mãos, deu a Marx uma base confiável sobre a qual ele pode continuar trabalhando<sup>41</sup>.

Antes e depois disso, ele se lançou repetidamente ao estudo da história política, primeiro, em Kreuznach e em Paris, ao estudar a história moderna francesa. Antes de abandonar o plano de escrever uma “História das Convenções”, ele estudou a fundo a história da França e de outros países europeus a partir de julho de 1843, em Kreuznach<sup>42</sup>. Assim, não foi por acaso que Marx retomou uma obra clássica que era amplamente utilizada e elogiada na época: *História dos Estados europeus*, do professor de História de Göttingen Arnold Hermann Ludwig Heeren e do geógrafo Gotha Friedrich August Ukert, publicada em vários volumes entre 1819 e 1830. A partir desta coleção, Marx estudou a *História da França*, de Alexander Schmidt, a *História da Suécia*, de Erik Geijer, a *História da Inglaterra*, de Johann Martin Lappenberg, a *História da França na Era da Revolução*, de Wilhelm Wachsmuth, e a *História dos Alemães*, de Johann Christian Pfister. Além disso, ele se dedicou a outros livros e escritos sobre a história francesa, inglesa, polonesa e alemã, até mesmo um pequeno excerto do *História da República de Veneza*, de Pierre Daru<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> Ver Mega 2 IV/6, p. 3–973. O excerto de Göllich é, até onde sei, o mais longo de todos os excertos sobreviventes sobre economia política. Marx parece tê-lo utilizado repetidas vezes mais tarde (Cf. Heinzpeter Thümmler: *Gustav von Göllich und die Erarbeitung der Göllich-Exzerpte durch Karl Marx*. In: *Marx-Engels-Jahrbuch* 7, Berlin 1984, p. 201–225).

<sup>42</sup> Estes estudos foram feitos no âmbito da planejada – mas nunca escrita – “Crítica da Política”. O que Marx tinha em mente pode ser encontrado em um breve esboço, dividido em 11 capítulos ou seções, em seu caderno de notas de 1844, o mesmo no qual ele também escreveu as teses – muito mais conhecidas – sobre Feuerbach. O tema central é, claramente, o “Estado moderno” em contraposição ao “Estado antigo”, ou seja, o Estado da sociedade burguesa que se põe contra e acima da sociedade burguesa, desde sua “gênese” na Revolução Francesa até sua “suspensão” simultânea à sociedade burguesa. A ênfase dos estudos, por sua vez, remete às instituições do Estado moderno, à análise de sua Constituição e às diferentes formas que o “Estado representativo” pode tomar (Cf. Karl Marx: *Notizbuch aus den Jahren 1844–1847*. In: *Mega* 2 IV/3, p. 11).

<sup>43</sup> Todos os chamados Cadernos de Kreuznach estão publicados na *Mega* 2 IV/2. Marx deve ter gostado da coleção editada por Heeren e Ukert, já que correspondia em grande parte aos seus interesses de pesquisa: “a partir das próprias fontes”, diz o prefácio dos editores, “deve ser apresentada a história dos governantes, bem como dos governados, sem preferência por qualquer partido, por qualquer classe. Será mostrado como se desenvolveu a Constituição, como foi formado o terceiro Estado, o que aconteceu em termos de administração e finanças, em termos de economia [...] para que se possa ver como, ao longo do tempo, cada Estado se tornou o que é [...]” (Prefácio dos editores, em: Johann Christian Pfister, *Geschichte der Deutschen. Nach den Quellen*, Vol. I, Hamburgo 1829, p. IV).

Na década de 1850, durante o exílio em Londres, Marx retomou seus estudos históricos. Nos *Cadernos de Londres*, escritos entre 1850 e 1853, os trechos dos escritos dos economistas ingleses e franceses são predominantes. Mas Marx também se aprofundou nos relatos da história monetária, através do estudo de vários trabalhos antigos e alguns mais novos, principalmente a *História do dinheiro*, de Germain Garnier, publicada em 1819 e então considerada uma obra clássica, e o livro de William Jacob sobre a história dos metais preciosos, de 1831, além de outros escritos deste autor sobre a história da agricultura. Marx ainda estudou intensivamente o trabalho em quatro volumes do filólogo clássico August Böckh, *A economia pública dos atenienses*, de 1817, e duas obras – *História do dinheiro e das finanças* e *História do comércio* – do principal historiador econômico alemão da época, Johann Georg Büsch.

Além disso, ele estudou toda uma série de outros trabalhos de autores ingleses sobre a história da dívida pública inglesa e do sistema bancário inglês<sup>44</sup>. Ele também leu e fez anotações de outros livros de Heeren: o *Manual da História do Sistema Político Europeu e suas Colônias*, cuja terceira edição, publicada em Göttingen, em 1819, e *Ideias sobre Política, Conversações e Comércio dos Povos Antigos*, do qual Marx fichou apenas a primeira parte sobre os povos asiáticos<sup>45</sup>. Ao mesmo tempo, Marx se dedicou a uma série de obras em inglês sobre a história colonial. Após descobrir, em 1851, o historiador de Bonn Karl Dietrich Hüllmann, ele leu e fichou *Cidades da Idade Média* (4 volumes, 1826-29), *História da Origem dos Estamentos na Alemanha* (3 volumes, 1806-08), *História da origem do principado alemão* (1842) e, por fim, *História financeira alemã na Idade Média* (1805)<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> Esses excertos estão publicados na Mega 2 IV/7.

<sup>45</sup> Ver Mega 2 IV/9, p. 502-515, 365-371 e 454-460 O interesse de Marx em Heeren é fácil de entender, pois o professor de Göttingen foi um dos primeiros a ligar sistematicamente a história política com a história econômica, financeira e técnica. Por isso mesmo, ele pode ser descrito sem receios como um pioneiro burguês da concepção econômica ou materialista da história.

<sup>46</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 60.

O ano de 1852 também foi marcado por mais excertos sobre a história geral: de Wilhelm Wachsmuth, Marx leu *História Geral da Cultura*, de 1850-1852, e *História Europeia dos Costumes*, de 1831-1839; há também um pequeno excerto do *História Geral da Cultura da Humanidade*, de 1842-1853, de Gustav Klemm; e outro excerto do terceiro volume da edição francesa do livro de Heeren *Ideias sobre Política, Conversações e Comércio dos Povos Antigos*, publicada pela primeira vez em 1793-1796<sup>47</sup>. No ano seguinte, Marx estuda a história da Índia, notadamente a partir do livro de Robert Pattons, *Os princípios das Monarquias Asiáticas*, de 1801, e retoma o livro de Wachsmuth sobre os costumes<sup>48</sup>. No mais, para sua série de artigos que abordavam os eventos que aconteciam em solo espanhol, Marx realiza amplos estudos sobre a história da Espanha<sup>49</sup>.

Entre setembro de 1853 e julho de 1854, Marx produziu quatro cadernos de excertos, nos quais tratou extensivamente da diplomacia, ou seja, da política externa ou das relações entre os Estados europeus<sup>50</sup>. Mais uma vez, Marx retoma um trabalho clássico – *Esboço de uma História Diplomática dos Tratados dos Estado Europeus e dos Tratados de Paz: desde o final do século XV até a Paz dos Amiens de 1807* –, de Georg Friedrich von Martens, professor de direito natural e direito internacional em Göttingen, fundador da moderna ciência “positiva” do direito internacional. Marx faz algumas anotações do principal trabalho de Martens – *Coletânea dos principais Tratados de Alianças, Paz, Trégua, Neutralidade*, iniciada em 1791 e continuada com inúmeros adendos –, o qual conhecia muito bem. Por sua vez, o longo excerto do Esboço trata da história das guerras e conflitos entre Estados europeus de 1477 até meados do século XVIII. Em trechos detalhados, Marx aborda particularmente bem os principais Tratados de Paz: a Paz de Vestfália, de

---

<sup>47</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 62 e 63.

<sup>48</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 63–66. Ao mesmo tempo, Marx estudou a história da Rússia, a história das nações eslavas, a história da Grécia e, especialmente, a história da Igreja Ortodoxa Grega, seguida da história da Igreja Ortodoxa Russa, além da história da Polônia e da Lituânia (cf. *ibid.*, B 67 e 68).

<sup>49</sup> Eles foram publicados na Mega 2 IV/12.

<sup>50</sup> Estes cadernos de excertos também foram publicados na Mega 2 IV/12.



1648; a Paz de Ryswijk, de 1697; a Paz de Utrecht, de 1713; a Paz de Viena, de 1738; e, finalmente, a Paz de Aachen, de 1748, que marcou o fim das guerras da sucessão austríaca.

Também são encontradas recorrentes, breves e resumidas observações sobre a “situação da Europa”, isto é, o sistema europeu de Estados em certos momentos históricos (suas considerações levam em conta o final do século XV, os anos de 1600 e 1660, indo até os anos 1700 e 1740). Marx está claramente preocupado com as linhas de desenvolvimento das grandes políticas europeias, incluindo a Rússia e o Império Otomano, além dos Estados individuais e suas mutáveis alianças<sup>51</sup>. Em um dos cadernos de notas e excertos, que Marx começou em 1854 e continuou nos anos seguintes, há pela primeira vez um excerto comparável àqueles de Schlosser, referente à *História mundial* de Gustav Struve, que apareceu entre 1853 e 1864 em 9 volumes. Os trechos são curtos – apenas seis páginas em caligrafia extremamente concisa – e cobrem o período de 1133-1806 com notas dos seus principais eventos políticos<sup>52</sup>.

No decorrer de 1856, Marx leu e redigiu pela primeira vez excertos da *História dos séculos XVIII e XIX*, de Schlosser, cuja tradução para o inglês apareceu em oito volumes entre 1843 e 1852. O excerto é relativamente curto – dez páginas manuscritas – e apresenta apenas alguns eventos principais do período descrito por Schlosser, registrados em breves palavras-chave<sup>53</sup>. No mesmo caderno há outras notas e trechos sobre a história da Inglaterra, da Rússia e dos países e povos nórdicos. Marx continuou esses estudos com outras anotações sobre a história russa, sueca, britânica, francesa e novamente inglesa, sobre a história da Áustria-Hungria e dos países da região do Danúbio<sup>54</sup>. Nos cadernos de 1857 há também uma breve nota sobre

---

<sup>51</sup> Cf. *ibid.*, p. 65-87 e 260-300. Cf. também Volker Kùlow: Marx' Exzerpte aus Georg Friedrich von Martens. "Grundriss einer diplomatischen Geschichte". Anmerkungen zum Platz der Göttinger Historikerschule im historiographischen Schaffen von Karl Marx, in: Marx-Engels-Forschungsberichte, Nr. 6, Leipzig 1990, p. 132-146.

<sup>52</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 76a. Em paralelo, ele continuou a estudar a história dos impérios nórdicos, a história dos povos eslavos e a história da Inglaterra.

<sup>53</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 78.

<sup>54</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 80 e 82.

Schlosser – Marx anotou seu julgamento sobre o papel histórico de Napoleão – e um excerto sobre a *História dos alemães*, de Johann Georg August Wirth (1842-45, em 4 volumes)<sup>55</sup>.

Em 1860-61, Marx retomou seus estudos de história inglesa, polonesa e russa. No mesmo caderno anteriormente citado há um excerto relativamente longo – 20 páginas –, escrito à mão, intitulado “Crônica da História do Estado Europeu”. Ele cobre eventos do período entre 1510 e 1856, e sua principal fonte parece ser a *História do Sistema Estatal Europeu e suas Colônias*, de Heeren (1809, sendo a 5.<sup>a</sup> edição de 1830)<sup>56</sup>. Foi somente em 1868-69, após a publicação do primeiro volume de *O capital*, que Marx retomou os estudos históricos, paralelamente aos esboços e manuscritos inacabados para os próximos volumes de *O capital*. Ele se lançou uma vez mais na história da propriedade fundiária e descobriu, junto com Engels, as obras de Georg Ludwig Konrad von Maurer – jurista e historiador do direito, tendo lecionado em Munique, tornou-se a mais importante fonte de informação para ambos ao estudar a história das relações da propriedade fundiária na Alemanha. No inverno de 1868/69, Marx começou com a *Introdução à história da constituição da fronteira, do tribunal, da aldeia, do Estado e do poder público* e continuou a trabalhar nela em seus cadernos subsequentes<sup>57</sup>.

Em 1869, Marx voltou a entrar em contato com as *Estatísticas Comparadas da Europa* (1865), de Hausner, anotando extensos trechos – mais de 60 páginas em minúscula caligrafia. Ao mesmo tempo, continuou seus estudos sobre a história da Irlanda<sup>58</sup>. Nos anos seguintes, principalmente de 1875 a 1878, ele empreendeu outro grande esforço, escrevendo vários cadernos de anotações com trechos da história russa, especialmente da história agrária. Ele também estudou três extensas obras do professor de história de Bonn Karl Dietrich Hüllmann, *História do comércio dos gregos*, de 1839, *História*

---

<sup>55</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 89.

<sup>56</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 96, p. 30-50.

<sup>57</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 111 e 112.

<sup>58</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 114, p. 55-112, e B 115.

do comércio bizantino, de 1808, e *História financeira alemã na Idade Média*, de 1805 – estes trechos preenchem um caderno inteiro<sup>59</sup>. Por sua vez, os extensos trechos da *História da constituição da fronteira na Alemanha* (1856), da *História da propriedade feudal, das fazendas e da constituição de sua ordem legal na Alemanha* (1862/1863), e da *História da constituição das aldeias na Alemanha* (1865/1866), todos de Mauer, preenchem quase completamente três cadernos<sup>60</sup>.

Imediatamente depois, Marx se lançou no estudo de outra obra: *Ensaio sobre a história da propriedade territorial na Espanha*, do jurista, publicista e político conservador Francisco de Cárdenas Espejo, publicado em dois volumes em Madri, em 1873 e 1875. O excerto de Cárdenas – escrito em uma mistura de alemão, inglês e espanhol – também é longo, compreendendo dois cadernos e meio<sup>61</sup>. Marx estava particularmente interessado na apresentação de Cárdenas das instituições do feudalismo espanhol, desenvolvidas na luta secular contra os reinos mouros, em uma longa sucessão de violentas expropriações de terras. Durante o mesmo período, ele estudou outros escritos sobre a história da constituição agrária russa, sobre o direito anglo-saxão, e voltou mais duas vezes à *História financeira alemã* de Hüllmann<sup>62</sup>. Já em 1878, ele leu e fez apontamentos do livro do jurista (e político) italiano Stefano Jacini, *A propriedade fundiária e as populações agrícolas na Lombardia*, de 1856<sup>63</sup>.

Em 1879 e 1880, Marx fez outra tentativa de aprofundar seu conhecimento sobre a história romana. Desta vez ele estudou as obras de vários autores alemães: *As revoltas dos trabalhadores não livres – 143-129 a.C.*, do economista Karl Wilhelm, publicado em Frankfurt no ano de 1874; *Apresentação da história dos costumes de Roma no período de Augusto até o final de Antonine*,

---

<sup>59</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 129.

<sup>60</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 133-135.

<sup>61</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 135, 136 e 137.

<sup>62</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 146 e 148.

<sup>63</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 153.

de Ludwig Friedländer, publicado em três volumes em Leipzig, entre 1863 e 1871; as mais longas e detalhadas anotações e excertos se referem à obra em três volumes de Ludwig Lange, *Antiguidades romanas*, cujo primeiro volume apareceu em Berlim em 1856. Finalmente, Marx leu e anotou o monumental trabalho de dois volumes de Rudolf von Jhering sobre *O espírito do direito romano nos vários estágios de seu desenvolvimento*, publicado em Leipzig entre 1852-54. Estes excertos e notas sobre a história romana são bastante extensos (46 páginas bem rabiscadas), e estão em um caderno que contém notas ainda mais extensas sobre a história da Índia, Argélia, América Central e do Sul<sup>64</sup>. Os autores que Marx leu foram, em seu tempo, historiadores ou juristas respeitáveis. Jhering, por exemplo, foi um importante representante da escola histórica do direito e um pioneiro da sociologia do direito. Sua virada jurídico-teórica em direção à perspectiva histórico-sociológica do direito, distante da jurisprudência conceitual, está exposta nos excertos inacabados de Marx.

Nos trechos retirados da *Antiguidades romanas* – de Lange – e da *História dos costumes de Roma* – de Friedländer –, Marx focalizou as mudanças na unidade familiar, no direito matrimonial e de família, além do direito de propriedade em um sentido mais amplo, no qual as relações entre indivíduos, famílias e seus clãs (famílias estendidas) – por exemplo, as tribos – também desempenham um papel. Em passagens mais longas, Marx resume a apresentação de Lange acerca do poder do *pater familias* romano sobre os membros de sua família – esposa, filhos e netos, trabalhadores livres, escravos, servos, gado, casa e terra – em outras palavras, os componentes centrais da economia doméstica romana na cidade e no campo. Isso significa que o desenvolvimento do direito de propriedade romano está direta e intimamente relacionado às mudanças no tamanho e composição dessas economias familiares urbanas e rurais. Ambas iluminam as alterações na estrutura

---

<sup>64</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 156 e 140. Além dos quatro excertos sobre a história romana aqui mencionados, o caderno contém extensos trechos sobre a história da Indonésia.

social da sociedade antiga, apontando para modificações subjacentes em suas práticas econômicas<sup>65</sup>.

### **Como Marx estudou a história mundial?**

Estes excertos e notas sobre o curso da história mundial foram escritos enquanto Marx trabalhava intermitentemente nos manuscritos dos dois últimos livros de *O capital*. No verão de 1881 ele interrompeu o trabalho no último manuscrito para o segundo livro planejado e, no verão de 1882, o mesmo ocorreu com o terceiro livro, ambos permanecendo inacabados. Por que ele se envolveu em extensos estudos da história mundial durante este período, ao invés de, como seria de se esperar, estudar a história econômica do capitalismo? Somente analisando mais de perto os excertos e notas é possível entender o significado dessas digressões do velho Marx<sup>66</sup>.

Não se trata, aqui, de uma pesquisa original, tampouco de uma coleção de material, porque a maior parte do que Marx lê ali ele já sabe. Afinal, em 1881-82 ele não estava lidando com o curso da história europeia (e de outras regiões) pela primeira vez, como é demonstrado por suas correções ocasionais de erros factuais, especialmente na História mundial de Schlosser<sup>67</sup>. Trata-se, portanto, de uma nova tentativa de compreensão pessoal dessas temáticas, um trabalho preliminar que poderia levar a uma reformulação, uma expansão e/ou diferenciação da “diretriz” que ele havia publicado em 1859 no prefácio de *Para a crítica da economia política*.

---

<sup>65</sup> Estes excertos sobre a história romana serão publicados pela primeira vez no volume IV/27 da Mega 2.

<sup>66</sup> Reconstruir os desvios em um longo processo de pesquisa – no caso de Marx, algo que durou quarenta anos – nunca pode ser mais do que compreender um significado presumivelmente pretendido. Em sua correspondência com Engels, Kugelmann, Lassalle e muitos outros, tanto as inúmeras breves descrições, os comentários e avaliações do estado de seu trabalho como os resultados alcançados são muitas vezes imprecisos e ocasionalmente enganosos.

<sup>67</sup> Isto levou os editores do IISG a acrescentarem à descrição dos cadernos de excertos que os trechos vieram da *História mundial* de Schlosser e “outras fontes”. Isto é sem dúvida verdade. Marx já havia feito extensos estudos históricos e, portanto, frequentemente tomou a liberdade de corrigir as informações de Schlosser, mas não fez nenhuma referência a outras literaturas.

Nos excertos, Marx geralmente segue a apresentação de Botta ou Schlosser, mas de forma alguma em todos os detalhes. Ocasionalmente ele os corrige, se referindo a fatos que esses autores negligenciam ou classificam incorretamente. Cronologicamente ordenado, às vezes olhando para frente e para trás, ele registra eventos, atores importantes e suas ações, mas não em benefício próprio. Pessoas, famílias, clãs e dinastias são importantes, pois sem atores individuais e coletivos não há ação histórica. Nesse sentido, alguns indivíduos são mais importantes do que outros, e Marx não hesita em destinar um espaço para as “grandes personalidades”, mesmo que seja para contradizer suas lendas. Assim, para compreender os excertos é necessário atentar para o resumo, a combinação, a ordem e a avaliação do material – muito do qual já era conhecido por ele, em parte através da leitura que encontra nos livros fichados de Botta e Schlosser –, sendo igualmente importante considerar os raros comentários, às vezes algumas palavras, às vezes parágrafos curtos. Isso significa que Marx permanece Marx – ele não está estudando por diversão, ele está perseguindo um interesse específico de pesquisa.

A abrangência dos estudos históricos de Marx, incluindo os excertos de 1881/82, é impressionante: desde a pré-história e o início da história, na medida em que são acessíveis, até a antiguidade grega e romana, a antiguidade tardia, a Idade Média europeia e os tempos modernos (segunda metade do século XIX). Não há aqui qualquer discurso eurocentrista – Marx de modo algum considera a história mundial nos termos de uma “história mundial europeia”, mesmo que suas duas principais fontes (Botta e Schlosser) o sugiram. Ele estuda a história da Ásia, do Oriente Médio, do mundo islâmico, da América, da Ásia (com três pontos focais: Índia, China e Ásia Central), além do estudo da história da África (do Norte). Marx também lida em profundidade com todas as regiões da Europa, desde o Norte (Escandinávia), o Oeste (França, Inglaterra, Alemanha), o Sul (Portugal, Espanha, Itália, Balcãs), até o Leste (Europa Oriental incluindo a Rússia). Há, ainda, espaço para o estudo da história colonial das mais importantes potências europeias, e também a história das regiões colonizadas pelos europeus (América do Norte, América Latina, Indonésia, Norte da África).

O que chama a atenção nos estudos de Marx é a combinação de ações políticas, ou seja, estatais, muitas vezes legais – e ainda mais frequentemente militares – com desenvolvimentos tecnológicos e econômicos. Como é de se esperar de um autor com uma visão “materialista” ou realista da história, Marx repetidamente se debruça sobre o que suas fontes oferecem em termos de informações sobre a “base” econômica – e, sobretudo, sobre a forma como os poderes políticos influenciam, mudam e reformulam essa “base”, intencionalmente ou não. Repetidamente, ele registra detalhes sobre a legislação tributária, a administração financeira, a organização do aparato estatal, a divisão territorial da administração pública, a organização da igreja, a estrutura da organização militar ou suas reformas. Os poucos comentários que Marx faz no texto referem-se ao papel histórico de pessoas individuais – como Martinho Lutero ou Thomas Münzer – que foram transformadas em lendas. Nesse sentido, Marx lê Schlosser a contrapelo, por assim dizer, contra sua visão centrada nas ações estatais e sua visão moralizadora do poder enquanto algo eterno e em si mesmo “maligno”. Em especial, Marx estava ciente de que Schlosser estava envolvido num tipo bastante peculiar de “história do Iluminismo”, com uma visão “filosófica” da história caracterizada por julgamentos morais altamente subjetivos sobre pessoas, ações e eventos. A abordagem de Schlosser sobre as fontes era ingênua, acrítica, tendo como base seu julgamento moral e a confiança no “curso natural e necessário das coisas”, ou seja, no “progresso” que ele via em todos os lugares. Marx sabia que não podia confiar no relato de Schlosser, por mais que ele insistisse no “conhecimento profundo do indivíduo”<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> Embora um expoente da historiografia normativa e subjetiva, Schlosser ocasionalmente foi, também, um agente metodologicamente inovador na avaliação de fatos. Em *História do século XVIII e do século XIX até a queda do Império francês* (Heidelberg 1823), ele foi um dos primeiros a entrevistar testemunhas contemporâneas ainda vivendo em Paris e usar suas declarações em sua apresentação, um procedimento bastante incomum entre os historiadores da época. Sobre a avaliação contemporânea de Schlosser como historiador no contexto do desenvolvimento da historiografia alemã, ou seja, a virada ao “historicismo” sob a influência de Leopold von Ranke: Ottokar Lorenz: *Der Historiker Friedrich Christoph Schlosser und die Geschichtsschreibung*, Berlin 1868; Ottokar Lorenz: *Die philosophische Geschichtsschreibung* (Friedrich Christoph Schlosser). In: Ders.: *Die Geschichtswissenschaft in Hauptrichtungen und Aufgaben kritisch erörtert*, 2 vols, Berlin, 1886-1891, vol. 1, p. 1-89

## O que os quatro cadernos de excertos oferecem

Nos excertos do primeiro caderno (IISG, MEN, Sign. B 108/B 157), Marx começa com a apresentação de Botta sobre a história de Roma a partir do ano 97 a.C. Assim, ele retoma os estudos da história romana realizados em 1879/80, mas agora com uma ênfase diferente: tanto na Roma do período imperial como, posteriormente, no desenvolvimento da Roma do final da antiguidade, Marx está interessado na economia política e na organização do Estado. Ele enfatiza a integração do Império Romano – sobretudo suas áreas centrais mediterrâneas – no comércio da época, descrevendo as relações com a Índia e as rotas comerciais via Egito e Síria (tendo Palmira como centro). A partir das considerações de Botta, Marx atenta para uma série de questões: os detalhes da reorganização política – ou seja, burocrático-administrativa, mas igualmente militar – durante a antiguidade tardia; a divisão do Império em um Estado romano ocidental e outro oriental; o desenvolvimento diferente e em grandes partes também semelhante dos impérios – por exemplo, a separação progressiva do poder civil e militar (que não existia na Roma imperial), e a independência de uma organização eclesiástica. Com isso Marx traça detalhadamente a estrutura da organização administrativa civil e, ao lado dela, a da organização militar.

Nesse momento, sua atenção estava voltada para o sistema tributário e as numerosas reformas tributárias ocorridas no final da antiguidade. Que “as finanças são o nervo do Estado”, como diz o *Seis livros da República*, de Jean Bodin, Marx sabia muito bem<sup>69</sup>. Um governo forte e uma tributação

---

<sup>69</sup> Marx apresentou esta simples ideia fundamental em diversos escritos: “os impostos são a existência do Estado, expressos economicamente” (*Die moralisierende Kritik und die kritisierende Moral In: MEW 4, p. 348*); o “imposto é a fonte de vida ... de todo o aparelho do poder executivo” (*Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte In: MEW 8, p. 202*); o “imposto é a base econômica da máquina do governo e de nada mais” (*Randglossen zum Programm der deutschen Arbeiterpartei. In: MEW 19, p. 30*).



profunda só são possíveis se a administração souber onde encontrar a riqueza tributável. Em Roma, no final da antiguidade, é elaborado pela primeira vez um cadastro fiscal abrangente, que tinha como objetivo fixar o imposto fundiário novamente a cada ano. Isto requer um registro exato no qual todas as terras e seus proprietários são registrados, além de uma avaliação pública de todas as propriedades com base em seus rendimentos. Isso significa que a administração romana já estava tentando revisar os registros fiscais em um ciclo de quinze anos (ou seja, adaptar o cadastro das terras e sua avaliação às mudanças ocorridas nesse ínterim).

A queda de Roma foi e é o principal exemplo de uma grande recaída histórica, o declínio de uma grande civilização. Em suas notas, Marx traça a história da desintegração do Império Romano Ocidental sob a pressão das sucessivas migrações de várias tribos germânicas, que o dissolveram em uma série de reinos rivais. Muito diferente é o desenvolvimento do Império Bizantino – o Império Romano Oriental –, que tenta por muito tempo recuperar os territórios romanos ocidentais ou mantê-los contra a pressão dos bárbaros. Na Itália, o declínio do poder do Estado romano ocidental e a divisão do território entre o Reino Lombardo-Veneto e o Império Bizantino permitiram a ascensão dos papas ao poder político – “trapaceando alternadamente” com ambas as partes, como nota Marx. Quanto mais o Império Bizantino é enfraquecido, mais os papas buscam proteção contra poderes estrangeiros (isto é, não italianos): “este se torna seu método tradicional”; “ver Maquiavel”, acrescenta Marx<sup>70</sup>. Cada vez mais, os papas começam a se comportar como príncipes seculares e, conseqüentemente, entram em conflito com eles.

Marx também traça a ascensão do Império Franco em suas anotações, com especial destaque para Carlos Magno. O que lhe interessa não é tanto a pessoa ou seus feitos, mas a investigação dos elementos do sistema feudal presentes neste período. Em primeiro lugar, Marx leva em consideração os lombardos, na Itália, que estabeleceram o “alto sistema feudal”, dividindo a

---

<sup>70</sup> IISG, MEN, Sign. B 108/B157, p. 13.

terra entre os duques como sub-reinos. Carlos Magno expande este sistema, introduzindo-o em todos os níveis de organização administrativa e militar. Ele inventa uma divisão mais estrita e menor da terra – com novos postos, escritórios e funções, marqueses, etc. –, distribuindo-a entre estes novos funcionários subordinados. No início, trata-se apenas da administração militar, já que a administração civil e o sistema de justiça não são alterados. Mas, como resultado das guerras permanentes, os chefes feudais também passam a assumir a autoridade civil – contra os inimigos comuns, contra os elementos do governo autônomo local. Nesse contexto, Carlos Magno promove a supressão dos “conselhos municipais” pelos novos senhores feudais: “escravos e servos lado a lado”, comenta Marx.

Em constantes olhares para frente e para trás, indo além da cronologia apresentada por Botta e observando diferentes países ou regiões – e seus desdobramentos inter-relacionados –, Marx esboça o desenvolvimento desses processos no início da Idade Média. Tomando a Sicília como exemplo, ele observa como sucessivos governantes moldaram a economia e a estrutura social da ilha. Ele descreve em detalhes, por exemplo, a dominação dos árabes, que expulsaram os bizantinos então governantes e reestruturaram toda a organização administrativa e o sistema jurídico. O enquadramento da propriedade e do direito sucessório introduzidos pelos árabes foi, no julgamento de Marx, tão bom, que os normandos – conquistadores dos árabes no período subsequente – não o alteraram em nada. Marx também descreve o sistema tributário introduzido pelos árabes na Sicília e o desenvolvimento da agricultura e do comércio. Eles promoveram o cultivo da oliveira como cultura principal (as azeitonas já eram um importante item comercial no Mediterrâneo na época pré-romana, ao passo que na época romana a Sicília era o celeiro do império), aboliram o trabalho escravo na agricultura (não a escravidão) e substituíram os escravos por trabalhadores livres.

A história do Império Bizantino, que na apresentação de Botta desempenha apenas o papel de uma potência externa, leva Marx a entrar na história da Europa Oriental, especialmente marcada pela influência bizantina. Ele

descreve o comércio entre o Império Bizantino e a então Rússia de Kiev, entrando na história dos russos (os varangianos nórdicos). A cristianização da Europa Oriental, dos russos, ou seja, a influência cada vez maior (e duradoura) da Igreja Ortodoxa Oriental sucede as prolongadas guerras dos búlgaros, russos, húngaros, etc., contra o Império Bizantino.

Por sua vez, a desintegração do Império Franco após a morte de Carlos Magno possibilita a comparação do desenvolvimento histórico do sistema feudal na Alemanha e na França, que mudavam em diferentes direções – ainda assim, Marx sempre matinha um olhar atento à Itália, que desempenha um papel central na história do Império alemão. Na França, a independência dos grandes senhores feudais frente à realeza foi mais fácil do que na Alemanha e, portanto, foi mais longe. Mas na Alemanha também ocorre uma desintegração da autoridade real após a morte dos últimos carolíngios, pois alguns dos grandes duques transformaram seus ducados em possessões familiares hereditárias, já que muitos dos pequenos condados se tornaram independentes. No entanto, o poder central tentou manter os senhores feudais sob controle através de procuradores reais. Nesse contexto, as invasões húngaras deram um novo impulso à autoridade real: sem cavalaria pesada e constantemente destacável, sem cidades fortificadas sólidas, ou seja, muradas a grandes custos, os povos cavaleiros saqueadores do Oriente não podiam ser detidos.

Olhando para a Itália (e Alemanha), Marx observa a independência e a transformação dos arcebispos e bispos em grandes senhores feudais – “pequenos reis” que só dependem formalmente dos imperadores alemães e dos reis italianos. Os bispos governam nas cidades e, em especial nas italianas, tem início a luta contra a organização política feudal, notadamente em um país no qual todos os poderes locais, regionais e territoriais divergem e lutam por independência. O particularismo, o enfraquecimento e a dissolução dos laços feudais da vassalagem prevalecem por toda parte, constituindo um processo favorecido e promovido pela luta constante entre grandes senhores feudais e potências estrangeiras com as quais poderiam

ser feitas alianças estratégicas. Marx está fascinado com a ascensão das cidades comerciais italianas: Veneza, Amalfi, Gênova ou Pisa devem sua riqueza ao comércio, ou seja, à participação no comércio mundial. Embora nominalmente dependentes dos marqueses do Império Alemão (na Toscana, Ligúria) e dos reis na Itália, isto não os impediu de “fazer expedições poderosas em seu próprio nome, à Sicília, Córsega, Sardenha, mesmo a terras distantes”. Elas agiram como pequenos soberanos, “concluindo por iniciativa própria tratados de guerra e paz” (tratados comerciais). Eram “comunas autogovernadas; lugares da liberdade italiana”, como escreve Marx.

Estas repúblicas conquistaram sua independência gradualmente. Segundo Marx, “Veneza era, desde o início, um grande município independente; Amalfi, e especialmente Pisa e Gênova, também se tornaram repúblicas desse modo, dissolvendo gradualmente os laços feudais”, o que elas “de fato eram”. O exemplo destas cidades comerciais portuárias e marítimas, “estas *petites republiques*, repercutiu nas cidades do interior” da Itália<sup>71</sup>. Marx vê muito claramente a importância dessas ilhas politicamente soberanas do incipiente capitalismo comercial no mar da economia agrária ainda feudal, que criam redes comerciais geograficamente amplas para si mesmas através de constantes expedições de comércio marítimo. As repúblicas de Amalfi, Gênova, Veneza e Pisa – que, graças a sua localização e economia peculiar como centros e polos de comércio marítimo e de navegação, puderam ganhar riqueza e comprar sua independência – foram seguidas pelas cidades interioranas da Lombardia, Úmbria e Toscana. Elas desenvolveram o comércio de longa distância por terra, uma produção altamente especializada para o comércio mundial e, mais ou menos simultaneamente às cidades comerciais marítimas, as primeiras formas de crédito comercial e dinheiro comercial (letras de câmbio).

Neste excerto, Marx aborda apenas marginalmente as lutas amargas destas repúblicas capitalistas rivais umas das outras, a mudança de alianças, ora aliadas com seus príncipes locais, ora contra estes, isto é, às vezes com

---

<sup>71</sup> IISG, MEN, Sign. B 108/B157, p. 31.

os príncipes contra a suserania imperial ou papal, às vezes aliadas com o imperador ou papa contra os príncipes. Nessas lutas, as cidades já estão se transformando em estados territoriais modernos, pois tentam repetidamente ganhar controle sobre importantes rotas de tráfego e comércio, além de recursos como depósitos de minério, madeira, pedreiras, etc. Marx também não aborda o papel das alianças temporárias – às vezes até permanentes – destas repúblicas cidadinas, que, aliadas umas às outras em “ligas”, assumem a luta contra as grandes potências feudais da época e até ousam desafiar o imperador alemão<sup>72</sup>.

Como as repúblicas se elevam rapidamente à condição de banqueiras e financiadoras, são elas que incorporam o primitivo capital moderno em relação aos príncipes e a toda a hierarquia feudal. Marx, entretanto, segue aqui a cronologia histórica, e se volta (com Botta) para o desenvolvimento do feudalismo. Ele observa as lutas dos poderes feudais (eclesiásticos e seculares) pela supremacia na Itália, na qual as cidades desempenham um papel de aliadas, mas apenas com bispos, reis, duques, e não na forma de um poder independente que agiria contra a ordem feudal como um todo. O poder político permanece dividido em um sistema hierárquico formal que ainda não encontrou suas formas fixas. É por isso que Marx menciona e enfatiza a transição gradual para uma ordem feudal estabelecida, a começar pelo decreto do Imperador Conrado II, de 1037, a *Constitutio de feudis* (também conhecida como *Edictum de beneficiis regni Italici*) – “a mais antiga lei feudal conhecida... (sobre sucessão)”. Este decreto, que inicialmente só regulamentava a sucessão para os patrimônios feudais subordinados e assegurava aos vassallos dos grandes senhores seculares e eclesiásticos a posse hereditária de seus patrimônios, tornou-se a “base da lei feudal escrita que se desenvolveu nos tempos posteriores”. Ele proclamou, ao mesmo tempo – como Marx acrescenta com referência a Schlosser – , a paz de Deus, uma iniciativa para pôr um fim às eternas rixas. O resultado foi a

---

<sup>72</sup> Somente no segundo caderno de excertos (IISG, MEN, Sign. B 109/B158) a Liga das Cidades lombardas é devidamente apontada como um dos atores políticos centrais na luta secular pela supremacia na Itália.

“*Treuga Dei*, tréguas de quarta-feira à noite até segunda-feira de manhã”<sup>73</sup>, sob a ameaça das mais duras punições da igreja. Trata-se, assim, de um passo em direção à sociedade feudal medieval civilizada.

Marx não estava interessado na sucessão dos governantes, nas vicissitudes das guerras e batalhas. Ele se concentrou nas mudanças da forma política, notando grandes inovações: os normandos são os primeiros a estabelecer um parlamento no contexto do governo feudal na Sicília e no Reino de Nápoles, algo igualmente introduzido na Normandia. É um parlamento nobre com duas câmaras ou duas assembleias, reunidas duas vezes por ano para deliberar sobre assuntos gerais, dividido em uma “câmara baronial” e uma “câmara eclesiástica”. Mais tarde, quando as cidades que haviam enriquecido puderam comprar a suserania dos barões, tornando-se livres, foi criada uma terceira câmara, a “câmara dos deputados das cidades resgatadas, chamada de *câmara de domínio*”<sup>74</sup>. Como observa Marx, na Sicília elas têm não só sobrevivido, sendo convocados cada vez mais frequentemente.

Este primeiro caderno de excertos termina com a história das Cruzadas, que Marx segue em grande detalhe. Antes de chegar a isso, ele lida em profundidade (indo além de Botta, mas sem citar suas fontes) com o desenvolvimento daqueles domínios políticos que surgiram após a conquista islâmica no Oriente Próximo e Médio, no Norte da África, na Ásia Menor, chegando até a Pérsia e a Índia. Marx descreve os califados de Bagdá, Mosul, etc. – que emergem em constantes batalhas contra o Império Bizantino – como uma forma específica de Império. Eles são organizados em muitas senhorias feudais por seus governantes, dividindo-os em “muitos pequenos Estados”. Isto dá origem à estrutura de pequenos impérios locais, rivalizando uns com os outros e não sujeitos a nenhum soberano. Foi exatamente isso que os exércitos das Cruzadas encontraram na Ásia Menor e no Oriente Próximo. Marx também registra os principais eventos

---

<sup>73</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 38. Marx não se refere corretamente ao decreto em suas notas, mas suas observações captam com precisão o conteúdo desta lei feudal.

da Primeira Cruzada com a fundação do Reino de Jerusalém, ou seja, os primeiros estados feudais europeus no Oriente Médio<sup>75</sup>.

No início do segundo caderno, Marx retorna à Europa na época das últimas Cruzadas (século XIII) – à Alemanha, França e Itália, e especialmente ao reinado do último Hohenstaufen, Frederico II, que ficou principalmente na Itália. Ele acompanha os eventos das grandes guerras, como a guerra de 100 anos na França, em detalhes, porque guerras de dinastias ainda governam a política, e as nações da Europa emergem lentamente dessas guerras. O maior espaço é ocupado por suas notas sobre o desenvolvimento econômico nas repúblicas das cidades italianas no final do século XIII. É bastante claro que Marx vê aqui o início do capitalismo moderno: o primeiro desenvolvimento sistemático da agricultura e de uma ciência voltada a ela, o início de uma legislação marítima (envolvendo os catalães e os italianos) e a origem do sistema bancário moderno. Tudo isso, no entanto, não é mera coincidência: foram os italianos que “cobraram os inúmeros impostos e taxas da cristandade em todos os lugares, direcionando-os a Roma”; foram as cidades comerciais italianas que “preferiram lidar com negócios de troca”. Marx nomeia uma liga de cidades (Roma, Gênova, Veneza, Piacenza, Lucca, Bolonha, Pistoia, Asti, Alba, Florença, Siena, Milão) que, juntas, operavam um “banco principal conjunto” em Montpellier, através do qual negociavam crédito com o rei francês. Em suas notas, Marx registra o desenvolvimento das repúblicas comerciais italianas, entre as quais ocorreu uma certa divisão de trabalho: as transações monetárias foram particularmente impulsionadas pelas cidades do interior, enquanto as cidades portuárias – como Gênova e Veneza – tinham o “comércio mundial atual”<sup>77</sup> sob controle, com

---

<sup>75</sup> O resumo de Marx traz à mente o comentário de Engels, em carta enviada a Conrad Schmidt em 12 de março de 1895: “Alguma vez o feudalismo esteve de acordo com seu conceito? Fundado no Império francês ocidental, desenvolvido na Normandia pelos conquistadores noruegueses, continuado pelos normandos franceses na Inglaterra e no sul da Itália, o feudalismo chegou mais perto de seu conceito no efêmero reino de Jerusalém, que deixou em Assis a expressão clássica da ordem feudal” (MEW 39, p. 433).

<sup>76</sup> Ver IISG, MEN, Sign. B 109 / B 158.

<sup>77</sup> Ibid., p. 109-110.

fábricas em todo o Mediterrâneo, o Mar Negro e o Mar Vermelho. Não por acaso da Crimeia elas conduziam um comércio de longa distância com a China. Marx também registra em grandes detalhes o desenvolvimento político em cada uma dessas repúblicas. De modo geral, ele está particularmente cativado pelo desenvolvimento interno de Florença, que termina com a completa fragilização da nobreza. Junto com Botta, Marx usa Maquiavel como sua principal fonte para descrever o curso das lutas internas de poder em Florença – em Pisa, Pistoia, Milão, Veneza e Vicenza também se observam lutas semelhantes, nas quais a nobreza interfere repetidamente.

Ainda no segundo caderno, o desenvolvimento da Alemanha nos séculos XIV e XV também recebe bastante atenção. Marx observa os principais eventos e pessoas, inclui o desenvolvimento especial da Áustria do século XIII ao XIV, e repetidamente faz uma análise comparativa frente ao notório desenvolvimento ocorrido na França no mesmo período, ou seja, de 1300 a 1470. Seguindo os passos do primeiro caderno – no qual tenta delimitar as linhas gerais da sequência dos eventos –, Marx combina informações sobre o desenvolvimento político e jurídico, sobre guerras e campanhas militares, além da organização administrativa e sua relação com o desenvolvimento econômico e tecnológico. Tal como antes, ele acompanha o desenvolvimento histórico de modo relacional, analisando Alemanha e Itália, França e Inglaterra, Espanha e Portugal. Apesar de traçar em ordem cronológica as principais etapas tanto da Reconquista Cristã como da desintegração – do início ao fim – dos reinos mouros na Península Ibérica, Marx se preocupa com as consequências de longo prazo desses processos. Assim, a independência de Portugal é vista como um acontecimento importante, pois o país ascende para se tornar uma potência marítima e comercial que, a partir de sua posição periférica, olha para o exterior – a África – para se tornar pioneira da expansão europeia.

Como antes, Marx continua acompanhando o desenvolvimento das estruturas feudais na Alemanha e na Itália e, em particular, o desenvolvimento das cidades italianas, agora unidas em ligas, que lutam alternadamente



contra o imperador alemão e umas contra as outras. Ele reúne e organiza os fatos que Schlosser pode oferecer a ele: sobre o desenvolvimento do domínio feudal no Império Bizantino, o crescente Império Otomano, além dos califados do Oriente Médio e do Norte da África. A história do Império Mongol fundado por Genghis Khan – sua enorme expansão através da guerra, sua estabilização temporária e sua desintegração – faz com que Marx passe a considerar os limites do poder político sobre grandes territórios. O Império Mongol mostra os limites de um puro poder terrestre que carece de supremacia naval, ou seja, precisamente o tipo de poder político-militar que Estados nas periferias da Europa Ocidental – Portugal, Holanda, Inglaterra – estavam construindo e utilizando para fundar novos impérios. O desenvolvimento e a expansão do Império Otomano e a queda do Império Bizantino – com a conquista de Constantinopla em 1453 – mudam as principais rotas do comércio mundial para longe do Mediterrâneo – em direção ao Atlântico –, uma mudança sentida pela primeira vez pelas repúblicas italianas de comércio marítimo, em especial Gênova e Veneza<sup>78</sup>.

Na Inglaterra e na França, houve uma guerra quase constante durante este período: a guerra das grandes casas nobres, umas contra as outras – a Guerra dos Cem Anos pelos bens dos reis ingleses, na França, e as Guerras das Rosas entre facções nobres rivais, na Inglaterra –; guerras civis da coroa, em aliança com as cidades contra os príncipes, e dos príncipes em aliança com as cidades contra o rei. Nesta guerra perpétua, países e reinos inteiros

---

<sup>78</sup> A mudança tanto na direção e no foco do comércio mundial como de seus centros de uma região para outra já havia sido tratada por Marx e Engels anteriormente, nas “Revue zur Lage der kapitalistischen Weltwirtschaft”, que publicaram em 1850 no “Neue Rheinischen Zeitung. Politisch-ökonomische Revue”. Na opinião deles, as descobertas de ouro na Califórnia, em 1848, tinham dado ao comércio mundial “uma nova direção” pela segunda vez, alterando o foco das atividades do Atlântico para o Pacífico. O que “Gênova e Veneza foram na Idade Média”, o que “Londres e Liverpool foram para o comércio mundial, serão agora Nova Iorque e São Francisco, San Juan de Nicarágua e León, Chagres e Panamá. O centro de gravidade do tráfego mundial – ocupado pela Itália durante a Idade Média, e pela Inglaterra nos tempos mais modernos – passa a ser a metade sul da península norte-americana. A indústria e o comércio da velha Europa devem fazer um tremendo esforço para não cair no declínio observado anteriormente na Itália desde o século XVI, caso Inglaterra e a França não queiram se tornar o que Veneza, Gênova e Holanda são hoje. Dentro de alguns anos ... o Oceano Pacífico desempenhará o mesmo papel que o Atlântico desempenha hoje e que o Mar Mediterrâneo desempenhou na Idade Média – o papel de canal do tráfego mundial” (Karl Marx/Friedrich Engels: Revue [janeiro/fevereiro de 1850], in: MEW 7, p. 221).

surgem e desaparecem. Neste contexto, Marx observa os fatos sobre a ascensão e queda da Borgonha como um Estado independente entre a França e a Alemanha. A lição é clara: os Estados e impérios não têm territórios naturais e nenhum povo que lhes pertença. Eles podem simplesmente perecer. Os Estados feudais lutam pela terra e pelos povos, pelos bens territoriais, pelas cidades e suas riquezas. Trata-se de uma luta entre poderes políticos rivais: reis, príncipes, príncipes da igreja, cidades – todos lutam por meio da mudança de alianças.

Os trechos do terceiro caderno<sup>79</sup> dizem respeito ao período de aproximadamente 1470 a 1580. Marx começa com a longa luta entre as grandes potências europeias em ascensão e rivais – França e Espanha – pela supremacia na Itália. Naquele momento, o território italiano estava dividido entre a Igreja, as repúblicas urbanas e os pequenos principados, sendo que, após a retirada dos imperadores alemães, já não existia um soberano. A guerra de conquista contra as repúblicas das cidades italianas, travada pelos reis franceses e espanhóis em uma verdadeira corrida – um avançando do norte, o outro do sul – contra as alianças dos papas, das cidades e, ocasionalmente, dos imperadores alemães, acaba por alterar o cenário político e o caráter das repúblicas. Elas passam a defender sua independência das grandes potências, suas liberdades urbanas e, ao fazê-lo, usam as rivalidades das grandes potências para si mesmas, mudando as alianças. Em seus excertos, Marx dá um quadro da situação em Florença na época de Savonarola. Ele compila inúmeros detalhes sobre sua vida, desde seu início como pregador penitencial

---

<sup>79</sup>Ver IISG, MEN, Sign. B I 10 / B 159.

errante, passando por sua ascensão como governante de fato de Florença, após a expulsão dos Médicis, em 1494, até sua derrota e execução, em 1498.

Savonarola é apenas um prenúncio do movimento de Reforma que toma conta da Alemanha e da França no século XVI. Marx a vê claramente como uma revolução política, social, intelectual e moral que, juntamente com a Contra-reforma – a contra-revolução que produz –, conduz a uma transição para uma nova ordem política. Nesta, a crescente burguesia tenta se afirmar contra os reis e príncipes por meio do novo poder econômico do capital, do capital comercial e financeiro urbano. Marx comentou: “esta luta da realeza contra o capital, que em Veneza é avassaladora, cai precisamente no momento no qual [forças] essenciais muito diferentes (América etc., descobertas de ouro e prata, colônias [na] carência financeira interna para exércitos permanentes etc.) atuam para colocar a realeza – uma instituição essencialmente feudal, já que nascida no feudalismo – sob o domínio da economia do capital, portanto, da burguesia, que também se realiza religiosamente na luta entre papado e Reforma”<sup>80</sup>. Não apenas os reis, mas também os senhores feudais de todas as níveis podem sentir o novo poder do capital e adaptar-se a ele. Com certo divertimento, Marx observa as práticas dos barões ladrões organizados, ou seja, a nobreza feudal inferior e seus protagonistas (como Franz von Sickingen, promovido a herói de palco trágico por Lassalle), que aceitam as cobranças sobre as cidades junto aos comerciantes e depois cobram as dívidas à sua própria maneira, ou seja, através de roubos e pilhagens.

Marx também anota o curso dos acontecimentos na Reforma Alemã, com vários tratados de paz até meados do século XVI, tendo como auge a Guerra dos Camponeses Alemães, em 1524/25. Para ele interessa compreender o desenvolvimento do protestantismo em comparação com os países vizinhos, nos quais as guerras civis tiveram continuidade enquanto guerras religiosas, como na França e na Holanda. A Guerra dos Camponeses Alemães, cujo curso Marx conhecia bem – graças a Engels – é brevemente

---

<sup>80</sup> *Ibid.*, p. 37

registrada, apenas em alguns eventos principais. Thomas Münzer, por exemplo, é destacado como um protagonista, e Marx considera importante a conexão dele com os proletários da Turíngia. Sebastian Franck – um cronista contemporâneo que se esforça para ter uma visão imparcial dos acontecimentos –, além de ser o primeiro autor de uma história mundial e universal em alemão (não latino), vale um longo comentário por parte de Marx. Martinho Lutero, por outro lado, é avaliado negativamente, sendo rejeitada a construção de sua imagem como o herói da Reforma: “este monge impede qualquer coisa verdadeiramente progressista na Reforma”<sup>81</sup>. Por isso mesmo, Marx comenta vários escritos e ações de Lutero (note-se que Schlosser compreendia essa temática de maneira bem diferente). Em uma seção mais longa, Marx tenta resumir as consequências da Reforma, especialmente em relação à frágil reorganização política do Império Alemão. Finalmente, Marx olha mais uma vez para a Inglaterra e traça o desenvolvimento da monarquia inglesa de Eduardo VI a Maria Stuart e Elizabeth I. Em um diagrama, ele apresenta as complicadas relações de parentesco das dinastias inglesas. Assim, ele vê claramente que os primeiros Estados modernos eram de propriedade familiar, decorrentes de empresas de famílias nobres. Naturalmente, Marx, um apaixonado por Shakespeare durante toda a vida – em sua casa foi praticado um verdadeiro culto ao poeta –, está muito interessado na era elisabetana.

Na quarto e último caderno<sup>82</sup>, ele continua suas notas sobre o curso das guerras religiosas europeias: do segundo período das guerras com os huguenotes franceses até a conclusão da paz pelo “bom rei” Henri IV; o início da luta holandesa pela liberdade contra a suserania espanhola; a guerra entre Espanha e Inglaterra até o afundamento da Armada; o desenvolvimento da Escandinávia, da Europa Oriental e do Sudeste Europeu; além das guerras turcas nos Bálcãs e na Hungria, que puseram fim à Reforma na Áustria e em toda a Europa do Sudeste. Somente depois deste panorama

---

<sup>81</sup> Ibid., p. 74.

<sup>82</sup> Ver IISG, MEN, Sign. B 111/B 160.

de desenvolvimentos em várias partes da Europa são apresentados detalhadamente o curso e os resultados da grande guerra europeia, a Guerra dos Trinta Anos, travada na Alemanha. A República Holandesa – não uma república da nobreza, tampouco do povo, mas a primeira república burguesa –, governada pelos “Heren” (os senhores, como também são chamados oficialmente em holandês, ou seja, os capitalistas comerciais e financeiros das cidades), só alcança sua independência com o fim desta guerra. É o país capitalista mais desenvolvido do século XVII. Se, de um lado, Marx registra algumas das inovações que explicam o sucesso econômico dessa República, do outro lado ele observa as condições alemãs imediatamente antes do início da guerra, em 1618, caracterizadas pela enorme fragmentação política, social e econômica dentro e entre os territórios do Império. Em uma longa revisão da história da Escandinávia e da Rússia, Marx compensa o que havia deixado de fora, notadamente a história russa, apresentada em quatro longos períodos, de 862 até o início do século XVII.

Segue-se, então, uma apresentação detalhada do curso da guerra a partir de 1618. Para Marx, trata-se de uma grande política internacional, do papel da grande potência protestante nórdica (a Suécia) e do papel da grande potência católica (a França). Marx analisa em detalhes o desenvolvimento interno da França – de 1598 a 1639 –, dos vários governos e primeiros-ministros até o Cardeal Richelieu. Ele está interessado nas grandes e pequenas reformas militares e administrativas através das quais se constitui na França (e somente lá) um Estado unitário e centralizado, o fundamento da grande política de poder europeia perseguida pelos governos de Mazarin e Richelieu – também no interesse da Igreja Católica, que eles estabelecem como Igreja estatal. Na Alemanha, o objetivo era eliminar ou limpar as consequências da Reforma e, assim, expropriar os bens da Igreja – “como em qualquer outro lugar na Guerra dos Trinta Anos: guerra *pelos bens da Igreja!*”<sup>83</sup>

Estes excertos de Schlosser terminam com os eventos que levaram à Paz de Vestfália, em 1648, responsável por iniciar a era moderna da política

---

<sup>83</sup> Ibid., p. 66.

internacional. Marx dá uma visão detalhada do curso das negociações, que começam já em 1639, e apresenta as várias propostas de paz e planos políticos, juntamente com seus atores. As etapas finais que levam finalmente à conclusão da paz – o período de 1646 a 1648, durante o qual as delegações de todas as partes envolvidas negociaram em Osnabrück e Münster – são apresentadas por Marx mês a mês, seguindo a cronologia das negociações. Segue-se, então, um relato detalhado das disposições individuais dos dois abrangentes tratados de paz: o primeiro, concluído em Osnabrück, entre a Suécia, o Imperador e as potências imperiais protestantes; o segundo, concluído separadamente em Münster entre a França e as outras partes beligerantes. Finalmente, em 29 de outubro de 1648, a conclusão geral do acordo de paz é assinada entre todas as partes na prefeitura de Münster.

Marx, um jurista qualificado, apresenta o Tratado em três seções: 1. Disposições relativas à Suécia e seus aliados (cessões de território, indenização, etc.); 2. Disposições relativas à religião, momento no qual destaca a cláusula central “*cuius regio, eius religio*” [de quem (é) a religião, dele (se siga) a religião]: nenhum governo precisa tolerar cidadãos que não pertencem à sua religião; no entanto, ele deve dar-lhes três anos para emigrarem; 3. Disposições relativas à constituição do Império alemão, sendo a mais importante: os príncipes alemães, até então proibidos de fazê-lo, têm doravante o direito de celebrar alianças entre si e com potências estrangeiras, sem considerar o Imperador e o Império, cujos interesses e prerrogativas só são formalmente salvaguardados “com a cláusula facilmente contornada de que tal aliança nada contém contra o Imperador e o Império”. Isto confirma a “soberania” dos príncipes alemães, que se veem promovidos a senhores de pequenos Estados independentes<sup>84</sup>. Nas últimas páginas, Marx retorna à história da Inglaterra, sobretudo o período desde a morte de Isabel até a coroação de Carlos I. Ele termina, assim, com uma apresentação esquemática

---

<sup>84</sup> Deve-se lembrar que Marx já havia tratado dos detalhes da Paz de Vestfália em 1853. Em seus trechos do livro de Marten – *Grundriss einer diplomatischen Geschichte, de 1807* –, ele havia registrado em detalhes os trabalhos que levaram ao acordo (cf. Mega 2 IV/12, p. 82-84).

da pré-história da Revolução Inglesa do século XVII, a segunda revolução “burguesa” dos tempos modernos após a Guerra da Libertação na Holanda.

Este último caderno em particular mostra mais uma vez os pontos fortes de Marx enquanto cientista social, historicamente bem informado, que muda facilmente do desenvolvimento interno de países individuais para a política de grande escala – europeia e internacional – sem nunca perder de vista os fundamentos econômicos do todo. Até o final da Guerra dos Trinta Anos, e mesmo depois, não há uma hegemonia clara de uma ou outra grande potência na Europa. Mas Marx tem em vista firmemente os futuros atores principais, a grande potência continental em ascensão, a França, e sua próxima rival, a Inglaterra. O Cardeal Richelieu, o inventor do conceito político de “Europa” – uma Europa católica sob a hegemonia francesa – não sai de sua cabeça. Ele tem um plano, que ele persegue com habilidade e consistência. É ele o verdadeiro vencedor da “Paz de Vestfália”, que elimina o Império Alemão como ator político por mais de um século<sup>85</sup>. Marx tem uma visão profundamente crítica do “sistema vestfaliano” e, por isso mesmo, não se aproxima da ideia – ainda hoje popular na disciplina acadêmica de Política Internacional – de considerá-lo o início de um sistema de Estados-nação.

### **História mundial – o que isso significa?**

Para Marx, o conceito de história mundial não é apenas historiográfico, sendo em si mesmo uma categoria histórica. A ascensão do capitalismo moderno, sua difusão na Europa e nas regiões vizinhas do mundo, faz “época” na história mundial. E isso no sentido enfático da tese que Marx e Engels apresentaram primeiramente nos rascunhos da crítica da *Ideologia Alemã* e, depois, no *Manifesto Comunista*: somente com o capitalismo moderno pode realmente haver uma história mundial. Pois só o capitalismo moderno – com o mercado mundial, o comércio mundial, as finanças mundiais e as novas divisões internacionais do trabalho que gradualmente abrangem

---

<sup>85</sup> Sobre Richelieu, ver o excelente livro de Jörg Wollenberg, Richelieu. *Kircheninteresse und Staatsräson*, Bielefeld, de 1977.

todos os países, regiões e continentes – cria a base material para uma sociedade mundial. A economia mundial e a política mundial estão claramente unidas na teoria política de Marx e Engels. Eles consideram o capitalismo moderno como um sistema econômico necessariamente expansivo e, em princípio, sem fronteiras, portanto, como um sistema mundial ou ao menos como um sistema mundial em construção. Suas formas políticas, como o próprio capitalismo, começam em unidades locais e regionais, espacialmente fragmentadas. Elas são expandidas para Estados territoriais cada vez maiores, com sistemas legais uniformes e infraestruturas materiais que unem os territórios díspares em um “país”. Finalmente, elas vão além da estrutura de “Estados-nação” com um “povo” mais ou menos unificado e um sistema de Estados baseado em nações. Todos os Estados “capitalistas” tendem a ser transformados em formas políticas híbridas, híbridos de Estados nacionais e impérios (multinacionais, coloniais)<sup>86</sup>.

A primeira crise econômica mundial moderna, a crise de 1857/58, fortaleceu a convicção de que o mercado mundial, a economia mundial dominada pelo capitalismo, já havia se tornado uma realidade. O modo de produção capitalista está em vias de penetrar o mundo inteiro e, portanto, está cumprindo sua vocação histórica. Mas o desenvolvimento do mercado mundial e de uma economia capitalista mundial avança de forma muito desigual: em algumas partes do mundo o capitalismo moderno está entrando no estágio de sua maturidade; enquanto em outras ele ainda está em ascensão. Em outubro de 1858, Marx escreve a Engels: “Não podemos negar que a sociedade burguesa viveu seu século XVI pela segunda vez – um século que eu espero que a leve para o túmulo, assim como o primeiro a trouxe à vida. A verdadeira tarefa da sociedade civil é a criação do mercado mundial, pelo menos seus traços gerais, e de uma produção baseada nele. Como o mundo é redondo, isto parece ter sido concluído com a colonização da Califórnia e da Austrália, além da abertura econômica da China e do Japão. Entretanto, surge a ‘difícil questão para nós’: quando o modo de produção capitalista e

---

<sup>86</sup> Sobre esse complexo tema, ver: Michael R. Krätke “World Politics and World Economics in Marx’ Thought”, Lecture, Universiteit van Amsterdam, 2008.



a sociedade burguesa na Europa estiverem maduros o suficiente para serem superados, uma revolução socialista não será necessariamente esmagada neste pequeno canto, já que em terrenos muito maiores o movimento da sociedade burguesa ainda é ascendente?”<sup>87</sup>

Nos manuscritos que conhecemos como a *Ideologia alemã*, o discurso da história mundial, seguindo Hegel e dirigido contra os hegelianos de esquerda, assume uma nova versão, quase uma faceta “materialista”: “quanto mais no curso desse desenvolvimento se expandem os círculos singulares que influenciam uns aos outros, quanto mais o isolamento original das nacionalidades singulares é destruído pelo modo de produção desenvolvido, pelo intercâmbio e pela divisão do trabalho surgida de modo natural entre as diferentes nações, tanto mais a história torna-se história mundial, de modo que, por exemplo, se na Inglaterra é inventada uma máquina que na Índia ou na China tira o pão a inúmeros trabalhadores e derruba toda a forma de existência destes impérios, tal invenção torna-se um fato da história mundial”<sup>88</sup>. O comércio mundial foi a vanguarda, e a grande indústria, a alavanca desta revolta. Impulsionada pela competição universal e mundial das capitais e pela rivalidade dos Estados comerciais, “[ela] produziu a história mundial apenas na medida em que tornou cada nação civilizada e cada um de seus indivíduos dependentes do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades e, assim, destruiu a exclusividade, até então natural, de cada nação”. O mercado mundial enquanto “forma natural de interação *mundial-histórica* dos indivíduos” os sujeita a uma “dependência *de todos os lados*”<sup>89</sup>, cujo aparecimento se dá na forma de um poder estranho e, portanto, permanece tão incompreensível para eles como a história mundial.

O *Manifesto Comunista* repete exatamente esta tese. O capitalismo moderno, com sua indústria de grande escala produzindo para o mercado mundial,

---

<sup>87</sup> Marx para Engels, 8 de outubro de 1858, Mega 2 III/9, p. 218.

<sup>88</sup> MEW 3, p. 45.

<sup>89</sup> MEW 3, p. 60 e 37.

persegue seus atores “em todo o mundo”, cria um novo “modo de produção e transporte” de alcance global, supera os antigos isolamentos nacionais e locais, substitui a antiga “autossuficiência” nacional e regional pela competição global – a “dependência total das nações umas das outras” – e atrai todos os países sob o encanto do mercado mundial, que devem dançar de acordo com suas conjunturas<sup>90</sup>. Mais uma vez, Marx enfatiza essa visão em uma anotação lateral no final de sua “Introdução”, lançada rapidamente em agosto de 1857, como uma nota marginal para posterior elaboração: “(Influência dos meios de comunicação. A história mundial nem sempre existiu: a história como resultado da história mundial)”<sup>91</sup>. A referência aos meios de comunicação não é acidental. O primeiro cabo submarino havia sido instalado em 1851 e, em 1857 – o ano da crise –, foi feita a primeira tentativa de colocar um cabo transatlântico para a transmissão telegráfica entre Londres e Nova Iorque. Isto só foi bem-sucedido um ano depois.

Somente o modo de produção capitalista em sua forma plenamente desenvolvida, ou seja, o capitalismo industrial, cria uma economia mundial, permitindo e, portanto, exigindo uma história mundial, ou seja, uma ação política em escala mundial. Os manuscritos de pesquisa de 1857/58 contêm apenas algumas teses poderosamente elaboradas sobre isto: “A tendência de criar o *mercado mundial* é dada diretamente pelo próprio conceito de capital”. Somente o capital persegue a tendência de expandir mercados através de todas as fronteiras, de criar novos mercados e de “propagar” em todos os lugares seu próprio modo de produção. Somente o capital “cria ... a sociedade burguesa e a apropriação universal da natureza, bem como a própria conexão social dos membros da sociedade. Daí, a grande influência civilizadora do capital; sua produção de um nível da sociedade em comparação com o qual todos anteriores aparecem apenas como desenvolvimentos locais da humanidade e como idolatria da natureza. ... O capital ... de acordo com sua tendência ... move-se para além das fronteiras e dos preconceitos

<sup>90</sup> MEW 4, p. 464-466 e 479.

<sup>91</sup> MEW 42, p. 43.

nacionais ... bem como da satisfação tradicional das necessidades correntes, circunscrita a certos limites, e na reprodução dos velhos modos de vida. O capital ... derruba todas as barreiras que impedem o desenvolvimento ... e o intercâmbio de forças naturais e espirituais”<sup>92</sup>.

### **Revisão do fio condutor: Estados e mercados, emergência e ascensão do capitalismo moderno na Europa**

Desde o início – a partir de 1844 –, Marx perseguiu outro projeto, a crítica da política, originalmente ligada diretamente à crítica da economia nacional (então economia política), depois adiada (mas nunca abandonada) em favor da segunda crítica. Na verdade, Marx tentou repetidamente, em vários escritos posteriores, esboçar brevemente o desenvolvimento dos Estados na Europa: Em *A luta de classes na França*, de 1850; no *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de 1852; em sua série de artigos sobre a Constituição e a política da Inglaterra, de 1853/54; nos artigos sobre a Espanha revolucionária, de 1855; nos artigos sobre a história da diplomacia no século XVIII, de 1856/57; em *Herr Vogt*, de 1860; ou em *A guerra civil na França*, de 1871.

Nestes esboços, ele dá uma sequência clara das etapas e direção do desenvolvimento europeu: a coexistência instável de vários potestados ou poderes políticos, que tendem a se transformar em Estados e disputar os mesmos territórios e esferas de influência uns com os outros, ou seja, Estados feudais (termo frequentemente usado por Marx) com uma hierarquia “feudal” mais ou menos pronunciada; o papel das repúblicas urbanas e confederações de cidades; a Igreja Católica, que, juntamente com suas ambições imperiais, favoreceu a formação de Estados territoriais sob um poder supremo centralizado e centralizador; a monarquia absoluta e, finalmente, a monarquia

---

<sup>92</sup> Para Marx, o mercado mundial é uma categoria analítica especial, não simplesmente um grande mercado internacional. Trata-se da forma mais desenvolvida da “circulação geral”, na qual as mais diversas circulações se reúnem e passam umas pelas outras. Assim, o mercado mundial também é o lugar onde as diversas formas e tipos de capitalismo se encontram com outras sociedades nas quais prevalecem modos de produção não capitalistas ou pré-capitalistas. Todas elas não somente entram em contato, mas a longo prazo são obrigadas a se encaixar como partes de uma economia mundial na qual o capital, no sentido moderno, domina.

constitucional e a república (burguesa) – portanto o Estado-nação –, desde as tentativas repetidamente fracassadas de formar impérios dentro da Europa (em sucessão ao Império Romano), passando pela defesa contra invasões de impérios não europeus, até o estabelecimento de um sistema de Estados europeus.

Para Marx, o país clássico do desenvolvimento estatal é a França. Nela o desenvolvimento e a expansão de um poder estatal centralizado, burocraticamente organizado e baseado na divisão do trabalho anda de mãos dadas com uma mudança (ocasionalmente vista por Marx, seguindo o modelo clássico de Políbio, como um ciclo de formas estatais ou de governo) das formas estatais e governamentais. O ponto final historicamente necessário deste desenvolvimento moderno é o estado territorial e nacional uniformemente organizado e controlado centralmente, na forma de uma república burguesa, com governo parlamentar e sufrágio universal. Marx descreveu várias vezes o caso “clássico” do desenvolvimento do Estado francês<sup>93</sup>. No início da década de 1850, ele vê claramente que muitos países e regiões da Europa não se encaixam exatamente neste esquema. A Espanha, por exemplo, é um desses casos. Em 1855, no primeiro artigo da série sobre a *Espanha revolucionária*, Marx compara o desenvolvimento do Estado espanhol com o resto da Europa: lá, a monarquia absoluta surgiu primeiro, mas sem centralização, sem “unidade social” imposta de cima, com direitos políticos e liberdades das cidades e latifúndios que há muito haviam sido vítimas do desenvolvimento do Estado em outros países europeus<sup>94</sup>.

Marx caracteriza outro caso especial – o desenvolvimento estatal da Rússia – em sua série de artigos sobre a *História secreta da diplomacia no século XVIII*, de 1856/57. Ele esclarece historicamente a formação específica do Estado russo, a partir da prolongada luta contra a suserania do Império Mongol, um proto-Estado puramente tributário. A unificação da Rússia

<sup>93</sup> Cf. *Der achtzehnte Brumaire ...* in: MEW 8, p. 150 e 196f und *Der Bürgerkrieg in Frankreich*, in: MEW 17, p. 516, 538 e 591.

<sup>94</sup> Ver MEW 10, p. 434-442; Mega 2 I/13, p. 417-421.

sob a suserania de Moscou – na luta contra o domínio mongol e contra as repúblicas das cidades russas – explica a forma especial da formação moderna do Estado, cujo início se dá sob o reinado de Pedro, o Grande<sup>95</sup>. Marx estava bastante orgulhoso dessa apresentação detalhada – sua contribuição para a história política –, iniciada “não com observações gerais, mas com fatos”<sup>96</sup>, e ofereceu um “novo material para nova história” ao invés de “novas observações sobre um material já conhecido”<sup>97</sup> – ou seja, um verdadeiro teste da nova concepção de história junto com “descoberta(s) histórica(s)”<sup>98</sup>.

Graças ao seu intenso envolvimento com a política britânica, com a questão irlandesa e com a política colonial do Império, ele rapidamente percebe que o desenvolvimento do Estado inglês ou britânico também não se encaixa no padrão, apesar do desenvolvimento inicial de um Estado-nação na ilha. Finalmente, Marx aborda a Alemanha, que, de modo geral, ainda tem o desenvolvimento do Estado moderno à sua frente. Em seguida, os Estados Unidos, com os quais Marx lida repetidamente de forma intensa. Afinal, trata-se de uma república burguesa de origem europeia, que passou de uma revolução burguesa para outra, formando uma forma democrática de Estado sem possuir, no entanto, um aparato estatal comparável aos países europeus. Por meio de seus estudos histórico-políticos e histórico-econômicos, Marx torna-se cada vez mais consciente da conexão entre o desenvolvimento do Estado moderno – na verdade, do sistema estatal europeu – e o desenvolvimento do capitalismo moderno. O poder estatal não é apenas a “alavanca” que acelera o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo, pois sem um Estado desenvolvido o modo de produção capitalista é impensável. Sem o Estado, não há mercado, não há comércio, não há dinheiro e sistema de crédito.

---

<sup>95</sup> Cf. Karl Marx: *Enthüllungen zur Geschichte der Diplomatie im 18. Jahrhundert*. In: Karl Marx, Politische Schriften, Bd. 2, hrsg. von Hans-Joachim Lieber, Stuttgart 1960, p. 727-832.

<sup>96</sup> Marx para Isaac Ironside, 21 de junho de 1856. In: MEW 29, p. 538.

<sup>97</sup> Marx para Charles Dobson Collet, 23 de outubro de 1856. *Ibid.*, p. 542.

<sup>98</sup> Ele declarou isso claramente em suas cartas particulares a Engels e a sua esposa, expressando também a intenção de enviar a publicação para “o antigo porta-voz da história na Alemanha” (Marx para Jenny Marx, 21 de junho de 1856. *Ibidem*, p. 536; Marx para Engels, 12 de fevereiro de 1856. *Ibidem*, p. 11).

Mas não só. Sem o Estado não há qualquer fábrica, nem mesmo o trabalho assalariado moderno (o mesmo valendo para a escravidão moderna).

Aqui está apenas um exemplo menos conhecido dos manuscritos econômicos de Marx: no texto originário (Urtext) do primeiro rascunho de Para a crítica da economia política, Marx enfatiza a conexão entre o Estado moderno e o desenvolvimento do sistema monetário moderno: “a monarquia absolutista, ela própria já produto do desenvolvimento da riqueza burguesa até um estágio incompatível com as antigas relações feudais, necessita – de acordo com o poder geral uniforme que deve ser capaz de exercer em todos os pontos da periferia, como alavanca material desse poder – do equivalente geral, isto é, riqueza em sua forma sempre pronta, na qual é bastante independente das relações particulares locais, naturais e individuais. Ela requer riqueza sob a forma de dinheiro. (...) A monarquia absolutista está, portanto, ativa na transformação do dinheiro no meio geral de pagamento. Isto só pode ser realizado através da circulação forçada, o que faz com que os produtos circulem abaixo de seu valor”<sup>99</sup>.

Marx descreve aqui uma forma histórica do Estado moderno, a monarquia absolutista, seu modo de existência econômico, sua dependência de impostos, sua ação política, que requer a transformação de todos os impostos em impostos monetários, como uma alavanca para o desenvolvimento de um sistema monetário moderno que só é adequado ao modo capitalista de produção. É a “época da monarquia absolutista emergente”, na qual a arte das finanças consiste em transformar todos os produtos em mercadorias e todas as mercadorias em dinheiro, isto é, “pela força”, com o pleno uso do poder estatal, para que todos os impostos possam ser cobrados como impostos sobre o dinheiro. Esta é a forma do Estado em sua época particular, momento que traz consigo uma das condições prévias do capitalismo – o funcionamento e circulação geral de mercadorias e dinheiro, um dinheiro que cumpre todas as suas funções necessárias em todos os momentos e em todos os lugares<sup>100</sup>.

---

<sup>99</sup> Mega 2 II/2, p. 19.

<sup>100</sup> Ibid., p. 20.

Marx considerou a conexão entre o desenvolvimento estatal e capitalista como o ponto mais difícil de se entender adequadamente. Em *O capital*, ele forneceria as bases, a “quintessência” de sua teoria crítica. O “desenvolvimento do que se segue”, por sua vez, deveria partir dessa base, e seria “também facilmente realizada por outros ...”, com exceção da “relação das diversas formas de Estado com as diversas estruturas econômicas da sociedade”<sup>101</sup>. Os estudos minuciosos do recente desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos da América e na Rússia, que ele empreendeu a partir de 1870, fortaleceram sua visão de que não havia um capitalismo histórico, mas vários, não uma linha de desenvolvimento capitalista, mas várias. Assim, o desenvolvimento do capitalismo como um sistema político-econômico mundial era uma história mais complexa do que ele suspeitava no início. Ambos os novos capitalismo – o americano e o russo – desenvolveram-se em conexão com Estados que, em muitos aspectos, não correspondiam ao padrão da Europa Ocidental. O capitalismo americano se desenvolveu tão tumultuosamente que começou a eclipsar o padrão clássico do capitalismo industrial, a Inglaterra<sup>102</sup>. Portanto, havia uma razão para Marx voltar ao estudo da história mundial.

---

<sup>101</sup> Marx para Ludwig Kugelmann, 28 de dezembro de 1862, MEW 30, p. 639. Esta passagem, como muitas das outras cartas de Marx, é ambígua. Marx exagerou muito quando afirmou que com base em seus “princípios de economia política” (a alusão a Ricardo e Sismondi pode ser encontrada nesta carta como em muitas outras) tudo o que “segue” – ou seja, deixado incompleto por ele – poderia ser facilmente realizado por outros, isto é, por seus possíveis alunos. Até hoje ainda se discute como os problemas pendentes da crítica de Marx à economia podem ser adequadamente resolvidos. Em segundo lugar, a análise do desenvolvimento histórico mundial dos Estados e das estruturas sociais econômicas é um enorme programa, para o qual o próprio Marx (não esquecendo Engels, mas indo além dele) forneceu apenas algumas partes. Os marxistas do período clássico (especialmente os austromarxistas – Max Adler, Otto Bauer, Rudolf Hilferding, Karl Renner) contribuíram com algo útil para o estudo da relação entre o desenvolvimento estatal e capitalista, enquanto os representantes atuais de uma teoria supostamente “materialista” do Estado tendem a não fazê-lo.

<sup>102</sup> Como é sabido, Marx tinha o plano de tomar os EUA em vez da Inglaterra como modelo de “desenvolvimento capitalista clássico” em edições futuras ou no curso de uma revisão minuciosa de *O capital*. Esta mudança de modelo não correu inteiramente bem. Pois a Inglaterra continuou sendo, sem dúvidas, o país modelo de desenvolvimento industrial, enquanto os EUA foram o país no qual a industrialização da agricultura foi realizada pela primeira vez de forma ampla. Além disso, existiam vários padrões rivais para o desenvolvimento do moderno sistema de crédito. Na época de Marx, Londres continuou sendo o centro do mercado monetário internacional, ao mesmo tempo o centro do sistema monetário e de crédito internacional. Por sua vez, Nova Iorque e Chicago foram os pioneiros do desenvolvimento da moderna bolsa de valores (ações e de mercadorias). No entanto, nos anos 1870 os EUA ainda não tinham um sistema monetário unificado, de tal modo que até 1913 os bancos americanos permaneceram sem um banco central em nível federal (os bancos centrais existiam apenas em estados individuais, mas um Federal Reserve, ou seja, um banco central dos bancos centrais regionais, não existiu por muito tempo, nem um sistema monetário unificado).

Nos estudos de 1881/82 há alguns pontos de vista dominantes, perceptíveis na disposição do material e sua avaliação, ou seja, na forma como Marx lê Botta e Schlosser e como ele trabalha suas apresentações em suas notas. No centro de sua análise está o desenvolvimento do Estado moderno, visto (conforme a concepção de Marx e Engels) como um processo relacionado ao desenvolvimento do comércio, da agricultura, da mineração, dos assuntos fiscais, da infraestrutura espacial. Muita atenção é dada à conexão entre Estado, direito e organização administrativa, assim como (de acordo com uma concepção historicamente materialista) à conexão entre Estado e guerra, isto é, entre organização pública e tecnologia militar.

O que isto poderia ter significado para uma possível reformulação do “princípio orientador” de 1859 – ou seja, a concepção “materialista” da história – só pode ser conjecturado. Ainda isso, isto é claro: no final de seu longo processo de pesquisa, iniciado em 1844, Marx sabe muito bem que nem o desenvolvimento do capitalismo nem o desenvolvimento do Estado moderno – que o condiciona e é condicionado por ele – são unilineares e levam sempre ao mesmo resultado. A consequência para o inacabado *O capital* é que se torna muito mais difícil compreender o “tipo geral” de capitalismo ou desenvolvimento capitalista, “por assim dizer, em sua média ideal”, como Marx formulou confiantemente em seu manuscrito para o terceiro volume de 1864/65<sup>103</sup>. O tipo geral e a média ideal se referiam ao capitalismo da Europa Ocidental, como Marx admitiu na década de 1870<sup>104</sup>. Esta percepção, no entanto, apenas tornava (novamente) mais claro o problema,

---

<sup>103</sup> MEW 25, p. 142, 152, 839; Mega 2 II / 15, p. 144-145 e 805. Em sua edição do terceiro volume de *O capital*, Engels não alterou a precisa formulação dessas passagens presentes no manuscrito original de Marx (cf. texto original de Marx em Mega II / 4.2, pp. 215 e 853).

<sup>104</sup> Ele sabia que o modo de produção capitalista – como ele o descreve em *O capital* – existia em seu tempo apenas excepcionalmente em alguns lugares do globo. Falar do modo de produção capitalista como o dominante, permeando toda a produção social, todas as relações sociais, ainda era sonhar com o futuro em seu tempo. O que Marx disse em 1847 sobre os economistas do período clássico, de acordo com Engels, que eles sabiam mais sobre o futuro do capitalismo do que sobre seu presente, também se aplica a si mesmo (cf. Friedrich Engels, *Der Freihandelskongress in Brüssel*, MEW 4, p. 307; *Speech of Dr. Marx on Protection, Free Trade, and the Working Classes*, Mega 1, vol. 6, p. 430).



não sua solução: como conectar a teoria geral com uma “história conjectural” do capitalismo moderno?

Engels, que afirmou não ter nenhuma máxima, formulou a máxima que Marx e ele próprio seguiram assim que elaboraram o programa de pesquisa da “concepção materialista da história”: “toda a história deve ser novamente estudada”<sup>105</sup>. Isto também se aplica à longa e enredada história do capitalismo, sobre a qual a teoria deve se provar.

---

<sup>105</sup> Engels para Conrad Schmidt, 5 de agosto de 1890. In: MEW 37, p. 436.

BRUNO PEIGO ROMÃO

## ECONOMIA, DESENVOLVIMENTO E FORMA JURÍDICA NO MARXISMO ONTOLÓGICO DE LUKÁCS

Recebido em 24/05/2022

Aprovado em 12/10/2022

# ECONOMIA, DESENVOLVIMENTO E FORMA JURÍDICA NO MARXISMO ONTOLÓGICO DE LUKÁCS

## Resumo

O presente trabalho busca analisar as relações de determinação existentes entre economia, desenvolvimento e direito na obra *Para uma Ontologia do Ser Social*, de György Lukács. Inserido no quadrante da Filosofia do Direito, e a partir do método de revisão sistemática de literatura, o trabalho constatou que a economia (e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico) tem prioridade ontológica sobre o direito, que aparece, por sua vez, como reflexo daquela.

**Palavras-chave:** Lukács, direito, economia

BRUNO PEIGO  
ROMÃO

Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre e graduado em Direito pela mesma instituição. Advogado. E-mail: [bruno.peigo.romao@gmail.com](mailto:bruno.peigo.romao@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4320-2860>

## **Abstract**

This article sought to analyze the existing relationships of determination between economy, development and law in the book *Toward the Ontology of Social Being*, by György Lukács. Inserted in the field of Philosophy of Law, and methodologically based on a systematic literature review, the article reached the conclusion that economy (and, consequently, development) has ontological priority over law, which appears, in turn, as a reflection of economy.

**Key words:** Lukács, Law, Economy

## Introdução

As relações entre direito e economia vêm se constituindo, nos últimos anos, como um dos principais objetos de estudo dos pesquisadores das ciências humanas. Importantes iniciativas interdisciplinares surgiram e vêm se renovando com esta finalidade, como é o caso da análise econômica do direito (no original, *law and economics*), mas também dos estudos focados na relação entre macroeconomia e direito e direito e desenvolvimento.

Por mais que o surgimento destas iniciativas deva ser celebrado, deve-se tratar com cautela afirmações acerca de sua originalidade. Isto porque, já há alguns séculos, pensadores dos mais variados matizes chegaram à conclusão que é impossível compreender adequadamente a particularidade do direito sem o auxílio do estudo da economia e vice-versa: é o caso de Adam Smith e David Ricardo, estudiosos proeminentes do campo econômico, mas também de Max Weber, sociólogo e jurista de formação.

A pertinência destes novos movimentos, portanto, não reside tanto na sua inovação, mas sim no seu esforço de rememorar (principalmente aos juristas) que é, se não impossível, bastante inconveniente (para dizer o mínimo) tentar apartar, teoricamente e também na prática, direito e economia. No tocante ao fenômeno jurídico, o aviso adquire dupla gravidade, já que “o direito é um meio usado por autoridades do Estado para ordenar inúmeras relações sociais. É importante demais para ficar entregue a jogos de cena e formalismos intelectuais vazios” (CASTRO, 2012, p. 22).

Pretendendo contribuir com as discussões desta área, o presente trabalho elege como objeto de pesquisa específico as relações de determinação existentes entre economia, desenvolvimento e direito na obra *Para uma ontologia do ser social* do filósofo húngaro György Lukács. Evidentemente que o presente trabalho, por sua própria natureza, busca entender o direito não de forma apartada, mas sempre levando em conta suas relações com outros complexos, como a Economia Política. É possível afirmar mesmo que encontra nestas relações o seu tema de pesquisa, sendo elas o objeto principal

da Filosofia do Direito<sup>1</sup>. Desta forma, deve o presente trabalho trazer em si as marcas e limites desta disciplina, que tem como traço distintivo a pretensão de compreender o direito para além de seus aspectos particulares, dialogando com a política, a moral e a economia.

Quanto ao autor da *Ontologia*, cumpre lembrar que, nascido em 1885 e falecido em 1971 na Hungria, trafegou por muitas correntes filosóficas (tais quais o neokantismo e o hegelianismo) até desembocar no pensamento de Marx, após o sucesso da Revolução Russa de 1917. Esta desembocadura será o início de um longo, demorado e gradual processo de apropriação do pensamento marxiano, que será concluído na obra de maturidade do húngaro, *Para uma ontologia do ser social*.

Nesta obra, a tese central de Lukács é a de que, diferentemente do que vinha-se afirmando até então, a obra de Marx não se constitui meramente em uma teoria econômica ou mesmo sociológica, mas, antes, constitui-se em uma verdadeira crítica ontológica, isto é, um rigoroso exame (*kritikós*) das mais fundamentais categorias do ser social, isto é, daquela forma de existência que é posta e construída pelos seres humanos a partir de seus atos concretos. E, justamente por ter como objeto a própria existência dos seres humanos, é capaz de dar relevantes contribuições a variados aspectos da vida humana, como a própria economia e o direito.

Ao falar destes dois últimos complexos, Lukács ressalta sua importância e pertinência para a vida do ser social, mas não os lega a um tratamento autônomo, sistemático e interligado, como o faz, por exemplo, com os complexos da ideologia e do estranhamento, por exemplo. Assim, trata-se de um ponto problemático, que merece a referida investigação se o desejado é aclarar como os complexos econômico e jurídico são tratados na obra do

---

<sup>1</sup>“O direito não é dado apenas no seu aspecto interno, no seu afazer de juristas. Ele se manifesta socialmente, de modo histórico, a partir de determinadas estruturas e relações sociais. Por isso, a filosofia do direito, ao abarcar o todo do fenômeno jurídico, deve necessariamente se debruçar sobre a relação do direito com a economia, com o capitalismo, com a política, com a cultura, as religiões, as classes sociais. Ela não é só a expressão máxima do afazer do jurista – tarefa que se costuma delegar à teoria geral do direito –, mas, sim, expressão máxima do próprio direito enquanto verdade social” (MASCARO, 2016, p. 16).

filósofo húngaro. Para fins analíticos, pode-se dizer que a pergunta que anima este trabalho é a seguinte: como se dão as relações de determinação entre direito, economia e desenvolvimento na obra *Para uma ontologia do ser social*?

Tendo em vista a conhecida abordagem crítica que tem o marxismo para com o direito, partir-se-á da hipótese de que, em *Para uma ontologia do ser social*, o fenômeno jurídico será visto como secundário perante as relações econômicas de produção e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico. Acredita-se que o estudo detalhado da obra de Lukács será capaz de demonstrar que, para o filósofo húngaro, a possibilidade de intervenção real do direito na economia é largamente limitada pelo próprio imperativo econômico. Tal hipótese restará confirmada ou refutada na conclusão do presente trabalho.

Justifica-se a pesquisa por duas razões de ordens diferentes. A primeira é contribuir para os estudos acerca do pensamento lukácsiano, que buscam dar seguimento às formulações e notas originais do filósofo rumo ao aprofundamento de seu pensamento. A segunda é contribuir para o aprofundamento dos estudos acerca das relações entre direito e economia, para isto partindo de um campo teórico que foge dos já tradicionais referenciais microeconômicos e macroeconômico de inspiração keynesiana: o marxista.

O método utilizado para a realização da pesquisa é o da revisão sistemática de literatura, por meio do qual serão extraídas, sistematizadas e aprofundadas as informações necessárias a partir, principalmente, da pesquisa dos dois volumes de *Para uma ontologia do ser social*, bem como de autores da tradição marxista e, em menor espaço (por uma questão de coerência metodológica), autores de outras tradições.

## **I. A prioridade ontológica da economia**

Como já afirmado anteriormente, a obra madura de Lukács é marcada por se situar, essencialmente, no terreno do marxismo. Por esta razão, tem de

partir das principais formulações desta concepção filosófica, e, fazendo-o, necessariamente assume para si a sua tese principal, como exposta na famosa sùmula da *Contribuição à crítica da economia política*:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais.

A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1987, p. 29-30).

A espinha dorsal da concepção filosófica de Marx é a de que, no curso da história, os indivíduos travam entre si e entre a natureza determinadas relações, responsáveis por permitir que produzam seus meios materiais de vida e, com isto, sua própria vida. Estas relações de produção são as responsáveis por fundar e delimitar uma estrutura de existência, a econômica, que, por sua vez, delimita e condiciona o surgimento de todas as formas de consciência (individuais e coletivas) superestruturais: a política, a moral e também o direito.

Perceba-se que, diferentemente do que os críticos mais apressados insistem em ventilar à exaustão, o marxismo não se resume a uma redução de toda a complexidade humana à esfera econômica. A única coisa que se afirma é que, no tocante à vida humana, a produção e a reprodução das condições materiais desta vida são os fatores determinantes em última (e somente em última) instância. Neste sentido, inclusive, esclarece Engels que

de acordo com a concepção materialista da história, o fator que em última



instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu jamais afirmamos mais que isto. Se alguém o tergiversa, fazendo do fator econômico o único determinante, converte esta tese numa frase vazia, abstrata, absurda (MARX; ENGELS, 2010, p. 103-104).

O condicionamento que as variadas formas de consciência humana sofrem nas mãos da economia não é imediato, na forma de uma relação entre causa e consequência. Por esta razão, não é possível afirmar que um determinado modo de produção econômico gere diretamente uma determinada forma política ou jurídica. No entanto, o que se deve afirmar (e esta é uma das principais contribuições do marxismo) é que nenhuma forma ideal tem uma autonomia absoluta em si mesma. Por esta razão, quem quiser desvendá-las, isto é, quem quiser desvendar a particularidade da política, da religião ou do direito em uma determinada época, deve necessariamente ir além da esfera mais imediata de suas manifestações e buscar estudar sua raiz, seu fundamento: o modo como aquela época produz e reproduz suas condições básicas de vida e, a partir disto, condiciona de maneira mediada estas formas ideais.

É justamente por isto que Marx afirma que

minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil”, seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; mas que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política (MARX, 1987, p. 29).

Ressaltado este condicionamento por parte da economia sobre as manifestações superestruturais humanas (nas quais se insere o direito), surge, no entanto, um problema: qual a natureza exata deste condicionamento? Já se sabe que, conforme as anotações de Marx e também de Engels, ele não é imediato e direto, mas nos textos originais dos fundadores do materialismo histórico os limites exatos acerca deste condicionamento não são bem definidos.

Aqui, o trabalho de maturidade de Lukács virá justamente no sentido de aclarar a questão. Em um primeiro momento, o autor redimensionará a importância da economia para a tradição marxista ao enfatizar o papel do trabalho para a constituição humana. Compreendendo-o como uma atividade prática mediadora entre indivíduo e natureza, onde os indivíduos modificam materialmente a realidade objetiva, entenderá que é por meio dele, inclusive, que os indivíduos modificam a sua própria natureza e subjetividade<sup>2</sup>. Assim, o ato básico de produção econômica, o trabalho, é o grande responsável pelo próprio desenvolvimento da humanidade.

O trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, desenvolve “as potências que nela se encontram latentes” e sujeita as forças da natureza “a seu próprio domínio”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios de trabalho, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc. O homem que trabalha “usa as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para submeter outras coisas a seu poder, atuando sobre elas de acordo com seu propósito”. Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si o que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos etc. existem objetiva e independentemente da consciência do homem; e tão somente através de um conhecimento correto, através do trabalho, é que podem ser postos em movimento, podem ser convertidos em coisas úteis (LUKÁCS, 2018, p. 286).

É o trabalho, célula nuclear das relações de produção, também o grande responsável pela reprodução do ser natural dos indivíduos: ao trabalharem, isto é, ao produzirem e reproduzirem as condições materiais de vida dos indivíduos, opera-se a própria reprodução biológica do gênero humano.

---

<sup>2</sup> No mesmo sentido, pode-se ler em Marx (2013, p. 255-256) que “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio”.

Assim, é por meio das práticas econômicas (cujo núcleo, nunca se esqueça, é o trabalho) que os indivíduos garantem, em um primeiro momento, sua sobrevivência eminentemente biológica<sup>3</sup>.

Por esta razão, o trabalho (e as relações econômicas que são travadas a partir dele) aparece como o grande responsável por conservar a vida biológica dos indivíduos, ao mesmo tempo que os torna capazes de produzir realidades novas a partir da natureza. Devido a esta importância, Lukács afirmará que a economia, como um complexo de práticas, tem prioridade ontológica sobre todos os outros complexos de práticas humanas (direito, política, religião, etc.).

Para compreender este enunciado, deve-se ter em mente que

é preciso distinguir claramente o princípio da prioridade ontológica dos juízos de valor gnosiológicos, morais etc. inerentes a toda hierarquia sistemática idealista ou materialista vulgar. Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível (LUKÁCS, 2018, p. 307).

Assim, afirmar a prioridade ontológica de um ente ou complexo sobre o outro não implica valorizar mais um ente que o outro, nem emitir um juízo moral que beneficie um lado da relação em detrimento do outro. A prioridade ontológica diz respeito, unicamente, a uma constatação de ordem de existência: diz-se que algo tem prioridade ontológica sobre alguma coisa quando este algo pode existir sem esta coisa, mas o oposto não é verdadeiro: a existência da coisa em questão depende da existência prévia deste algo.

Segue o autor afirmando que

é o que ocorre com a tese central de todo materialismo, segundo a qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência. Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode haver ser sem consciência,

---

<sup>3</sup> Ao analisar a obra de Lukács, Andrade (2016, p. 41) conclui que “a economia, precisamente porque se conecta direta e indiretamente à reprodução efetiva da existência humano-biológica, é, no quadro da totalidade social, um complexo social que se diferencia de todos os outros complexos”.

enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algum ente (LUKÁCS, 2013, p. 307).

Portanto, a prioridade ontológica é, de certa forma, um atributo de toda corrente filosófica materialista, na medida em que esta defende a preponderância do ser sobre a consciência, compreendida adequadamente como a prioridade ontológica do ser sobre a consciência: pode o ser existir sem a consciência, mas é impossível a consciência existir sem o ser. De fato, esta tese parece, em alguma medida, até banal, pois a ciência moderna comprova exaustivamente que antes de existir qualquer forma de consciência já havia a natureza.

Sendo assim, e se a prioridade ontológica já se faz presente em toda corrente materialista, qual a grande inovação proposta por Marx a partir do materialismo histórico? Explicará Lukács que

o mesmo vale, no plano ontológico, para a prioridade da produção e da reprodução do ser humano em relação a outras funções. Quando Engels, em seu discurso fúnebre a Marx, fala do “fato elementar [...] de que os homens precisam em primeiro lugar comer, beber, ter um teto e vestir-se, antes de ocupar-se de política, de ciência, de arte, de religião, etc.”, ele está falando exclusivamente dessa relação de prioridade ontológica. E o próprio Marx o afirma com clareza no prefácio a *Sobre a crítica da economia política*. É sobretudo importante o fato de ele considerar “o conjunto das relações de produção” a “base real” a partir da qual se explicita o conjunto das formas de consciência; e que estas, por seu turno, são condicionadas pelo processo social, político e espiritual da vida. Ele sintetiza isso assim: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina sua consciência”. Desse modo, o mundo das formas de consciência e seus conteúdos não é visto como produto imediato da estrutura econômica, mas da totalidade do ser social (LUKÁCS, 2013, p. 308).

Assim, a prioridade ontológica da economia diz respeito à prioridade que assume na vida dos homens os atos mais básicos de produção e reprodução de sua vida material. Antes de fazer direito, política ou mesmo arte, os indivíduos precisam comer, beber e ter um teto. É possível comer, beber e ter

um teto sem fazer política, direito ou arte (por mais que seja difícil e precário), mas não é possível fazer política, direito ou arte sem comer, beber ou ter um teto. Desta forma, as formas de consciência (das quais política, direito e arte são os exemplos mais claros) são condicionadas pelos modos de produção econômicos porque estes têm prioridade ontológica sobre aquelas, isto é, a economia; a produção das condições materiais imediatas de vida é o pressuposto real e necessário para que direito, política e arte posteriormente surjam e se desenvolvam.

Obviamente que, num estágio de alta complexidade social como o existente hoje, é impossível conceber a manutenção da economia sem a existência destas formas de consciência. Pense-se, por exemplo, no direito e na categoria jurídica de sociedade de ações. Justamente por isto, afirma Lukács que

[...] no ser social, o econômico e o extraeconômico convertem-se continuamente um no outro, estão numa irrevogável relação recíproca, da qual porém não deriva, como mostramos, nem um desenvolvimento histórico singular sem leis, nem uma dominação mecânica “por lei” do econômico abstrato e puro, mas da qual deriva, ao contrário, aquela orgânica unidade do ser social, na qual cabe às leis rígidas da economia precisamente e apenas o papel de momento preponderante (LUKÁCS, 2018, p. 310).

Há ação recíproca entre o fator econômico e o extraeconômico, mas isto não implica afastar a prioridade do econômico, que possibilita o surgimento inclusive desta reciprocidade. É a economia que permite o surgimento e desenvolvimento contínuo destas formas ideais, que acabará por engendrar, inclusive, a retroação destas formas ideais na base econômica.

### **1.1 O desenvolvimento econômico**

A partir desta concepção que dá importância central à economia para a compreensão da vida humana, Lukács poderá traçar, a partir das notas de Marx, uma noção de desenvolvimento que em muito se distingue de suas versões modernas.

Afirmará o autor que, devido à prioridade ontológica da economia sobre todos os outros fenômenos humanos, o desenvolvimento humano tem como base fundamental o desenvolvimento econômico, que é compreendido não a partir de juízo valorativo acerca das capacidades humanas, mas sim de um juízo analítico acerca da crescente socialização da economia ao longo da história, isto é, da crescente integração social de toda a economia mundial. Isto, no entanto, não é a mesma coisa que melhora das condições de vida dos indivíduos ou mesmo de uma população em geral.

Sobre isto, esclarece Lukács que,

nas notas fragmentárias com as quais conclui a Introdução ao “Rascunho”, Marx se detém sobretudo na “relação desigual” verificada no vínculo entre desenvolvimento econômico e objetivações sociais importantes, como o direito e sobretudo a arte. Ele sublinha de imediato um momento ontológico-metodológico decisivo, que deve estar no centro da argumentação quando se enfrentam esses problemas: o conceito de progresso. Sua indicação é que “em geral o conceito de progresso não seja concebido com a abstração habitual”. Trata-se, em primeiro lugar, de romper com a abstratividade de um conceito muito genérico de progresso; em última instância, esse conceito seria a aplicação ao curso histórico da extrapolação lógico gnosiológica de uma *ratio* generalizada de modo absoluto (LUKÁCS, 2018, p. 380).

Onipresente nas velhas narrativas iluministas, o conceito abstrato de progresso oferece sérios empecilhos a uma compreensão materialista do desenvolvimento porque “segundo Marx, o progresso econômico objetivo, ainda que explicitamente as faculdades humanas em geral, pode provocar, de modo concretamente necessário, a redução, a deformação etc. – ainda que temporárias – dessas faculdades” (LUKÁCS, 2018, p. 380-381). Constata-se aqui a “desigualdade de desenvolvimento de algumas faculdades humanas, devida ao fato, economicamente determinado, de as categorias do ser social tornarem-se sempre mais sociais” (LUKÁCS, 2018, p. 381).

Explica ainda o autor que

é um fato incontestável que a Terra foi outrora povoada por inúmeras

pequenas tribos, que frequentemente não sabiam quase nada uma da outra, ainda que fossem vizinhas, enquanto hoje estamos a caminho da unidade econômica, de uma plena e completa interdependência mesmo entre os povos mais afastados entre si. Para nós, o que importa neste momento é que tal integração do desenvolvimento econômico realizou-se, em geral, fora da consciência e, na maioria das vezes, contra a vontade dos homens envolvidos no processo. A unificação espontânea e inestancável dos homens num gênero não mais mudo, não mais apenas natural, a unificação numa espécie humana, portanto, é um fenômeno ulterior que acompanha necessariamente o desenvolvimento das forças produtivas (LUKÁCS, 2018, p. 401).

Reaparece, assim, a figura do desenvolvimento econômico como a paulatina e histórica integração dos polos econômicos regionais e nacionais em uma unidade econômica, descartando juízos valorativos acerca do bem ou mal que isto traz às vidas individuais.

Apesar dos muitos momentos de estagnação ou de retrocesso – a tendência global da economia leva tanto a uma crescente socialidade nas formas de contato dos homens entre si quanto, ao mesmo tempo, a uma integração das comunidades menores em comunidades cada vez mais amplas e conexas. Em outras palavras, a articulação recíproca dos vários complexos sociais aumenta constantemente, em termos extensivos e intensivos. Finalmente, pela primeira vez na história, o capitalismo cria uma efetiva economia mundial, a ligação econômica de todas as comunidades humanas entre si. O nascimento do gênero humano em sentido social é o produto necessário, involuntário, do desenvolvimento das forças produtivas. Em segundo lugar, o que reforça ainda mais o caráter não teleológico desse progresso, também nesse caso devemos falar de desenvolvimento desigual (LUKÁCS, 2018, p. 402).

Um exemplo desta questão é o próprio imperialismo. Lênin o define como a fase mais moderna do capitalismo, responsável por apresentar uma concentração monopolística em termos de capitais por parte do capitalismo financeiro (compreendido, na ótica leninista, como a fusão de capitalismo industrial e capitalismo bancário, que se faz representar por gigantescas associações monopolistas internacionais) que é responsável,

consequentemente, pela exportação de determinados capitais para países oprimidos.

Por esta razão,

o capital financeiro lança, permita-se a expressão, as suas redes a todos os países do mundo. Os bancos que se constituem nas colônias e as suas sucursais desempenham, na ocorrência, um importante papel. Os imperialistas alemães veem com inveja os “velhos” países colonizadores que, a este respeito, têm o seu futuro assegurado de maneira particularmente “vantajosa”: em 1904, a Inglaterra tinha 50 bancos coloniais com 2279 sucursais (em 1910, tinha 72 com 5449 sucursais); a França tinha 20 com 136 sucursais; a Holanda 16, com 68 sucursais; enquanto que a Alemanha não tinha “ao todo e por toda parte” senão 13 com 70 sucursais. Os capitalistas americanos, por seu turno, invejam seus confrades ingleses e alemães: “Na América do Sul, escreviam eles profundamente magoados em 1915, cinco bancos alemães têm 40 sucursais e 5 bancos ingleses têm 70... A Inglaterra e a Alemanha ao longo dos últimos vinte e cinco anos investiram cerca de 4 bilhões de dólares na Argentina, no Brasil e no Uruguai, o que fez com que eles beneficiem de 46% do total do comércio destes três países”. Os países exportadores de capitais partilham (no sentido figurado da palavra) o mundo em si. Mas o capital financeiro conduziu também à partilha direta do globo (LÊNIN, 1987, p. 64-65).

Este processo de divisão das riquezas de países subjugados por parte dos capitais internacionais deve ser entendido como parte integrante do processo de desenvolvimento econômico do ser social. Quando abordado sob uma ótica apartada de juízos valorativos, pode-se constatar que, por mais que este procedimento traga claras desvantagens para os sujeitos a ele subordinados, trata-se necessariamente de um caminho rumo à integração e unidade econômica do mundo. Repise-se (e nunca custa fazê-lo) que isto não é suficiente para justificar estes procedimentos muitas vezes bárbaros. Trata-se, simplesmente, da constatação de que, por mais que tenham trazido tragédias às vidas individuais dos sujeitos, no fim, acabaram por contribuir para o processo de integração econômica do globo, constituindo-se,



assim, como a expressão necessária do processo de desenvolvimento histórico econômico.

A constatação de que muitas vezes estes procedimentos foram operados sob forte prejuízo aos indivíduos não é desconhecida por Lênin (1987, p. 123) nem por Lukács, que esclarece:

O caráter não teleológico desse desenvolvimento conforme a leis revela-se também no fato de que – tal como no caso da elevação das faculdades humanas – os veículos concretos por meio dos quais se realiza entram permanentemente em contradição com a própria coisa: guerras sangüinárias, escravização e até extermínio de povos inteiros, devastações e casos de degradação humana, exacerbação da hostilidade entre nações que chegam a se transformar em ódios seculares – esses são os “meios” imediatos por meio dos quais se realizou e ainda se realiza essa integração da humanidade em gênero humano (LUKÁCS, 2018, p. 403).

Somente a partir da prioridade ontológica da economia, ou seja, da prioridade ontológica da produção e reprodução da vida humana, que Lukács é capaz de discriminar uma noção de desenvolvimento humano que não é teleológico e que não lança mão do velho ideal iluminista de progresso. Seu conceito é essencialmente contraditório, e isto não é um problema em sua formulação, mas sim a apropriação teórica de uma determinada parcela do movimento da realidade objetiva que, por si, é contraditória: ao mesmo tempo que a produção das condições materiais de vida humana se torna mais socializada, eficiente e integrada no mundo, pode-se assistir a violações e ameaças gravíssimas às individualidades humanas. Isto explica por que o povo que produziu Goethe também foi o povo que, séculos depois, levantou ao redor de seu carvalho o campo de Buchenwald. Trata-se do desenvolvimento desigual em sua expressão mais nítida, implicando que o desenvolvimento econômico nem sempre é seguido do desenvolvimento humano.

Primeiro: o dispêndio de trabalho físico para a reprodução do homem decresce; hoje um trabalhador produz 50 ou 100 vezes mais daquilo que seria

necessário para a reprodução de sua vida física. O segundo ponto é o que Marx chamou de recuo das barreiras naturais. Isso quer dizer que, por meio do trabalho, um ser originariamente biológico se converte em um ser humano; com isso, o fator biológico não desaparece, mas é transformado. Hoje, as pessoas podem assumir comportamentos tão selvagens quanto possível, mas nenhum dos estudantes rebeldes regredirá às formas de alimentação e sexualidade dos tempos primordiais. Quem preconiza uma sexualidade pura preconiza a sexualidade pura de 1970, e não a de qualquer era remota. Em outros termos, esse recuo das barreiras naturais que conhecemos é um tipo de progresso, um processo irreversível. O terceiro momento, finalmente, é o grande processo de integração. A humanidade existia originariamente em pequenas unidades e, a uma distância de 50 ou 100 quilômetros, uma unidade não sabia nada da outra. Apenas o capitalismo, com o mercado mundial, criou a base daquilo que hoje podemos denominar de humanidade. Hoje ela aparece de uma maneira puramente negativa (LUKÁCS, 2008, p. 345).

Para Lukács, portanto, o desenvolvimento econômico é fenômeno humano, histórico e verificável, a partir da constatação de que a reprodução das condições básicas de vida dos indivíduos ocorre de forma cada vez mais articulada mundialmente, cada vez menos dependente do trabalho físico humano e, por fim, de forma cada vez mais autônoma em relação à base natural sobre a qual opera.

Assim, toda a problemática dos ditos países em desenvolvimento adquire novos contornos a partir da pena de Lukács, pois, a partir dela, o desenvolvimento é desmistificado como um objetivo final onde necessariamente se alcançariam melhores condições de vida para os indivíduos. Ao contrário, o que Lukács propõe é que o caminho do desenvolvimento econômico não garante, necessariamente, uma melhora nas condições de vida dos indivíduos, justamente por se tratar de um tipo de desenvolvimento desigual.

Para fins de clarificação, é interessante cotejar esta conclusão com o movimento do Direito e Desenvolvimento, surgido na década de 70 nas universidades americanas. Conforme um de seus principais expoentes, David Trubek:

O movimento do Direito e Desenvolvimento foi construído em torno do paradigma de desenvolvimento ocidental dominante na época, que priorizava o papel do Estado na economia e o desenvolvimento dos mercados internos. Era o período da industrialização por substituição de importações, na qual os países em desenvolvimento buscavam construir sua própria capacidade industrial, limitando as importações de manufaturados de economias avançadas e fornecendo subsídios para as empresas nacionais (TRUBEK, 2006, p. 75, tradução nossa<sup>4</sup>).

Tal movimento buscava superar os problemas das nações subdesenvolvidas a partir do paradigma ocidental de desenvolvimento, priorizando a produção industrial a partir do direcionamento do mercado pelo Estado. Concretizada a partir de instrumentos jurídico-institucionais, acreditava-se que esta medida traria como consequência uma melhora significativa na vida dos indivíduos, manifesta a partir de um aprofundamento da democracia e da liberdade.

Embora a retórica do desenvolvimento enfatizasse que os objetivos finais eram a liberdade e a democracia, não apenas o crescimento, os projetos se concentravam no crescimento. As políticas de desenvolvimento davam ênfase na questão econômica não porque os planejadores estivessem desinteressados em democracia política ou desenvolvimento social, mas porque aqueles que se preocupavam com essas questões achavam que elas decorreriam do crescimento econômico (TRUBEK, 2006, p. 75, tradução nossa<sup>5</sup>).

Assim, acreditava-se que, a partir do crescimento econômico, necessariamente decorreria o desenvolvimento humano, traduzido nas noções de democracia

---

<sup>4</sup> “The L&D movement was built around the dominant Western development paradigm of the time that gave priority to the role of the state in the economy and the development of internal markets. This was the era of import-substitution industrialization, in which developing countries sought to build their own industrial capacity by limiting manufactured imports from advanced economies and providing subsidies for national firms. The basic economic model was one of a regulated market economy in which the state played an active role, not just through various forms of planning and industrial policy but also through state ownership of major industries and utilities”.

<sup>5</sup> “Although the rhetoric of development stressed that the ultimate goals were freedom and democracy, not just growth, the projects focused on growth. Development policy stressed economic matters not because planners were uninterested in political democracy or social development, but because those who cared about such matters thought they would follow from economic growth”.

ou mesmo liberdade. Tal tese perde força no final da década de 70. Além de constatar que as iniciativas que buscavam difundir as noções fundamentais do movimento do Direito e Desenvolvimento não conseguiam se tornar hegemônicas nas faculdades de Direito, ou, quando tinham algum alcance, não saíam das páginas dos livros ou eram limitadas e instrumentalizadas para confirmar os propósitos das elites dos países em desenvolvimento (TRUBEK, 2006, p. 78-79), constatou-se um outro problema ainda mais grave: Por fim, mesmo quando mudanças ocorreram de fato na esfera econômica, ensejando mais práticas de pensamento instrumental, de criação mais efetiva de leis, abordagens mais propositivas relativas à adjudicação e práticas jurídicas mais pragmáticas, o tão esperado aprofundamento da democracia e da proteção dos direitos individuais não ocorreu. Isto foi um verdadeiro choque para os legalistas liberais ocidentais que partiam do pressuposto de que o sistema legal era um todo unitário e que a reforma em uma esfera levaria necessariamente à mudança progressiva em outras áreas. Estes castigados reformadores se depararam com a possibilidade de que o legalismo, o instrumentalismo e o autoritarismo poderiam formar um amálgama estável, de modo que seus esforços para desenvolver a economia, o direito e as práticas jurídicas poderia fortalecer práticas autoritárias (TRUBEK, 2006, p. 79, tradução nossa<sup>6</sup>).

Se entre as teses de Lukács e as crenças originais do movimento pode-se perceber uma grande diferença, o mesmo não ocorre quanto ao balanço crítico que o movimento faz de si, pois, de forma contingente, e até um pouco experimental, os proponentes do Direito e Desenvolvimento chegam às mesmas conclusões que Lukács já havia traçado alguns anos antes acerca do desenvolvimento econômico: ele não necessariamente engendraria o surgimento de padrões de sociabilidade mais ajustados à defesa e proteção das liberdades e garantias individuais, ficando, assim, constatada a essencial

---

<sup>6</sup> “Finally, even when change did come about in the economic sphere, leading to more instrumental thinking, effective law making, purposive approaches to adjudication and pragmatic lawyering, the hoped-for spillover to democracy and protection of individual rights did not occur. This was a real shock to Western liberal legalists who had assumed that the legal system was a seamless whole and that reform in one sphere would necessarily lead to progressive change in other areas. These chastened reformers found themselves facing the frightening possibility that legalism, instrumentalism, and authoritarianism might form a stable amalgam so that their efforts to improve economic law and lawyering could strengthen authoritarian rule”.

assimetria entre desenvolvimento econômico (isto é, a socialização – integração da economia mundial) e desenvolvimento humano.

Trazido o movimento do Direito e Desenvolvimento para melhor explicitar a pertinência dos posicionamentos de Lukács acerca da economia e do desenvolvimento, cabe agora investigar qual o papel que assume o fenômeno jurídico em relação ao econômico na obra do autor.

## **2. O direito como reconhecimento oficial do fato**

Como já abordado previamente na introdução, o conceito de direito em Lukács é diretamente dependente do seu conceito de economia, não havendo possibilidade de compreendê-lo sem entender, previamente, que a economia aparece como o pressuposto ontológico necessário para todas as manifestações humanas, estando aí, incluso, o direito. Por não dar sistematicidade suficiente nem à questão econômica (e, conseqüentemente, à questão do desenvolvimento), nem à questão jurídica, partiu-se da noção de que era necessário desvendar exatamente qual o papel da economia na obra lukácsiana para, então, poder ser desvendado o direito. No último capítulo, concluiu-se que ela tem prioridade ontológica sobre todos os outros fenômenos humanos. Munido disto, passa-se agora à questão do direito.

Para Lukács, a relação entre direito e economia adquire contornos relevantes na obra marxiana em *A Miséria da Filosofia*, datada de 1847, onde Marx buscava se contrapor às formulações do pensador francês Pierre-Joseph Proudhon.

Na passagem específica em que trata do direito, Marx rivaliza com as concepções de seu adversário que afirmam que o direito tem a capacidade de influenciar decisivamente a economia. Em suma, Marx critica a postura de Proudhon, que entende que “o dinheiro recebe valor do soberano, e não do comércio” (MARX, 2017, p. 84).

Criticando esta concepção, provoca Marx:

De fato, é preciso ser desprovido de qualquer conhecimento histórico para ignorar que os soberanos, em todos os tempos, submetem-se às condições econômicas, sem jamais lhes impor sua lei. A legislação, tanto política quanto civil, apenas enuncia, verbaliza o poder das relações econômicas.

Foi o soberano que se apoderou do ouro e da prata para torná-los agentes universais da troca, imprimindo-lhes sua chancela, ou foram esses agentes universais da troca que, ao contrário, se apoderaram do soberano, obrigando-o a imprimir-lhes sua chancela e dar-lhes uma consagração política? (MARX, 2017, p. 82).

E, mais à frente, complementa:

O ouro e a prata só são aceitáveis de direito porque o são de fato, e o são de fato porque a organização atual da indústria necessita de um agente universal de troca. O direito não é mais que o reconhecimento oficial do fato (MARX, 2017, p. 84).

Lukács afirmará que esta passagem terá papel central para a compreensão adequada do direito, justamente por classificá-lo como uma “forma específica de espelhamento, da reprodução consciente daquilo que sucede *de facto* na vida econômica” (LUKÁCS, 2013, p. 238).

Quando fala em espelhamento (e, às vezes, em reflexo<sup>7</sup>), é importante ter em mente que o húngaro entende o seguinte:

O fundamento de todo conhecimento correto da realidade, tanto para a realidade natural quanto para a realidade social, é o reconhecimento da objetividade do mundo externo, isto é, de sua existência independentemente da consciência humana. Toda concepção de mundo externo é um reflexo operado pela consciência humana deste mundo que existe independentemente desta consciência (LUKÁCS, 1977, p. 187, tradução nossa<sup>8</sup>).

---

<sup>7</sup> Nas traduções latino-americanas mais antigas, é mais comum ver utilizada a palavra reflexo, enquanto nas edições mais recentes, como a da Boitempo, predomina o uso da palavra espelhamento. São sinônimos e assim são abordados neste trabalho.

<sup>8</sup> “El fundamento de todo conocimiento recto de la realidad, igual si se trata de la naturaleza que si trata de la sociedad, es el reconocimiento de la objetividad del mundo externo, esto es, de su existencia independentemente de la consciencia humana. Toda concepción del mundo externo es un reflejo por la consciencia humana del mundo que existe independentemente de la consciencia”.

A humanidade só consegue modificar adequadamente a realidade objetiva a partir de seu conhecimento adequado, que é produto necessário do reflexo desta realidade nas consciências individuais humanas. Lukács defende a ideia de que estas “reproduções jamais possam ser cópias quase fotográficas, mecanicamente fiéis da realidade. Elas são sempre determinadas pelos pores de fim” (LUKÁCS, 2013, p. 67). Estas reproduções, produto da captação ideal da realidade pelos indivíduos, não podem ser tidas como idênticas à realidade, tal qual uma fotografia. E isto porque são limitadas, norteadas e influenciadas pelas práticas reais humanas. Assim, é a prática; os interesses práticos que condicionam a possibilidade do conhecimento, e não o contrário.

Por isto, esclarece o autor que

a resistência muito disseminada contra essa relação elementar e irrevogável do homem com o mundo que o cerca, sobre o qual ele atua, provém não por último da tomada de consciência mecanicista-gnosiológica dessa relação, que pretende transformar esse processo imagético altamente complexo e complicado numa espécie de fotografar dos objetos pela consciência. Porém, Marx jamais fala disso. A crítica juvenil ao materialismo de Feuerbach já se concentra no fato de que, nele, essa relação não é concebida no sentido da práxis, mas meramente como “contemplação”, “não subjetivamente”. Mas o que significa essa subjetividade para o processo “sujeito-objeto” complexo do trabalho? De modo algum a negação daquele caráter de imagem correta, que corresponde ao objeto, do qual aqui se fala. A sua gênese só precisa ser complementada no sentido de que, em termos de ser, jamais se fala de uma mera contemplação, de uma aceitação do objeto de modo consciente passivo, que ao sujeito cabe, muito antes, um papel ativo, de iniciativa: sem pôr teleológico não há percepção, imagem, conhecimento corretos, relevantes para a prática, do mundo objetivo. Só o pôr teleológico direcionado para o uso, para a mudança do mundo objetivo, produz aquela seleção dentre a infinitude tanto extensiva como intensiva dos objetos e processos da natureza que possibilitam um comportamento da práxis em relação a eles. (...) O pôr teleológico não produz só uma delimitação, uma seleção

no ato de reproduzir a imagem, mas, ao fazer isso – e para além disso –, oferece orientação concreta para aqueles momentos do ser-em-si que devem e podem ser postos por ele na relação desejada, na conexão planejada etc. (LUKÁCS, 2013, p. 414).

A necessidade de alterar o mundo induz o conhecimento reflexivo minimamente adequado da realidade que se quer modificar, sendo isto válido para o direito. É por esta razão que Lukács endossa e aprofunda a afirmação de Marx acerca do direito ser um reconhecimento oficial do fato, esclarecendo que

o fato de o sistema vigente do direito positivo e a factualidade socioeconômica na vida cotidiana subsistirem lado a lado e se encontrarem ao mesmo tempo emaranhados leva necessariamente aos mais diversos tipos de más interpretações da relação entre ambos. Polemizando contra tal teoria errada de Proudhon e em conformidade com a constatação da prioridade ontológica e da legalidade própria dos processos econômicos, Marx propôs a seguinte definição: “O direito é apenas o reconhecimento oficial do fato”, a saber, da prioridade recém-constatada do econômico.

Essa definição quase aforística é extremamente rica em conteúdo, contendo já os princípios mais gerais daquela discrepância necessária entre direito e realidade econômico-social, da qual já falamos no capítulo sobre Marx. A determinação “o fato e seu reconhecimento” expressa com exatidão a condição de prioridade ontológica do econômico: o direito constitui uma forma específica do espelhamento, da reprodução consciente daquilo que sucede *de facto* na vida econômica (LUKÁCS, 2013, p. 238).

Assim, o direito é uma forma específica de espelhamento da realidade dos indivíduos, tendo como seu fundamento aquilo que ocorre na vida econômica. Lembre-se que, para Lukács, tem a economia prioridade sobre todos os outros complexos humanos, justamente por ser o pressuposto necessário para a existência de todas as outras manifestações humanas. Por esta razão, o direito só pode se constituir como um espelhamento desse primeiro complexo fundamental; isto é, como algo que é provocado pelas necessidades do mundo econômico a surgir e a dar soluções para seus problemas.



O adjetivo oficial se dá a partir da importância do Estado na produção deste reconhecimento do mundo econômico. É a partir dele e de suas instituições que são produzidos os espelhamentos jurídicos, isto é, diretivas acerca de como se comportar frente às questões postas na ordem do dia pela realidade objetiva, estruturada sobre as relações econômicas<sup>9</sup>.

Por esta razão, o autor entende que

o reconhecimento só pode adquirir um sentido real e razoável dentro de um contexto prático, a saber, quando por meio dele se enuncia como dever ser a reação a um fato reconhecido, quando nele está contida uma instrução sobre que tipo de pores teleológicos humanos deve decorrer daí, ou, então, como deve ser apreciado o referido fato enquanto resultado de pores teleológicos anteriores. Ora, esse princípio experimenta uma concretização ainda maior por meio do adjetivo “oficial”. O caráter do dever ganha, por essa via, um sujeito precisamente determinado em termos sociais, justamente o Estado, cujo poder determinado em seu conteúdo pela estrutura de classe consiste aqui essencialmente no fato de possuir o monopólio sobre a questão referente a como devem ser julgados os diferentes resultados da práxis humana, se devem ser permitidos ou proibidos, se devem ser punidos etc. (...) Desse modo, surge um sistema tendencialmente coeso de enunciados, de determinações factuais (reconhecimento), cuja incumbência é submeter o relacionamento social dos homens a regras nos termos do Estado monopolista (LUKÁCS, 2013, p. 238).

Inclusive, é por esta razão que, na obra lukácsiana, o direito não aparece como um indutor de desenvolvimento econômico, mas antes como um produto reflexo deste desenvolvimento, tendo sempre papel secundário perante a prioridade ontológica da economia.

---

<sup>9</sup> “Lukács coloca em conexão não apenas a relação funcional entre o Direito e o complexo econômico que possui, no que diz respeito àquele, prioridade ontológica, mas, indo além, demonstra, ao mesmo tempo, como o Estado intervém nesta relação, visando potencializar o poder da classe dominante, à medida que torna possível a reprodução da estrutura de classe nas suas formas e no seu conteúdo específico. O Estado, porque possui ‘o monopólio da força física legítima’, equivale dizer, ‘o monopólio da avaliação acerca dos vários resultados da práxis humana’, sendo, pois, capaz de atribuir aos fatos da vida social relevância jurídica, forma, ao lado do Direito e da economia, uma das conexões sociais mais decisivas para a reprodução da sociedade de classes” (ANDRADE, 2016, p. 148).

É a partir desta prioridade que Lukács será capaz de traçar as origens do complexo jurídico abandonando o clássico brocardo *ubi societas, ibi jus*, já que ressaltará que, com o surgimento do gênero humano, ainda não há que se falar propriamente em direito. E isto porque, para o autor, no início da humanidade a coesão ainda existia em sociedade em nível muito alto. Por esta razão, os indivíduos partilhavam, em alto grau, interesses, aspirações e desejos, não havendo, portanto, a necessidade de um sistema especializado de solução de eventuais litígios.

Enquanto os problemas da cooperação e convivência social dos homens são capazes de regular por si mesmos suas necessidades, espontânea e facilmente identificáveis, sem necessidade de um aparato particular (família e escravos domésticos, a jurisdição nas democracias diretas); enquanto isso ocorre, não existe o problema da autonomia da esfera jurídica diante da econômica (LUKÁCS, 2018, p. 385).

Isto, obviamente, não implica afirmar que não havia litígios, mas simplesmente que eles não eram complexos o suficiente para engendrar a proposição de um sistema conscientemente especializado para sua solução. No lugar disto, instituições tradicionais faziam as vezes dos modernos juristas, como é o caso do xamã.

A situação é modificada radicalmente com o surgimento do excedente econômico, isto é, da produção social para além da satisfação imediata das necessidades do grupo produtor. Sobre ele, José Paulo Netto e Marcelo Braz explicam o seguinte:

O surgimento do excedente econômico, que assinala o aumento da produtividade do trabalho, opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas: com ele, não só a penúria que as caracterizava começa a ser reduzida, mas, sobretudo, aparece na história a possibilidade de *acumular os produtos do trabalho*. Dois efeitos logo se farão sentir. De um lado, junto com uma maior divisão na distribuição do trabalho (o artesanato avança e se torna relativamente mais especializado), produzem-se bens que, não sendo utilizados no autoconsumo da comunidade, destinam-se à troca com outras comunidades – está nascendo a *mercadoria* e, com

ela, as primeiras formas de troca (comércio). De outro, a possibilidade da acumulação abre a alternativa de explorar o trabalho humano; posta a exploração, a comunidade divide-se, antagonicamente, entre aqueles que produzem o conjunto de bens (os *produtores diretos*) e aqueles que se apropriam dos bens excedentes (os *apropriadores* do fruto do trabalho dos produtores diretos) (NETTO; BRAZ, 2012, p. 69).

Com o surgimento deste excedente econômico, abre-se a possibilidade de mercantilizá-lo, isto é, torná-lo mercadoria, ente este que, por sua vez, demanda o surgimento de uma rede de trocas (mercado) e também de atributos pessoais a determinados indivíduos e seus grupos, que os classifiquem em detentores do excedente econômico e produtores do excedente econômico. Instaure-se, assim, a primeira divisão de classes da história.

Só quando a escravidão instaurou a primeira divisão de classes na sociedade, só quando o intercâmbio de mercadorias, o comércio, a usura etc., introduziram, ao lado da relação “senhor – escravo”, ainda outros antagonismos sociais (credores e devedores etc.), é que as controvérsias que daí surgiram tiveram de ser socialmente reguladas e, para satisfazer essa necessidade, foi surgindo gradativamente o sistema judicial conscientemente posto, não mais meramente transmitido em conformidade com a tradição (LUKÁCS, 2013, p. 230).

Com o surgimento de todos estes novos entes econômicos, Lukács afirmará que a complexidade do ser social se intensificará a níveis nunca antes vistos, aprofundado e intensificando, em termos de complexidade, os conflitos já existentes, além de dar margem ao surgimento de novos tipos de disputas. Por esta razão, e a partir do desenvolvimento econômico, se faz necessário o surgimento de um sistema especializado na solução de conflitos e disputas, visando a preservação do ser social. Surge assim, finalmente, o complexo jurídico.

Assim, diferente do que é habitualmente atribuído à tradição marxiana, percebe-se que Lukács vincula o surgimento do direito não a uma vontade específica e imediata de uma classe dominante, mas ao próprio desenvolvimento econômico do ser social, na medida em que coloca na ordem do

dia a problemática econômica da mercadoria. É uma necessidade eminentemente econômica, e não o arbítrio (ou desejo de poder) de uma classe ou outra, que coloca na ordem do dia a necessidade de se construir um sistema específico e relativamente autônomo de resolução de disputas. Mais uma vez, como já abordado previamente de forma abstrata, cumpre lembrar que, aqui, a economia não cria absolutamente nada, não havendo que se falar, portanto, na economia como uma causa última no sistema marxiano. Como visto, a economia, por meio de seu desenvolvimento contingente e histórico, acaba fazendo com que os indivíduos se defrontem com novos tipos de problemas e questões, que instigam e provocam (mas não obrigam) estes indivíduos a agirem. Neste sentido,

o próprio desenvolvimento social providencia que daí não resulte nenhuma autonomia absoluta, naturalmente não de modo automático, mas na forma de tarefas a serem cumpridas em cada caso, na forma de reações, atividades etc. humanas que surgem a partir delas, não importando se, nessas questões, essa autonomia se torne mais ou menos consciente, não importando o quanto ela seja medida ou o quanto seja desigual o modo como ela se impõe. Nessa questão, o marxismo vulgar não foi além de uma declaração de uma dependência niveladora, mecânica, em relação à infraestrutura econômica (o neokantismo e o positivismo do período revisionista representaram um castigo justo da história por essa vulgarização) (LUKÁCS, 2013, p. 249).

Por mais que o direito surja a partir das necessidades do desenvolvimento do mundo econômico (e não do puro arbítrio de um indivíduo ou classe), Lukács afasta a tese de que ele seja neutro ou mesmo desinteressado politicamente. Para o filósofo, ele nasce de forma necessariamente classista, pois é posto a partir das complexidades engendradas por um mundo econômico que privilegia certas classes em detrimento de outras.

Cabe lembrar que este mundo econômico não é impessoal: “as mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras”, sendo necessário, portanto, “nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias” (MARX, 2013, p. 159). A produção mercantil é fundamentada

na divisão de classes, e, por esta razão, os interesses de classe são determinantes na produção do reflexo jurídico.

Isto gera aquilo que, para Lukács, consiste na contradição fundamental da forma jurídica:

O princípio fundamental do ordenamento jurídico abrange a síntese das seguintes aspirações, totalmente heterogêneas: em primeiro lugar, a intenção é que o domínio de uma classe, enquanto condição social que passou a ser óbvia e reconhecida como tal, determine as atividades de todos os seus membros de tal maneira que, em sua práxis, estes se submetam “voluntariamente” aos preceitos dessa condição, que inclusive a sua crítica teórica seja admitida somente dentro dos limites – amplos ou estreitos – do quadro traçado a partir daí. Esse sistema, que representa o curvar-se de todas as classes diante da dominação de uma classe – muitas vezes naturalmente com base em acordos entre classes –, tem como forma necessária de manifestação um dever unitário para a sociedade tanto em seu todo como no detalhe; em muitos aspectos singulares, esse dever pode até ser meramente técnico-manipulador, mas deve expressar, tanto para fora como para dentro, a vontade de viver dessa sociedade, sua capacidade de viver enquanto totalidade (LUKÁCS, 2013, p. 245).

Ao mesmo tempo que o direito é profundamente particularista, na medida em que busca impor para toda a sociedade interesses classistas (isto é, interesses daquelas classes que dominam o modo de produção econômico em um determinado tempo histórico), deve ocultar este traço de caráter e se travestir de universalista. Esta é a grande contradição que dilacera o direito: afirmar e garantir os interesses da classe dominante de um modo que este conteúdo classista não se manifeste de forma aberta, mas seja recalçado sob um verniz de neutralidade e universalidade. A economia (e os interesses de quem a domina) acaba por determinar pesadamente o direito, mas não de forma direta e imediata, mas sempre a partir de mediações e formas fenomênicas de manifestações que fazem com que aparente ser neutro.

É, inclusive, esta vinculação do jurídico ao econômico que possibilita a Lukács opinar acerca do fenecimento do direito, entendendo que se trata

de uma possibilidade em aberto do desenvolvimento humano. Se o direito deve seu nascimento à complexidade e conflituosidade surgidos no seio da humanidade a partir do nascimento da forma mercadoria, acredita o filósofo húngaro que a única possibilidade de superá-lo, isto é, de fazer com o que o direito se torne supérfluo, é a partir da superação da forma mercadoria, a ser realizada dentro da transição rumo ao comunismo.

Somente quando todas as condições e relações objetivas do trabalho social tiverem sido revolucionadas, ‘quanto tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão social do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância’, numa sociedade cuja base de reprodução é “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”, essa discrepância deixará de existir, todavia ao mesmo tempo se tornará supérflua a esfera do direito assim como a conhecemos na história até este momento (LUKÁCS, 2013, p. 244).

Trata-se, assim, da “reabsorção, pela sociedade, pelas massas populares, do poder estatal com suas próprias forças vitais em vez de forças que a controlam e subjagam, constituindo sua própria força em vez da força organizada de sua supressão” (MARX, 2011, p. 129). Tal como em Marx, para Lukács o processo que se inicia com a tomada do poder político pela classe trabalhadora e tem seu término na construção de uma sociedade sem classes, mercadoria e Estado, deve, necessariamente, passar pelo fenecimento da forma jurídica. Isto se daria a partir do constante fortalecimento de uma democracia popular, que decidiria diretamente as questões da vida cotidiana, prescindindo assim de instâncias especializadas, como o direito e o Estado. Mais uma vez, mostra-se o ligamento umbilical que tem o direito e a economia na obra lukácsiana, pois a possibilidade de superação daquele só se dá a partir de uma mudança qualitativa no terreno econômico.

## Conclusão

A partir da reconstrução e sistematização dos conceitos de economia, desenvolvimento e direito na obra *Para uma ontologia do ser social*, acredita-se que a hipótese delimitada na introdução do presente trabalho foi confirmada: de fato, na obra lukácsiana, as potencialidades do direito aparecem severamente limitadas e adstringidas perante a questão econômica.

Na *Ontologia*, a economia aparece como o verdadeiro terreno para o surgimento da humanidade, na medida em que tem como predicado a prioridade ontológica perante todos os outros fenômenos humanos. Isto não significa que ela gera diretamente estes outros fenômenos, mas sim que ela é o pressuposto existencial para seu surgimento e manifestação. Assim, política e direito, por exemplo, não são produtos diretos da economia de uma certa sociabilidade humana, mas, antes, são complexos relativamente autônomos que só podem surgir após a consolidação da economia, isto é, após a consolidação de práticas mínimas de produção e reprodução das condições materiais de vida humana.

Neste quadro, o desenvolvimento econômico aparece como a tendência histórica de integração dos polos econômicos em uma unidade econômica mundial, onde, independentemente de gerar melhorias nas condições individuais de vida, pode-se constatar uma reprodução econômica mais articulada mundialmente e menos dependente tanto do trabalho físico humano quanto das próprias forças da natureza. Há, assim, na obra lukácsiana, um certo desencantamento com a capacidade do desenvolvimento econômico de gerar melhoras na condição de vida dos indivíduos.

Não obstante isto, é este processo sócio-histórico de desenvolvimento econômico que coloca na ordem do dia da humanidade o surgimento da mercadoria e, conseqüentemente, o surgimento de novas questões eminentemente complexas, que, por sua vez, engendram e provocam o surgimento, a partir das vontades humanas, de um complexo jurídico conscientemente posto. Trata-se, portanto, de constatar que é a tendência do

desenvolvimento econômico que enseja o surgimento do fenômeno jurídico, e não o contrário.

Marcado pela economia, o direito aparecerá como um reflexo deste mundo econômico, sendo, portanto, delimitado por ele e suas necessidades. Pelo fato de ter prioridade ontológica perante todos os outros fenômenos humanos, é a economia que determina os rumos do direito, e não o inverso. Sendo o direito um mero reconhecimento do fato econômico, ele não é capaz de influenciá-la ativamente e, portanto, também não tem potência suficiente para engendrar de forma ativa o desenvolvimento econômico, sendo, antes, seu produto.



## Referências

- ANDRADE, Mariana. *Ontologia, Dever e Valor em Lukács*. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.
- CASTRO, Marcus Faro de. *Formas jurídicas e mudança social: interações entre o direito, a filosofia, a política e a economia*. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987, 4.a ed.
- LUKÁCS, György. Der Spiegel entrevista o filósofo Lukács, *Verinotio – Revista on-line de educação e ciências humanas*, Belo Horizonte, n. 9, ano V, 2008. Disponível em <<http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/264>>. Último acesso em 6 de janeiro de 2022.
- \_\_\_\_\_. Arte y verdad objetiva. In: *Materiales sobre el realismo*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2018, 2.ª ed.
- \_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Os Pensadores, vol. I, São Paulo: Nova Cultural, 1987, 4.ª ed.
- \_\_\_\_\_. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- \_\_\_\_\_. Para a crítica da economia política. In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Os Pensadores, vol. I, São Paulo: Nova Cultural, 1987, 4.ª ed.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MASCARO, Alysson. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Atlas, 2016, 5.a ed. (revisada, atualizada e ampliada).
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2012.
- TRUBEK, David M. The “Rule of Law” in Development Assistance: Past, Present and Future. In: TRUBEK, David M.; Santos, Alvaro (org.). *The New Law and Economic Development: A Critical Appraisal*. Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

MARCO DANTAS DA ROCHA

## UTILITARISMO E TEORIA NEOCLÁSSICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A NATUREZA IDEOLÓGICA DA CIÊNCIA ECONÔMICA

Recebido em 30/06/2022

Aprovado em 22/11/2022

# UTILITARISMO E TEORIA NEOCLÁSSICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A NATUREZA IDEOLÓGICA DA CIÊNCIA ECONÔMICA

## Resumo

Este trabalho visa discutir a natureza ideológica da teoria econômica neoclássica. Para tanto, em primeiro lugar, examina-se a noção de ideologia, bem como a questão da neutralidade ideológica e sua possível vinculação a uma visão de mundo conservadora. Em seguida, apresenta-se o utilitarismo como um dos candidatos a elemento ideológico da economia neoclássica, além de algumas de suas potenciais implicações teóricas e práticas. Por fim, são expostos e comentados argumentos em defesa da racionalidade que sustenta o edifício teórico neoclássico e são exploradas, dentro das limitações existentes, questões que poderiam surgir a partir das reflexões apresentadas.

**Palavras-chave:** ideologia; economia neoclássica; utilitarismo; utilidade; racionalidade.

MARCO DANTAS  
DA ROCHA

Bacharel em Ciências Econômicas  
pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: [marcodantasdr@gmail.com](mailto:marcodantasdr@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6805-1435>

## **Abstract**

This work aims to discuss the ideological nature of neoclassical economics. In order to do so, it first examines the notion of ideology, as well as the question of ideological neutrality and its possible connection with conservative standpoints regarding society and its organization. Next, it presents utilitarianism as one of the candidates for an ideological element of neoclassical theory, in addition to some of its potential theoretical and practical implications. Finally, it exposes and comments arguments in defense of neoclassical rationality and explores, within the existing limitations, questions that could arise from the considerations presented.

**Keywords:** ideology; neoclassical economics; utilitarianism; utility; rationality.

## I. Introdução

A discussão sobre a natureza ideológica da teoria econômica neoclássica possui longo histórico. Robinson (2021, p. 2, tradução nossa), por exemplo, declara que “a própria ciência econômica (isto é, o assunto como é ensinado nas universidades e cursos e ao qual se faz menção em editoriais) sempre foi, por um lado, um veículo para a ideologia dominante de cada período, bem como, por outro, um método de investigação científica”. Myrdal (1990, p. xlvii, tradução nossa), por sua vez, afirma que “todo economista está dolorosamente ciente da existência de uma dúvida generalizada acerca do suposto caráter ‘científico’ da ciência econômica. A desconfiança é, com efeito, justificada”.

Em sua descrição da simbiose entre ciência e ideologia na teoria econômica, Schumpeter (2008, p. 211) aponta a posição intermediária ocupada pela maioria dos economistas nos debates entre aqueles que concebem a ciência econômica como irremediavelmente viciada e aqueles que negam totalmente a existência de ideologia em sua essência. Ainda assim, diante da constatação de que sempre haverá algum vestígio ideológico no trabalho científico, Schumpeter (2008, p. 220) expressa sua confiança no aperfeiçoamento de testes capazes de atenuar de forma cada vez mais eficaz o viés ideológico intrínseco à atividade dos chamados cientistas econômicos.

Visto que diretrizes e políticas calcadas na ortodoxia econômica integram o conjunto de códigos que compõem o arranjo social corrente (ROBINSON, 2021, p. 4; KEITA, 1993, p. 67), a compreensão do mundo atual exige o exame dos elementos ideológicos que compõem a teoria neoclássica. Admitiremos, como Aristóteles (1973, p. 250), que “nossa discussão será adequada se tiver tanta clareza quanto comporta o assunto, pois não se deve exigir a precisão em todos os raciocínios por igual”. Assim, conforme o alerta de Robinson (2021, p. 23, tradução nossa) a respeito da combinação entre ciência, ideologia e economia, devemos estar cientes de que “não encontraremos respostas ordenadas para as perguntas que ela suscita. A principal

característica da ideologia dominante em nossa sociedade hoje é sua extrema confusão. Entendê-la significa tão somente revelar suas contradições”.

Além desta introdução e da conclusão, três seções compõem este trabalho. Na primeira, discutimos a concepção de ideologia e a possibilidade da neutralidade ideológica; na segunda, na tentativa de identificar os alicerces ideológicos do edifício teórico neoclássico, oferecemos uma breve descrição do contexto histórico-social em que foram lançadas as bases da revolução marginalista; além disso, debatemos o utilitarismo e duas de suas possíveis expressões nas formulações neoclássicas: as noções de utilidade e racionalidade. Por fim, na terceira seção, apresentamos e comentamos argumentos dos defensores da abordagem neoclássica.

## **2. A concepção de ideologia**

No intuito de esclarecer os mal-entendidos que podem decorrer do uso irrefletido da palavra “ideologia”, Mannheim (1998, p. 49-50) apresenta dois sentidos para o termo: o primeiro, associado ao senso comum, é chamado de “particular”, e pode ser entendido como um disfarce retórico consciente com vistas à manipulação da realidade; o segundo recebe o nome de “total”, e alude à estrutura mental — que se desdobra em opiniões e comportamentos específicos — de uma época ou de um grupo. Ao rejeitar o primeiro sentido e adotar o segundo como aquele que melhor descreve a noção de ideologia, Mannheim (1998, p. 51, tradução nossa) afirma:

Quando atribuímos um mundo intelectual a um período histórico e outro a nós mesmos, ou se um determinado estrato social historicamente determinado pensa em categorias diferentes das nossas, não cabe falar de casos isolados associados ao conteúdo do pensamento, mas de sistemas de pensamento fundamentalmente divergentes e de modos de experiência e interpretação amplamente distintos.

O sentido total de ideologia remete à visão de mundo incutida nos indivíduos a partir de sua situação social (MANNHEIM, 1998, p. 51). Para Mannheim

(1998, p. 52), a existência desse quadro geral de referência é externa aos indivíduos, mas se instrumentaliza neles, de modo que seus juízos são amparados por uma base sistemática de conceitos que compõem a totalidade de um mundo mental. Assim, em um debate, “começamos a tratar as visões de nosso adversário como ideologias quando deixamos de considerá-las mentiras calculadas” e entendemos sua gênese social (MANNHEIM, 1998, p. 54, tradução nossa).

Mészáros (2012, p. 65), por seu turno, separa a ideologia de elementos como ilusão e superstição e a define como uma forma de consciência social notadamente prática, ancorada nas contradições reais do arranjo social. Por outro lado, a dimensão prática da ideologia também alimenta sua dimensão intelectual, com implicações de longo alcance em áreas como arte, literatura, filosofia e teoria social, como deixa claro o autor ao afirmar que “é esta orientação prática que define também o tipo de racionalidade apropriado ao discurso ideológico” e que os interesses veiculados por meio do discurso adotado devem ser vistos como “indicadores práticos bem fundamentados e estímulos efetivamente mobilizadores” (MÉSZÁROS, 2012, p. 66).

Se adotarmos, portanto, a concepção de ideologia acima descrita — o sentido total de Mannheim (1998, p. 50), que, em alguma medida, coincide e se complementa com o conjunto de princípios norteadores da ação social descrito por Mészáros (2012, p. 65) —, temos razões para suspeitar que a adoção de um paradigma teórico a partir do qual todas as hipóteses são elaboradas, defendidas e refutadas implica a permanência no interior de um sistema de pensamento que limita as escolhas consideradas aceitáveis e influencia diretamente o comportamento dos indivíduos. Desse modo, precisamos nos questionar sobre a possibilidade de eliminação da ideologia na elaboração de diagnósticos e prescrições baseados nos critérios considerados científicos em nossa sociedade.

Nesse sentido, Mészáros (2012, p. 60) denuncia a forte carga ideológica inerente ao discurso que se apresenta como ideologicamente neutro. Para o autor, “a verdade é que em nossas sociedades tudo está ‘impregnado de

ideologia” (MÉSZÁROS, 2012, p. 56). Embora a discussão feita na versão original de seu livro se refira à tendência de valorização da suposta neutralidade científica que predominava nas décadas de 1970 e 1980, o diagnóstico de que essa pretensa imparcialidade serve como ferramenta de naturalização de uma série de manifestações da visão de mundo liberal-conservadora (MÉSZÁROS, 2012, p. 57-58) permanece bastante atual.

Com base em sua definição de ideologia, Mészáros (2012, p. 243) observa a sociedade organizada de acordo com princípios capitalistas e afirma que uma de suas principais características é seu suposto pluralismo. Em sua visão, contudo, tal abertura à multiplicidade de visões é falsa, pois exclui de seu escopo a contestação aprofundada dos parâmetros fundacionais da ordem vigente. Assim, o “pluralismo capitalista” é tolerante com pontos de vista divergentes, desde que tomem como ponto de partida a própria racionalidade capitalista (MÉSZÁROS, 2012, p. 244).

Dadas tais condições, Mészáros (2012, p. 245) destaca a eficiência do apelo à autoridade da ciência na apresentação pretensamente neutra e objetiva de certos compromissos de valor que guiam as ações e pensamentos de indivíduos e grupos sociais. Tal constatação é dificultada pelo fato de que a função da própria ciência nas contendas ideológicas é mutável e, muitas vezes, contraditória, como demonstram, por exemplo, sua contribuição na luta promovida pelo movimento iluminista contra o Antigo Regime e o papel eminentemente conservador que assumiu desde então (MÉSZÁROS, 2012, p. 246).

Segundo Mészáros (2012, p. 246), uma vez vencidas as barreiras ideológicas típicas do período absolutista, estabeleceu-se uma nova relação entre ciência, tecnologia e indústria, e, conseqüentemente, um novo conjunto de argumentos ideológicos compatíveis com o mundo gerado pela Revolução Industrial. O discurso da época passou, então, a exaltar a possibilidade de eliminação das mazelas da sociedade industrial por meio do aumento da

---

<sup>1</sup> Para um exemplo da adoção do pluralismo como método nos estudos econômicos, ver Bloch (2022).



produção de bens (MÉSZÁROS, 2012, p. 246; URBINA; RUIZ-VILLAVERDE, 2019, p. 80), aumento este obtido graças a avanços científicos e tecnológicos. Ainda de acordo com o autor, até mesmo a tradição socialista viu com bons olhos tal associação, embora o próprio Marx tenha notado que a ciência se submetia aos mesmos mecanismos de poder que influenciavam as demais atividades da sociedade (MÉSZÁROS, 2012, p. 247-248).

No século XIX, mesmo diante das tentativas de situar o desenvolvimento científico em uma perspectiva socialmente condicionada, o “positivismo acrítico” se firmou como abordagem dominante, fato que resultou na extirpação da dimensão histórica das análises pautadas na visão de mundo hegemônica (MÉSZÁROS, 2012, p. 250). Desse modo, alinhado aos interesses dos grupos sociais favoráveis à associação entre progresso científico e desenvolvimento econômico, o cientificismo assumiu a posição de “quadro de referência comum para uma multidão de ideologias diferentes”, e “a autoridade da ciência [...] foi utilizada para disfarçar a substância social conservadora dos pontos de vista defendidos” (MÉSZÁROS, 2012, p. 250-251).

No entanto, para Méészáros (2012, p. 301), é no campo da metodologia que o “mito da neutralidade ideológica” se manifesta de forma mais contundente. Em sua visão, a ideia de que a aplicação do método científico adequado seria capaz de eliminar as discordâncias relativas aos juízos de valor envolvidos na atividade científica possui “forte viés ideológico conservador”, pois desqualifica, “em nome da própria *metodologia*, todas as abordagens que não se ajustam àquela estrutura discursiva” (MÉSZÁROS, 2012, p. 301-302, grifo do autor). Portanto, aceitar que a suposta neutralidade do método produz soluções axiologicamente neutras é negligenciar “a importantíssima questão da *possibilidade* da neutralidade sistemática no plano da própria metodologia” (MÉSZÁROS, 2012, p. 301, grifo do autor).

Em suma, Méészáros (2012, p. 302-203) entende que a adoção de um padrão metodológico que uniformiza ações e pensamentos de grupos sociais dotados de interesses antagônicos tem, do ponto de vista dos apologetas sociais, a conveniente função de interditar a contestação das bases de organização

da sociedade. Diante disso, somente o abandono da “ficção da neutralidade metodológica e metateórica” tornaria possível a superação do pretense discurso racional que asfixia as humanidades e as ciências sociais (MÉSZÁROS, 2012, p. 303). Mézáros (2012, p. 303) conclui, então, que “a tarefa da desmistificação ideológica é inseparável da investigação do inter-relacionamento dialético complexo entre os métodos e os valores, do qual nenhuma teoria ou filosofia social consegue escapar”.

Muitos economistas discordariam dessa conclusão. Não é o caso de Robinson (2021, p. 3), cujas ponderações acerca das relações entre ideologia e ciência econômica apresentam dois atributos que conferem relevância às orientações de natureza ideológica: primeiro, seu papel na formação de diretrizes para a conduta humana; em segundo lugar, sua imprescindibilidade no processo de formulação das hipóteses que alimentam a investigação científica. Este último ponto de vista converge com o de Schumpeter (2008, p. 220), para quem a “visão” inicial do cientista, embora seja a própria fonte da ideologia na ciência, constitui elemento indispensável da atividade científica.

Robinson (2021, p. 4) estabelece uma analogia entre a ideologia, tomada em sua dimensão prática, e o instinto observado nos animais, com a diferença de que, enquanto este possui caráter inato, aquela deve ser ensinada. Mézáros (2012, p. 65) parece concordar com a economista de Cambridge quando define uma luta ideológica como “a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos”. Na interpretação de Robinson (2021, p. 6-8), a ideologia é infundida nas consciências individuais na forma de um senso moral compatível com as normas vigentes em cada sociedade, e sua atuação é dupla: de um lado, instrumento de imposição de determinadas noções de certo e errado; de outro, estímulo à adoção das condutas consideradas adequadas.

O mesmo acontece em relação às formas de organização da vida material. Como afirma Robinson (2021, p. 12), a sustentação de um sistema econômico

se dá com base em um tripé formado por: 1) um conjunto de regras de ação; 2) uma ideologia, cuja função é emprestar legitimidade a esse conjunto de regras; e 3) indivíduos dotados de uma consciência específica voltada para a aceitação das normas vigentes. Nesse sentido, a validação de tal sistema constitui um dispositivo que atua no campo descrito por Bachrach e Baratz (1963, p. 641) como a esfera da tomada de não decisão, ou seja, a limitação das opções de deliberação disponíveis a um leque de possibilidades compatíveis com as prescrições e os procedimentos dominantes na comunidade.

Assim, Robinson (2021, pp. 12-13) atribui aos economistas a função de, por meio do emprego do poder intrínseco às proposições metafísicas da teoria econômica e de um vocabulário eivado de juízos de valor, lidar os mecanismos subjacentes à ordem capitalista, de modo a confortar a consciência dos agentes econômicos em suas ações no interior do sistema. Sua função é, portanto, “justificar os caminhos de Mamom para a humanidade” e “demonstrar por que aquilo que fazemos de um modo ou de outro está de acordo com princípios apropriados” (ROBINSON, 2021, p. 19, tradução nossa). Argumento semelhante é apresentado por Urbina e Ruiz-Villaverde (2019, p. 80), que apontam a eficácia na legitimação moral e ideológica do capitalismo como a razão para o sucesso e a persistência do paradigma neoclássico — baseado na associação entre o comportamento humano e a racionalidade do *homo economicus*<sup>2</sup> —, mesmo diante de suas fragilidades.

As formulações de Mannheim (1998, p. 52), Robinson (2021, p. 4) e Mészáros (2012, p. 65) indicam, portanto, uma concepção de ideologia, a saber: o conjunto de noções socialmente aceitas que orientam a conduta dos indivíduos dentro de uma sociedade. Ao mesmo tempo, a observação de Mészáros (2012, p. 65) de que as origens da ideologia se encontram na realidade do arranjo social nos mostra que, para que possamos identificar os traços ideológicos do pensamento neoclássico, faz-se necessária uma investigação acerca do contexto histórico e social que deu origem às formulações

---

<sup>2</sup> Retomaremos este assunto com maiores detalhes na seção 4 deste trabalho.

essenciais da teoria neoclássica, bem como de elementos em seu interior que possam indicar com maior clareza sua natureza ideológica.

### 3. Ciência econômica e ideologia

A história nos oferece uma chave para a compreensão de aspectos ideológicos da teoria econômica neoclássica. Rubin (2014, p. 426), por exemplo, aponta a desconexão crescente, ao longo da primeira metade do século XIX, entre o mundo intelectual de Adam Smith e David Ricardo e o comportamento de certos segmentos sociais britânicos como uma das causas da decadência da economia clássica. Isso seria visível na obra de John Stuart Mill, em que o descompasso entre filosofia social e formulações econômicas anuncia a necessidade do surgimento de novas justificativas para as condutas dos grupos sociais dominantes (RUBIN, 2014, p. 430).

Tal incongruência se manteve até o início dos anos 1870, que, conforme o relato de Screpanti e Zamagni (2005, p. 163-164), foram marcados pelo aprofundamento de transformações estruturais, produtivas, corporativas e sociais que vinham em processo de maturação desde os decênios anteriores. Pode-se mencionar, entre outras mudanças, os primeiros sinais de uma crise generalizada do sistema capitalista, a ascensão das companhias limitadas, as fusões e aquisições que deram origem a grandes conglomerados empresariais, os conflitos sociais observados em diversos países industrializados, a adoção do padrão-ouro e o fortalecimento de tendências protecionistas (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005, p. 163-164). Segundo Hobson (2005, p. 19), a década de 1870 se caracterizou, também, pelo florescimento de uma consciência imperialista bem definida.

Esse contexto deu origem a três livros que marcaram o início da mudança de paradigma teórico que recebeu o nome de revolução marginalista: *A Teoria da Economia Política* (1871), de William Stanley Jevons; *Princípios de Economia Política* (1871), de Carl Menger; e *Elementos de Economia Política Pura* (1874-1877), de Léon Walras (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005, p. 164).

Segundo Screpanti e Zamagni (2005, p. 164-165), a partir dos anos 1880, após algum silêncio em relação às ideias contidas nas obras citadas, o antigo sistema clássico havia sido inteiramente substituído pela nova ortodoxia econômica. Consolidavam-se, pois, a partir do triunfo do Marginalismo, as bases neoclássicas (ROTHSCHILD, 2008, p. 725).

Entre os atributos da nova corrente de pensamento estavam: o foco na alocação de recursos — em vez da atenção dedicada pelos clássicos ao problema da riqueza —; a adoção do princípio da substituição, tanto na teoria do consumidor quanto na teoria da firma; o individualismo metodológico, cuja principal consequência foi a primazia do comportamento individual diante da atuação de corpos políticos e sociais; e a teoria do valor subjetivo, segundo a qual um objeto tem valor se for desejado por algum indivíduo — com base nisso, a questão da distribuição de renda entre as classes sociais deu lugar à preocupação com a determinação dos preços dos serviços e dos fatores de produção (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005, p. 165-167).

No entanto, duas características do corpo teórico neoclássico parecem demonstrar com maior nitidez sua carga ideológica. Primeiro, o fato de que, nas formulações marginalistas, as leis econômicas ganharam validade universal e afirmaram sua coloração a-histórica, o que implicou a supressão das relações sociais do escopo da nova ciência econômica (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005, p. 166-167). Trata-se do já mencionado movimento de legitimação ideológica descrito por Mészáros (2012, p. 250). Em segundo lugar, a intensificação do acento utilitarista da teoria, o que reforçou a ideia de que o comportamento humano é redutível a cálculos voltados à maximização da satisfação (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005, p. 166).

Myrdal (1990) tem algo a dizer sobre o assunto. Após afirmar que a teoria econômica, “assim como outros sistemas políticos e utopias, tem como base a filosofia do direito natural e foi desenvolvida sob a poderosa influência da filosofia social utilitarista” (MYRDAL, 1990, p. 23, tradução nossa), o autor argumenta que tanto os jusnaturalistas quanto os adeptos do utilitarismo “tentaram definir regras práticas de conduta por meio da especulação

teórica e, portanto, apresentavam baixo senso de relatividade histórica” (MYRDAL, 1990, p. 25, tradução nossa). As características elencadas no parágrafo anterior são, portanto, intimamente relacionadas.

O resultado disso é o caráter a-histórico da teoria econômica neoclássica. Como afirmou Myrdal (1990, p. 34), o fato de a teoria econômica moderna ter surgido na Grã-Bretanha explica seu veio utilitarista e hedonista, bem como sua forte tendência ao empirismo. Destarte, manifestações pontuais do viés ideológico presente na economia neoclássica estão fundamentadas na ausência da noção de história, traço que permeia noções como a interdependência dos fenômenos econômicos, o equilíbrio virtual e o papel da margem na formação dos preços (MYRDAL, 1990, p. 53).

Como dissemos, tal fundamento ideológico se desdobra em sintomas pontuais. O primeiro a ser contemplado em nossa pesquisa está associado à ideia de utilidade, cuja vinculação ao utilitarismo — evidente logo de saída — ganha ainda mais clareza nas formulações de Jevons (1988, p. 47), para quem o prazer e o sofrimento são os temas principais da ciência econômica. Assim, uma vez definido um bem como “qualquer objeto, substância, ação ou serviço que é capaz de proporcionar prazer ou afastar sofrimento”, devemos entender por utilidade “a qualidade abstrata que torna um objeto apropriado para nossos fins, caracterizando-o como um bem. Tudo que é capaz de gerar prazer ou evitar sofrimento *pode* possuir utilidade” (JEVONS, 1988, p. 47, grifo do autor).

A partir do pressuposto de que a ciência econômica se baseia nas leis do prazer humano, Jevons (1988, p. 48-49) afirma que “a teoria econômica deve começar por uma teoria correta do consumo” e que esta seria, portanto, a base científica da Economia. Materializa-se nitidamente, aqui, o esfriamento do interesse na questão da riqueza e a mudança do foco em direção à alocação de recursos — deslocamento teórico para o qual chamaram atenção Screpanti e Zamagni (2005, p. 165) —, ao mesmo tempo que se abre a oportunidade para a adoção do princípio da substituição e se estabelece, conseqüentemente, o primado do consumidor.

As afirmações de Jevons (1988), porém, não representam inovações no que tange à supremacia do prazer e das vontades humanas como foco dos esforços teóricos dos aspirantes a cientistas econômicos. Com efeito, Banfield (1845, p. 11) já havia classificado a conjugação entre necessidades e aspirações dos indivíduos como o diagrama a partir do qual deveriam ser elaboradas as teorias da produção e do consumo. De acordo com o autor, reside na relação entre carências e desejos “a chave da verdadeira teoria do valor. Sem o valor relativo inerente aos objetos para cuja obtenção dirigimos nossa energia, não haveria fundamento para a Economia Política como ciência” (BANFIELD, 1845, p. 11-12, tradução nossa).

Para Jevons (1988, p. 50), contudo, a utilidade, apesar de ser uma qualidade das coisas, não lhes é intrínseca. Por esse motivo, “jamais podemos, portanto, dizer de forma absoluta que determinados objetos têm utilidade e outros não [...] Tampouco podemos dizer [...] que todas as porções do mesmo bem possuem igual utilidade” (JEVONS, 1988, p. 50). Como parte do processo de incorporação da noção de utilidade marginal à teoria, Jevons (1988, p. 51) afirma que “a utilidade é medida pelo acréscimo feito ao contentamento de uma pessoa, ou é até mesmo idêntica a este de fato. Ela é um nome conveniente para o saldo total favorável de sentimento produzido”.

Robinson (2021, p. 44) aponta a circularidade da noção de utilidade: ao mesmo tempo que a utilidade das mercadorias leva as pessoas a desejá-las, o desejo dos indivíduos é o que lhes confere utilidade. Ademais, ao tomar como exemplo a percepção mais ou menos generalizada de que o vício em drogas é algo a ser combatido e que as crianças devem obrigatoriamente frequentar a escola, Robinson (2021, p. 46) demonstra que a escolha acerca de quais preferências devem ser respeitadas e quais devem ser interditas reflete, inevitavelmente, um julgamento moral. Além disso, o fato de o consumidor jevoniano ser “um indivíduo com um equipamento rígido, impermeável e insular de desejos e gostos” faz com que sejam excluídas do quadro geral interferências externas que não poderiam ser ignoradas, como a influência

da sociedade e da propaganda nas decisões de consumo (ROBINSON, 2021, p. 47, tradução nossa).

A faceta mais destacada da teoria da utilidade estaria, para Robinson (2021, p. 49), na legitimação do sistema de livre mercado, com a ideia de que, se cada pessoa for livre para gastar sua renda da forma que melhor lhe aprouver e se as empresas puderem dispor indiscriminadamente dos fatores de produção em sua busca pelo lucro máximo, a livre iniciativa se torna, então, o mecanismo por meio do qual a melhor ordem social possível é alcançada. Em suma, a teoria da utilidade “é uma ideologia para acabar com as ideologias, pois elimina o problema moral. A única coisa necessária para que o bem de todos seja atingido é que cada indivíduo aja de forma egoísta” (ROBINSON, 2021, p. 49, tradução nossa). Urbina e Ruiz-Villaverde (2019, p. 80) concordam com esta afirmação — à qual retornaremos mais adiante —, cujo teor smithiano abre caminho para que avancemos em nossa investigação.

O segundo sintoma ideológico de que trataremos aqui diz respeito ao pressuposto da racionalidade dos agentes econômicos. Em sua obra seminal, Jevons (1988, p. 37, grifo do autor) anuncia: “a teoria exposta aqui deve ser apresentada como a *mecânica da utilidade e do interesse individual*”. Adotados os princípios utilitaristas como condutores da ação humana e como principais matérias de estudo das ciências morais, “o objeto da Economia é a maximização da felicidade por meio da aquisição do prazer, equivalente ao menor custo em termos do sofrimento” (JEVONS, 1988, p. 38). Desse modo, em linhas gerais, é considerado racional o indivíduo que obedece a essa regra e busca aplicá-la em suas decisões.

Segundo Keita (1993, p. 62), o postulado da racionalidade está de tal sorte incorporado às formulações neoclássicas que é enunciado nos manuais da disciplina como verdade autoevidente. No entanto, assim como a palavra “bom”, o termo “racional” expressa um juízo de valor (KEITA, 1993, p. 65-66). Sua natureza seria, portanto, valorativa e não cognitiva. A conclusão que emana das observações de Keita (1993) é que temos, de um lado, a presença



do conteúdo ideológico na associação entre racionalidade e maximização de utilidade que constitui um dos pilares da economia neoclássica; de outro, a utilização dos resultados dos modelos neoclássicos como fundamentação para a formulação de políticas que visam assegurar a manutenção das estruturas do regime vigente.

Para Foley (2004, p. 2), a economia neoclássica conta a história de nosso tempo pela metade, com foco na ação de indivíduos supostamente racionais na conformação das instituições contemporâneas. No entanto, as contradições que emergem do choque entre os imperativos da racionalidade econômica e a realidade do comportamento observado na prática impõem uma série de desafios aos chamados cientistas econômicos (FOLEY, 2004, p. 3). Para ilustrar seu argumento, o autor menciona o construto teórico da racionalidade limitada, uma reação às inconsistências da premissa do comportamento racional na ausência dos elementos que caracterizam a concorrência perfeita (FOLEY, 2004, p. 3).

Na visão de Foley (2004, p. 8), como a sociedade de mercado é pautada pelo individualismo, o papel da teoria neoclássica é convencer os agentes de que as estruturas capitalistas resultam da ação de indivíduos dotados de uma racionalidade capitalista natural. Seria, portanto, inútil combatê-las. Foley (2004) argumenta no sentido contrário e afirma que a sociedade capitalista é que incute nos indivíduos, por meio de suas instituições, a racionalidade do *homo economicus*. Em síntese, com base em sua exposição, conclui-se que o substrato ideológico da noção neoclássica de racionalidade reside na defesa da tese de que somos capitalistas por natureza — o que remeteria, em última instância, ao caráter a-histórico da teoria econômica neoclássica.

Nesse sentido, lembremo-nos de que Smith (1996, p. 73) aponta “uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana [...] a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra”, tendência esta que teria, por sua vez, dado origem à divisão do trabalho e resultado, por fim, na afirmação do mecanismo de mercado como princípio organizador da atividade econômica e social. Polanyi (2000, p. 63), todavia, declara que “na verdade,

até a época de Adam Smith, essa propensão não se havia manifestado em qualquer escala considerável na vida de qualquer comunidade pesquisada”. Assim, é a instituição do mercado que estimula o surgimento de indivíduos afeitos à barganha e ao regateio, não o contrário (POLANYI, 2000, p. 79). Percebe-se, portanto, o tom polanyiano do argumento de Foley (2004).

Hosseini (1990, p. 81-82) critica a inconsistência das premissas da racionalidade econômica e do comportamento otimizador dos agentes e afirma que a transposição, iniciada por Smith e por outros iluministas escoceses, de princípios da física newtoniana para a esfera econômica culminou na simplificação excessiva do comportamento humano. O *homo economicus* cumpriria, então, nas formulações neoclássicas, o papel atribuído à gravidade no arcabouço newtoniano, qual seja, o de elemento universal que confere estabilidade ao sistema (HOSSEINI, 1990, p. 83). Aplicada à teia de relações econômicas e sociais, tal noção de ordenação perfeita levou à ideia de que a busca pela satisfação individual garantiria a harmonia social (HOSSEINI, 1990, p. 82). Nota-se a vocação utilitarista de tal alegação.

Após décadas de inovações e aperfeiçoamentos, os referidos pressupostos não apenas mantiveram sua função de pilares do edifício microeconômico, como também foram incorporados à teoria macroeconômica pelos novos clássicos (HOSSEINI, 1990, p. 84). No entanto, Hosseini (1990, p. 84) afirma que a falta de realidade das premissas que sustentam a teoria neoclássica fez com que esta adquirisse caráter puramente prescritivo. Destarte, o que emerge das elaborações neoclássicas é a expressão de um ideal de mundo: o mundo ajustado à concorrência perfeita (HOSSEINI, 1990, p. 84; BOURDIEU, 1998<sup>3</sup>). Tal conclusão entra em rota de colisão com a afirmação de inspiração maquiaveliana feita por Jevons (1988, p. 48) de que “na ciência econômica tratamos os homens não como deveriam ser, mas como são”.

---

<sup>3</sup> A versão consultada não apresenta numeração nas páginas.

Segundo Finlayson *et al.* (2005, p. 516), apesar de suas fragilidades, a narrativa neoclássica permeia todas as esferas da sociedade, de modo que, em seus discursos e ações, os indivíduos tomam o aparato conceitual neoclássico como referência do que é socialmente aceitável. Como afirma Mészáros (2012, p. 59), “a ideologia dominante do sistema social estabelecido se afirma fortemente em todos os níveis, do mais baixo ao mais refinado”. Assim, o conhecimento gerado pelos economistas tem papel fundamental na modelagem e na geração de informações que orientam as condutas individuais e o funcionamento dos mercados, das empresas, dos governos e das instituições em geral (ATTALI; GUILLAUME, 1975, p. 17; BOURDIEU, 1998; FINLAYSON *et al.*, 2005, p. 517).

Há, aqui, algo que merece destaque: a permanência da noção de um mecanismo impessoal de ordenação da sociedade — a mão invisível de Smith — faz com que, no âmbito da teoria econômica neoclássica, as relações de poder sejam ocultadas (GALBRAITH, 1973, p. 2; FINLAYSON *et al.*, 2005, p. 518). Subjacente a essa visão está a idealização do mercado autorregulável, cujo pleno funcionamento, desde que livre de interferências externas, levaria a resultados sociais ótimos. Constatou-se, portanto, que a narrativa neoclássica, a despeito de sua pretensa neutralidade, “naturaliza e prescreve modos ótimos de organização social” (FINLAYSON *et al.*, 2005, p. 518, tradução nossa). Logo, a difusão do discurso dominante possibilita a manutenção e a defesa de uma determinada configuração social (FINLAYSON *et al.*, 2005, p. 519).

De onde vem, então, a legitimidade da lente econômica que oculta e revela aspectos da realidade e define aquilo que é possível no que tange à vida material e social de bilhões de pessoas (FINLAYSON *et al.*, 2005, p. 520)? Para os autores, trata-se da manifestação de um momento de hegemonia que se transpôs para as esferas ideológica, política e cultural, de modo que os blocos sociais mais influentes adquiriram a capacidade de definir o conjunto de noções e categorias que formam a consciência prática das pessoas (FINLAYSON *et al.*, 2005, p. 521). Tal afirmação remete à visão de Marx e Engels (2007, p. 48), para quem

[...] toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas.

Outrossim, de acordo com Mészáros (2012, p. 59), a incorporação da ideologia dominante às instituições culturais e políticas da sociedade representa uma vantagem para seus apoletas na tarefa de determinar os critérios legítimos de avaliação dos conflitos sociais, inclusive por meio da manipulação da linguagem.

Salta aos olhos a consonância entre a visão ora apresentada e a concepção de ideologia de Mannheim (1998, p. 52), Robinson (2021, p. 4) e Mészáros (2012, p. 65). Assim, disposta a lidar com os principais problemas de seu tempo (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005, p. 170-172), a teoria econômica neoclássica adquire uma feição ideológica e, uma vez que o discurso neoclássico determina as ideias socialmente aceitas, apenas ações e pensamentos tidos como racionais são considerados válidos — como vimos, na sociedade de mercado, a racionalidade está ligada à adoção generalizada de um modo de vida pautado pelo utilitarismo. Estão dadas, a partir daí, as diretrizes para a ação dos indivíduos no interior dos corpos sociais aos quais pertencem.

#### **4. Argumentos em defesa da abordagem neoclássica**

No intuito de defender o postulado da racionalidade, Bias *et al.* (2012, p. 12, tradução nossa) parafraseiam Winston Churchill: “a teoria da escolha racional talvez seja a pior metodologia de ciências sociais já inventada, com exceção de todas as outras”. Diante de uma série de objeções levantadas pelos adversários teóricos do *homo economicus* — como a inconsistência das ações dos agentes econômicos ao longo do tempo, o fato de que os indivíduos priorizam diversidade em vez de utilidade e o papel das emoções no processo decisório, entre outras —, Bias *et al.* (2012, p. 2) entendem que nenhuma das situações listadas promove a violação da premissa da racionalidade.

Lisboa (1997), por sua vez, tenciona proteger a totalidade da tradição neoclássica das críticas heterodoxas. A tática que adota é similar à de Bias *et al.* (2012), e consiste na tentativa de refutação das principais contestações apresentadas pelos críticos da ortodoxia. Há, entretanto, uma importante distinção entre os dois trabalhos: à diferença de Bias *et al.* (2012), Lisboa (1997, pp. 6-7) menciona a existência de uma vertente da crítica que, insatisfeita em questionar aspectos formais e metodológicos da chamada ciência econômica, aponta sua vinculação ideológica a um programa político liberal-conservador. Com certa ironia, o autor se pergunta: “há um projeto invisível, que controla e justifica a minha pesquisa, e que eu ignoro? Será que faço parte de um pacto inconsciente com Mefistófeles, que virá mais tarde reclamar o que lhe é de direito?” (LISBOA, 1997, p. 6).

Somos levados, então, a pensar que será discutido o elemento ideológico que habita o âmago da teoria neoclássica. Todavia, no que tange à premissa da racionalidade, Lisboa (1997, p. 13-19) se limita a apresentar argumentos puramente formais. Segundo o autor, o agente racional é aquele capaz de ordenar um conjunto de opções de acordo com relações de preferência, e não há incompatibilidade entre a hipótese da racionalidade e as possíveis inconsistências temporais refletidas nas escolhas dos indivíduos (LISBOA, 1997, p. 13-14). Ainda de acordo com sua interpretação, o agente toma decisões motivado por suas predileções e propensões, não com base em cálculos matemáticos sofisticados — os resultados destes apenas ratificam e coincidem com as escolhas feitas racionalmente (LISBOA, 1997, p. 16-17).

A mente de Lisboa (1997) parece operar no que Arida (1983, p. 17) classifica como “enfadonho par de opostos ciência/ideologia”, e a forma como aborda o tema da racionalidade garante que a discussão se desenvolva inteiramente dentro do quadro de referência neoclássico. Destarte, suas discussões metodológicas possuem a dupla função de assegurar-lhe o título de cientista e, de um só golpe, livrar-lhe do rótulo de apologeta. Porém, independentemente do grau de consciência com que o faz, Lisboa (1997) adere à tendência definida por Mészáros (2021, p. 104) como “racionalização

da ordem estabelecida em nome do ‘fim da ideologia’”. Em seu caso, isso se dá por meio da adoção do “sentido particular” de Mannheim (1998, p. 49), ou seja, da visão de que a ideologia consiste em um conjunto de disfarces retóricos empregados por membros ou estafetas de um determinado grupo de interesses.

Boland (1981, p. 1031) vai ainda mais longe ao afirmar que toda e qualquer tentativa de crítica à hipótese da maximização está fadada ao fracasso. Àqueles que apontam a incapacidade humana de coligir a totalidade das informações necessárias à construção de julgamentos bem-acabados, Boland (1981, p. 1032) responde que a coleta de provas por meio da indução não é indispensável à construção do conhecimento verdadeiro. Ademais, prossegue, há que se observar que o entendimento completo das variáveis envolvidas não é necessário para a formação de juízos acurados. Desse modo, o comportamento maximizador não pode ser descartado do ponto de vista lógico (BOLAND, 1981, p. 1032).

Em resposta às denúncias de que os consumidores não seriam necessariamente maximizadores e que, portanto, a hipótese da maximização padeceria de falta de aderência à realidade, Boland (1981, pp. 1032-1033) alega que aqueles que as fazem não são capazes de negar categoricamente a existência do indivíduo racional neoclássico. Assim, a autenticidade do agente maximizador não é passível nem de verificação nem de refutação (BOLAND, 1981, p. 1033). Consequentemente, “o pressuposto neoclássico da maximização universal poderia muito bem ser falso, mas, em termos lógicos, não podemos jamais esperar ser capazes de provar sua falsidade” (BOLAND, 1981, p. 1034, tradução nossa).

Se isso é verdade, como definir os parâmetros do que é cientificamente válido? Há, de um lado, aqueles que acreditam, como Arida (1983), que as teorias se enfrentam em uma espécie de livre mercado, e que as teses que provam sua superioridade por meio da retórica prevalecem sobre suas concorrentes. De outro, há os partidários da ideia de que a imissão do paradigma neoclássico em todas as esferas dos discursos vigentes na sociedade,

amplamente atrelada às relações de poder que se desenvolvem nas interações entre os diversos grupos sociais, possui papel determinante no estabelecimento do que é aceitável do ponto de vista científico (MÉSZÁROS, 2012, p. 59; FINLAYSON *et al.*, 2005, p. 521).

O recado de Boland (1981, p. 1031) é claro: diante do fato de que nenhuma crítica lógica à racionalidade neoclássica pode ser bem-sucedida, a escolha sensata seria abster-se de fazê-las. No entanto, ao contrário de Lisboa (1997, p. 13-19), que conduz a discussão no âmbito do “cinturão protetor” de Lakatos (1998, p. 23-24) para preservar o postulado da racionalidade, Boland (1981, p. 1034, tradução nossa, grifo do autor) expõe a natureza metafísica da hipótese da maximização e declara que “afirmações metafísicas podem ser falsas, mas nós talvez nunca saibamos, pois elas são as premissas de um programa de pesquisa *deliberadamente tornadas imunes a questionamentos*”. Robinson (2021, p. 2-3) já havia apontado a impossibilidade da contestação de asserções desse jaez com base em argumentos lógicos.

De acordo com Weintraub (1985), o estatuto de cientificidade da teoria econômica neoclássica, em especial no que toca à teoria do equilíbrio geral, reside em sua adequação ao critério lakatosiano de demarcação científica. Weintraub (1985, p. 25) anuncia, então, a existência de um programa de pesquisa neowalrasiano, composto por um núcleo duro e por hipóteses que atuam na proteção da premissa da racionalidade. Keita (1997, p. 95), contudo, identifica uma lacuna nesse discurso: a omissão da necessidade de reavaliação periódica do conteúdo empírico da ciência em questão, etapa que pode levar ao progresso ou à degeneração do programa de pesquisa. Segundo Keita (1997, p. 95), o confronto entre as previsões neoclássicas e a realidade revela o fracasso da ortodoxia, precisamente pelo fato de que o pressuposto da racionalidade representa uma prescrição — não uma descrição — do comportamento humano. Tal conclusão se alinha à de Hosseini (1990, p. 84) e à de Finlayson *et al.* (2005, p. 518).

Para Becker (1976, p. 5), o que diferencia a chamada ciência econômica das demais ciências sociais não é seu objeto de estudo, uma vez que muitos

dos fenômenos analisados por áreas distintas são, com efeito, os mesmos. Segundo o autor, a diferença entre tais campos do conhecimento reside na abordagem adotada por cada um deles. Nessa perspectiva, a ciência econômica se caracteriza por assumir o comportamento maximizador de forma mais enfática que outras disciplinas (BECKER, 1976, p. 5). Esse ponto de vista é rechaçado por muitas correntes teóricas, que, relutantes em incorporar a interpretação economicista a esferas do comportamento que excedem a vida material, recusam-se a submetê-las à frieza do cálculo econômico (BECKER, 1976, p. 4).

Becker (1976, p. 8) afirma que a interpretação econômica se aplica a decisões dos mais variados tipos, importâncias e periodicidades, bem como àquelas que remetem, de um modo ou de outro, ao torvelinho de fins e motivações que constituem as experiências humanas, sejam elas individuais ou coletivas. Também seria possível, a partir do entendimento neoclássico, explicar as escolhas de quaisquer tipos de indivíduos: homens e mulheres, crianças e adultos, independentemente de seu nível intelectual, ocupação profissional e posição social. Destarte, a lente econômica serviria para analisar uma ampla gama de eventos, entre eles deliberações relativas a temas como fertilidade, casamento, interações sociais, usos alternativos do tempo etc. (BECKER, 1976, p. 8).

A principal razão para isso, de acordo com Becker (1976, p. 14, tradução nossa), é o fato de que “todo comportamento humano envolve participantes que maximizam sua utilidade a partir de um conjunto estável de preferências e acumulam uma quantidade ótima de informações e outros insumos em mercados variados”. Como podemos perceber, as pretensões de universalidade e atemporalidade contidas em suas afirmações remetem, em última instância, à raiz utilitarista — notadamente a-histórica, conforme demonstrou Myrdal (1990, p. 23-25) — da tradição neoclássica. Becker (1976, p. 8) não esconde esse traço de seu discurso, e resgata, em sua argumentação, a noção benthamita de que o cálculo do prazer e da dor são os principais governantes das ações, escolhas e pensamentos dos indivíduos.



Ainda assim, o decreto da primazia da abordagem econômica não representa uma tentativa de condenação dos demais campos do conhecimento ao esquecimento (BECKER, 1976, p. 14). Merquior (1982) demonstra, a seu modo, haver entendido a lição, e, com vistas à defesa do indivíduo neoclássico, procede ao exame de uma série de críticas feitas a ele por representantes de outras correntes das ciências sociais, que classifica como “inimigos jurados do *homo economicus*” (MERQUIOR, 1982, p. 23). Em sua visão, o referido sujeito não passa de um ente de razão, um seletor que sempre realiza escolhas conscientes no que tange às relações entre meios e fins — em síntese, um avaliador de custos de oportunidade (MERQUIOR, 1982, p. 24). Assim, diante das descrições que retratam o *homo economicus* como um ser marcado pela vileza e pela falta de nobreza, Merquior (1982, p. 24) insiste que é sua lucidez, e não a qualidade de seus objetivos, que o caracteriza.

Pouco nos interessa, todavia, a absolvição moral que Merquior (1982, p. 24) faz do tipo ideal que deseja proteger. Importa-nos mais a identificação de traços ideológicos em seu discurso, e, de acordo com o que entendemos como ideologia, é razoável supor que eles estão presentes. Em primeiro lugar, ao afirmar que “o *homo economicus* é, antes de tudo, o herói de Adam Smith e do cálculo ‘felicífico’ de Bentham”, Merquior (1982, p. 23) revela as tradições intelectuais que o alimentam. Como vimos, o utilitarismo — corrente que tem Bentham como figura de proa — é um dos componentes ideológicos que animam o corpo teórico neoclássico (MYRDAL, 1990, p. 23). Em diversas passagens de seu texto, Merquior (1982) evidencia essa relação e equipara a rejeição à racionalidade neoclássica a algo que poderia ser definido como um furor anti-utilitarista.

Ademais, ao pespegar no conjunto de objeções à racionalidade econômica a pecha de “ideologia economicida”, Merquior (1982, p. 26-27) adere à posição de que “o anti-economismo é muito mais postura ideológica do que o resultado de observação objetiva do mundo atual”. Seu pensamento leva à conclusão, à qual se opôs Foley (2004, p. 8), de que o comportamento maximizador de utilidade é inato ao ser humano, não uma construção social

que orienta as ações dos indivíduos na sociedade — visão esta contida na analogia entre instinto e ideologia de Robinson (2021, p. 6-8). Isso fica mais perceptível em sua descrição da lógica econômica como “potencialidade natural do agir humano”, ou quando se espanta com a denúncia de Louis Dumont da existência de uma “ideologia econômica”, algo que considera uma contradição nos termos (MERQUIOR, 1982, p. 30).

A exaltação de Merquior (1982, p. 31) ao indivíduo racional e autocentrado resulta na determinação da racionalidade econômica como força motriz do processo social. Isso explica seu assombro ao constatar que, “com a escola de Cambridge, o pensamento economicista consegue sua mais bela proeza: chegar a vencer a lógica do econômico no seio da própria teoria econômica!” (MERQUIOR, 1982, p. 30). Nesse contexto, além de enaltecer a resistência do agente maximizador diante dos ataques dirigidos a ele por correntes anti-utilitaristas e anti-individualistas, o autor destaca que a perspectiva econômica deve ser defendida em virtude de “sua conexão, histórica e atual, com o inestimável conjunto das liberdades modernas<sup>4</sup>” (MERQUIOR, 1982, p. 31). Diante de tantas prescrições referentes à organização da vida em sociedade, quem poderia negar que o pensamento de Merquior (1982) e de seus companheiros na apologia do *homo economicus* está repleto de ideologia?

## 5. Considerações finais

Dada a vastidão do tema que este trabalho se propôs a examinar, já era esperado que restassem, ao final da investigação, muitas perguntas em aberto. Com efeito, sequer nos parece sensato afirmar que nossa apuração tenha efetivamente chegado ao fim. O caminho que percorremos é apenas um entre vários possíveis, e, de nossa parte, mantivemos sempre em mente

---

<sup>4</sup> Arendt (2014, p. 195) atribui a essa visão o nome de “credo liberal”, concepção segundo a qual a vida econômica e uma série de atividades aparentemente não políticas — como ensino, religião e atividades culturais e intelectuais — seriam o locus da verdadeira liberdade.

o aviso de Robinson (2021, p. 23) sobre as dificuldades inerentes ao estudo que nos dispusemos a fazer. Ainda assim, gostaríamos de usar esta circunstância a nosso favor e, sem a intenção de esgotar o tema, explorar algumas indagações que poderiam advir da reflexão sobre os tópicos discutidos aqui.

Poderíamos, por exemplo, perguntar: quais os motivos e as consequências da atribuição — típica da teoria neoclássica — do mesmo tipo de racionalidade para indivíduos e empresas? Nessa perspectiva, vale refletir sobre o “empresário de si mesmo”, denominação dada por Foucault (2008, p. 311) ao indivíduo cuja existência se define em termos da competição com seus semelhantes. E quanto à teoria da escolha pública, que, no século XX, transpôs a abordagem econômica para a análise dos fatos concernentes às ações de políticos e agentes públicos? Por esse ângulo, Wacquant (2012) mostra como a articulação contemporânea entre Estado, mercado e cidadania caminha no sentido da reestruturação do primeiro para garantir que o segundo se imponha como referência para a organização social.

Pensemos um pouco mais. Se tomarmos como verdadeira a afirmação de Polanyi (2000, p. 77) de que “uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado”, uma conclusão possível é a de que o ajuste do mundo real ao ideal neoclássico só pode se dar ao custo de uma grande desarticulação social, com a conseqüente substituição de práticas e valores consolidados pelos ditames do mercado. Assim, exposta a contradição entre as duas doutrinas que supostamente defendem, o que teriam a dizer aqueles que orgulhosamente se apresentam como “liberais na economia e conservadores nos costumes”?

O que os tipos mencionados acima teriam a declarar sobre a disseminação generalizada do utilitarismo na sociedade ocidental? Ora, o motivo pelo qual Becker (1976, p. 8) acredita que a abordagem econômica se aplica a diversas áreas da vida humana é justamente o fato de que, quando agem e decidem em suas vidas reais, os indivíduos o fazem com vistas à maximização da utilidade — noção esta que, segundo Jevons (1988, p. 51), equivale ao acréscimo de prazer obtido. Como aqueles que dizem lutar pela preservação

da civilização judaico-cristã e, ao mesmo tempo, apoiam a adaptação do mundo aos moldes neoclássicos esperam restringir o impulso utilitarista às decisões de natureza econômica? Como tencionam manter o princípio da maximização do prazer afastado de áreas da vida como a sexualidade, as relações familiares e as questões espirituais, entre outras?

Poderíamos adotar outra linha investigativa e indagar: estaria Benjamin (2015, p. 23) errado ao afirmar que “o capitalismo é uma religião puramente de culto, desprovida de dogma”? Seria absurdo dizer que a teoria neoclássica desempenha esse papel em relação à ordem capitalista? Nesse sentido, refletimos sobre a visão de Robinson (2021, p. 19, tradução nossa, grifo nosso), para quem “a ciência econômica não é *apenas* um ramo da teologia”. Ou ainda: se, como demonstrou Myrdal (1990, p. 25), o baixo senso de historicidade que caracteriza a teoria econômica faz com que ela apresente suas premissas como condições universais e atemporais, quão invasiva é a adoção de princípios neoclássicos por sociedades com características distintas daquelas nas quais a teoria neoclássica se desenvolveu? Nesse cenário, qual a nova feição do problema da liberdade?

Destarte, o núcleo constitutivo do arcabouço neoclássico consiste em um conjunto de noções e categorias que, de um lado, reproduzem a estrutura total do pensamento de grupos dominantes em uma determinada época, e, de outro, constituem a base a partir da qual indivíduos, comunidades, empresas e governos tomam suas decisões e moldam seus comportamentos. Levada em conta a constatação de Laval (2020, p. 42) de que é pelo meio em que vivem que os indivíduos se tornam governáveis, bem como a descrição fornecida por Finlayson *et al.* (2005, p. 522) da socialização como promotora da dominação consensual das massas, os mecanismos de ajustamento do mundo real ao ideal neoclássico ganham contornos mais nítidos.

Assim, em uma sociedade pautada pelo utilitarismo e pelo individualismo, os economistas que desejarem ter nas mãos algo além de uma sofisticada justificativa ideológica devem assumir postura compatível com sua autopromulgada posição de cientistas e se submeter aos mecanismos institucionais

que buscam detectar e corrigir erros nas ciências sociais. Isto requer a abertura a questionamentos — inclusive aqueles oriundos de outras vertentes do pensamento econômico e de outros campos do conhecimento — que não se limitem a aspectos teóricos superficiais, mas contemplem, também, elementos basilares da teoria.

## Referências

- ARENDDT, Hannah. Que é liberdade? *In: Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- ARIDA, Pêrsio. *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*. Texto para discussão, 1983.
- ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. *In: Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- ATTALI, Jacques; GUILLAUME, Marc. *A Antieconomia: uma crítica à teoria econômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Decisions and nondecisions: An analytical framework. *American political science review*, v. 57, n. 3, p. 632-642, 1963.
- BANFIELD, Thomas Charles. *Four Lectures on the Organization of Industry: Being Part of a Course Delivered in the University of Cambridge in Easter Term 1844*. R. and J.E Taylor, 1845.
- BECKER, Gary S. *The economic approach to human behavior*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.
- BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BIAS, Peter V.; SMITH, Patrick L.; JANSSON, Hanna. In Defense of the Rationality Assumption. *In: Conference Paper*, July, 2012, p. 1-16.
- BLOCH, Harry. The language of pluralism from the history of the theory of price determination: Natural price, equilibrium price and administered price. *Metroeconomica*, 2022.
- BOLAND, Lawrence A. On the futility of criticizing the neoclassical maximization hypothesis. *The American Economic Review*, v. 71, n. 5, p. 1031-1036, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. O neoliberalismo, utopia (em vias de realização) de uma exploração sem limites. *In: Contrafogos, táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FINLAYSON, Alan Christopher et al. The "Invisible hand": neoclassical economics and the ordering of Society. *Critical Sociology*, v. 31, n. 4, p. 515-536, 2005.
- FOLEY, Duncan K. Rationality and ideology in economics. *Social Research*, p. 1-10, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GALBRAITH, John Kenneth et al. Power and the useful economist. *American Economic Review*, v. 63, n. 1, p. 1-11, 1973.
- HOBSON, John Atkinson. *Imperialism: A Study*. New York: Cosimo, 2005.
- HOSSEINI, Hamid. The Archaic, the Obsolete and the Mythical in Neoclassical Economics: Problems with the Rationality and Optimizing Assumptions of the Jevons-Marshallian System. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 49, n. 1, p. 81-92, 1990.
- JEVONS, William Stanley. *A teoria da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, 3.<sup>a</sup> edição.
- KEITA, Lansana. Neoclassical economics: science or ideology?. *Quest: An International African Journal of Philosophy*, v. 7, n. 1, p. 57-77, 1993.
- \_\_\_\_\_. Neoclassical Economics and the Last Dogma of Positivism: Is the Normative-Positive Distinction Justified?. *Metaphilosophy*, v. 28, n. 1-2, p. 81-101, 1997.
- LAKATOS, Imre. Science and pseudoscience. *In: CURD, Martin; COVER, Jan A. Philosophy of science: The central issues*. W.W Norton & Company, 1998, p. 20-26.
- LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a Questão Neoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.
- LISBOA, Marcos de Barros. A miséria da crítica heterodoxa: primeira parte: sobre as críticas. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 1, n. 2, p. 5-64, 1997.

- MANNHEIM, Karl. *Ideology and utopia*. London and Henley: Routledge, 1998.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MERQUIOR, José Guilherme. Guerra ao homo oeconomicus. *Revista do Serviço Público*, v. 39, n. 4, p. 23-31, 1982.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MYRDAL, Gunnar. *The political element in the development of economic theory*. London and New York: Taylor & Francis, 1990.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, 2.<sup>a</sup> edição.
- ROBINSON, Joan. *Economic philosophy*. London and New York: Routledge, 2021.
- ROTHSCHILD, Kurt W. Economic imperialism. *Analyse & Kritik*, v. 30, n. 2, p. 723-733, 2008.
- RUBIN, Isaak Ilich. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2014.
- SCHUMPETER, Joseph A. Science and ideology. In: HAUSMAN, Daniel M. (Ed.). *The philosophy of economics: An anthology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- SCREPANTI, Ernesto; ZAMAGNI, Stefano. *An outline of the history of economic thought*. Oxford: OUP Oxford, 2005.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- URBINA, Dante A.; RUIZ-VILLAVARDE, Alberto. A critical review of homo economicus from five approaches. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 78, n. 1, p. 63-93, 2019.
- WACQUANT, Loïc. Three steps to a historical anthropology of actually existing neoliberalism. *Social anthropology*, v. 20, n. 1, p. 66-79, 2012.
- WEINTRAUB, E. Roy. Appraising general equilibrium analysis. *Economics & Philosophy*, v. 1, n. 1, p. 23-37, 1985.

HENRIQUE PEREIRA BRAGA  
LAYS HESSE ANDRADE SILVA

## UMA TEORIA PARA O SEU TEMPO: NEOLIBERALISMO, HOMEM ECONÔMICO E HOMEM CAPITAL

Recebido em 10/06/2022

Aprovado em 06/12/2022



# UMA TEORIA PARA O SEU TEMPO: NEOLIBERALISMO, HOMEM ECONÔMICO E HOMEM CAPITAL<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo argumenta sobre o neoliberalismo como uma cosmovisão orientada à reprodução do capitalismo contemporâneo, que congrega um conjunto de aparatos discursivos, princípios normativos, dispositivos de poder, orientações epistemológicas e práticas de conduta social. Para desenvolver a discussão, a recente literatura sobre o neoliberalismo é revisada, com o objetivo de reconstituir as principais transformações sociais e econômicas que possibilitaram a ascensão do neoliberalismo como cosmovisão hegemônica. Em seguida, o artigo se concentra na exposição da mudança epistemológica, ocorrida no discurso da ciência econômica ortodoxa, que modifica sua concepção de *homo economicus*, tornando-o um homem capital, com a finalidade de apresentar, por fim, a mudança no discurso formativo dos economistas, alinhando-o aos princípios normativos do neoliberalismo.

**Palavras-chave:** neoliberalismo; capital humano; *homo economicus*; ciência econômica.

## HENRIQUE PEREIRA BRAGA

Professor do Departamento de Economia da Ufes. Doutor em ciências econômicas pelo IE/Unicamp.

E-mail: [henrique.p.braga@ufes.br](mailto:henrique.p.braga@ufes.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4505-290x>

## LAYS HESSE ANDRADE SILVA

Graduada em ciências econômicas pela Ufes.

E-mail: [layshesse@gmail.com](mailto:layshesse@gmail.com)

---

<sup>1</sup> Agradecemos a leitura atenta e as sugestões de correção de Caroline Tresoldi. Também agradecemos aos pareceristas anônimos, que colocaram questões que permitiram aprimorar o texto e apontar para novos caminhos de pesquisa. Como de costume, as insuficiências do texto são de nossa inteira responsabilidade.

## **Abstract**

This paper discusses neoliberalism as a cosmivision oriented to the reproduction of contemporary capitalism, that congregates a set of discursive apparatus, normative principles, power dispositive, epistemological orientations, and practices of social behavior. So, the recent literature on neoliberalism is reviewed with the aim to reconstitute the main social and economic transformations that enable neoliberalism to ascend as a hegemonic cosmivision. Then, the paper concentrates in explain the epistemological change occurred within orthodox economics discourse, that modifies its concept of *homo economicus* into “human capital”. With this, finally, the change in formative discourse of economists is presented, showing how it incorporates neoliberalism normative principles.

**Keywords:** neoliberalism; human capital; *homo economicus*; economics.

## Introdução

O presente artigo parte de uma provocação do economista Lauro Gonzalez e do cientista social Daniel Pereira Andrade (2021), para os quais a ciência econômica contemporânea recusa o debate sobre o neoliberalismo. Em nossa análise, trata-se menos de uma recusa e mais de uma indiferença provocada por mudança nas hipóteses quanto à “racionalidade humana” que fizeram a teoria econômica ortodoxa parecer uma “ciência” de toda e qualquer decisão humana – e não somente aquela relativa à produção e ao consumo de mercadorias – e, sobretudo, uma ciência adequada à reprodução do capitalismo contemporâneo.

Defendemos que a partir dessa mudança de interpretação do escopo da própria ciência econômica, a teoria econômica ortodoxa atribuiu ao homem econômico as características de uma empresa, que tem função de produção própria e necessidade constante de realizar investimentos em si mesma. (BECKER, 1976; FOUCAULT, 2008[1979]) De modo mais preciso, ao figurar o homem econômico como um “capital humano”, essa teoria alinhou-se, em nosso argumento, às mudanças sociais de grande envergadura que ocorreram a partir dos anos de 1970, contribuindo para a formação e difusão da “cosmovisão” que se tornou hegemônica: o neoliberalismo.

Nos debates acerca do neoliberalismo, é lugar-comum frisar como suas principais características a submissão do Estado em relação ao mercado, os desmontes das políticas sociais – tais como a seguridade social e a oferta de serviços públicos educacionais ou de saúde – e o domínio do capital financeiro sobre o produtivo. (MARIUTTI, 2019) Lido desta forma, o neoliberalismo seria somente uma política econômica que explicaria e fundamentaria, por exemplo, a série de privatizações de empresas estatais e serviços públicos, bem como a mudança na política tributária dos Estados – que aliviou a tributação sobre os mais ricos e, em particular nos países periféricos, priorizou os investidores estrangeiros em detrimento do mercado interno. (BROWN, 2019; MARIUTTI, 2019)

A cientista política Wendy Brown (2019), por exemplo, aponta que mesmo nas análises críticas ao neoliberalismo, dentro da vertente que chamou de neomarxista, a visão dominante é a de que esse novo conjunto de políticas tinha como função principal o desmantelamento das barreiras aos fluxos de capital e a reorganização dos níveis de salário ao redor do globo, de forma a responderem à crise do chamado “fordismo”<sup>2</sup> em meados do século XX. Em outras palavras, o processo de globalização e financeirização permitiu a elevação da concorrência da classe trabalhadora internacionalmente e liberou o capital para buscar força de trabalho mais barata em qualquer lugar do mundo.

Fortaleceu-se, assim, a noção de neoliberalismo como uma política de enfraquecimento do Estado; pois, ao perder suas fontes de tributação e diante dos compromissos que deveria honrar (pensões e seguro-desemprego, por exemplo), passou a ter sua administração guiada por seu próprio processo de endividamento, como descrito pelo historiador Perry Anderson (1995). O que se mostra paradoxal somente em aparência, haja vista que engendraram processos de privatização e posterior abolição de suas políticas universais (como, por exemplo, seus sistemas de pensão). Ainda que seja possível pensar o neoliberalismo como uma ideologia que transformou instituições e políticas de Estado, com vistas a reconstruir as bases econômicas para possibilitar a continuidade da acumulação de capital, alguns autores, a partir de questões levantadas por Michel Foucault em *Nascimento da Biopolítica* (1979), vem propondo uma análise que ultrapassa os limites dessa interpretação.

Fugindo da dicotomia entre Estado e mercado, autores como Pierre Dardot & Christian Laval (2016), Wendy Brown (2019), Eduardo Mariutti (2019),

---

<sup>2</sup> Embora fuja ao escopo do presente trabalho desenvolver os pormenores do fordismo, cabe indicar que, segundo o geógrafo David Harvey (2008), o fordismo pode ser compreendido como uma forma de organização de negócios que, ao se aliar ao keynesianismo e se difundir ao redor do mundo, gerou um novo tipo de padrão produtivo, de consumo, de trabalho e, conseqüentemente, de pensar e sentir a vida. As principais características desse padrão de acumulação de capital é a noção de multinacionais replicadas do centro para a periferia, a presença do Estado como elemento central na condução das políticas econômicas e sociais, a massificação de ideais nacionalistas, internacionalizados por meio das ocupações financeiras e militares.

Vladimir Safatle (2020) etc., argumentam que o neoliberalismo se apresenta também como uma *nova cosmovisão ou uma engenharia social*, que congrega um conjunto de aparatos discursivos, princípios normativos, dispositivos de poder, orientações epistemológicas, práticas de conduta social e política econômica que objetivam, como afirma Mariutti (2019, p. 24), “criar um novo tipo de homem, capaz de viver e prosperar em uma sociedade dinâmica e crescentemente alicerçada na concorrência entre atores que devem se comportar como empresas”.

O artigo parte desse debate com vistas a compreender, em particular, as interpretações do *homo economicus* como um homem-empresa, pois, em nossa hipótese, é justamente isso que permite qualificar o neoliberalismo como cosmovisão. Para tanto, este ensaio está dividido em três seções. Na primeira seção, o debate contemporâneo mais crítico acerca do neoliberalismo é revisitado, com o objetivo de reconstituir as principais transformações sociais e econômicas que possibilitaram a ascensão do neoliberalismo como uma nova cosmovisão que orienta a prática dos sujeitos.

Com essa revisão do debate, será contextualizada a principal mudança analítica no âmbito do *mainstream* das ciências econômicas que contribui com uma transformação no discurso formativo dos economistas, que, conforme destacado pela recente literatura sobre o neoliberalismo, é parte da difusão e internalização dessa nova cosmovisão: a transformação na noção de *homo economicus*. Assim, o caminho expositivo da segunda seção será analisar, fundamentalmente, as ideias sobre a “escolha racional” e o “capital humano” do economista americano Gary Becker, principal formulador, no plano teórico, desta nova cosmovisão (FOUCAULT, 2008). Em seguida, a terceira seção será dedicada a exemplificar como essa nova forma de pensar o *homo economicus* se apresenta no discurso formativo dos economistas, a partir de uma comparação entre duas versões de um

manual de economia de Paul Samuelson, que teve e tem ampla circulação internacional<sup>3</sup>.

## I. Sobre o processo social de emergência da cosmovisão neoliberal

Até a década de 1960, a base da reprodução social era a articulação entre produção em massa e consumo de massa, que garantiam nos países centrais um modelo de crescimento econômico no qual era possível conciliar a elevação dos salários e dos lucros, enquanto em parte dos países periféricos esse modelo permitiu o processo de industrialização – mais ou menos intenso a depender das especificidades locais. Com a crise desse sistema, então, as empresas assistiram suas taxas de lucro caírem consideravelmente nos países centrais. (HOBBSAWM, 1995) Essa queda, como afirmam o filósofo Pierre Dardot e o sociólogo Christian Laval (2016, p. 195-196), “explica-se pela desaceleração dos ganhos de produtividade, pela relação das forças sociais e da combatividade dos salários [...] pela alta inflação amplificada pelas duas crises do petróleo em 1973 e 1979”.

A combinação de inflação elevada, baixo crescimento e altas taxas de desemprego – conhecida como estagflação – ocorrida na década de 1970 com a desregulamentação do sistema monetário internacional – a partir de 1971, que possibilitou um controle maior dos “mercados” nas decisões das políticas econômicas –, minou “as bases do circuito autocentrado de ‘produção-renda-demanda’”. (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 196) Assim,

---

<sup>3</sup> Antes de avançarmos, cabe uma nota teórico-metodológica. O presente trabalho parte da compreensão, cara à teoria social crítica, de que as ideias que têm circulação social estão imbricadas com as relações sociais em que emergem e circulam, de forma que dotam as ações sociais de sentido, ao mesmo tempo que permitem a reprodução ou transformação das estruturas sociais. Isso porque elas são o meio pelo qual nós, seres humanos, figuramos o mundo e, assim, agimos nele. Neste sentido, as ideias neoliberais são, como argumentamos, uma forma de figurar o capitalismo, que se torna hegemônica após a sua crise da “era de ouro”, permitindo sua reprodução. Para fins deste trabalho, esse aspecto metodológico não será desenvolvido, mas cabe indicar que partimos das reflexões de Mario Duayer (2001; 2015) sobre a crítica como “crítica ontológica” – a saber, crítica que se sabe incapaz de, pela própria crítica, dissolver o objeto criticado, de forma que seu procedimento é mostrar a pertinência social do objeto criticado, e que suas inconsistências são parte integrante da sua reprodução social (no caso das ideias, da sua circulação social).

tornaram-se constantes os questionamentos acerca das políticas reguladoras da macroeconomia keynesiana, o sistema fiscal, a existência de empresas estatais, as políticas de proteção social e as regulamentações do setor privado, em especial as legislações trabalhistas. Em um cenário de crise de lucratividade e estagflação, abriu-se espaço para a implementação de programas políticos experimentais de cunho neoliberal, como as ditaduras de Augusto Pinochet (1973), no Chile, e da junta militar argentina (1976), e os governos eleitos de Ronald Reagan (1980), nos Estados Unidos, e de Margaret Thatcher (1979), no Reino Unido<sup>4</sup>.

Sobre esse ponto, Dardot & Laval (2016, p. 189) enunciam que “a política da demanda destinada a sustentar o crescimento e realizar o pleno emprego foi o principal alvo desses governos, para os quais a inflação se tornou o problema prioritário”. O que se assistiu, então, foi uma mudança importante na condução da política econômica, com a desregulamentação, principalmente em relação aos gastos sociais, ao regime tributário e aos direitos trabalhistas. (DARDOT & LAVAL, 2016) O mecanismo de elevação das taxas de juros na tentativa de combater o processo inflacionário levou à crise da dívida dos países latino-americanos entre as décadas de 1980 e 1990, o que abriu espaço para a atuação do FMI e do Banco Mundial na internacionalização das regras do que foi denominado por Dardot & Laval (2016, p. 197) como um “sistema disciplinar mundial”.

Esse novo sistema baseava-se, fundamentalmente, nas recomendações de ordem econômica condensadas em um tipo de “cartilha” no que ficou conhecido como Consenso de Washington. Essas recomendações generalizavam a atuação das políticas cambial, fiscal e monetária em todos os países, que passaram a ter como objetivo maior a produção de uma imagem atrativa aos investidores estrangeiros. Essa intervenção das instituições

---

<sup>4</sup> Nessa linha, Brown (2019, p. 29) conclui que, “por volta do final dos anos 1970, explorando uma crise de lucratividade e estagflação, os programas neoliberais foram implementados por Margaret Thatcher e Ronald Reagan, novamente focados na desregulação do capital, no combate ao trabalho organizado, na privatização de bens e serviços públicos, na redução da tributação progressiva e no encolhimento do Estado social [...]”.

internacionais, ainda de acordo com Dardot & Laval (2016, p. 198, grifo nosso), “visava a impor o quadro político do Estado concorrencial, ou seja, do Estado cujas ações tendem a fazer da *concorrência a lei da economia nacional*, seja essa concorrência a dos produtores estrangeiros, seja a dos produtores nacionais”. Concluem, ainda, que

os Estados tornaram-se elementos-chave dessa concorrência exacerbada, procurando atrair uma parte maior dos investimentos estrangeiros pela criação de condições fiscais e sociais mais favoráveis à valorização do capital. Assim, contribuíram amplamente para a criação de uma ordem que os submete a novas restrições que, por sua vez, levam a comprimir salários e gastos públicos, reduzir “direitos adquiridos” considerados muitos onerosos e enfraquecer os mecanismos de solidariedade que escapam à lógica assistencial privada. (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 199).

No âmbito da empresa, a liberação política das finanças fortaleceu o processo de deslocalização – transferência de setores de uma empresa para outros países no mundo – e a expansão da emissão de títulos de dívidas privados. Neste último caso, as promessas de rendimento no futuro submeteram os objetivos das empresas ao desempenho das suas ações na bolsa de valores. Em poucas palavras, a lógica da redução de gastos e aumento da produtividade passou a determinar os critérios de gestão, de forma que

o mercado financeiro foi constituído em *agente disciplinante* para todos os atores da empresa, desde o dirigente até o assalariado de base: todos devem submeter-se ao princípio de *accountability*, isto é, à necessidade de “prestar contas” e ser avaliado em função dos resultados obtidos. (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 201)

A consequência mais flagrante dessas mudanças está em estabelecer a concorrência como princípio de organização, do Estado, dos bens públicos, da empresa privada e, sobretudo, de cada pessoa, de forma que cada um é incitado a se pensar como um “capital”. Ou seja, nessa lógica tanto instituições – públicas ou privadas – como os seres humanos devem ser capazes de produzirem rendimentos no futuro, e, por isso, devem tomar o seu



entorno como meios para esta valorização. Essa nova racionalidade alterou, como descrito por Dardot & Laval (2016, p. 201), a relação do sujeito consigo mesmo:

Cada sujeito foi levado a conceber-se e comportar-se, em todas as dimensões da vida, como um capital que devia valorizar-se: estudos universitários pagos, constituição de uma poupança individual para aposentadoria, compra da casa própria, investimentos de longo prazo em títulos da bolsa, são aspectos dessa “capitalização da vida individual” que, à medida que ganhava terreno na classe assalariada, erodia um pouco mais as lógicas de solidariedade.

Para compreendermos como essa mudança na relação do sujeito consigo mesmo permeou a vida social, não basta somente indicarmos, como realizamos até aqui, as alterações de política econômica em direção a essa nova lógica. Cabe entendermos que a aplicação dos “modelos neoliberais” como respostas à crise de reprodução do capital encontrou nas transformações econômicas, sociais e culturais ocorridas durante a chamada “era de ouro” do XX um solo fértil para sua proliferação.

Neste particular, acompanhamos de perto a figuração deste período proposta pelo historiador Eric Hobsbawm (1995). Segundo ele, os anos de 1945 a 1973 foram marcados pela difusão do modelo fordista de produção, que possibilitou a ampliação do intercâmbio comercial entre as nações. No primeiro mundo<sup>5</sup>, o resultado disso foi a formação de um tipo de regime político que combinava democracia representativa com estado de bem-estar social, tendo como objetivo a garantia do pleno emprego e o acesso a bens e serviços pela população por meio de políticas de Estado. Já em parte dos países do terceiro mundo, o que se assistiu foram mudanças políticas que deram início às lutas de libertação nacional e à formulação de diversas teorias sobre formação nacional, que pregavam a participação popular e a industrialização como forma de superação das suas mazelas sociais. Nestas

---

<sup>5</sup> Hobsbawm (1995) se apropria, como parte de sua geração intelectual, da classificação de primeiro, segundo e terceiro mundo para explicar a divisão geopolítica entre o final da Segunda Guerra Mundial e a derrocada da União Soviética ao final do século XX.

regiões, ocorreram impasses entre as ideias difundidas e as elites locais, o que deu origem, em muitos países, a regimes militares e guerras civis, na tentativa de conter o avanço popular e as lutas por direitos trabalhistas.

Hobsbawm (1995) indica, ainda, que essa configuração, combinada com a ascensão do socialismo soviético, produziu duas revoluções importantes: uma social e outra cultural. Do ponto de vista da revolução social, quatro acontecimentos são marcantes: (I) o fim do campesinato, explicado pelo avanço do processo de industrialização no campo e a incorporação dessa população às cidades; (II) a mudança na estrutura do emprego, que fez crescer a demanda por força de trabalho qualificada e sua diversidade, e, conseqüentemente, tornou mais necessária a especialização por meio de cursos técnicos e de ensino superior; (III) a fragmentação dos trabalhadores em diversos segmentos do processo de trabalho, o que enfraqueceu sua luta, pois passaram a se reconhecer uns nos outros cada vez menos; e (IV) a ascensão das mulheres como grupo político, que fortaleceu a busca por constituir e afirmar a sua autonomia, por meio do controle sobre seu corpo e seu destino, ampliando sua participação no mercado de trabalho, marcada pela sua entrada na universidade.

É nesse cenário também que a educação emerge como meio para a ascensão social. Hobsbawm (1995, p. 291) aponta que “as famílias corriam a pôr os filhos na educação superior sempre que tinham a opção e a oportunidade, porque esta era de longe a melhor chance de conquistar para eles uma renda melhor e, acima de tudo, um status social superior”. Criou-se, dessa maneira, espaço para a emergência da chamada “cultura jovem” ou “cultura universitária”, formada dentro desses centros educacionais que abarcavam cada vez mais jovens, muitas vezes de locais e classes sociais distintas. Ademais, essa cultura não estava atrelada à memória dos antepassados – isto é, da tradição – mas sim ao domínio do conhecimento técnico-científico capaz de manipular as novas tecnologias de produção.

No âmbito cultural, por isso, a manifestação dessa nova cultura, disseminada entre as pessoas em idade escolar e universitária, deu-se a partir da

afirmação em torno da ideia de autonomia e liberdade. Somou-se a essa luta por autonomia e liberdade a luta das mulheres, que passaram a se afirmar publicamente como sujeitos políticos, de forma que o emprego era um meio de emancipação, para além do subsídio familiar. Esses acontecimentos são centrais para o avanço da noção de “subgrupos”, que compartilham certas características em comum e objetivos semelhantes, como as pautas ambientais, a legalização das drogas e a universalização dos anticoncepcionais. (HOBSBAWM, 1995) Evidentemente, isso gerou um abismo geracional, e não por acaso Hobsbawm (1995, p.322) indaga:

Como rapazes e moças criados numa era de pleno emprego podiam compreender a experiência da década de 1930, ou, ao contrário, uma geração mais velha entender jovens para os quais um emprego não era um porto seguro após mares tempestuosos (sobretudo um emprego garantido, com direitos de aposentadoria), mas uma coisa que podia ser conseguida a qualquer hora, e abandonada a qualquer hora que a pessoa tivesse vontade de ir passar alguns meses no Nepal? Essa versão do abismo de gerações não se restringiu aos países industriais, pois o impressionante declínio do campesinato criou um abismo semelhante entre gerações rurais e ex-rurais, braçais e mecanizadas.

O resultado desses processos é o que Hobsbawm (1995, p. 328) aponta como “triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais”. Essa quebra dos laços de solidariedade, cujo abismo geracional é uma expressão, gerou perdas de códigos morais que guiavam o comportamento dos sujeitos até então, como, por exemplo, a família. A condenação desses tipos de estruturas combinou-se, a partir da década de 1960, ao esgotamento do padrão econômico do período, que perdeu sua capacidade de produção de excedente, em termos de valor, com a socialização do nível de produtividade. Partindo dessa leitura de Hobsbawm (1995), é possível sugerir que as revoluções social e cultural foram essenciais para o processo de fragmentação social, o que permite explicar em certa medida a ascensão do neoliberalismo por meio da base social e cultural que o tornou factível como modo de racionalizar

o mundo. Em particular, como uma resposta a esse processo de fragmentação que colocava em xeque o capitalismo como modo de produção da vida social, pois, como sublinhou Hobsbawm (1995, p. 336):

[...] o capitalismo venceu porque não era apenas capitalista. Maximização e acumulação de lucros eram condições necessárias para seu sucesso, mas não suficientes. Foi a revolução cultural do último terço do século que começou a erodir as herdadas vantagens históricas do capitalismo e a demonstrar as dificuldades de operar sem elas.<sup>6</sup>

O resultado desse processo é denominado por Dardot & Laval (2016) como “a grande virada”, ou, em outras palavras, a revolução neoliberal. Essa revolução, na interpretação dos autores, foi responsável pela instauração de um tipo de norma mundial da concorrência que conectou um projeto político a uma dinâmica endógena da sociedade, congregando mudanças tecnológicas, comerciais e produtivas.

Esse processo revolucionário, ao contrário da compreensão mais convencional acerca do enfraquecimento do Estado, teve o papel de refundar as bases do Estado, que não saiu de cena, nem diminuiu o seu peso. Na realidade, no neoliberalismo, o Estado aparece como um elemento central, abandonando a função de regulador do mercado e assumindo o dever de regular as bases sociais, na forma de um Estado coercitivo. Houve, em nosso argumento, um fortalecimento da relação entre Estado e mercado, sendo o primeiro responsável por garantir e construir as fundações econômicas e sociais para a funcionalidade plena do segundo, dentro da sociedade neoliberal.

Um dos principais exemplos dessa dinâmica é a da ditadura chilena de Augusto Pinochet. Grande parte dos teóricos da chamada Escola de Chicago se utilizaram dessa “experiência neoliberal” como um tipo de laboratório para

---

<sup>6</sup> Em linha similar, comenta Brown (2019, p. 51): “[...] o neoliberalismo não só trouxe o capitalismo de volta do abismo quando este estava em crise nos anos 1970, como também salvou tanto o sujeito quanto a família das forças da desintegração da modernidade tardia. De fato, dentre as realizações neoliberais mais impressionantes, estão o desmantelamento epistemológico, político, econômico e cultural da sociedade de massa em capital humano e unidades familiares econômico-morais, juntamente com o resgate tanto do indivíduo quanto da família no momento exato de sua aparente extinção”.

suas teorias. A implementação da “liberdade” passaria, então, pela força do Estado na imposição de políticas e comportamentos a serem internalizados pela sociedade. Neste sentido, argumenta Safatle (2020, p. 27) que “[...] seria necessário um Estado forte e sem limites em sua sanha para silenciar a sociedade da forma mais violenta. O que nos explica por que o neoliberalismo é, na verdade, o triunfo do Estado, e não sua redução ao mínimo”. Ou seja,

[...] a liberdade teria de ser produzida e defendida. Como dirá décadas depois Margareth Thatcher: “Economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma”. E essa mudança dos corações e mentes teria de ser feita através de doses maciças de intervenção e de reeducação. Isso até o momento em que os indivíduos comessem a ver a si mesmos como “empreendedores de si”, isso até o momento em que eles internalizassem a racionalidade econômica como a única forma de racionalidade possível. (SAFATLE, 2020, p. 24)

Nesse quadro histórico, em que há a generalização do princípio da concorrência para todos os âmbitos da vida e entre todos os indivíduos, Mariutti (2019) aponta que o neoliberalismo versará sobre a necessidade de se balizar a concorrência por meio de mecanismos que possibilitem a minimização dos riscos. Mais especificamente, há de se prezar pela criação de um ambiente propício para o funcionamento da concorrência como princípio normativo da conduta humana, de modo que as políticas públicas e a gestão da máquina estatal devem caminhar neste sentido.

É a partir dessa concepção que a ação política neoliberal criticará o papel regulador do Estado. Isso porque, como argumenta Mariutti (2019, p. 22), “toda tentativa concreta de regular um setor evidencia esta característica, que, inevitavelmente, provoca o transbordamento em cascata da regulação para os demais ramos da economia, paralisando a sociedade em um pesado e oneroso sistema burocrático de matriz totalitária”. Como, do ponto de vista neoliberal, as definições do “bom” e do “belo” são totalmente subjetivas e individuais, não cabe ao Estado, ou a qualquer outra instituição, moldar a sociedade de forma indireta. Assim,

as ações positivas do Estado devem ser restringidas a uma tarefa crucial: criar um ambiente institucional capaz de adaptar os homens a uma nova forma de vida, isto é, ao áspero mundo da concorrência que provém de uma vida social cada vez mais veloz, que precisa manter a congruência com o tempo acelerado que emana da *articulação* entre a finança e a produção baseada na máquina. (MARIUTTI, 2019, p. 23)

Nesse modelo, a estratégia principal é a de transformar todo e qualquer tipo de relação em uma relação de concorrência, seja por meio da privatização ou não. Para que, a partir disso, os indivíduos se vissem obrigados a agir e se pensar como um tipo de capital a ser valorizado – sendo que essa lógica não ficaria restrita à produção mercantil dos seus meios de vida ou a sua venda como força de trabalho.

Por isso a fixação contemporânea, como apontam Dardot & Laval (2016, p. 217), com a criação de um ambiente com “sistemas de controle e avaliação de conduta cuja pontuação condicionará a obtenção das recompensas e a evitação das punições”. Esse modo disciplinar de governamentalidade “repousa sobre o fato de que quanto *mais* livre para escolher é supostamente o indivíduo calculador, *mais* ele deve ser vigiado e avaliado para obstar seu oportunismo intrínseco e forçá-lo a conjugar seu interesse ao da organização que o emprega”<sup>7</sup>.

Justamente por isso, Safatle (2020, p. 25) defende que, “mais do que um modelo econômico, o neoliberalismo era [e é] uma engenharia social”. Em outras palavras, “o neoliberalismo é um modo de intervenção social profunda nas dimensões produtoras de conflito”. Assim, para além de um sistema de recompensas, o neoliberalismo aparece como gestor do sofrimento, tendo a autopunição como um mecanismo de controle e gerador de produtividade ainda mais eficaz. A internalização da concorrência constante e da noção de empresário de si consolida no interior da sociedade uma noção “humanizada” da empresa capitalista, que tem como princípios a competição, a

---

<sup>7</sup> Pode-se exemplificar essa situação com o chamado “crédito social” que tem sido desenvolvido na China. Um sistema de atribuição de notas às pessoas de acordo com seu comportamento e consumo. Todo ele realizado por meio de inteligência artificial e intenso monitoramento por câmeras com reconhecimento facial (cf. Raphael & Ling, 2019).

ausência de solidariedade, a transgressão moral, a exploração, conduzindo, por exemplo, à medicalização para se manter na concorrência<sup>8</sup>. Nas palavras de Safatle (2020, p. 30-32)

[...] a generalização da forma-empresa no interior do corpo social abriu as portas para os indivíduos se autocompreenderem como “empresário de si mesmos” que defendem a racionalidade de suas ações a partir da lógica de investimentos e retorno de “capitais” e que compreendem seus afetos como objetos de um trabalho sobre si tendo em vista a produção de “inteligência emocional” e otimização de suas competências afetivas. [...] As relações de trabalho foram “psicologizadas” para serem mais bem geridas, até chegar ao ponto em que as próprias técnicas clínicas de intervenção terapêutica começaram por obedecer, de forma cada vez mais evidente, a padrões de avaliação e gerenciamento de conflitos vindos do universo da administração de empresas.

Esse sujeito econômico produzido pelo neoliberalismo tem função disciplinar de fomentar um ambiente em que os indivíduos “racionais” têm a possibilidade de agir “livremente” em busca de sua própria satisfação, mas sempre sob a lógica da valorização do capital. Por essa razão, Franco *et al.* (2020, p. 49) indicam que

a razão humana, que caracteriza esse agir, é concebida como a razão dos mercados, sendo o capitalismo o resultado natural desse agir espontâneo. No entanto, essa exaltação da liberdade humana corre em paralelo com a elaboração de modos de controle cada vez mais sofisticados. Sob o neoliberalismo, a coerção é internalizada, de modo que os sujeitos se autorealizam sob a égide da lógica da mercadoria.

Os sujeitos são colocados, nessa lógica, como “responsáveis” por si mesmos, devendo realizar cálculos de custo-benefício com as informações às quais

---

<sup>8</sup> Jonathan Crary (2016), em seu ensaio *24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono*, exemplifica a importância da medicalização dentro desse modelo de sociedade. Na obra, o autor argumenta que a lógica do autocontrole e do investimento racional do tempo, de certa forma, encontra sua última barreira temporal no sono – entendido como um tempo improdutivo. Com isso, foram propostos, ao redor do mundo, inúmeros projetos de pesquisas desenvolvidos com intuito de não só transformar o tempo “produtivo” em ainda mais produtivo, mas de possibilitar que os indivíduos ultrapassem a barreira biológica do sono. Sendo as bases militares e a indústria farmacêutica os principais agentes responsáveis por essas pesquisas.

têm acesso, de forma a monetizar suas “escolhas”. Como sublinhado por Dardot & Laval (2016, p. 230),

deve-se “responsabilizar” os doentes, os estudantes e suas famílias, os universitários, os que estão à procura de emprego, fazendo-os arcar com uma parte crescente do “custo” que eles apresentam, exatamente do mesmo modo que se deve “responsabilizar” os assalariados individualizando as recompensas e as punições ligadas a seus resultados.

Para que isso fosse possível, segundo Safatle (2020, p. 25), ocorreu “uma destruição completa da gramática do conflito e da contradição objetiva [...]”, de modo que as intervenções do Estado tiveram como objetivo central “levar os sujeitos a não se verem mais como portadores e mobilizadores de conflitos estruturais, mas como operadores de performance, otimizadores de marcadores não problematizados”. Essas mediações deveriam se apresentar, argumenta o autor, em dois principais campos, o social e o psíquico, para que os conflitos psíquicos aparecessem de forma individualizada e as contradições como imanentes à vida social. Assim, o neoliberalismo mostra-se “não apenas como uma teoria sobre o funcionamento da economia [...] mas também como uma *forma de vida definida por uma política* para a nomeação do mal-estar e por uma estratégia específica de intervenção com relação ao estatuto social do sofrimento. (SAFATLE *et al.*, 2020, p. 11, grifos nossos)

Com efeito, estamos diante de uma “estratégia neoliberal”, de forma que “[...] um conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder [...]” são mobilizados “[...] visando à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor esses objetivos”. (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 191) Diante destes vários fios que tecem essa nova cosmovisão, podemos afirmar, a partir de Foucault (2008, p. 301), que o neoliberalismo é “toda uma maneira de ser e pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados”. E, portanto, a emergência desta cosmovisão não seria

[...] uma tentativa de retorno a um idílico *laissez-faire*, mas como a tentativa radical de constituição de uma *nova racionalidade*, ou, para usar um termo



mais apropriado, uma *nova cosmovisão*, que, portanto, tem como pretensão redefinir radicalmente as antigas concepções sobre a sociedade, a natureza do homem e suas possibilidades. (MARIUTTI, 2019, p. 28, grifos do autor)

A partir da literatura aqui recuperada, defendemos que essa cosmovisão busca estabelecer um novo tipo de relação no interior da vida social. Isso foi possível porque se consolidou uma nova forma de sujeitar e estar sujeito na sociedade capitalista, por meio de mudanças, a princípio, institucionais, somadas à ação direta do Estado e de outros atores políticos e transformações sociais e culturais importantes ocorridas ao longo do século XX. A difusão dessa nova racionalidade, em que os princípios da concorrência empresarial se estendem para todas as dimensões da vida social, fez com que se alterasse a forma em que os sujeitos se pensam e pensam o outro. Qual o papel da ciência econômica no processo de consolidação dessa nova racionalidade? Essa é a tópica que procuramos desenvolver a seguir.

## **2. Sujeito empresarial e o *homo economicus***

Ainda que seja possível dizer que o programa neoclássico abriu determinadas portas ao neoliberalismo, em especial em relação ao discurso do livre mercado, não é certo afirmar que o tipo de concorrência proposta pela corrente neoliberal se fundamenta, exclusivamente, a partir da noção de eficiência dos mercados neoclássica<sup>9</sup>. Na verdade, como apontam Dardot & Laval (2016, p. 135-136), há um “fundamento específico do concorrencialismo neoliberal”. Essa forma específica de concorrência pode ser assimilada enquanto um certo modo de conduta dos sujeitos, baseada na competição e na rivalidade, e “que vai muito além dos mercados de bens e serviços e diz respeito à totalidade da ação humana”.

---

<sup>9</sup> Dardot & Laval (2016, p. 135) indicam que “os caminhos estratégicos promovidos pelo neoliberalismo – criação de situações de mercado e produção do sujeito empresarial – devem-se muito mais a ela do que à economia neoclássica. No programa neoclássico, a concorrência sempre remete a certo estado e, nesse sentido, tem muito mais a ver com uma estática do que com uma dinâmica. É, mais especificamente, um cânone pelo qual é possível julgar diversas situações em que se encontra um mercado e, ao mesmo tempo, o quadro em que a ação racional dos agentes pode idealmente conduzir ao equilíbrio”.

Em outras palavras, formou-se um ambiente de controle e avaliação de condutas, um modo de disciplinar as pessoas, caracterizada por Dardot & Laval (2016, p. 326) como uma “governamentalidade empresarial” que, a partir de diversas técnicas, proporciona a “homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa”. Trata-se de uma nova ética do trabalho, na qual o sujeito passa a se enxergar enquanto elemento ativo dentro da empresa, vendo essa relação como um acordo não entre empregado e empregador, mas sim como entre duas empresas – sendo o trabalhador um empresário de si mesmo.

Como estamos argumentando, a definição do sujeito como um empreendedor é, na racionalidade neoliberal, atribuída não somente às suas ações no âmbito econômico, pois o empreendedorismo seria uma faculdade empresarial existente em todos os sujeitos, que são capazes de se tornar empreendedores de todos os aspectos de sua vida, inclusive empreendedores de si mesmos. Neste sentido, podemos dizer com Dardot & Laval (2016, p. 151) que “essa proposição genérica, de natureza antropológica, de certo modo redesenha a figura do homem econômico, dá a ele uma *allure* [modo de se portar] ainda mais dinâmica e ativa do que no passado”.

Essa mudança na concepção do *homo economicus* já havia sido observada por Foucault (2008), que demonstrou que na ascensão do neoliberalismo como pensamento esse conceito ganhou uma “nova” roupagem em relação ao *homo economicus* clássico. Se no marginalismo, por exemplo, o seu homem econômico era capaz de calcular suas preferências e realizar escolhas que maximizassem a sua utilidade no âmbito da produção e do consumo de mercadorias, no neoliberalismo o homem econômico aparece como um sujeito empresarial, de forma que ele não seria mais apenas um sujeito que toma decisões de alocação na esfera do consumo e produção de mercadorias, mas sim um homem produtor de si mesmo como um capital – um homem capital – de forma que todas as dimensões da sua vida são um empreendimento. Em nossa hipótese, essa mudança parece indicar que, com o neoliberalismo, a análise da escolha humana tornou-se o objeto da

“ciência econômica”<sup>10</sup>. Trata-se, em síntese, de uma nova perspectiva que tem como principal característica uma noção de sujeito econômico que tem suas práticas de vida ditadas pelo mecanismo da concorrência, seguindo as mesmas regras do mercado de produtos e serviços: oferta, demanda, lucros e prejuízos<sup>11</sup>.

Sugerimos aqui, acompanhando o argumento de Foucault (2008), que nas análises acerca das bases epistemológicas do neoliberalismo e do homem econômico constituído por essa racionalidade, Gary Becker aparece como uma figura central no desenvolvimento teórico desta compreensão do *homo economicus*. Ainda que por volta da década de 1960 suas teorias fossem criticadas por muitos dentro da ortodoxia, Becker, ao final do século XX, se mostrava como principal influência intelectual dentro da ciência econômica e de outras ciências sociais aplicadas<sup>12</sup>.

Becker tem como principal contribuição para essa mudança a formulação de postulações sobre as teorias da escolha racional e do capital humano. Em sua obra *The Economic Approach to Human Behavior*, Becker (1976) apresenta os principais atributos do que chamou de “abordagem econômica do comportamento humano”, que tem como pilar o entendimento de que o comportamento maximizador dos indivíduos se estende para além de escolhas de consumo de bens e serviços, mas também para aspectos basilares da vida, como saúde, educação, prestígio e desejos em geral. Em outros termos, nessa visão, a “busca pela felicidade funde-se com a ideia mercadológica de

---

<sup>10</sup> Uma mudança epistemológica já expressada por um dos pioneiros do pensamento neoliberal, o economista inglês Lionel Robbins (2013[1932], s.p., tradução nossa), que definia o objeto da ciência econômica como “Economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos, que tem usos alternativos”.

<sup>11</sup> Para evitar o caminho fácil de colapsar o marginalismo com o neoliberalismo, cabe indicarmos que “a abordagem realizada por Becker não pode ser considerada como uma adaptação do modelo de pensamento econômico para a compreensão do comportamento humano. Antes, ela se baseia na assunção de que esse comportamento é totalmente passível de ser apreendido pela abordagem sólida e implacável da economia convencional” (DA SILVA *et al.*, 2020, p. 107).

<sup>12</sup> Conferir Foucault (2008) e Safatle (2020). Além disso, como apontam Da Silva *et al.* (2020, p. 107), Gary Becker é o principal teórico herdeiro dos fundadores da Sociedade de Mont Pèlerin, uma vez que foi orientado, ao longo de seus anos na Universidade de Chicago, por Milton Friedman.

demanda, de modo que os afetos humanos passam a ser reduzidos a motivações para investir, comprar e vender”. (FRANCO *et al.*, 2020, p. 63)

Nessa obra, o economista faz o esforço de definir essa nova abordagem, mostrando que, a despeito de, em última instância, a economia ser teorizada como a ciência da alocação de recursos escassos para a satisfação de necessidades correntes<sup>13</sup>, esses recursos não devem ser entendidos apenas como recursos materiais e nem as necessidades apenas como necessidades materiais. A abordagem econômica assume, portanto, que o comportamento maximizador do indivíduo não está restrito aos “bens e serviços”, que suas preferências individuais são estáveis ao longo do tempo, mas que não se referem exclusivamente à concepção tradicional de mercado. Na verdade, as preferências estão relacionadas à formação de “cestas de escolhas” individuais fundamentais, sendo estas produzidas por cada indivíduo usando uma combinação de variáveis que vão desde a tradicional oferta de bens e serviços até a disponibilidade de tempo de cada um. Nesta abordagem, cabe sublinhar, a economia não analisa condutas racionais, mas afirma que toda conduta racional é um tipo de comportamento econômico<sup>14</sup>. Logo, todo e qualquer tipo de conduta ou comportamento pode se tornar objeto da análise econômica. (BECKER, 1976)

Além disso, o economista sublinha que a abordagem econômica compreende a existência de assimetria de informação e custos de transação. Entretanto, ele é incisivo ao se contrapor às análises que confundem tais elementos com irracionalidade. Partindo da abordagem econômica, segundo ele, comportamentos muitas vezes entendidos como voláteis, na realidade, pressupõem a existência de custos, tanto monetários quanto psicológicos, para

---

<sup>13</sup> Três definições são indicadas como mais aceitas dentro do debate econômico: de que a economia é o estudo (I) da alocação de recursos materiais com a intenção de satisfazer necessidades materiais; (II) do mercado; (III) da alocação de recursos escassos para satisfazer necessidades correntes. (BECKER, 1976, p. 3)

<sup>14</sup> Sobre essa compreensão da racionalidade, cabe recuperar o comentário de Foucault (2008, p. 368), para quem, na formulação de Becker, a “conduta racional é qualquer conduta que é sensível a modificações das variáveis do ambiente e que responde a elas de um modo não aleatório, de um modo sistemático. A economia, dessa forma, pode ser definida como a ciência da sistematicidade das respostas às variáveis do ambiente”.

além do que é possível ser observado por qualquer outro agente econômico. Isso porque nem todas as decisões podem ser definidas como conscientes ou descritas de forma sistematizada. (BECKER, 1976) Em seus termos,

a abordagem econômica não faz distinções conceituais entre decisões maiores e menores, tal como aquelas envolvendo vida e morte, em contraste com escolha de marca de café; ou entre decisões que envolvem muito sentimento e aquelas que envolvem pouco sentimento, tal como escolher um companheiro ou decidir o número de filhos, em contraste com comprar tinta; ou entre decisões de pessoas com diferentes rendas, nível educacional ou histórico familiar. [...] a abordagem econômica é abrangente e aplicável a todos os comportamentos humanos, seja um comportamento envolvendo preços monetários ou preços sombra, decisões frequentes ou não, decisões pequenas ou grandes, resultados emocionais ou mecânicos, pessoas ricas ou pobres, homens ou mulheres, adultos ou crianças, pessoas brilhantes ou estúpidas, pacientes ou terapeutas, empresários ou políticos, professores ou estudantes. As aplicações da abordagem econômica assim definida são tão extensas quanto o alcance da economia na definição dada anteriormente que enfatiza recursos escassos e necessidades correntes (BECKER, 1976, p. 7-8, tradução nossa).

Com isso, podemos concluir que essa abordagem, além de ser aplicável a qualquer comportamento humano, tem um caráter preditivo e generalizador. Ou seja, o comportamento humano não pode ser definido como não compartimentado, volátil ou impreciso. Na verdade, ele envolve indivíduos que maximizam sua utilidade a partir de um conjunto de preferências estáveis, formuladas considerando a acumulação de uma variedade de informações em uma variedade de “mercados”.

Os exemplos de Becker (1976) são ilustrativos dessa extensão da “análise econômica” para quaisquer escolhas dos seres humanos. Segundo ele, a partir da lei da demanda, um aumento do preço sombra de crianças – um tipo de preço imputado, a partir de análises de custo-benefício, a produtos que não tem cotação no mercado – causa uma redução na demanda de crianças, ou, ainda, a taxação – punição – aplicada ao “mercado de crimes” reduz a “produção” de crimes. Para ele, a conclusão é que, nestes “mercados”, os

preços (sombra ou não) medem o custo de oportunidade de utilização de recursos escassos. Na tentativa de elucidar melhor a aplicação da noção de preço sombra na abordagem econômica da escolha humana, Becker (1976) utiliza o exemplo de um indivíduo que tem como único recurso escasso o tempo. Nesse caso, a conclusão do autor é a de que um aumento no tempo necessário para a produção de uma ação humana (seja ela um crime, uma criança ou salsichas) diminui seu consumo.

Embora seja nauseante a equiparação de dimensões tão distintas da vida social como a decisão de ter filhos, cometer um crime ou fabricar salsichas, sabemos que, sob o regime do capital, a norma é justamente a equiparação do que, do ponto de vista concreto, não tem qualquer parâmetro de equivalência. Entretanto, o novo aqui está justamente na formulação de uma teoria que transcende essa lógica de equalização do que é concretamente incomensurável para outras esferas da vida, que não a produção *stricto sensu* de “bens e serviços”, no mesmo momento em que o capital também transcende para esferas da vida que não estavam sob o seu domínio, exigindo um modo de governos dos seres humanos diferente daquele que operava até então<sup>15</sup>. Diante disso,

a economia se converte em um modo de gestão de si e dos outros. Como modo de gestão de si, o neoliberalismo pressupõe um sujeito que age em conformidade com a lógica capitalista, movido pelo interesse, pela utilidade, pela satisfação, que se traduzem nas formulações teóricas em termos matemáticos. Como modo de gestão dos outros, o neoliberalismo pressupõe um modelo de interação social baseado na dinâmica do mercado. (FRANCO *et al.*, 2020, p. 66-67)<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Processo social esse que, cabe observar, também amplia o próprio crescimento da produção e do consumo de mercadorias, reforçando o capital como lógica totalizante.

<sup>16</sup> Explorando as ambivalências da formulação de Becker (1976), Da Silva *et al.* (2020, p.108) afirmam que “a economia é mais do que uma instituição ou um corpo teórico no tratamento de Becker: ela é, antes disso, um método mobilizado, disputado e produtor. Desse modo, o próprio caráter do que viria ser o sujeito no trato teórico do autor assume uma opacidade que parece de alguma forma intencional. Por um lado, esse sujeito aparece como um agente metodológico que, subordinado ao método, faz-se de um artifício teórico, extremamente reduzido e abstrato, que permite a construção de um modelo no qual um determinado comportamento é explicado por uma série de variáveis independentes. Por outro lado, por vezes esse sujeito aparece como sendo o próprio objeto revelado pelo comportamento, de modo que os pressupostos metodológicos acabam por ser aceitos como elementos positivos do que viria ser ‘o indivíduo’”.

Essa conversão, contudo, somente é compreensível a partir da interpretação de Foucault (2008) dos desdobramentos do conceito de capital humano formulado por Gary Becker. Na leitura do filósofo francês, o economista americano entendeu o capital como tudo aquilo que é capaz de gerar certo tipo de renda. Nessa lógica, o que se tem é a noção de capital como “máquina do trabalho” e renda como “fluxo de salários”. As competências do trabalhador formariam uma máquina, que não pode ser dissociada do próprio trabalhador, e essa “máquina”, além de responsável por produzir fluxos de renda, tem duração de vida definida. Com isso, Foucault (2008) argumenta que não há uma concepção de força de trabalho em Becker, mas sim de capital-competência, em que o trabalhador aparece como uma empresa de si mesmo. Nesse sentido, o consumo se torna uma atividade empresarial, o salário passa a ser a remuneração do capital humano e a sociedade atomizada passa a ser formada pela soma de unidades-empresas.

Segundo Foucault (2008), partindo desse entendimento de capital, Becker define que as relações familiares, especialmente entre as crianças e seus pais, compõem parte do cálculo de retorno do investimento nesse tipo de capital. Esse capital humano, desenvolvido desde a infância, é esperado que gere renda no futuro. Para a criança, o retorno é em forma de salário e, para os pais, em forma de “renda psíquica”. É nesse sentido também que se explica a diferença entre os tamanhos de famílias ricas e pobres: as ricas têm menos filhos, pois se preocupam mais com a transmissão de capital humano do que a transmissão de herança no sentido clássico (monetária). Isso porque uma família composta por indivíduos de capital humano elevado investirá renda e tempo objetivando que a transmissão de capital humano aos seus herdeiros seja igual ou maior que o deles. Ou seja, é essa necessidade que faz com que o “homem capital” tenha menos filhos, para que seja possível concentrar esforços no desenvolvimento das crianças.

A ciência econômica como “modo de gestão de si e dos outros” foi desenvolvida, como demonstramos acima, a partir de uma mudança epistemológica importante: a noção de *homo economicus* transformou-se da busca pela

otimização de recursos escassos na produção e no consumo de mercadorias para uma conduta humana racional em todos os âmbitos da vida social. Tal mudança foi possível em larga medida pela conjugação de uma teoria da escolha humana com uma teoria do ser humano como capital, na qual o próprio conceito de racionalidade se tornou opaco – a saber, é uma decisão racional toda e qualquer escolha humana sob condições de recursos escassos e múltiplas finalidades – e a busca pela capitalização de si mesmo o sentido da vida dos seres humanos. Cabe agora ilustrar uma maneira de incorporação ao ensino de economia do modo neoliberal de figurar as condutas humanas. Esse é o objetivo da próxima seção, na qual tomaremos como exemplo desta incorporação um dos manuais de economia mais vendidos no mundo, *Economics: An Introductory Analysis*<sup>17</sup>, de Paul Samuelson. A escolha deste livro não se deve somente pelo seu volume de venda e ampla circulação nos cursos de economia ao redor do mundo, mas, sobretudo, por sua longevidade. Trata-se de um livro que foi reeditado e republicado durante todo o período que foi objeto de investigação neste artigo. Por isso, ele permite mostrar as mudanças epistemológicas, que são expressão, por seu turno, das alterações nas cosmovisões em circulação na sociedade, resultantes também das mudanças no próprio processo social.

### 3. O novo modo de pensar o agir individual

Essa “análise econômica” que incorpora outras esferas da vida social difere do que vinha sendo construído dentro do *mainstream* econômico até o final da década de 1960. Como forma de observar essa mudança, recuperamos o modo como o manual de economia *Economics: An Introductory Analysis* abordava três principais tópicos da análise econômica: renda familiar,

---

<sup>17</sup> A sua primeira edição data de 1948 e a última a que tivemos acesso data de 2009 (19.<sup>a</sup> edição), de modo que, ao longo dos mais de 60 anos de publicação, ele teve mais de 4 milhões de cópias vendidas e foi traduzido para mais de 40 idiomas. De acordo com o economista Richard Cooper (1997), a obra de Samuelson “provavelmente tem sido o livro de economia mais influente desde a publicação dos Princípios de Economia (1890) de Alfred Marshall”. A partir de 1985, as atualizações passaram a contar com a contribuição do também economista William Nordhaus.



mercado de trabalho e desigualdade social, em sua primeira edição e em sua edição mais recente.<sup>18</sup>

Um elemento central para a compreensão dessa transição analítica é a interpretação do conceito de mercado. Na primeira edição de seu manual, Samuelson (1948) define mercado como um arranjo em que compradores e vendedores interagem entre si para determinar os preços das mercadorias, sendo essas puramente bens e serviços. Becker (1976), em outra direção, define que o mercado seria um ambiente que congrega relações econômicas que não são, necessariamente, apenas interações de compra e venda, mas sim qualquer tipo de relação que envolva análise de custo-benefício. O ponto chave aqui é que essa mudança interpretativa do conceito de mercado e, além disso, da introdução do conceito de capital humano nas análises econômicas, aparece nas atualizações feitas nas edições posteriores do manual a respeito do debate acerca do trabalho e da renda.

Samuelson (1948), ao se debruçar sobre essa discussão, dá um enfoque relevante na questão da distribuição de renda, em especial nos Estados Unidos, apontando o crescimento econômico do país e os movimentos sindicais como principais elementos para possibilitar a elevação da média salarial dos trabalhadores. O autor explica que as diferenças salariais dentro de um mesmo país se dão por motivos como diferenças de habilidades, a filiação ou não aos movimentos sindicais e, em certa medida, a discriminação racial e de gênero. Sobre isso, descreve que

essas diferenças nas pessoas podem ser físicas, mentais, temperamentais ou até morais. Elas podem estar associadas às heranças genéticas ou ao ambiente socioeconômico. Elas podem ser permanentes — como ser homem ou mulher — ou adquiridas, como uma vantagem educacional. Essas diferenças talvez até envolvam convencionalidades artificiais, tais como a posse ou a não posse de uma carteirinha sindical ou a propensão de uma

---

<sup>18</sup> Na primeira edição, analisaram-se os capítulos 4 — *Earnings in Different Occupations*, 5 — *Family Income: Earnings in Different Occupations* e 9 — *Labor Organization and Problems* (SAMUELSON, 1948). Posteriormente, da edição mais recente, foram analisados os capítulos 5 — *Demand and Consumer Behavior* e 13 — *The Labor Market* (SAMUELSON & NORDHAUS, 2009).

peessoa abandonar o “H” ao falar ou pronunciar “óleo” com um “r” e “garota” sem um. (SAMUELSON, 1948, p. 81, tradução nossa)

Por outro lado, na edição mais recente do manual, atualizada pelo também economista William Nordhaus, e publicada em 2009, a produtividade – ou acúmulo de capital humano – aparece como elemento central para explicar essa problemática. Ou seja, ao contrário do que afirmava Samuelson (1948), de que o aumento dos salários estava diretamente atrelado ao crescimento econômico do país, Samuelson & Nordhaus (2009) apresentam a ideia de que o desenvolvimento nacional se mostra dependente dos comportamentos dos indivíduos, do acúmulo desse “novo” tipo de capital. O capital humano, aqui, refere-se a

um estoque de habilidades úteis e valiosas e conhecimento acumulado pelas pessoas durante o processo de educação e treinamento. Parte dos altos salários deve ser vista como um retorno do investimento “em si mesmo”, essa renda “extra” pode ser vista como o “preço da habilidade”. (SAMUELSON & NORDHAUS, 2009, p. 255, tradução nossa)

Outro aspecto em que essa concepção difere da apresentada por Samuelson (1948), é no debate acerca do impacto das diferenças de habilidades, ou diferenças educacionais, na formação dos salários. Na primeira edição, a discussão girava em torno de três pontos principais: (I) cálculo do custo-benefício baseado apenas no custo da formação profissional, no valor que ele acresce na renda e no “lucro” que pode gerar ao longo da vida<sup>19</sup>; (II) a assimetria de informação das famílias, que podem deixar de investir em educação por não terem condições de fazer esse “cálculo” ou por não conseguirem acessar o ensino superior/técnico; (III) a diferença de rendimentos das famílias por classe social, que impediria, de certa forma, fazer certos tipos de investimento.

Em Samuelson & Nordhaus (2009) essa relação entre salários e produtividade é explicada por meio da comparação das condições de dois países, o México e os Estados Unidos, mostrando que as diferenças residem tanto no nível de

---

<sup>19</sup> Ainda que um dos fatores utilizados para calcular o benefício de se especializar em determinada área leve em conta um “ganho vitalício” – renda possível de ser adquirida ao longo da vida –, variáveis como custo de oportunidade e tempo não aparecem como elementos significativos.

produtividade do trabalho, ou seja, no desenvolvimento do capital humano, quanto no investimento em capital físico. Nas palavras dos autores:

Nós vemos que o salário mexicano é menor do que o dos EUA, principalmente porque a curva de demanda por trabalho mexicana é bem menor, resultado da baixa produtividade do trabalho no México. O fator mais importante é a qualidade da força de trabalho. O nível educacional médio do México fica muito aquém do padrão americano, com uma fração substancial da população analfabeta. Adicionalmente, comparado aos Estados Unidos, um país como o México tem muito menos capital para trabalhar com: muitas das rodovias não são pavimentadas, poucos computadores e aparelhos de fax estão em uso, e muito do equipamento é antigo e mal mantido. Todos esses fatores fazem a produtividade marginal do trabalho baixa e tende a reduzir os salários. (SAMUELSON & NORDHAUS, 2009, p. 250-251, tradução nossa)

A partir disso, o que se pode entender é que se desenvolve uma relação direta entre tecnologia, educação e desenvolvimento econômico. Os países que investem na ampliação de capital e trabalho – capital humano – tendem a elevar a produtividade média do trabalhador e, conseqüentemente, o nível de salários. Samuelson & Nordhaus (2009) argumentam que essa análise, de certa maneira, explica o crescimento dos salários nos países do leste asiático a partir da década de 1970.

Ou seja, a interpretação dos elementos centrais para o desenvolvimento econômico de um país e a formação do nível de renda são significativamente diferentes. Samuelson (1948) elenca a força sindical como um ponto chave para o aumento da produtividade e da elevação dos salários. Para explicar essa linha de raciocínio, o economista afirma que, ao final da Segunda Guerra Mundial, aproximadamente 15 milhões de trabalhadores norte-americanos, ou em torno de 25%<sup>20</sup> da força de trabalho disponível à época<sup>21</sup>, eram membros de sindicatos, em especial os trabalhadores industriais, da mineração

---

<sup>20</sup> Ainda que um dos fatores utilizados para calcular o benefício de se especializar em determinada área leve em conta um “ganho vitalício” – renda possível de ser adquirida ao longo da vida –, variáveis como custo de oportunidade e tempo não aparecem como elementos significativos.

<sup>21</sup> Cf. Toosi (2002).

e da construção civil. A união dos trabalhadores ao movimento sindical é elencada como uma das causas da elevação dos salários nos Estados Unidos, ao afirmar que

não é mais certo considerar as organizações trabalhistas como fracas. Sindicatos, como outros grupos de pressão, possuem um vasto poder. Um dos grandes desafios políticos de nosso tempo é aproveitarmos esse poder para a melhoria construtiva da produtividade e do padrão de vida nacional. (SAMUELSON, 1948, p. 199, tradução nossa)

Por outro lado, para Samuelson & Nordhaus (2009), os sindicatos aparecem como um elemento que afeta negativamente os salários. Nessa visão, a barganha dos sindicatos desregula o mercado de trabalho e diminui o preço da mão de obra de profissionais não sindicalizados. Assume-se, então, que os movimentos trabalhistas, ao forçarem uma elevação dos salários, desregulam o mercado de trabalho e geram desemprego e/ou diminuição da produtividade do trabalho até que haja uma redução dos salários.

Essa “nova” percepção do papel dos sindicatos na formulação dos salários parte diretamente de uma noção individualista das relações de trabalho. Em última instância, na ética do trabalho neoliberal, o indivíduo é o único responsável pela valorização de seu trabalho, na medida em que tem seu “valor” medido a partir de características próprias, incomparáveis. Além disso, há um distanciamento entre os trabalhadores que se entendem enquanto “empresas de si mesmo”, evidenciando o que apontamos nas seções anteriores deste trabalho.

Outro ponto que é distinto entre as análises propostas nas diferentes edições do manual é em relação à compreensão do papel das desigualdades sociais na disparidade dos salários. Samuelson (1948, p. 82, tradução nossa) afirma que “nenhuma discussão sobre desigualdade salarial estaria completa sem a menção da posição das minorias econômicas”. Nesse caso, ao trazer o recorte de grupos marginalizados nos Estados Unidos à época mulheres, negros e idosos –, conclui que a diferença na renda pode ser explicada tanto por uma exclusão desses trabalhadores do mercado de trabalho

quanto pela imposição de menores salários em comparação aos dos homens brancos dentro do que se consideraria idade ativa. Ao mesmo tempo que traz essa interpretação, Samuelson (1948) demonstra discordância das análises que afirmam que a desigualdade salarial pode surgir por falta de habilidade desses grupos de realizarem atividades laborais. Argumenta que, mesmo havendo diferenças biológicas entre mulheres e homens, brancos e negros, por exemplo, grande parte das ocupações que excluem essas populações marginalizadas não demandam nenhum tipo de aptidão física especial para ser realizada<sup>22</sup>.

Já em Samuelson & Nordhaus (2009), ao incorporarem a Teoria do Capital Humano às suas interpretações acerca das desigualdades social e de renda, estabelecem que a oferta de trabalho<sup>23</sup> é o ponto central para se compreender as diferenças salariais. Sendo assim, ao passo que há a elevação dos níveis de salário em determinada região, a demanda por trabalho tende a aumentar. Para os autores, é por isso que, em certo ponto da história, o mercado de trabalho se tornou mais atrativo para as mulheres, ou seja, tornou-se mais benéfico terceirizar e/ou mecanizar as tarefas do lar para que fosse possível se dedicar ao trabalho. No caso dos imigrantes, a busca por maiores salários somado à redução relativa das fronteiras nacionais forçou um aumento significativo nos fluxos migratórios para determinados países.

No que tange à diferença salarial entre homens e mulheres, brancos e negros, e nativos e imigrantes, a explicação está na falta de acúmulo de capital humano. Para os imigrantes, há uma diferença de produtividade do trabalho, visto que esses, em geral, apresentam capital humano menos desenvolvido. Nesse caso, acabam concorrendo entre si em um tipo de submercado de trabalho, que oferece empregos com salários menores. Já no

---

<sup>22</sup> Para mais sobre a posição do autor, conferir Samuelson (1948, p. 82-83).

<sup>23</sup> Samuelson & Nordhaus (2009, p. 251, tradução nossa) definem a oferta de trabalho como “número de horas que a população deseja trabalhar em atividades lucrativas”. Essa oferta é afetada pela quantidade de horas que cada indivíduo deseja ofertar, o número de trabalhadores ativos no país e o nível de imigração.

caso das mulheres, Samuelson & Nordhaus (2009, p. 263, tradução nossa) argumentam que,

no geral, mulheres não recebem menos que os homens no mesmo emprego. Na verdade, os menores salários para mulheres surgiram porque as mulheres foram excluídas de profissões bem pagas, como a engenharia, a construção e a mineração. Além disso, mulheres tendem a interromper suas carreiras para terem filhos e realizar tarefas domésticas, e isso continua persistindo no gap familiar.

A análise econômica da discriminação surge, dessa maneira, como uma forma de explicar as desigualdades econômicas. As conclusões apresentadas são as de que, ao contrário do que se sugere, minorias não recebem menos por discriminação dos empregadores, mas sim porque, ao longo da história, por conta da segregação, não puderam desenvolver capital humano suficiente. Poucas são as empresas que não as contratam por puramente serem quem são, por terem uma preferência pela discriminação.<sup>24</sup>

Um elemento que surge como relevante para Becker (1976) e, conseqüentemente, impacta nas análises posteriores de Samuelson & Nordhaus (2009) é o tempo. Em seu ensaio *A Theory of the Allocation of Time*, Gary Becker (1976) reflete sobre como a diminuição do tempo de trabalho resultou na preocupação do uso do tempo em outras áreas da vida. Por isso, ele propõe a introdução de noções de custo de tempo nos estudos sobre as decisões tomadas pelas famílias e pelos indivíduos. O ponto chave de sua abordagem é a incorporação sistemática do tempo de não-trabalho. Um dos pressupostos centrais é o de que as famílias – ou, em outras palavras, cada indivíduo-empresa que compõe a família – combinam tempo e bens para produzir mercadorias, que entram em suas funções utilidades. Um dos exemplos dados por Becker (1976) para explicar a produção dessa mercadoria é o ato de dormir, que depende da cama, da casa, de contas pagas e do tempo. Nesse caso, dormir é a mercadoria, pois combina o consumo de bens e de tempo.

<sup>24</sup> O conceito de preferência pela discriminação é desenvolvido por Becker (1976) e tem como premissa a noção de que algumas empresas têm “preferência por discriminação”, ou seja, por conta do preconceito não contratam minorias para determinados cargos, ainda que pudessem proporcionar maior produtividade.

Avalia, então, que as famílias escolhem a melhor combinação de mercadorias maximizando suas funções utilidades restrita a um orçamento, sendo os gastos alocados entre o consumo de bens e a utilização do tempo. Quanto maior o tempo de trabalho, mais bens serão acessados. O preço total de consumo é a soma dos custos diretos e indiretos, da mesma forma que é para o investimento em capital humano.

O tempo é, nesse sentido, tomado como um bem escasso e mensurado somente em termos de unidades abstratas, contínuas e homogêneas. Além disso, pelo limite da própria vida natural, o tempo mostra-se uma variável extremamente significativa para os indivíduos, visto que, a todo momento, as decisões devem ser tomadas levando em conta seus benefícios futuros, dado o limite do tempo. O desenvolvimento do capital humano individual inicia-se desde a infância e é continuado ao longo da vida.<sup>25</sup> Os cálculos de custo-benefício realizados por esse homem capital, portanto, como teorizado por Becker e sistematizado por Samuelson & Nordhaus (2009), em termos gerais, envolvem preferência individuais, expectativa de retornos financeiros e tempo de vida/trabalho.

A breve análise entre as duas versões dos manuais de Samuelson dá pistas, portanto, de como a ciência econômica foi alterando sua interpretação sobre o homem econômico a partir dos trabalhos de Becker. Essa análise importa na medida em que ajuda a alargar o debate contemporâneo sobre o neoliberalismo, entendendo-o não apenas como modelo econômico, mas também – e principalmente – como uma cosmovisão/engenharia social que se tornou hegemônica nas últimas décadas.

## Considerações finais

---

<sup>25</sup> Sobre este tópico, é possível apontar a importância da família, que tem, na sociedade neoliberal, o papel de, desde o nascimento, conduzir os indivíduos no acúmulo de capital e na construção de suas cestas de preferência, a partir da noção do cálculo de custo-benefício. Como, por exemplo, com investimentos em educação (formal e não formal) e o auxílio na construção de relações (românticas ou não).

Fugindo da dicotomia entre Estado e mercado, apresentamos o neoliberalismo como uma cosmovisão, que congrega um conjunto de aparatos discursivos, princípios normativos, dispositivos de poder, orientações epistemológicas, práticas de conduta social e política econômica que objetivam criar um novo homem: o homem-empresa. Entretanto, essa cosmovisão não se tornou hegemônica por suas qualidades epistemológicas. Sua hegemonia se deu em parte por causa das profundas mudanças sociais engendradas pelo desenvolvimento do capitalismo durante a sua chamada “era de ouro”.

No campo epistemológico, aliás, demonstramos que a mudança na compreensão do *homo economicus* pela teoria econômica ortodoxa contribuiu para que ela se colocasse como mais um dispositivo disciplinar – neste caso, vinculado às ciências humanas –, de forma que o comportamento humano passou a ser normatizado por meio da compreensão de que toda e qualquer decisão humana é, em última instância, uma decisão entre infinitas necessidades e escassos meios para sua satisfação. Um exemplo da nova maneira de encarar a vida humana está no modo como o discurso formativo dos economistas incorporou esse novo *homo economicus*. Enquanto o discurso anterior pregava, por exemplo, que as diferenças salariais provinham do custo da formação profissional, da assimetria de informação na decisão sobre esse custo e da diferença de rendimento entre as famílias, no discurso contemporâneo as diferenças são explicadas pela produtividade do trabalho, decorrente do baixo “capital humano” e das diferenças de infraestrutura.

O que se apresenta como a incorporação de um conceito é, de fato, uma nova norma de conduta, haja vista que o capital humano é individual, indissociável do corpo do trabalhador, de modo que ele passa a ser concebido como um ser dotado de competências que devem ser aprimoradas – por meio de relações sociais que, tal como investimentos, renderam frutos. Assim, em lugar da empregabilidade por meio da formação profissional, aparece a valorização de si mesmo – como uma empresa. A teoria econômica se mostra, assim, como uma teoria adequada ao seu tempo: a época da razão neoliberal. Não à toa a indiferença de grande parte dos economistas quanto à reflexão crítica sobre sua compreensão e normatização da vida social.



## Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- BECKER, Gary. *The Economic Approach to Human Behavior*. Chicago: The University of Chicago, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Accounting for Tastes*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- COOPER, Richard. Economics: An Introductory Analysis. *Foreign Affairs*, [S. l.], 1 set. 1997. Capsule Review, p. n/a. Disponível em: <https://fam.ag/39cblBa>. Acesso em: 30 jul. 2021.
- CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Cosac Naify/Ubu, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DA SILVA, Daniel et. al. Matrizes psicológicas da episteme neoliberal: a análise do conceito de liberdade. In: SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian (Org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. v. 1, p. 77-122.
- DUAYER, Mario; MEDEIROS, João Leonardo; PAINCEIRA, Juan Pablo. A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica. *Estudos econômicos*, v. 31, n. 4, p. 723-783, 2001.
- DUAYER, Mario. Jorge Luis Borges, filosofia da ciência e crítica ontológica: verdade e emancipação. *Margem Esquerda*, n. 24, p. 87-110, jun. 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, 3.ª ed.
- FRANCO, Fábio et al. O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In: SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian (Org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. v. 1, p. 47-75.
- GONZALEZ, Lauro; ANDRADE, Daniel Pereira. Recusa em debater o neoliberalismo mostra isolamento da economia. *Folha de S. Paulo*, 3 abr. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/2Rn43ef>. Acesso em 6 abr. 2021.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 2.ª ed.
- MARIUTTI, Eduardo. Estado, mercado e concorrência: fundamentos do “neoliberalismo” como uma nova cosmovisão. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 54, p. 10-33, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3NGDbxX>. Acesso em: 1 nov. 2020.
- RAPHAEL, René & LING, Xi. “Crédito Social”: a China ranqueia os cidadãos. *Outras Palavras*, 28 jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3xldjXL>. Acesso em 13 abr. 2021.
- ROBBINS, Lionel. *An essay on the nature and significance of economic science*. Ludwig von Mises Institute, 2013. [Ebook]
- SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: o sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian (Org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. v. 1, p. 17-46.
- SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian (Org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. v. 1.
- SAMUELSON, Paul. *Economics: An Introductory Analysis*. Toronto: McGraw-Hill, 1948.
- SAMUELSON, Paul; NORDHAUS, William. *Economics: An Introductory Analysis*. New York: McGraw-Hill, 2009, 19.ª ed.

TOOSI, Mitra. A century of change: the U.S. labor force, 1950–2050. *Monthly Labor Review*, Washington, ano 77, p. 15-28, 1 maio 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3NG9aye>. Acesso em: 1 ago. 2021.

UNITED STATES BUREAU OF LABOR STATISTICS. Union Members Summary. *Economic News Release*, Washington, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3trfwjR>. Acesso em: 1 ago. 2021.

IDERLEY COLOMBINI

## LIMITES LÓGICOS DAS TESES DO CAPITALISMO COGNITIVO E DO TECNOFEUDALISMO

Recebido em 22/06/2022

Aprovado em 22/11/2022

# LIMITES LÓGICOS DAS TESES DO CAPITALISMO COGNITIVO E DO TECNOFEUDALISMO

## Resumo

Este artigo analisa criticamente as teses da abordagem do “capitalismo cognitivo”, com a intenção de discutir as consequências das novas formas de trabalho baseadas no conhecimento. Através da noção de trabalho cognitivo, os autores e autoras analisados, defendem uma suposta ruptura da relação valor/trabalho com uma maior tendência de rentismo nas formas atuais do capitalismo, categorizado como “tecnofeudalismo”. Contudo, apesar da intenção de constituírem um referencial de maior rigor teórico, os vários estudos dentro da tese do capitalismo cognitivo partem de uma má compreensão da teoria do valor trabalho e da noção de trabalho abstrato em Marx, o que implica uma série de interpretações errôneas sobre os processos sociais concretos atuais. Dessa forma, o artigo tem como objetivo examinar criticamente os argumentos teóricos da tese do “capitalismo cognitivo” e do “tecnofeudalismo” para reinterpretar as implicações das formas atuais de trabalho no capitalismo.

## IDERLEY COLOMBINI

Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ). O autor agradece os comentários do professor Eleutério Prado e dos pareceristas anônimos, assim como as discussões com a professora Isabela Nogueira, que auxiliaram na elaboração dos argumentos apresentados no artigo.

E-mail: [iderley.colombini@ie.ufrj.br](mailto:iderley.colombini@ie.ufrj.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6501-5842>

**Palavras chaves:** trabalho, capitalismo cognitivo, tecnofeudalismo, trabalho abstrato, subsunção real.

## **Abstract**

This article critically analyzes the theses of the ‘cognitive capitalism’ approach, with the intention of discussing and analyzing the consequences of new forms of knowledge-based work. Through the notion of cognitive work, the authors defended a supposed rupture of the value/work relationship with a greater tendency of rentism in the current forms of capitalism, categorized as ‘techno-feudalism’. However, despite the intention of constituting a reference of high theoretical rigor, the various studies within the thesis of cognitive capitalism start from a misunderstanding of the labor theory of value and the notion of abstract labor in Marx, which implies a series of confusions about current concrete social processes. In this way, the article aims to critically analyze the theoretical arguments of the ‘cognitive capitalism’ and ‘techno-feudalism’ thesis to reinterpret the implications of current forms of work in capitalism.

**Key words:** work, cognitive capitalism, marxism, abstract labor, real subsumption.

## Introdução

As transformações do mundo do trabalho se tornaram um dos grandes temas atuais, indo dos artigos acadêmicos e extremamente teóricos até as conversas cotidianas mais banais. Grande parte desse interesse se deve à implantação de novas tecnologias tanto em novas rodadas de automação quanto na criação de redes e plataformas digitais capazes de realocar as funções de trabalho na sociedade capitalista. A teoria do “capitalismo cognitivo” (CHICCHI, 2020; GIULIANI *et al.*, 2019; BOUTANG, 2011; FUMAGALLI, 2010; VERCELLONE, 2013) possui a intenção de construir uma nova leitura sobre a formação de um novo momento histórico no capitalismo, que teria como eixo estrutural a passagem para uma nova forma social de trabalho, a qual superaria a dicotomia da subsunção do trabalho na grande indústria para um trabalho denominado de cognitivo. Dessa forma, conseguem estabelecer importantes reflexões sobre as formas concretas do capitalismo atual. Contudo, apesar da intenção de partir de um maior rigor teórico, os vários estudos dentro da tese do capitalismo cognitivo partem de uma má compreensão da teoria do valor trabalho e da noção de trabalho abstrato em Marx, o que implica uma série de confusões sobre os processos sociais concretos analisados. O objetivo deste artigo é recolocar criticamente os argumentos da teoria do valor trabalho de Marx para analisar as teses do “capitalismo cognitivo” e dos seus desdobramentos nas teses do “tecnofeudalismo”.

As abordagens que partem da noção do “trabalho cognitivo” possuem uma grande influência das teorias e discussões sobre o trabalho imaterial, principalmente dos trabalhos de Negri (1992) e Gorz (2003). Entretanto, os autores da tese do capitalismo cognitivo buscam realizar uma discussão teórica mais sólida dentro do debate marxista, recolocando a discussão da teoria do valor e da subsunção do trabalho ao capital nas formas concretas atuais do capitalismo. Dessa forma, conceituam o capitalismo cognitivo como a emergência de um “sistema histórico de acumulação” em que as dimensões cognitivas e intelectuais do trabalho teriam se tornado dominantes

e a esfera central de valorização do capital se tornaria relacionada com a transformação do conhecimento em uma mercadoria fictícia (GIULIANI e VERCELLONE, 2019).

As transformações recentes do trabalho não são compreendidas, dentro dessa abordagem, como o aumento de uma atividade específica ou o uso de alguma nova tecnologia particular, pelo contrário, o enfoque dá centralidade a um suposto novo predomínio cognitivo do trabalho, que perpassaria por toda a produção (tanto material quanto imaterial). O centro da análise estaria em uma suposta “nova natureza do trabalho” com predominância do conhecimento, marcada por uma superação das antigas formas de trabalho material baseadas na separação do trabalho intelectual pela incorporação do conhecimento no capital fixo. Mesmo nas produções com alta composição orgânica, em que os trabalhadores são designados a controlar e supervisionar tecnologias complexas, haveria um domínio do trabalho baseado em conhecimento

O predomínio do conhecimento nas formas atuais de trabalho levaria, dentro da tese do capitalismo cognitivo, a uma série de implicações para a dinâmica capitalista atual, com alteração das fontes de valor e das formas de propriedade que a sustentam, o que por sua vez implicaria novas contradições sociais. O aprofundamento do trabalho cognitivo levaria a profundas alterações no cerne do capitalismo, tendo para esses autores um movimento disruptivo em relação à mensuração do valor, à subsunção do trabalho ao capital e das formas de propriedade e de expropriação da riqueza.

Devido à maior importância do conhecimento na produção atual, a dinâmica produtiva passa a ser entendida a partir de uma tendência de autonomia do trabalho cognitivo, em que haveria um salto qualitativo na separação entre propriedade e gestão. O papel do capital de controlar a produção através da subsunção real do trabalho, intervindo diretamente na inovação e no aumento da produtividade, seria substituído por um papel passivo e predatório, caracterizado como rentista. As grandes corporações tecnológicas imporiam, dessa maneira, um processo de monopolização e extração

de renda (expropriação e rentismo) em detrimento da produção de nova riqueza, o que passou a ser concebido pelos conceitos de “feudalismo digital” ou “tecnofeudalismo” (DURANT, 2020; MAZZUCATO, 2019; DEAN, 2020; VAROUFAKIS, 2021; ZUBOFF, 2021).

Dentro do quadro atual de transformações do capitalismo é importante o esforço para compreender como se constituem novos momentos históricos concretos no capitalismo, com profundas implicações para as lutas de classe e a vida cotidiana dos trabalhadores. Contudo é necessário um grande cuidado ao delimitar essas transformações enquanto formas concretas dentro das relações capitalistas, não caindo em fetichizações que partem da aparência dos processos sociais, as quais acabam por apagar os conteúdos reais de produção de mais-valor e as formas de controle do capital sobre o trabalhador. É exatamente nessa inversão de forma e conteúdo entre a aparência das formas sociais e a produção de mais-valor que ficam evidentes os limites da tese do capitalismo cognitivo e do tecnofeudalismo.

Dessa forma, neste trabalho busca-se compreender os equívocos teóricos dentro das teses do capitalismo cognitivo, principalmente no que concerne às concepções de trabalho abstrato e subsunção real em Marx, para poder reavaliar as implicações das transformações das formas atuais do trabalho concreto. Na próxima seção será analisada criticamente a concepção de trabalho abstrato na abordagem do capitalismo cognitivo, identificando seus erros e implicações. Em seguida, busca-se entender como essa concepção equivocada implica a falsa aparência de um capitalismo puramente rentista, que tem sido caracterizado como tecnofeudal. Por fim, na última seção, são apresentados alguns elementos conclusivos.

### **Trabalho cognitivo e trabalho abstrato**

Os principais trabalhos dentro da tese do capitalismo cognitivo praticamente assumem como um dado as transformações do trabalho no sentido de uma centralidade da esfera do conhecimento para a organização produtiva.



No entanto, esse conhecimento não seria apenas explícito ou objetivo, mas sim relacional, uma vez que abrangeria a dinâmica de um conhecimento subjetivo profundamente enraizado na ação e no compromisso com um contexto específico (FUMAGALLI, 2010). Dessa forma, as empresas não estariam interessadas apenas no conhecimento explícito, mas também e mais importante no conhecimento subjetivo (tácito), nas opiniões, na rede de relações e em tudo o que se relaciona com a “motivação” do trabalhador.

Essa nova forma organizacional da produção em torno do conhecimento representaria uma nova fase do capitalismo, em substituição da fase denominada como capitalismo industrial (VERCELLONE, 2007). Essa fase “fordista” anterior é caracterizada no nível produtivo pela centralidade da serialidade, normalização, especialização da mão de obra em tarefas específicas com a separação do controle da ação do trabalhador para os engenheiros e administradores, sendo essa separação corporificada nas máquinas. A nova organização produtiva, ao invés da centralidade da separação dos comandos das atividades pelos trabalhadores, teria como base os seus conhecimentos, assim como um maior número de atividades imateriais, seja de cunho digital ou relacional. Essa concepção do trabalho cognitivo possui forte referência com as teses de Gorz (2003) e Negri (1992), sobre o trabalho imaterial<sup>1</sup>; contudo, eles expandem esse conceito, assim como o debate teórico, para as noções da própria organização do trabalho e do modo de acumulação.

A transformação no trabalho e na estrutura produtiva, dentro da tese do capitalismo cognitivo, é dada como uma certeza pelos autores e autoras, sem muitas contestações ou elucubrações. O interesse maior desses estudos é entender os impactos na dinâmica de acumulação e de produção de mais-valor dada por essas transformações na organização do trabalho. Contudo, essa própria constatação de alteração na estrutura produtiva e organizacional do trabalho deveria ser mais aprofundada, dado que esse processo

---

<sup>1</sup> Um ótimo estudo crítico sobre as teses de André Gorz e Antonio Negri a respeito do trabalho imaterial, alinhado com os argumentos desenvolvidos neste artigo, pode ser visto em Prado (2005).

de mudança está longe de ser absoluto. Como enfatiza Ursula Huws (2014 e 2019), a proliferação de novas formas de trabalho e de produção com um maior viés de imaterialidade e de conhecimento gera também toda uma nova rede de trabalhos materiais. O crescimento (ou até mesmo a centralidade) dos trabalhos cognitivos não desaparecem com as velhas formas de trabalho e de organização; pelo contrário, justamente a imposição de uma ampla gama produtiva diversificada e descentralizada se constitui como a base da produção mundial dentro das cadeias globais de valor<sup>2</sup>.

Um debate mais aprofundado sobre a diversidade da estrutura produtiva atual é desconsiderado dentro da abordagem analisada, tendo como objetivo a construção de um modelo analítico bastante dual entre uma fase de acumulação denominada como industrial para a fase atual dita cognitiva. Essa própria dualidade de modelos de acumulação tem como objetivo um dos focos principais da tese do capitalismo cognitivo: a suposta inoperância do tempo de trabalho socialmente necessário como conteúdo do valor (DUGHERA e VERCELLONE, 2019). A teoria do capitalismo cognitivo parte da noção que, devido à centralidade do conhecimento para novas formas do trabalho e da organização produtiva, “the law of value/labour time loses its pertinence if (...) using the norm of abstract unqualified labour” (DUGHERA e VERCELLONE, 2019, p. 47).

Os autores e autoras adeptos dessa abordagem teórica assumem que a noção de trabalho abstrato da teoria do valor de Marx é insuficiente para lidar com as novas formas de trabalho que possuem uma importância fundamental do conhecimento, o que impediria esse processo de abstração para a realização do valor como tempo de trabalho. Por isso argumentam que “the traditional theory of labour value needs to be revised towards a new theory of value, in which the concept of labour is increasingly characterized by “knowledge” (FUMAGALLI, 2019, p. 80). Na forma atual do capitalismo o

---

<sup>2</sup> Apesar da importância da compreensão de como a constituição dessa maior diversidade produtiva é um elemento constitutivo da produção de mais-valor atual, esse tema foge do escopo proposto neste trabalho. Para uma leitura mais aprofundada no tema ver Huws (2014) e Milberg e Winkler (2013).

trabalho abstrato teria perdido seu sentido, “thus, what is exchanged in the labour market is no longer abstract labour (measurable in homogeneous working time), but rather subjectivity itself, in its experiential, relational, creative dimensions” (FUMAGALLI e MORINI, 2010, p. 236).

O argumento principal para justificar a incapacidade da teoria do valor de Marx estaria na suposta incapacidade da realização da mensuração do tempo através do mecanismo de abstração contido no trabalho abstrato, uma vez que o conhecimento, o intelecto e as redes de relações sociais não seriam passíveis dessa abstração. Dentro dessa concepção, o trabalho abstrato só seria realizado na “indústria fordista”, já que “everything changes when work, as it becomes increasingly immaterial and cognitive, can no longer be reduced to a simple expenditure of energy carried out during a given time period” (GIULIANI e VERCELLONE, 2019, p. 26). Dessa forma, a abordagem do capitalismo cognitivo é construída a partir de uma noção muito específica e problemática do trabalho abstrato, isto é, como simples gasto de energia durante um período determinado de tempo.

Apesar das consequências extremadas dessa abordagem deixarem mais explícitos os mal-entendidos da sua concepção de trabalho abstrato em Marx, é preciso também ressaltar que essa noção errônea de abstração possui uma tradição bastante influente no marxismo, tendo inclusive raízes nos próprios trabalhos de Marx. Dentro do campo de estudos marxistas há um longo debate sobre o significado de “trabalho abstrato” em Marx, sendo fundamental para o entendimento da dinâmica capitalista e por isso retomado aqui neste trabalho com a intenção de limpar o terreno para o estudo das formas atuais de trabalho. As interpretações sobre o trabalho abstrato podem ser sintetizadas em três vertentes principais: I) trabalho homogêneo; II) trabalho fisiológico; e III) trabalho humano como expressões equivalentes de valor.

---

<sup>3</sup> Distinções similares dentro do debate sobre o conceito de trabalho abstrato podem ser encontradas em Murray (2000), Arthur (2013) e Bonefeld (2014).

A noção do trabalho abstrato como uma retirada das qualidades específicas do trabalho concreto na produção capitalista (tornando-se uma espécie de trabalho homogêneo realizado através das máquinas) não é uma exceção dessa abordagem cognitiva, pelo contrário, como veremos em seguida. Os autores da tese aqui analisada se baseiam em grande parte no famoso “Fragmento sobre a maquinaria”<sup>4</sup> dos *Grundrisse* de Marx, em que é sustentada a noção de “intelecto geral” e de perda da validade do valor como o predomínio dessa nova forma de trabalho intelectual:

À medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. (...) Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social. (...) Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. (MARX, 2011, p. 941).

O debate sobre essas passagens do *Grundrisse* de Marx é bastante longo e polêmico, remontando ao “operarismo italiano” e sua defesa enfática sobre a importância desses trechos para a compreensão dos avanços da ciência e da tecnologia na sociedade capitalista<sup>5</sup>. A grande maioria dessas leituras

---

<sup>4</sup> Os *Grundrisse*, manuscritos escritos por Marx entre 1857 e 1858, foram publicados primeiramente em Moscou (1939-41), tendo algumas de suas partes mais difundidas no começo da década de 1960, como a passagem do “Fragmentos sobre a maquinaria”, que está contida na segunda seção (“O processo de circulação do capital”) do terceiro capítulo (“capítulo do capital”).

<sup>5</sup> Uma reconstrução das várias leituras acerca do “Fragmento sobre a maquinaria” nos *Grundrisse* pode ser vista em Virno (1990) e Tomba e Bellofiore (2014).

que defendem as teses do “intelecto geral” como superiores à visão exposta por Marx no *Capital*, partem do mesmo equívoco sobre a concepção do trabalho abstrato, como argumentamos neste artigo. Para a compreensão dessas interpretações, o próprio desenvolvimento teórico de Marx precisa ser considerado.

A distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato ainda não estava clara para Marx durante a elaboração dos *Grundrisse* (completado em 1858), o qual só acontecerá posteriormente quando rompe definitivamente com a teoria do valor de Ricardo (HEINRICH, 2013). Como apresentou Michael Heinrich (2013), “the clear fixing of the distinction between abstract and concrete labour, with which Marx completely broke with Ricardo’s value-theory, occurred only in the Contribution to the Critique of Political Economy (1859)” (HEINRICH, 2013, p. 203). Essa teoria ainda em definição de Marx<sup>6</sup> levou a uma má interpretação da própria noção de capital fixo, o considerando na esfera da circulação na seção dos “Fragmentos” dos *Grundrisse*, ao invés de considerar no processo de produção capitalista como faz posteriormente. No volume I do *Capital*, podemos encontrar uma autocrítica implícita ao “Fragmento sobre a maquinaria”, uma vez que Marx apresenta a produção de mais-valor relativo através do aumento da incorporação de capital fixo de forma exatamente oposta ao que faz nos trechos citados dos *Grundrisse*.

Essa dificuldade para distinguir entre trabalho concreto e abstrato é explícita no trecho citado acima em que Marx vincula a disparidade do tempo de trabalho imediato com a mensuração do valor, entretanto, como sabe-se do exposto no *Capital*, o tempo de trabalho imediato nunca foi,

---

<sup>6</sup> A comparação entre os *Grundrisse* e o *Capital* de Marx no que tange à noção de trabalho abstrato também pode ser visto em Arthur (2013).

de qualquer forma, a medida de valor. A mensuração do valor acontece pelo trabalho abstrato, não na sua forma concreta como trabalho imediato, seja ele manual e sem qualidades específicas ou intelectual e baseado no conhecimento. A mensuração do valor advinda do trabalho humano não se dá na esfera concreta, seja ela fisiológica como gasto de energia<sup>7</sup> ou homogênea em trabalhos sequenciados e iguados pela maquinaria, mas sim em termos sociais de abstração.

Apesar de Marx ter superado essa ambiguidade entre trabalho concreto e abstrato nos seus trabalhos posteriores, dentro da tradição marxista os equívocos continuam bastante vívidos, não sendo restritos às teses do capitalismo cognitivo. Tanto as noções de trabalho fisiológicos (KICILLOF e STAROSTA, 2007) quanto de trabalho homogêneo (DE ANGELIS, 1995) ainda podem ser amplamente vistas dentro do debate marxista sobre teoria do valor e do trabalho abstrato. Entretanto, há uma outra vertente de leitura sobre a teoria do valor e da noção de trabalho abstrato em que esse é entendido como trabalho humano como expressões de equivalentes de valor, a qual destaca tanto a especificidade histórica do capitalismo com produtores de valor quanto do trabalho abstrato como categoria social (não fisiológica ou concreta). Um marco na virada da compreensão da noção de trabalho abstrato em Marx advém de Issak Rubin (1972)<sup>8</sup>, o qual irá destacar justamente a importância de compreensão da abstração capitalista como algo puramente social.

---

<sup>7</sup> A crítica sobre a concepção do trabalho abstrato como trabalho fisiológico remete às abordagens neorricardianas, que partem de um sentido a-histórico do trabalho como gasto de energia, não compreendendo a ruptura histórica da noção de abstração social existente no trabalho capitalista. Uma crítica à compreensão das abordagens neorricardianas sobre o trabalho abstrato pode ser vista em Bonfeld (2010).

<sup>8</sup> A retomada dessa interpretação do trabalho abstrato na obra de Marx possui grandes créditos pelo trabalho de Issak Rubin, que, em plena década de 1920, na URSS sob o regime de Stalin, já bradava a importância da consideração do trabalho abstrato como algo puramente social, o que evidenciaria a mudança do modo de produção (não uma simples inversão distributiva) para uma nova sociedade. “Uma de duas coisas é possível: se o trabalho abstrato é um gasto de energia humana em forma fisiológica, então valor também tem caráter reificado-material; ou valor é um fenômeno social, e então o trabalho abstrato também deve ser entendido como fenômeno social ligado a uma forma social determinada de produção. Não é possível conciliar um conceito fisiológico de trabalho abstrato e o caráter histórico do valor que ele cria” (RUBIN, 1972, p. 135).

A noção de trabalho abstrato não possui a ideia de um esforço homogêneo (genérico) na produção, como fazem os autores e autoras da tese do capitalismo cognitivo ao confundir um trabalho concreto específico (homogeneizado e generalizado) com o trabalho abstrato. O ponto de partida da abstração do valor no capitalismo não é a produção individual (particular) como alguma substância genérica que passa a ser “incorporada” nas mercadorias. O valor só pode ser compreendido como uma categoria social, portanto, realizado socialmente através das trocas de mercadorias.

A produção individual não possui diretamente valor como um caráter social, apenas através do ato posterior das trocas que o seu valor é realizado, por isso um processo de abstração social, não mental ou fisiológico. O caráter concreto e particular dos diferentes trabalhos só pode ser equalizado através da noção de valor pelo processo de abstração social pelo mercado (HOFIG, 2020). O trabalho contido na forma valor do capitalismo é uma abstração dada pela universalidade da mercadoria em sua forma social, logo sem possuir uma matéria concreta nessa sua abstração como valor. É exatamente esse caráter puramente social da abstração do trabalho enquanto valor que irá fundamentar a teoria do valor de Marx no *Capital*, ressaltando a inversão posta por uma sociedade mediada pela relação de mercadorias:

Exatamente ao contrário da objetividade sensível e crua dos corpos das mercadorias, na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural. [...] Lembremo-nos, todavia, de que as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua **objetividade de valor é puramente social, e por isso é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias**” (MARX, 2013, p. 125, grifo nosso).

Rubin (1972) enfatiza de maneira correta que, quando Marx torna o trabalho abstrato dependente da troca, está se referindo a toda relação capitalista como uma totalidade (produção e circulação) de uma relação social entre

mercadorias, rompendo com essa falsa dicotomia. Em Marx, o trabalho abstrato é a substância de valor não porque tem um “conteúdo útil particular”, mas porque dura por um certo período de tempo determinado socialmente. Na abstração social capitalista, o tempo de trabalho que é sempre concreto como atividade no tempo “surge como seu oposto – como um tempo abstrato que se funda em si mesmo e passa por si mesmo” (BONFELD, 2014, p. 133). O tempo concreto do trabalho é supressumido através da sua determinação social enquanto valor posto pelas trocas de mercadorias.

A realização do valor não ocorre, portanto, reduzido a uma mensuração de gastos concretos de músculos, cérebro e nervos. Em vez disso, é o tempo de trabalho socialmente necessário que é uma abstração social. O tempo de trabalho socialmente necessário que constitui valor não é apenas uma média “técnica”, porque a “sociabilidade dos trabalhadores privados, e, portanto, a mesma magnitude a ser medida, é eventualmente fixada na troca de mercado” (BELLOFIORE, 2009, p. 185). Logo, o tempo de trabalho socialmente necessário que fundamenta o valor e sua mensuração é conhecido apenas *ex post*, sendo realizado na abstração social do mercado capitalista. Esse tempo abstrato não individual também não é realizado apenas relativamente, mas a partir da totalidade social da troca das mercadorias através da sua realização monetária universalizada.

O trabalho contido na forma valor é uma abstração social, dada a universalidade da mercadoria como fundamento da relação capitalista, o que implica a construção de um “tempo social” que manifesta uma abstração real. Logo, um tempo social que possui a conceitualidade do valor como a essência aparentemente automovente da riqueza social. No entanto, ao se estabelecer a unidade do tempo social como unidade do tempo do capital, o processo de trabalho passa a ser refletido como se fosse a sua unidade. Uma vez universalizada a inversão da relação capitalista através da abstração da relação entre mercadorias, o tempo abstrato do capital aparece como se fosse realmente o tempo concreto da produção. Exatamente essa inversão que Marx chama de fetiche, vista aqui da perspectiva do tempo de trabalho,



em que “aparece que o trabalho material que sustenta a postura de valor é o trabalho em abstrato, ou seja, hipostasiado como tal” (ARTHUR, 2013, p. 117). Por ser o valor uma noção social abstrata que tem como necessidade ser gerado junto com o trabalho concreto, no mundo invertido das mercadorias se transpõe, como fetiche, a produção social idealizada do trabalho abstrato como processo concreto particular de produção material.

As várias teses marxistas do trabalho abstrato como fisiológico ou homogêneo, como o caso claro da abordagem do capitalismo cognitivo, padecem exatamente dessa inversão, entendendo o trabalho abstrato que fundamenta o valor como se fosse alguma forma genérica de trabalho concreto. Uma vez que se entende o fundamento do valor a partir da abstração social real do capitalismo, não há nexos lógicos afirmar que a intensificação do conhecimento no trabalho concreto irá criar uma crise de mensuração do valor. O tempo social do capital não é o tempo da produção concreta do trabalho cognitivo, pelo contrário, ele só pode ser obtido *ex post*, realizado socialmente na relação de troca entre mercadorias.

A suposta imensurabilidade técnica do conhecimento trata do trabalho concreto privado, não da sua forma abstrata como valor. Dizer que a tal subjetividade do trabalho cognitivo promove uma crise de mensuração do valor, com a disseminação e suposta centralidade desse trabalho imensurável, não passa de uma inversão categorial, baseada na falsa compreensão fetichizada do tempo de produção imediato como tempo social do capital, ou, em outros termos, do trabalho concreto imediato como medida do valor.

### **A falsa aparência do “rentismo feudal” no capitalismo do século XXI**

A má compreensão do trabalho abstrato, entendido como trabalho concreto, leva a uma série de equívocos dos teóricos do capitalismo cognitivo sobre as novas formas de trabalho. Apesar das importantes contribuições feitas pelo grupo no que concerne à descrição dessas novas formas de trabalho e a tentativa de uma melhor apresentação teórica, os desdobramentos

dessas análises trazem grandes mistificações sobre a sociedade contemporânea. Através da análise crítica das teses do capitalismo cognitivo se torna possível compreender os mecanismos de mistificação do capitalismo contemporâneo, os quais estão presentes em várias abordagens atuais. Partindo dessa concepção da centralidade do trabalho cognitivo ou digital, há uma grande difusão das teses de uma suposta constituição de um “feudalismo digital” ou “tecnofeudalismo” (ZUBOFF, 2021; DURANT, 2020, 2022; MAZZUCATO, 2019; DEAN, 2020; VAROUFAKIS, 2021), em que haveria um processo de monopolização e extração de renda (expropriação e rentismo) em detrimento da produção de mais-valor. O que se pretende mostrar aqui é justamente o contrário, ou seja, como esse aparente rentismo das formas atuais de trabalho se baseia na aparência invertida da geração de mais-valor.

Um das grandes conclusões dessa abordagem “cognitiva” está nessa suposição de que o capitalismo contemporâneo teria uma tendência de oposição (ou de imposição de barreiras) ao aumento de produtividade, se reproduzindo com base na renda em uma espécie de tecnofeudalismo. Como analisaremos nesta seção, essa concepção do capitalismo atual como tecnofeudal é bastante recorrente atualmente<sup>9</sup>, tendo como origem dessas teses justamente uma má compreensão do processo de constituição de valor, confundido com a produção de riqueza material. Ao mesmo tempo, muitas dessas teses tecnofeudalistas carecem de uma melhor sistematização teórica, partindo muitas vezes das concepções do trabalho cognitivo e analisando mais detidamente e criticamente apenas as formas de distribuição da riqueza material. Por isso, iremos primeiro expandir o estudo sobre a inversão categorial na sociedade capitalista atual, para em seguida analisar criticamente as teses do “capitalismo rentista feudal” sobre o capitalismo contemporâneo.

Um elemento de alicerce da teoria do capitalismo cognitivo está na afirmação de que o valor não é mais produzido pelo “trabalho abstrato”, entendido

---

<sup>9</sup> Um estudo crítico descritivo das principais teses do tecnofeudalismo pode ser visto em Morozov (2022).

como o trabalho concreto mecanizado e homogêneo (como apresentado na seção anterior), pois a partir da crise do “fordismo” dos anos de 1970 o valor passou a ser produzido através do trabalho baseado no conhecimento (FUMAGALLI, 2010; BOUTANG, 2011; VERCELLONE, 2013). Uma vez que esses autores e autoras partem dessa ruptura com a geração de valor, vários processos econômicos seriam transformados no capitalismo atual. Como exposto por Vercellone e Dughera, “the crisis of the theory of value/surplus value involving the simultaneous dissolution of those criteria on which the net distinction between profit and rent was founded” (2019, p. 44).

A falsa compreensão do trabalho abstrato como trabalho concreto homogêneo leva à suposição de que o trabalho baseado no conhecimento não seria passível de passar por essa abstração; nas palavras dos autores e autoras, o trabalho cognitivo romperia com os processos de subsunção real do capitalismo (FUMAGALLI, 2019; VERCELLONE e DUGHERA, 2019). O processo de homogeneização do trabalho através das máquinas seria superado pelas novas formas baseadas no conhecimento, que romperia com os mecanismos de subsunção real e de controle do capital sobre a produção. No capitalismo contemporâneo o valor seria produzido pelas intrincadas redes de conhecimento, chamadas de “intelecto social geral” com base nos *Grundrisse* de Marx. Esse valor produzido pelo intelecto geral não seria passível de controle, muito menos de subsunção real, dado que sua característica por excelência seria uma autonomia criativa e de autoaprendizado (VIRNO, 2004; RULLANI, 2004).

O aumento da produtividade, capaz de gerar mais valor relativo, não estaria mais na subsunção real dada pelo controle do trabalho e imposição de um aumento do capital fixo. Agora, no capitalismo cognitivo, o aumento de produtividade ocorreria através da “troca de conhecimento e sua difusão (...) que não depende de uma transferência tecnológica (ou seja, de um estoque físico de bens materiais), mas da amplitude dos fluxos relacionais que o processo imaterial aciona” (FUMAGALLI, 2010, p. 118). Dentro dessa visão, o “trabalho cognitivo possui uma capacidade ‘genética’ de

auto-organizar sua cooperação, tanto dentro da empresa quanto na sociedade como um todo” (VERCELLONE e DUGHERA, 2019, p. 47). A dinâmica produtiva passa a ser entendida a partir de uma tendência de autonomia do trabalho cognitivo, em que haveria um salto qualitativo na separação entre propriedade e gestão.

Os autores e as autoras da tese do capitalismo cognitivo entendem as funções reais ligadas à organização da produção e ao cumprimento das metas produtivas cada vez mais delegadas aos trabalhadores. As figuras do investidor “schumpeteriano” e “weberiano” que formariam a tecnoestrutura “galbraithiana” de inovação e pesquisa seriam extinguidas no capitalismo contemporâneo. Em detrimento da queda do comando do capital na produção direta, teria um aumento vertiginoso da propriedade do capital fora do processo produtivo. O reflexo dessa exteriorização do capital na produção seria seu novo papel passivo, como marca do processo de transformação do lucro em renda na fase atual do capitalismo.

O papel do capital de controlar a produção através da subsunção real do trabalho, intervindo diretamente na inovação e no aumento da produtividade, seria substituído por um papel passivo e predatório, caracterizado como rendatário, que intervém apenas *post festum*. Essa nova posição do capital de “absorbing and capturing the autonomous creative force of the commons may be the most significant expression of the tendency towards the becoming-rent of profit, unveiling the vanishing role of capital in the production of knowledge and innovation” (VERCELLONE e DUGHERA, 2019, p. 49). Essa intervenção passiva na produção direta e exterior do ponto de vista da propriedade levaria a uma tensão crescente entre a tentativa do capital de “expropriar” mais-valor sem participar diretamente da produção.

Dentro dessa concepção do capitalismo cognitivo, o processo de geração de mais valor relativo pela subsunção real seria substituído por um processo “predatório” de captura das forças criativas e autocooperativas do conhecimento. O posicionamento da expropriação de mais-valor externo à produção geraria uma tendência de queda da produtividade, em que prevaleceria

um sistema de grandes oligopólios empresariais que prejudicariam o livre fluxo de conhecimento e, portanto, a geração de valor no capitalismo atual. O capitalismo cognitivo estaria dependente da transformação do conhecimento em mercadoria em que “só pode se reproduzir colocando obstáculos às condições objetivas e às capacidades criativas dos agentes que constituem a própria base do desenvolvimento de uma economia do conhecimento” (VERCELLONE e DUGHERA, 2019, p. 52). A extração de mais-valor relativo não estaria mais ligada com o aumento de produtividade; ao contrário, esse novo estágio de “expropriação” do capitalismo se basearia na criação de novas propriedades e patentes que se imporiam sobre o impulso autônomo e coletivo das redes de conhecimento.

Essa tese de um capitalismo rentista com uma lógica de geração de riqueza prejudicial ao aumento das inovações e da produtividade não é uma particularidade dos “intelectuais do capitalismo cognitivo”. A imagem do tecnofeudalismo (STREECK, 2016, DURANT, 2020, 2022; MAZZUCATO, 2019; DEAN, 2020; VAROUFAKIS, 2021) reflete bem essa visão generalizada de que os grandes oligopólios digitais e informacionais representariam uma regressão na direção dos mecanismos feudais de extração de excedente econômico. Baseado na ideia de um trabalho autônomo digital capturado pelos grandes monopólios, Durand argumenta que haveria uma “quebra na dinâmica competitiva e tendo aqueles que controlam os intangíveis uma capacidade incomparável de se apropriar de valor sem realmente se comprometer com a produção. (...) O investimento já não é orientado para o desenvolvimento das forças de produção, mas sim das forças de predação” (2020, p. 154).

As teses sobre o predomínio de um capitalismo rentista partem da suposição de que as novas formas de trabalho não estariam sob o domínio da relação capitalista, ou seja, de que os trabalhos digitais, imateriais, de serviços e cognitivos teriam uma autonomia frente à relação de trabalho capitalista ditada pelo controle direto da homogeneização da grande indústria. Como apresentado na seção anterior, o trabalho capitalista não se limita às

formas concretas da grande indústria. A singularidade do trabalho capitalista está na universalidade da sua alienação, sendo esta a separação do trabalhador dos meios de vida e dos seus produtos gerados, como base para o processo de abstração social das relações entre mercadorias. As patentes e propriedades intelectuais não são formas externas de apropriação de valor, mas a constituição dos próprios mecanismos para a alienação do trabalho, tendo como ponto central a separação do trabalhador dos seus meios de vida e de produção.

As diferentes formas dos novos trabalhos concretos, como os imateriais, digitais, de serviços, por plataformas digitais e cognitivos, não possuem nenhuma implicação necessária em quebrar essa alienação e abstração social capitalista. Entretanto, essas diferentes formas de trabalho concreto implicam novas formas de subsunção real, ou seja, novas formas de controle e geração de mais-valor relativo. O processo de subsunção real não deve ser reduzido à ideia da homogeneização do trabalho pela grande indústria. Como mostrou Marx no *Capital*, o conteúdo da subsunção real está na geração de mais-valor relativo e não apenas nas suas formas concretas. Logo, o que fundamenta esse processo social é a geração de valor, portanto, baseado no trabalho abstrato, não no concreto. O elemento central da subsunção real está justamente em condicionar o trabalho concreto em sua forma abstrata, seja qual for esse trabalho concreto, material ou imaterial, direto pela empresa ou intermediado por uma plataforma digital.

A centralidade de novas formas de trabalho concreto implica justamente a necessidade de novos mecanismos de controle, tanto para a produção da mais-valia relativa quanto para o próprio processo de abstração social através do mercado capitalista. Essas novas formas de controle não significam um padrão predatório e externo à produção e inovação, mas uma necessidade imposta pelas especificidades dessas novas formas concretas imateriais e cognitivas. As economias de rede gestadas pelas novas formas digitais e imateriais impõe a necessidade de formação de grandes monopólios, uma vez que elas apenas acontecem através da utilização difundida em larga escala.

A existência dessas economias de redes (digitais, imateriais, plataformas etc.) necessitam da incorporação de um enorme contingente populacional, ou seja, em termos capitalistas necessitam de uma estrutura monopolista que permita a interligação do maior número de pessoas possível. Contudo, ao contrário de uma “quebra de dinâmica competitiva”, o que acontece é uma enorme exacerbação da competição em todos os elementos da vida cotidiana das pessoas através da potencialidade da sua mercantilização através dessas grandes redes sociais e digitais. Não apenas os elementos da vida cotidiana se tornam passíveis de mercantilização através dessas plataformas e redes, como a competição entre esses enormes monopólios digitais e empresariais é potencializada. A continuidade desses grandes monopólios, em intenso processo de competição dentro do enorme quadro social global, depende justamente da sua capacidade de inovação e da imposição de novas ferramentas de controle e subsunção sobre seus usuários e trabalhadores<sup>10</sup>.

A sociedade capitalista não deve ser definida com base no seu potencial de geração de riqueza material; pelo contrário, como mostrou Marx, justamente o que a distingue é seu processo universalizado da constituição de valor através do trabalho abstrato. O grau de distribuição da riqueza material está longe de demarcar uma ruptura do capitalismo, como aderentes das teses do tecnofeudalismo proclamam ao naturalizar o período do pós-guerra como o padrão capitalista<sup>11</sup>. Dentro dessa visão tecnofeudal, os enormes investimentos dos grandes monopólios tecnológicos, como apresentado criticamente por Morozov (2022), seriam para predação (expropriação) e não geração de mais riqueza. Como argumentado na seção anterior,

---

<sup>10</sup> A importante discussão sobre as diferentes formas e mecanismos de subsunção e exploração entre trabalhadores e usuários das plataformas e redes sociais foge do escopo deste artigo e deverá ser apresentado em um estudo posterior. Um estudo aprofundado dentro desse tema pode ser visto em Fuchs (2016).

<sup>11</sup> Dean (2022) ao buscar defender sua visão deixa clara essa inversão do período pós-guerra como um padrão natural do capitalismo, em que “neoliberalism turns into neofeudalism because it effects a change in social-property relations by destroying state ‘fettters’ or constraints on markets – employee safety nets, corporate taxation, social-welfare provisions. The enormous stores of wealth that accumulate in the hands of the few exert a political and economic power that protects the holders of capital while intensifying the immiseration of almost everyone else” (p. 7).

os teóricos do capitalismo cognitivo, assim como do tecnofeudalismo, sem compreender o processo de constituição de valor, se tornam incapazes de perceber como essas novas formas de propriedade (e de monopólios, controles gerenciais, patentes, plataformas digitais, algorítmicos etc.) são justamente os processos de subsunção formal e real capazes de gerar valor e mais-valor<sup>12</sup>. Se há uma piora na distribuição de riqueza material dada por essas novas formas concretas de geração de valor, isso não significa de modo algum uma ruptura com a sociabilidade capitalista, apenas com um pequeno período histórico circunscrito no pós-guerra (BREMAN e VAN DER LINDEN, 2014).

A difusão das plataformas e algoritmos, englobando não apenas os aplicativos e redes sociais, mas também os programas de gestão de trabalho das grandes empresas, não apenas promove o controle característico da subsunção real, como a intensificação da competição que implica maior inovação e produtividade. Dentro dessa subsunção real desse trabalho concreto imaterial, digital, de serviços e cognitivo, a subjetivação de um autocontrole do trabalhador se torna elemento central. Não por acaso tantos estudos sobre as novas formações do capitalismo contemporâneo apresentam essa nova configuração subjetiva do trabalhador (HAN, 2015; LAVAL e DARDOT, 2016; CHIAPELLO e BOLTANSKI, 2020), em que a condição de se moldar aos interesses da geração de mais-valor partam do próprio trabalhador, acreditando ser um investidor de si mesmo.

O condicionamento do trabalho concreto às necessidades da abstração para geração de mais-valor passa a não depender mais apenas da homogeneização do trabalho pelas máquinas, agora possui como elemento central uma

---

<sup>12</sup> A contribuição de Morozov (2022) tem o grande mérito de apresentar e problematizar as principais teses do tecnofeudalismo, mas a sua crítica fica circunscrita a uma dualidade entre geração crescente de riqueza material (entendido dentro da abordagem de Brenner) e a expropriação dessa produção (dentro da leitura de Wallerstein). Dada essa redução crítica desses dois polos, não analisa a distinção fundamental da sociedade capitalista da produção de riqueza material através da geração de valor e mais-valor, o que implicaria justamente compreender os processos de fetichização da nossa sociedade como as teses do tecnofeudalismo. *that accumulate in the hands of the few exert a political and economic power that protects the holders of capital while intensifying the immiseration of almost everyone else*" (p. 7).



introjeção no subjetivo do trabalhador dessa necessidade de se moldar aos interesses da geração de valor, a qual é reforçada pelo lado mais material dos algoritmos, plataformas e redes sociais. Essa nova relação da subsunção real com relação às novas formas de trabalho concreto imaterial, digital, de serviços e cognitivo, gera, por sua vez, uma falsa aparência de autonomia do trabalhador. Por isso, essas grandes plataformas digitais, na aparência invertida da geração de valor, aparecem como mecanismos predatórios. Contudo, essa autonomia não passa de uma aparência fetichizada, já que em realidade esse autocontrole do trabalhador, ao invés de maior independência, não passa de uma subsunção aos interesses de geração de mais-valor.

A tese de uma tendência de uma sociedade de rentismo tecnológico não passa de um fetiche quanto à independência e autonomia das novas formas de trabalho<sup>13</sup>. Diferentemente dos servos que tinham plenos direitos de utilização dos meios de produção durante o feudalismo, os trabalhadores atuais estão alienados da posse das redes, programas, sistemas e plataformas em que realizam a sua produção. O trabalho cognitivo, como visto na seção anterior, também gera mais-valor através de suas formas abstratas socialmente no mercado capitalista, apesar de parecerem independentes e autônomas, seja no mundo virtual (das plataformas e redes sociais) ou no corporativo das complexas redes e sistemas de relações de trabalho.

A má compreensão do que é trabalho abstrato, como visto na seção anterior, impede os autores e autoras analisados de compreenderem como esse trabalho baseado no conhecimento é uma forma de trabalho concreto, mesmo que imaterial, o que possibilita a sua subsunção real e valoração através dos mecanismos de abstração social do capitalismo. Dessa forma, todos os movimentos de criação de patentes, algoritmos, plataformas e redes sociais seriam mecanismos de subsunção real, que implicam tanto o controle desse trabalho cognitivo com aumento de produtividade e geração de mais-valor

---

<sup>13</sup> As críticas aqui feitas às teses do rentismo tecnológico e do trabalho cognitivo não devem ser estendidas aos debates sobre o rentismo advindo da desintermediação do capital, marcado pela expansão e centralidade do capital fictício no processo de acumulação contemporânea. Para uma leitura rigorosa sobre o tema ver Sotiropoulos, Milios, Lapatsioras (2013).

relativo quanto a própria subjetivação do trabalhador como um empresário de si mesmo, intensificando ainda mais o processo de fetichização e alienação.

### **Conclusão**

Nas seções anteriores, discutiu-se a partir de uma perspectiva crítica os principais elementos teóricos que sustentam as teses da abordagem do capitalismo cognitivo e do tecnofeudalismo. Os vários autores e autoras dentro dessas abordagens partem da noção da maior centralidade no capitalismo atual do trabalho baseado no conhecimento. A centralidade dessas novas formas de trabalho causaria uma grande ruptura com a lei do valor/trabalho e uma tendência a uma espécie de capitalismo rentista, em que haveria um novo papel muito mais predatório do capital ao invés de uma dinâmica de inovação e aumento de produtividade.

Na segunda seção do trabalho argumentou-se como essa tese da suposta crise do valor na fase atual do capitalismo se deve a uma má interpretação do trabalho abstrato. Os autores e autoras analisados partem da noção do trabalho abstrato como um trabalho homogêneo padronizado pelas máquinas e controle produtivo. Por isso supõem que os trabalhos baseados no conhecimento não seriam passíveis de abstração. Contudo, a noção de trabalho abstrato, como trazida por Marx, parte do caráter social da abstração, que se impõe através das relações de troca entre mercadorias. O valor, portanto, não advém de um trabalho concreto, mas da realização social de abstração capitalista. Por isso não há uma crise da relação de valor capital/trabalho, pois a forma concreta específica do trabalho baseado em conhecimento não impossibilita a formação de valor através da sua abstração social no mercado capitalista.

Essa interpretação errônea sobre o trabalho capitalista, que parte de uma impossibilidade entre trabalho concreto baseado no conhecimento e o trabalho abstrato, implicaria uma suposta autonomia e independência das

formas atuais de trabalho na geração de excedente. Dessa forma, a produção de valor desse trabalho supostamente autônomo passaria a ser extraído pelas relações predatórias do capitalismo monopolista com traços feudais. Contudo, como analisado ao longo do texto, essa suposta independência das formas contemporâneas do trabalho não passa de um processo de fetichização, em que se dá uma falsa autonomia para relações constituídas socialmente através de processos de alienação e exploração.

Os trabalhos baseados no conhecimento necessitam de novas formas de subsunção real para que o capital exerça seu controle e produza mais-valor relativo; contudo essas novas formas se colocam exatamente em uma oposição inversa de autonomia e independência. As novas formas de subsunção do trabalho capitalista se baseiam justamente na normatização e subjetivação do controle e da competitividade no trabalhador, implicando que ele próprio se molde às demandas da relação capitalista para a geração de mais-valor relativo. Contudo, essas novas formas de normatização e subjetivação do trabalhador produzem a falsa aparência de sua autonomia e independência, o que implica o fetiche de entender as novas formações do capitalismo baseadas em um rentismo predatório próximo ao feudalismo.

## Referências

- ARTHUR, Chris. The practical truth of abstract labour. In: BELLOFIORE, Riccardo; STAROSTA, Guido; and THOMAS, Peter. *Marx's laboratory: critical interpretations of the Grundrisse*. Koninklijke Brill NV, Leiden, The Netherlands, 2013, p. 101-120.
- BELLOFIORE, Ricardo. A ghost turning into a vampire – the concept of capital and the living labour. In: BELLOFIORE, Riccardo; FINESCHI, Roberto. *Re-reading Marx: new perspectives after the critical edition*. Palgrave Macmillan, 2009, p. 178-194.
- BONEFELD, Werner. Abstract Labour: Against its Nature and on its Time. *Capital & Class*, 34, 2, p. 257-76, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Critical Theory and the Critique of Political Economy*. Bloomsbury, Londres/Nova Iorque, 2014.
- BOUTANG, Yann Moulier. *Cognitive Capitalism*. Cambridge, Polity Press, 2011.
- BREMAN, Jan; VAN DER LINDEN, Marcel. Informalizing the economy: The return of the social question at a global level. *Development and Change*, 45 (5): p. 920-40, 2014.
- CHIAPELLO, Eve; BOLTANSKI, Luc. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2020.
- CHICCHI, Federico. Beyond the 'salary institution': on the 'society of performance' and the platformisation of the employment relationship. *Work Organisation, Labour & Globalisation*, Vol. 14, n. 1, 2020, p. 15-31.
- DEAN, Jodi. Communism or Neo-Feudalism?, *New Political Science*, vol. 42, n. 1, February, 2020.
- \_\_\_\_\_. Same as it ever was? *New Left Review Sidecar*. Disponível em: <https://newleftreview.org/sidecar/posts/same-as-it-ever-was>, 2022.
- DE ANGELIS, Massimo. Beyond the Technological and the Social Paradigms: A Political Reading of Abstract Labour as the Substance of Value. *Capital & Class*, vol. 19, no. 3, 1995, p. 107-34.
- DURANT, Cedric. *Techo-féodalisme: Critique de l'économie numérique*. Paris, Zones, 2020.
- \_\_\_\_\_. Scouting capital's frontiers. *New Left Review*, 136, July-Aug, 2022.
- FUCHS, Christian. *Reading Marx in the information age*. New York and London, Routledge, 2016.
- FUMAGALLI, Andrea. New Form of exploitation in bio-cognitive capitalism: Towards lige subsumption. In: FUMAGALLI, Andrea; GIULIANI, Alfonso; LUCARELLI, Stefano, VERCELLONE, Carlo. *Cognitive Capitalism, Welfare and Labour*. New York, Routledge, 2019, pp. 77-94.
- \_\_\_\_\_. *Bioeconomía y capitalismo cognitivo*. Villatuerta, Traficantes de Sueños, 2010.
- FUMAGALLI, Andrea; MORINI, Cristina. Life put to work: towards a life theory of value. *Ephemeris*, volume 10(3/4), 2010, pp. 234-252.
- GIULIANI, Alfonso; FUMAGALLI, Andrea; LUCARELLI, Stefano, VERCELLONE, Carlo. *Cognitive Capitalism, Welfare and Labour*. New York, Routledge, 2019.
- GIULIANI, Alfonso; VERCELLONE, Carlo. An introduction to cognitive capitalism: a Marxist approach. In: FUMAGALLI, Andrea; GIULIANI, Alfonso; LUCARELLI, Stefano, VERCELLONE, Carlo. *Cognitive Capitalism, Welfare and Labour*. New York, Routledge, 2019, p. 10-32.
- GORZ, André. *L'Immatériel: connaissance, valeur et capital*. Paris: Galilée, 2003.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis, Editora Vozes, 2015.
- HEINRICH, Michael. The 'Fragment on Machines': A Marxian Misconception in the Grundrisse and its Overcoming in Capital. In: BELLOFIORE, Riccardo; STAROSTA, Guido, e THOMAS, Peter. In: *Marx's laboratory: critical interpretations of the Grundrisse*. Leiden, Koninklijke Brill NV, 2013.

- HUWS, Ursula. *Labor in the Global Digital Economy: The Cybertariat comes of age*. New York, Monthly Review Press, 2014.
- KICILLOF, Alex; STAROSTA, Guido. On Materiality and Social Form: A Political Critique of Rubin's Value Form Theory. *Historical Materialism*, 15, 3, 2007, p. 9–43.
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MAZZUCATO, M. Preventing Digital Feudalism. *Project Syndicat*. Available at: <https://www.project-syndicate.org/commentary/platform-economy-digital-feudalism-by-mariana-mazzucato-2019-10>, 2 Oct, 2019.
- MILBERG, William; WINKLER, Deborah. *Outsourcing Economics: Global Value Chains in Capitalist Development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- MORINI, Cristina. *Per amore o per forza: Femminilizzazione del lavoro e biopolitiche del corpo*. Verona, Ombre Corte, 2010.
- MOROZOV, Evgeny. Critique of techno-feudal reason. *New Left Review*, 133-134, jan-apr, 2022.
- MURRAY, Patrick. Marx's 'Truly Social' Labour Theory of Value: Part I, Abstract Labour in Marxian Value Theory. *Historical Materialism*, 6, 200, p. 27–65.
- NEGRI, A. Valeur-travail: crise et problèmes de reconstruction dans le post-moderne. *Futur Antérieur*, 10, 1992, p. 30–36.
- NEGRI, A. and C. VERCELLONE. Le Rapport capital-travail dans le capitalisme cognitive. *Multitudes*, 32(1), 2008, p. 39–50.
- PRADO, Eleutério. *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo, Xamã, 2005.
- RUBIN, Issak. *Essays on Marx's theory of value*. Tradução de Milos Samardzija e Fredy Perlman. Detroit: Black and Red, 1972.
- RULLANI, E. *Economia della conoscenza*. Carocci, Roma, 2004.
- SRNICEK, N. *Platform Capitalism*. Cambridge, Polity Press, 2017.
- STREECK, Wolfgang. *How Will Capitalism End? Essays on a Failing System*. London and New York, Verso, 2016.
- SOTIROPOULOS, Dimitri; MILIOS, John; LAPATSIORAS, Spyros. *A Political Economy of Contemporary Capitalism and its Crisis*. New York: Routledge, 2013.
- TOMBA, Massimiliano; BELLOFIORE, Ricardo. The Fragment on Machines and the Grundrisse: the workerist reading in question. In: LINDEN, Marcel van der (ed.); ROTH, Karl Heinz (ed.), *Beyond Marx: Theorising the global labour relations of the twenty-first century*. Leiden, Brill, 2014.
- VAROUFAKIS, Y. Techno-feudalism is taking over. *Project Syndicate*. Available at: <https://www.project-syndicate.org/commentary/techno-feudalism-replacing-market-capitalism-by-yanis-varoufakis-2021-06?barrier=accesspaylog>, 28 Jun, 2021.
- VERCELLONE, Carlo. From Formal Subsumption to General Intellect: Elements for a Marxist Reading of the Thesis of Cognitive Capitalism. *Historical Materialism*, 15, 2007.
- \_\_\_\_\_. The Becoming Rent of Profit? The New Articulation of Wage, Rent and Profit. *Knowledge Cultures*, 1(2), 2013, p. 194–207.
- VERCELLONE, Carlo; DUGHERA, Stefano. Metamorphosis of the theory of value and becoming-rent of profit: an attempt to clarify the terms of a debate. In: FUMAGALLI, Andrea; GIULIANI,

Alfonso; LUCARELLI, Stefano, VERCELLONE, Carlo. *Cognitive Capitalism, Welfare and Labour*. New York, Routledge, 2019, p. 33-60.

VIRNO, Paolo. Edizione semicritica di un classico Frammento. Citazioni di fronte al pericolo. *Luogo comune*, 1, 1990, p. 9–13.

\_\_\_\_\_. *Gramática de la multitud*. Traficantes de Sueños, Madrid, 2004.

ZUBOFF, Shoshana. *A Era do Capitalismo de Vigilância*. Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2021.

TATIANA BERRINGER  
TUANY ALVES NASCIMENTO

## POLÍTICA EXTERNA E BLOCO NO PODER: A FIESP NA CRISE DO GOVERNO DILMA E APÓS O *IMPEACHMENT*

Recebido em 07/07/2022

Aprovado em 12/01/2023

# POLÍTICA EXTERNA E BLOCO NO PODER: A FIESP NA CRISE DO GOVERNO DILMA E APÓS O *IMPEACHMENT*

## Resumo

O artigo analisa a relação entre os interesses da burguesia interna e a política externa na crise política do governo de Dilma Rousseff e do período posterior ao *impeachment*. Utilizando o referencial teórico poulantziano, investigamos os conflitos de classe e frações de classe que levaram ao esfacelamento da frente neodesenvolvimentista e à divisão da burguesia interna face ao processo de *impeachment* de 2016. Nos focamos na atuação da Fiesp, questionando os motivos que impulsionaram a entidade a realizar uma campanha a favor da impugnação da presidenta. Concluímos que a Fiesp, sob o comando de Paulo Skaf, reorientou suas demandas internacionais, atraída pela frente neoliberal ortodoxa, isto porque a entidade teria passado a representar os interesses do médio capital e, também, havia uma nova conjuntura política internacional, na qual a entidade passou a defender a necessidade de mudança da política externa em função da falsa ideia de isolamento do país. Essa posição esteve bastante ligada à própria ação e condução do presidente da entidade, Paulo Skaf. Assim, apontamos que a entidade passou a defender uma política de inserção internacional orientada pelas reformas neoliberais e pelo retorno da subordinação passiva do Estado brasileiro face ao imperialismo as quais foram implementadas nos governos Temer e Bolsonaro.

**Palavras-Chave:** Bloco no poder; Fiesp; política externa brasileira; neodesenvolvimentismo; neoliberalismo; governo Dilma Rousseff.

## TATIANA BERRINGER

Professora de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC) e coordenadora do grupo de pesquisa Política Externa e Classes Sociais (Pecs). Integra o projeto Universal CNPq n.º 18/2021: A crise política, a nova direita, o Estado e os conflitos de classe no Brasil.

E-mail: [berringer.tatiana@gmail.com](mailto:berringer.tatiana@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1839-914X>

## TUANY ALVES NASCIMENTO

Mestranda do programa de pós-graduação em Relações Internacionais da UFABC. O artigo é resultado da pesquisa realizada com o apoio Pibic/CNPq sob o edital n.º 01/2020.

E-mail: [tuanyxd@gmail.com](mailto:tuanyxd@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2010-1306>



## **Abstract**

The article analyzes the relationship between the interests of the domestic bourgeoisie and foreign policy in the political crisis of Dilma Rousseff's government and after the president's impeachment. Using the Poulantzian theoretical framework, we investigated the class conflicts and class fractions that led to the crumbling of the neo-developmental front and the division of the domestic bourgeoisie in the face of the 2016 impeachment process. We focused on the actions of the São Paulo State Federation of Industries (Fiesp), questioning the reasons that drove the entity to carry out a campaign in favor of the president's impeachment. We concluded that Fiesp, under Paulo Skaf's presidency, reoriented its international demands, attracted by the orthodox neoliberal front. That is because the entity began to represent more of the interests of the mid-capital and also, in regard of the new international context, the entity started advocating for a change in foreign policy in face of the false idea of the country's isolation. This was very much linked to the actions and conduct of the entity's president, Paulo Skaf. Thus, we point out that the entity began to defend an international insertion policy guided by the neoliberal reforms and the passive subordination to imperialism in Temer's and Bolsonaro's governments.

**Keywords:** Power bloc; Fiesp; Brazilian foreign policy; neodevelopmentalism; neoliberalism; Dilma Rousseff's government.

## I. Introdução

Neste artigo, analisamos a posição da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) na crise do *impeachment* de Dilma Rousseff tendo como foco a política externa nesse período. Partimos das teses defendidas por Boito (2018): 1) a Fiesp era uma das entidades que representavam a burguesia interna<sup>1</sup> brasileira, fração de classe que compunha e dirigia a frente neodesenvolvimentista durante os governos PT; 2) a partir de 2013, sobretudo em função dos conflitos distributivos acirrados pelo impacto da crise financeira internacional, essa fração teria rompido com a frente e aderido ao golpe, se aliando com a frente neoliberal ortodoxa composta pela burguesia associada<sup>2</sup>, pelo imperialismo e pela alta classe média<sup>3</sup>. Diante disso, interessou-nos compreender o comportamento da Fiesp, considerando o giro e a divisão no interior da burguesia interna face à crise política, tendo como foco a política externa.

A nossa hipótese é a de que a Fiesp, durante os anos finais da gestão de Paulo Skaf, aderiu ao novo programa político neoliberal e começou a reivindicar uma nova política externa, porque a entidade passou a representar os interesses do médio capital, que se viu pouco privilegiado pelos governos PT. A mudança se deu também em função da economia política internacional, com a ascensão da China, o aumento dos conflitos desse Estado com os EUA e a negociação dos novos acordos comerciais *OMC-plus*. Isto produziu na burguesia interna o falso temor de isolamento do país. Diante disso, a

---

<sup>1</sup> Trata-se de conceito desenvolvido pelo teórico marxista Nicos Poulantzas (1978) e diz respeito à fração intermediária no interior do bloco no poder que, simultaneamente, associa-se e conflita com o capital imperialista. No Brasil, reúne principalmente os segmentos do grande empresariado industrial, do agronegócio, da mineração e da construção civil (BOITO JR., 2018).

<sup>2</sup> Sem base de acumulação própria, essa fração é subordinada ao capital externo, agindo como intermediária dos interesses políticos e ideológicos do imperialismo no seio da formação social dependente (Poulantzas, 1978)

<sup>3</sup> Essa camada social é composta por trabalhadores de alta escolaridade, que recebem uma elevada remuneração, em especial assalariados do setor de serviços (médicos, advogados, engenheiros) e da burocracia do Estado (procuradores, juizes e delegados). A alta classe média se apega à ideologia meritocrática, que justifica sua distinção e sua ascensão social. Teme a proletarianização (rebaixamento de classes). E, na maioria das vezes, posiciona-se politicamente contra políticas distributivas e é a favor de ideias conservadoras, sendo a força social de movimentos fascistas (Poulantzas, 2021).

entidade se apegou à ideia de que as reformas neoliberais pudessem contribuir para a inserção competitiva do país nas chamadas cadeias globais de valor.

Nossa análise tem como instrumental a teoria de Estado de Nicos Poulantzas. Partimos do entendimento de que o Estado organiza os interesses das frações de classe no interior do bloco no poder<sup>4</sup> e media os conflitos entre essas mesmas frações e as classes trabalhadoras (BOITO JR., 2018). Além disso, os interesses da fração de classe que assume a hegemonia no interior do bloco no poder se definem, também, na política externa, pois, assim como na política doméstica, o Estado busca atuar de forma a organizar e atender os interesses do bloco no poder (BERRINGER, 2015).

Em formações sociais dependentes, a depender da fração hegemônica no bloco no poder, o Estado pode assumir três diferentes posições políticas. São elas: 1) subordinação passiva ao imperialismo; 2) anti-imperialista; e 3) subordinação conflitiva em relação ao imperialismo. O primeiro caso está ligado à hegemonia da burguesia associada, que não tem base própria de acumulação e é, portanto, mera correia de transmissão dos interesses imperialistas no seio da formação social nacional. O segundo caso acontece quando há hegemonia da burguesia nacional, que tem base de acumulação própria e, em aliança com classes populares, pode assumir uma luta de ruptura política com o imperialismo; e o terceiro caso corresponde à hegemonia da burguesia interna, fração ao mesmo tempo dependente financeira e tecnologicamente, mas que requer proteção do Estado para competir e concorrer com o capital externo, levando a maior alcance da margem de manobra do Estado no cenário internacional<sup>5</sup> (BERRINGER, 2015).

Segundo Boito (2018), a burguesia interna teria assumido a hegemonia do bloco no poder no início do segundo governo Lula, fortalecida pela adoção

---

<sup>4</sup> Também elaborado por Nicos Poulantzas (2019), o conceito é empregado para pensar a unidade contraditória das frações de classe dominantes sob a hegemonia de uma delas, que dirige a política do Estado.

<sup>5</sup> Sobre as diferentes frações da burguesia e a relação com o imperialismo, ver Poulantzas (1978).

do programa neodesenvolvimentista dos governos PT, que incluía as políticas de conteúdo local, compras governamentais, financiamento do BNDES, etc. Mas, em 2016, uma parcela dessa fração teria aderido ao golpe motivada especialmente pela ação da frente neoliberal ortodoxa e pelos conflitos distributivos (BOITO JR., 2018).

Além dessa introdução, o texto se divide em mais quatro partes e as considerações finais: na primeira, apresentamos, de maneira resumida, o programa de governo da presidenta Dilma e alguns dos motivos que levaram à crise política que resultou no *impeachment* de 2016. O artigo se funda nas análises de Armando Boito (2018) e de André Singer (2018) sobre as adversidades que ruíram a tentativa de aprofundamento do neodesenvolvimentismo implementada pelo governo Dilma. Na segunda parte, ancorado nas análises de Fernanda Perrin (2020) e de Felipe Queiroz (2021), miram-se as dinâmicas institucionais internas à Fiesp e a posição política-ideológica assumida para compreender como a entidade, até então base de apoio dos governos PT, e beneficiária estratégica de seu programa político, tornou-se uma das maiores impulsionadoras da campanha deposicionista. Na terceira parte, a partir da análise de documentos da Fiesp investigamos como a Federação reorientou sua agenda internacional sob a presidência de Paulo Skaf. Na quarta seção, também fizemos uma pesquisa empírica sobre a posição da Fiesp acerca da política externa depois do *impeachment* de 2016. Ao final, nas considerações finais, sistematizamos os nossos achados.

Começamos então pelos antecedentes dos governos Dilma para tentar entender como se deu esse giro na posição política da entidade.

## **2. A crise do *impeachment* de Dilma Rousseff e as consequências da ofensiva neoliberal ortodoxa**

Durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) o direcionamento da política externa seguiu, em geral, as mesmas diretrizes da política externa da era Lula (2003-2010), dando continuidade ao programa político econômico e social neodesenvolvimentista (BERRINGER; BELASQUES, 2020). Ao mesmo tempo que almejava o crescimento econômico<sup>6</sup> e abrangia políticas de transferência de renda, o programa não rompeu com os limites do modelo econômico neoliberal (BOITO JR., 2018). As políticas econômica, social e externa implementadas na linha de continuidade dos governos PT resultaram no beneficiamento dos interesses da burguesia interna, ao mesmo tempo que atenderam a setores de classes populares (BOITO JR., 2018).

A burguesia interna foi favorecida pela política de protecionismo seletivo, aumento das exportações e internacionalização das grandes empresas. Isso incluiu as políticas de conteúdo local, compras governamentais, financiamento do BNDES, além da busca por parceiros, mercados e territórios externos. Em suma, essa fração reivindicou o apoio multifacetado do Estado para se inserir no mercado internacional e também para proteger, ainda que seletivamente, o mercado interno (BERRINGER, 2015).

No que tange à política externa, o Estado brasileiro adotou como prioridade a integração regional e realçou o estreitamento de laços Sul-Sul (BERRINGER, 2015; BOITO JR., 2018). O entendimento era o de que essa dinâmica consistiria na melhor forma de aumentar a margem de manobra Estado brasileiro na cena política internacional. A integração regional e as relações com os Estados africanos, do Oriente Médio e da Ásia trouxeram para a burguesia interna vantagens econômicas, em especial, o aumento do mercado consumidor de exportações de manufaturas e a atuação das empresas brasileiras, principalmente na área de construção civil. Segundo

---

<sup>6</sup> A ampliação do financiamento do BNDES às grandes empresas, o apoio à internacionalização das empresas nacionais, a adoção de uma política econômica anticíclica e maiores investimentos em infraestrutura foram elementos importantes do programa neodesenvolvimentista (BOITO JR., 2018).

os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), houve um aumento do superávit comercial e as formações sociais dependentes foram o principal destino das exportações de produtos industrializados brasileiros. Entre 2002 e 2010, por exemplo, a exportação de produtos industrializados para os países em desenvolvimento passou de R\$ 16,5 bilhões para R\$ 63,6 bilhões. As exportações de produtos industrializados aos países desenvolvidos, por outro lado, diminuíram de R\$ 25,6 bilhões em 2002 para R\$ 13,9 bilhões em 2010, com acentuada queda após o ano da crise de 2008 (MDIC). No mesmo movimento, África, América do Sul e América Central juntas representaram 47,9% da atuação das transnacionais brasileiras (Fundação Dom Cabral, 2011)

Cabe destacar que um dos objetivos do governo Dilma consistiu na tentativa de aprofundamento das relações Sul-Sul que havia sido bem-sucedida durante o governo de seu antecessor. Essa investida ocorreu por meio da integração dos Estados boliviano e venezuelano ao Mercosul, do fortalecimento da Unasul, da criação do Banco e do Arranjo Contingente de Reserva dos Brics e de demais alianças fora do eixo do Atlântico Norte. Ademais, o Estado buscou o neodesenvolvimentismo como estratégia também da diplomacia, como se observa pelo aumento das ações *antidumping* durante sua gestão (BASTOS; HIRAKUTA, 2017). Entretanto, a conjuntura político-econômica, que havia sido favorável ao sucesso da política externa de Lula, foi o principal fator a limitar o projeto de pretendido pelo governo Rousseff.

Em relação à política econômica, cabe retomar os resultados macroeconômicos dos governos Lula, os quais permitiram crescimento do PIB por volta de 4,1% ao ano, aproximadamente o dobro do crescimento observado nos anos de 1980 e 1990. Dessa forma, houve superávits na balança de pagamentos, que acumularam mais de US\$ 200 bilhões ao longo dos dois mandatos do presidente. Com este recurso, o governo pôde saldar os empréstimos do FMI, diminuir a dívida externa e acumular reservas internacionais (PINTO,

TEIXEIRA, 2012)<sup>7</sup>. No entanto, mesmo com o desempenho positivo do governo Lula, os impactos da crise financeira de 2008 não foram totalmente blindados. Durante o governo Dilma, houve um aumento da concorrência de exportações da China na América do Sul e no mercado interno, além da redução do preço e da quantidade das commodities exportadas para a Ásia. Assim, observou-se o agravamento da crise econômica, o aumento do protecionismo na região e uma maior dificuldade no relacionamento entre os Estados periféricos (BASTOS; HIRAKUTA, 2017).

Então, a partir de 2011, o Estado brasileiro buscou sustentar o ritmo de crescimento brasileiro implementando o modelo econômico que ficou conhecido como Nova Matriz Econômica (NME)<sup>8</sup>. As políticas adotadas objetivavam resolver a falta de competitividade da indústria e estavam alinhadas às reivindicações das entidades patronais, incomodadas com o encolhimento do PIB, com o real sobrevalorizado e com as taxas de juros elevadas. Tendo em vista a ênfase da atuação da Federação das Indústrias Paulistas (Fiesp) na reivindicação dessas medidas, Carvalho (2018) denominou de “Agenda Fiesp”:

Essa agenda envolveu a redução de juros, a desvalorização do real, a contenção de gastos e investimentos públicos e uma política de desonerações tributárias cada vez mais ampla, além da expansão do crédito do BNDES e o represamento das tarifas de energia (CARVALHO, 2018, p. 59).

A NME, ou a Agenda Fiesp, não resultou no prometido aumento de dinamismo industrial. Pelo contrário, em conjunto com o desmonte da Petrobrás e da diminuição dos investimentos públicos, contribuiu para a desaceleração da economia e para a deterioração fiscal. A Petrobras, que após a descoberta do pré-sal, passou a ter um papel fundamental no desenvolvimento

---

<sup>7</sup> Em dezembro de 2002, os valores das reservas internacionais brasileiras eram de US\$ 37.823 milhões e, ao fim de 2010, último ano do governo Lula, os valores estavam na casa de US\$ 288.575 milhões (Banco Central do Brasil).

<sup>8</sup> Singer (2018) sumariza as medidas dessa política econômica em um conjunto de nove pontos: I. Redução dos juros; II. Uso intensivo do BNDES; III. Política industrial – personificada no Plano Brasil Maior; IV. Desonerações; V. Plano para infraestrutura; VI. Reforma do setor elétrico; VII. Desvalorização do real; VIII. Controle de capitais e, por fim, IX. Proteção ao produto nacional.

econômico e tecnológico do país, chegando a representar, em 2013, 1,9% do PIB, sofreu com o escândalo de corrupção exposto pela operação Lava-Jato (REIS, 2018). Essa operação, que contou com apoio dos EUA, desempenhou papel importante no desenrolar da crise de 2016, ao eleger os governos de Lula e Dilma como inimigos, sob o lema de combate à corrupção. Em ataques aos setores da construção civil e à Petrobras, mobilizou as insatisfações da alta classe média, que se sentia ameaçada diante das políticas sociais criadas pelos governos petistas (BOITO, 2016). Face a esse quadro, a diminuição dos investimentos públicos na Petrobrás foi dramática para a economia brasileira, cujo impacto no PIB foi bastante considerável, chegando a uma queda de aproximadamente 3,8 pontos percentuais em 2015 (REIS, 2018).

Outro fator prejudicial à burguesia industrial, conforme analisa Bresser-Pereira (2014), consistiu no fato de que a política macroeconômica do governo Dilma não se demonstrava capaz de neutralizar a “doença holandesa”. Assim, a taxa de câmbio apreciada a longo prazo contribuiu para agravar o problema da desindustrialização brasileira através também do desestímulo aos investimentos, estagnando o crescimento econômico e posicionando a economia nacional em uma situação de desvantagem competitiva.

Todas essas condições econômicas e políticas, somadas, levaram ao aprofundamento da crise política e endossaram as justificativas para o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. O centro do conflito social e político foi a questão distributiva: a política de aumento de salário mínimo, mais o aumento de greves vitoriosas, e o gasto do Estado com políticas sociais diminuía a taxa de lucro da burguesia, aumentando a insatisfação com o governo PT. Somou-se a isso a diminuição do crescimento do PIB em razão da crise financeira internacional, o impacto da Operação Lava-Jato e a diminuição dos investimentos. Com isso, a burguesia interna rompeu com a frente neodesenvolvimentista e passou a se aliar à frente neoliberal ortodoxa (BOITO, 2018).

---

<sup>9</sup> A frente neoliberal ortodoxa é composta pela burguesia associada, pelo capital externo e pela alta classe média. Defendem o modelo neoliberal de desenvolvimento do capitalismo, entendido sumariamente como a política de superávit primário (redução de gastos do Estado), privatizações, abertura comercial, etc.



Armando Boito (2018) e André Singer (2018) entendem que houve a intenção do governo Dilma de aprofundar o neodesenvolvimentismo iniciado na era Lula e, assim, de beneficiar a burguesia brasileira. Vejamos então as hipóteses de cada autor para a mudança de posicionamento realizada pela burguesia industrial no processo da crise política que resultou no *impeachment* de 2016.

André Singer (2018) realça que teria havido uma inflexão política entre os governos Lula e Dilma. Essa mudança teria levado a presidenta a incomodar os setores em que Lula buscava conciliação e diálogo. Enquanto Lula arbitrava entre a coalizão rentista – que une o capital financeiro e a classe média tradicional – e a coalizão produtivista – composta pelo empresário tradicional e pela fração organizada da classe trabalhadora –, Dilma adotou uma postura de evidente enfrentamento em relação ao capital financeiro<sup>10</sup>, na tentativa de aprofundar o ensaio desenvolvimentista. A NME, nesse sentido, expressaria a vontade da presidenta de construir uma coalizão entre industriais e trabalhadores para sustentar uma virada desenvolvimentista, com viés notadamente antineoliberal. Desse modo, as medidas do novo plano econômico atenderam aos anseios da coalizão produtivista, porém, confrontaram os interesses do setor financeiro na medida em que objetivavam intensificar o processo de reindustrialização (SINGER, 2018).

Singer (2018) seleciona quatro argumentos principais no intuito de compreender o “quebra-cabeça”. Em primeiro lugar, a imbricação entre o capital financeiro e as atividades produtivas teriam fragilizado a coalizão produtivista. O capital industrial teria se misturado às finanças, além de uma parte do setor produtivo ter se envolvido completamente em atividades puramente rentistas. Como consequência, essa burguesia teria adquirido uma “dupla condição”, em que, apesar do caráter produtivista induzir a uma aliança com os trabalhadores, o vínculo com o capital financeiro é forte o bastante para que “o compromisso seja de fácil reversão quando o ambiente geral se altera” (SINGER, 2018, p.67). Uma segunda peça consistiria no poder da

---

<sup>10</sup> Capital financeiro aqui é entendido como o capital rentista, baseado em derivativos (títulos, fundos de pensão, segurados, etc.).

ideologia rentista, para com a qual os produtivistas demonstram sensibilidade — tendo a queda na taxa de lucros dos industriais sido responsável por potencializar esse efeito ideológico. O terceiro motivo estaria ligado à luta de classes, já que a política econômica do governo teria expandido os postos de trabalho, tirando dos empresários o poder de barganha sobre o desemprego. Junto ao aumento do número de greves e da valorização da mão de obra, os industriais teriam sido ainda mais atraídos pelo discurso neoliberal de diminuição de direitos trabalhistas. A quarta razão estaria relacionada à dinâmica das relações internacionais vigentes após a crise de 2008. Diante das negociações dos mega-acordos regionais de comércio<sup>11</sup> promovidos pelos Estados Unidos, houve o temor da burguesia industrial em relação à possibilidade de seu isolamento internacional, por interpretar como empecilho o não alinhamento do Mercosul ao imperialismo. Além disso, o impacto das importações de produtos chineses também teria provocado inquietação dos setores afetados.

Armando Boito (2018) opõe-se ao argumento de Singer (2018) sobre a base social do lulismo ser o subproletariado<sup>12</sup>. Para Boito (2018), o projeto político e econômico petista promoveu concessões aos trabalhadores da massa marginal, mas não os tinha como centro do plano de governo; era, na verdade, a grande burguesia interna que ocupava o centro das políticas de Estado e, assim, compunha uma “representação política reconhecida de parte a parte” (BOITO JR., 2018, p. 76.) — de modo que se evidenciou o apoio, em 2004, do governo federal à ascensão de Paulo Skaf à presidência da Fiesp, momento em que a entidade se firmou como base de classe<sup>13</sup> do governo Lula (BOITO JR., 2018). Segundo

---

<sup>11</sup> Trans-Pacific Partnership (TPP) e Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP)

<sup>12</sup> Singer (2018) define a nova classe trabalhadora como a ascensão dos antigos miseráveis à categoria da massa trabalhadora, em decorrência da melhoria da mobilidade social e da redução da miséria durante o governo Dilma.

<sup>13</sup> Durante os governos FHC, a ampliação da política de abertura comercial e o nível da taxa de juros aplicada geraram grande insatisfação da burguesia industrial. Na época, Fiesp e CNI se aliaram à CUT e, juntas, convocaram uma greve nacional com o objetivo de protestar também contra o desemprego. FHC recuou, ancorando-se nas regras da OMC para a proteção do mercado interno, mas não alterou a sua política geral. A aproximação de Lula e do PT com a Fiesp começou durante a campanha presidencial de 2002, com Lula prometendo um governo comprometido com a indústria brasileira. Ver Boito Jr. (2018, p. 36-45).

Boito (2018), duas frentes disputam o controle das políticas social, econômica e externa do Estado brasileiro: a frente neodesenvolvimentista e a frente neoliberal ortodoxa. A primeira, representada pelos governos PT, atende à burguesia interna e forma “uma frente política classista, ampla, heterogênea e contraditória” (BOITO JR, 2018, p. 212.) com alguns segmentos das classes populares. A outra, apoiada nos governos PSDB, é composta pelo grande capital internacional junto à fração da burguesia associada e à alta classe média. A origem da crise política do *impeachment* é atribuída pelo autor à ofensiva restauradora do campo neoliberal ortodoxo.

Em relação à análise de André Singer (2018) sobre o aprofundamento do ensaio desenvolvimentista, Armando Boito (2018) acrescenta que não somente houve um aprofundamento, como também uma alteração no interior dessa política, na tentativa de beneficiar o setor produtivo da grande burguesia interna. O movimento teria exacerbado os conflitos<sup>14</sup> já existentes no interior dessa fração, ao mesmo tempo que provocou a reação da frente neoliberal ortodoxa. Segundo o autor, a ofensiva empreendida pelo grande capital internacional e pela alta classe média teve início no ano de 2013 e agitou bandeiras que pudessem contar com o apoio popular, como a de anticorrupção. A ofensiva neoliberal, somada ao recuo de Dilma após os resultados negativos do aprofundamento do programa neodesenvolvimentista, teria promovido uma fragmentação dos segmentos que compunham a base desta fração. Assim, “importantes associações corporativas da grande burguesia interna (...) assumem uma posição ambígua: chegam a admitir a necessidade de algum ajuste fiscal, mas, ao mesmo tempo, protestam contra as medidas de ajuste (...)” (BOITO JR, 2018, p. 213).

Diante da crise provocada pela ofensiva restauradora do campo neoliberal ortodoxo, a burguesia interna rompeu com a frente neodesenvolvimentista e acabou se fragmentando (BOITO JR., 2018). Após o afastamento de Rousseff, quando efetivado o *impeachment* em agosto de 2016, Michel Temer ascendeu à presidência com um programa político neoliberal, denominado *Uma Ponte para o Futuro*, que iniciaria uma reorientação decadente da

---

<sup>14</sup>Ver Boito (2018, p. 114-116): “As contradições no seio da frente”.

política externa brasileira de modo a substituir a subordinação conflitiva pela retomada da subordinação passiva do Estado brasileiro. Como consequência, houve o aumento da dependência tecnológica, produtiva e financeira (BERRINGER, REIS, 2018). Vamos aprofundar isso na quarta seção do artigo.

### **3. A reorientação política da Fiesp diante da crise do *impeachment***

Tendo em vista a fragmentação da grande burguesia interna retratada por Boito (2018), o comportamento da Fiesp suscita nossa atenção devido ao rápido giro que realizou ao trocar o apoio ativo aos governos petistas pela adesão ao programa neoliberal ortodoxo. Nesta parte do artigo, nos baseamos no trabalho de Fernanda Perrin (2020), que analisa o comportamento político da entidade entre o primeiro e o segundo mandato de Dilma Rousseff. Segundo a autora, as hipóteses de Boito (2018) e de Singer (2018) explicam a oposição do empresariado ao governo sob um viés prioritariamente político, enquanto, para ela, é necessário enfatizar também o viés econômico e institucional por trás dos acontecimentos. Em consonância, o trabalho de Felipe Queiroz (2021) também investiga o tecido institucional da Federação no mesmo recorte temporal e, sob um olhar poulantziano, analisa as posições políticas da entidade. Vejamos a seguir como se dão as análises de ambos os autores, que consideramos complementares.

Diante das mudanças recentes no capitalismo desde a crise financeira de 2008 e da acelerada ascensão chinesa, três pontos são importantes para contextualizar a análise de Perrin (2020): a perda de espaço da indústria no PIB desde os anos 1980, o processo de reprimarização da pauta de exportações e a ampliação do coeficiente de importações. Além do processo de liberalização econômica da década de 1990 ter resultado em setores industriais inteiros levados à falência, a reprimarização da pauta de exportações seguiria aprofundando o processo de enfraquecimento da indústria que, somada à abertura comercial, conferiria ao Brasil uma posição semiperiférica no sistema internacional.

Para Perrin (2020), a análise de Boito (2018) é acertada ao elencar a ascensão de Paulo Skaf à presidência<sup>15</sup>, em 2004, como um fator que alterou a dinâmica política entre a burguesia interna e o governo<sup>16</sup>. Considerando as dinâmicas internas à Fiesp, já que a entidade constitui um espaço de disputa entre a categoria empresarial, a autora argumenta que não há como compreender a entidade durante os governos Dilma sem compreender a figura de Paulo Skaf. Diante das contradições internas que fragmentavam a frente neodesenvolvimentista, o presidente da federação enxergou “uma janela de oportunidade para projetar-se politicamente, aproveitando a posição como porta-voz do setor — conjugando, assim, os interesses da entidade aos seus próprios” (PERRIN, 2020, p. 76).

A proximidade de Skaf com o governo federal e a sua excelente capacidade de articulação política explicam o apreço que os empresários de pequeno e médio capital tinham por ele. Agradar a essa parcela do empresariado era importante para Skaf, uma vez que, de 2002 a 2014, houve significativa expansão das empresas de micro e de pequeno porte, as quais, somadas às empresas de médio capital, passaram a compor a base da federação<sup>17</sup> (PERRIN, 2020; QUEIROZ, 2021). Observando as movimentações do PMDB, Skaf se mantém cauteloso até o início de 2015, manobrando politicamente a Fiesp, até que tivesse certeza de que o *impeachment* possuía capacidade de ser bem-sucedido (PERRIN, 2020).

Para Felipe Queiroz (2021), “enquanto Temer negociava os termos da coalizão do impeachment com partidos e parlamentares tanto da oposição

---

<sup>15</sup> Houve uma política de alinhamento entre a Fiesp e o governo federal a partir da ascensão de Paulo Skaf à presidência da Fiesp, uma vez que sua candidatura foi apoiada por Lula (BOITO JR., 2018; PERRIN, 2020).

<sup>16</sup> Essa postura de alinhamento pôde ser notada de forma mais evidente quando, diante da crise do mensalão, a Fiesp não se manifestou por meses e, quando o fez, a crítica direcionou-se à oposição (PERRIN, 2020).

<sup>17</sup> No que diz respeito às indústrias de grande capital, além do impacto sofrido pelo processo de desindustrialização, houve também um afastamento desses empresários em relação à Fiesp, na medida em que não apreciavam o estilo de Skaf e tampouco necessitavam do presidente da Federação como intermediário da comunicação com o governo, uma vez que já possuíam com este um corredor direto de diálogo (PERRIN, 2020; QUEIROZ, 2021).

quanto da base do governo, Skaf buscava apoiadores para a aliança do *impeachment* no seio do empresariado, mais especificamente da burguesia interna” (QUEIROZ, 2021, p.7). As motivações de Skaf para impulsionar a adesão dos industriais à destituição de Rousseff também eram políticas, uma vez que ele visava garantir um cargo no Executivo (PERRIN, 2020; QUEIROZ, 2021). Confirmada a viabilidade do processo de *impeachment*, o presidente da Federação passou então a inflar o pato<sup>18</sup> que se tornaria o símbolo da campanha contra Dilma. Segundo o autor, a atuação da Fiesp na crise do *impeachment* de Dilma Rousseff foi principalmente política. Como, inicialmente, no interior da entidade, não havia consenso sobre a decisão favorável ao *impeachment*, houve uma divisão no seio da burguesia interna, na qual três posições da burguesia industrial foram identificadas: I. parte da burguesia industrial foi prontamente favorável ao processo, atuando de forma ativa — como a Fiesp e a Firjan; II. parte que, de início, posicionara-se contra o *impeachment*, mas que com o aprofundamento da crise passou a também apoiá-lo; III. a terceira parcela da burguesia industrial foi aquela que, mesmo contrária à deposição da presidenta, não se manifestou publicamente, mantendo-se neutra (QUEIROZ, 2021).

Dentre as razões encontradas para a adesão da base industrial da Fiesp à decisão favorável ao *impeachment* — ressaltando que esta adesão não foi unânime —, Queiroz (2021) identifica que variaram a depender do setor, do porte de capital e da influência política de cada empresa. Por parte dos segmentos de médio e pequeno porte, que compõem a maioria dos associados da Federação, o motivo foi a dificuldade que essas empresas encontraram para obter financiamento do BNDES e a piora do desempenho financeiro durante o segundo governo Dilma, em especial durante o auge da crise política. Se por um lado as empresas de até médio porte foram as mais afetadas pela crise econômica, sendo este o motivo que as levou efetivamente

---

<sup>18</sup> A campanha “Não Vou Pagar o Pato”, lançada pela Fiesp, inicialmente, voltava-se contra o retorno da CPMF. No entanto, os enormes patos infláveis se tornaram um símbolo do rompimento da Federação com o governo e passaram a representar a campanha nacional a favor do *impeachment* de Dilma (QUEIROZ, 2021).

a apoiar a derrubada da presidente, o motivo que levou o grande capital à mesma conclusão foi sobretudo político.

Dessa forma, explica-se como Paulo Skaf administrou a insatisfação da base da Federação, diante da piora das crises política e econômica, para levar a entidade junto à articulação do processo de *impeachment*. Na leitura de Perrin (2019), a partir da ascensão de Skaf à presidência, houve uma “pe-medebização” (PERRIN, 2019, p. 24) no interior da Fiesp, mas, de forma geral, esse acercamento não alterou o caráter representativo da Federação em relação aos industriais.

Junto à ofensiva da frente neoliberal ortodoxa e à divisão da unidade da burguesia interna (BOITO, Jr, 2018), notamos que a Fiesp, além de impulsionar o golpe contra a presidenta, também passou a defender políticas de inserção internacional alinhadas ao neoliberalismo ortodoxo e à subordinação passiva em relação ao imperialismo. Assim, o neodesenvolvimentismo que, no início dos anos 2000, foi responsável pela ascensão hegemônica da burguesia interna no bloco no poder, foi preterido pela adoção de políticas neoliberais ortodoxas, em especial, as reformas contra os direitos trabalhistas. Isso não significa que seja algo estável e duradouro, pode ter sido uma posição na conjuntura do golpe. Não pretendemos estender nossa análise do tempo. Nosso foco é a posição da entidade na crise política e a reorientação da inserção internacional do Estado brasileiro nos governos Temer e Bolsonaro.

#### **4. Fiesp, a crise política e a mudança na política externa brasileira**

Na intenção de retratar a mudança de interesses da Fiesp, e de evidenciar a análise de política externa no debate sobre a crise, examinamos os seguintes documentos: “*Relatório Periódico de Negociações Internacionais*” (FIESP, 2012), “*Propostas de Integração Externa da Indústria*” (FIESP, 2014) e entrevistas, declarações e editoriais de dirigentes da entidade entre 2014

e 2016. Também utilizamos a dissertação de Costa (2021) sobre a política de integração do governo Dilma e a burguesia interna.

A análise empírica evidencia que, por mais que durante os governos do PT a subordinação conflitiva do Estado brasileiro tenha sido determinante para os ganhos da burguesia industrial (BERRINGER, 2015), a Fiesp, durante os anos finais da gestão de Paulo Skaf, rompeu com a frente neodesenvolvimentista e passou a buscar um enlace maior com os Estados imperialistas, em especial, com a União Europeia e com os EUA. A agenda neoliberal ortodoxa, que passou a ser defendida pelo presidente Paulo Skaf e por outros dirigentes como Rubens Barbosa, afetou a posição do Estado brasileiro na cena política internacional dos governos PT. Os documentos revelam que os interesses da Fiesp nesse momento incluíam o distanciamento do Mercosul, do Brics e da interação política com a América Latina. Como contraponto, buscar-se-ia maior aproximação comercial com os Estados imperialistas, como demonstram as pretensões de acelerar a assinatura do acordo Mercosul-UE e de aderir à OCDE.

Nesse quadro, identificamos que o apoio da burguesia interna à política externa dos governos petistas começou a ruir ainda em 2012, a partir de um conjunto de fatores como: a diminuição do PIB, o aumento do protecionismo na região e a ofensiva imperialista, que fizeram com que essa fração começasse a questionar as relações de integração com a América do Sul e o conjunto das relações Sul-Sul. A entrada da Venezuela no Mercosul foi o gatilho para a rejeição da burguesia interna brasileira à política externa petista, pois essa fração rechaça o anti-imperialismo venezuelano (BERRINGER, FORLINI, 2018) e atribuiu a suspensão do Paraguai e a consequente entrada da Venezuela no Mercosul a uma politização negativa do bloco (COSTA, 2021). Na época, o embaixador Rubens Barbosa, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp (Coscex), condenou a aprovação da entrada da Venezuela após a suspensão paraguaia. Para Barbosa, o Estado brasileiro errou ao respaldar o ingresso venezuelano no bloco, impulsionado pelo Estado argentino. Em entrevista à *Folha de S.*



*Paulo*, afirmou que esse movimento gerou prejuízo às negociações dos empresários brasileiros, uma vez que “tudo virou uma questão política” (COLOMBO, 2012).

Diante das mudanças na composição do bloco mercosulino, como sublinha Costa (2021), os questionamentos da Fiesp passaram a girar em torno do projeto de integração regional. A entidade intensificou a defesa do livre comércio, assim como a reivindicação de que temas políticos deveriam ocupar um patamar secundário na condução do Mercosul (COSTA, 2021). Além disso, com as negociações dos mega-acordos comerciais (Tisa, TPP, etc.), o bloco passou a ser visto como um fator que corroboraria com o suposto isolamento do país na cena política internacional e não mais com uma estratégia “ativa e ativa” (BERRINGER, FORLINI, 2018; COSTA, 2021). Em 2015, Rubens Barbosa avaliou, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, que a assinatura do TPP demonstraria o isolamento do Estado brasileiro das negociações de comércio, comprometendo a competitividade nacional (MACHADO, 2015). O presidente do Coscex afirmou que o Estado brasileiro deveria atentar para as mudanças do cenário internacional, defendendo a necessidade de realizar reformas estruturais e atrair maior investimento estrangeiro.

Em relação ao acordo Mercosul-União Europeia, sabemos que a burguesia industrial foi bastante reticente durante as primeiras rodadas de negociação. Havia o receio de que o acordo pudesse representar riscos ao setor industrial, principalmente porque se apresentava de forma bastante assimétrica, uma vez que os Estados europeus se mostravam pouco dispostos a liberalizar o comércio agrícola, e pressionavam pela abertura do mercado interno de produtos industrializados e serviços no Cone Sul (BERRINGER, 2015). Mas, a partir de 2010, as negociações retornaram e, a partir de 2013, a burguesia industrial brasileira passou a preocupar-se com um eventual isolamento do Mercosul, propondo que o acordo Mercosul-UE fosse levado adiante. A grande inquietação teve como origem a crise econômica na região, o avanço das importações chinesas e os mega-acordos regionais de

comércio, como pode-se ver neste trecho extraído do documento da Fiesp (2014):

Para o Brasil, a negociação do acordo com os europeus se torna cada vez mais urgente, **à medida que avançam uma série de outras negociações birregionais ao redor do mundo**, como, por exemplo, o Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP), entre UE e EUA. O TTIP tem potencial para deslocar as exportações brasileiras, tanto no mercado americano quanto europeu, ao oferecer condições de acesso a mercados mais favoráveis entre si (FIESP, 2014, p. 13, grifos nossos).

A demanda aparece mais clara em junho de 2014, quando a Fiesp lança a Agenda de Integração Externa e coloca o Acordo Mercosul-UE como “prioridade imediata” para o início de 2015, mesmo que houvesse resistência de outros membros do Mercosul (FIESP, 2014, p.14):

Caso persistam as resistências de alguns países para o início dos entendimentos, o **Brasil deve propor à União Europeia que o processo negociador avance com os países do bloco que estejam dispostos a acompanhar nosso país**, de modo que, futuramente, todos os membros do Mercosul busquem uma convergência de posições (idem, p. 14, grifos nossos).

Cabe salientar que havia, desde o ingresso da Venezuela no Mercosul, grande preocupação da entidade com a “politização” da política externa brasileira (COSTA, 2021). Além da disso, o sentimento de urgência da Fiesp aumentou com a exclusão brasileira do Sistema Geral de Preferências (SGP) europeu, em 2014. Assim a entidade passou a defender que,

**na hipótese de um acordo entre EUA e UE**, que compreenda uma abertura substancial deste último mercado aos produtos agropecuários norte-americanos, uma das maiores potências agroexportadoras do mundo, **as dificuldades de acesso do Brasil a este importante nicho do mercado europeu deverão ser incrementadas** (FIESP, 2013, p. 4, grifos nossos).

No documento, a Federação afirma que o acordo pode ser uma via estratégica para a integração às cadeias globais de valor, além de possibilitar

a transferência de tecnologia e a modernização da indústria brasileira. A Fiesp passou então a entender que a inserção internacional poderia aumentar a competitividade nacional pela via da abertura comercial. Assim, a defesa de uma política industrial que de fato fortalecesse a indústria nacional passou a não encontrar eco. Isso está ligado à fraqueza ideológica dessa fração de classe que, devido à dependência tecnológica e financeira, muitas vezes acaba por assimilar os discursos e os projetos externos, com medo de se isolar. Foi a mesma postura que levou à adesão dessa fração ao neoliberalismo nos anos 1990 e que retornou com força no período da crise política de 2016.

No que tange às relações Sul-Sul, o direcionamento dado pela Fiesp, a partir de 2014, se limitou ao âmbito comercial e distanciou-se da antiga orientação estratégica de aprofundamento de laços políticos. Chile, México, Colômbia e Peru, Estados que integram a Aliança do Pacífico, eram vistos como parceiros capazes de alçar o Brasil a um papel de liderança na América Latina. Desde que com estes Estados fossem firmados Acordos de Livre Comércio, “envolvendo, além de preferências tarifárias no comércio de bens, uma ampla liberalização do comércio de serviços, assim como de um regime de compras governamentais e de investimentos” (FIESP, 2014, p. 13).

O bloco dos Brics, coalizão responsável, em grande parte, por questionar a ordem econômico-financeira dos países imperialistas — e que conferiu bastante relevância para a proeminência da política externa brasileira durante os governos PT —, também passou por uma reorientação nas prioridades da Fiesp. O bloco possuía um caráter “eminentemente político e difuso” para a Federação (FIESP, 2014, p. 18). Assim, defendeu-se que o relacionamento com os demais Estados do Brics fosse realizado por vias bilaterais. E, nesse sentido, acrescentou-se que a China devia ser prioridade, especialmente visando a atração de investimentos no setor de infraestrutura (BER-RINGER; BELASQUES, 2020).

Cabe ressaltar que a Fiesp, embora passe a defender um maior relacionamento comercial com a China, ainda apresenta ressalvas acerca do *status*

chinês de Economia de Mercado, demonstrando que a burguesia industrial conflitava politicamente com o reconhecimento já realizado pelo Estado brasileiro:

**Ainda que não seja o momento de uma liberação ampla com a China, por conta de todos os desafios que o país tem pela frente para se tornar efetivamente uma economia de mercado, entendemos ser de suma importância o estabelecimento de uma relação mais pragmática com esse país, com foco no incremento do fluxo de comércio e investimento em nível bilateral.** Da mesma forma, o Brasil deve incentivar a contínua adaptação da China aos regulamentos da Organização Mundial do Comércio, sobretudo no tocante aos subsídios internos (FIESP, 2014, p. 18-19, grifos nossos).

## **5. Fiesp e a política externa após o *impeachment***

As propostas da Fiesp para os presidentiáveis, em 2018, no documento “*O Desafio de Posicionar o Brasil na Rota do Desenvolvimento*”, apontavam, em nossa concepção, para um aprofundamento da condição de subordinação passiva do Estado brasileiro face ao imperialismo. O espaço do documento dedicado à integração externa rebaixa o peso das relações Sul-Sul em prol da integração com o Norte, enfatiza os acordos de livre comércio como instrumentos fundamentais de inserção internacional da indústria e acena para uma ofensiva contra a classe trabalhadora, responsabilizando o Custo Brasil, junto à apreciação cambial, pela perda de dinamismo nas exportações do setor industrial, sinalizando a necessidade das reformas neoliberais no cenário político interno (FIESP, CIESP, 2018).

Destacamos os principais tópicos do referido documento em relação às demandas externas para o Estado. No sentido de melhorar a competitividade da indústria, objetivando sua modernização, a Fiesp sinalizou a necessidade de aproximação com Alemanha e Estados Unidos, especialmente estreitando os laços com os institutos locais de pesquisa tecnológica. Em relação à negociação de acordos comerciais, a entidade defendeu que, para além

da diminuição tarifária, deve-se incorporar os temas de compras governamentais, propriedade intelectual, legislação trabalhista e de cooperação e facilitação de investimentos. Além disso, também devia ser conferida prioridade às iniciativas de facilitação de comércio. O documento propunha, ainda, intensificar o relacionamento comercial com os EUA, China, UE, Efta, Japão e Parceria Trans-Pacífica. Indicando a busca por investimentos diretos (via UE e EUA) e em infraestrutura (por parte da China), por mercado de exportações agrícolas (também tendo como foco a China), potencial de transferência tecnológica (via Japão) e acesso a mercados de alta renda (via Efta) (FIESP, CIESP, 2018).

Em relação à América Latina, o argumento se resumia à afirmação de sua importância como mercado consumidor de produtos brasileiros. Embora a entidade reconheça a importância política e econômica da região para o Brasil, não há maiores menções sobre a manutenção da prioridade do Mercosul e da Unasul. O continente africano é mencionado muito brevemente dentro da categoria “outras regiões [prioritárias]”, em que também aparecem a Índia e o Sudeste Asiático como possíveis mercados prioritários devido apenas ao seu elevado crescimento econômico e demográfico (FIESP, CIESP, 2018).

Distanciando-se do caráter estratégico empreendido durante os governos do PT, no decorrer da crise a Fiesp passou a defender que o aumento da competitividade da indústria seria beneficiado pela integração política e econômica com os países imperialistas. Passou a demandar uma maior aproximação comercial com Estados Unidos e União Europeia, uma vez que se sentiu ameaçada não só pelo cenário político interno durante o governo Dilma, mas também pelo anti-imperialismo venezuelano no momento em que grandes acordos regionais de comércio eram negociados pelos Estados dominantes, com um grande temor de isolamento político. A maior expressão dessa subordinação passiva simbolizou-se, primordialmente, pela rejeição à integração política com os Estados sul-americanos, pela defesa de acesso do Estado brasileiro à OCDE, e pelo apoio ao Acordo Mercosul-UE,

pautas que se conectam diretamente ao programa neoliberal dos governos Temer e Bolsonaro.

Assim, se deu o abandono do projeto de integração multidimensional pela retomada do regionalismo aberto, em que a articulação política Sul-Sul foi deixada de lado em prol de um projeto neoliberal de privatizações, abertura e liberalização comerciais.

Em 2017, a defesa pela acessão do Brasil à OCDE ganhou espaço e revelou, com efeito, o afastamento dos interesses da burguesia industrial para com a América do Sul, e conseqüentemente uma maior subordinação aos Estados imperialistas. Dentre as razões destacadas pela entidade como benéficas para o Brasil, estão: I. a possibilidade de exercer papel de *rule maker*; II. convergência com “as melhores práticas internacionais”; III. não submissão a tribunais ou órgãos de solução de controvérsias no interior da organização; IV. não submissão a um instrumento de *single undertaking* como o da OMC; V. facilitação na entrada de instituições financeiras estrangeiras, as quais seriam capazes de aumentar a concorrência; VI. adesão aos instrumentos da OCDE como impulso às reformas estruturais internas; VII. maior combate à corrupção; VIII. conseqüente melhora das avaliações das contas nacionais e valorização dos ativos nacionais (FIESP, CIESP, 2019).

A relação entre a tentativa de entrada na OCDE e o plano interno de reformas — defendido pela frente neoliberal ortodoxa — foi explicitado pelo embaixador Carlos Márcio Cozendey, que, em reunião do Conselho Superior de Comércio Exterior na Fiesp em 2017, afirmou que a participação na OCDE “obrigaria à reflexão interna”<sup>19</sup>, uma vez que o processo de entrada traria consigo todo um conjunto de reavaliação legislativa para o alinhamento de práticas regulatórias.

---

<sup>19</sup> CDE é tema que veio para ficar, diz Rubens Barbosa em reunião do Coscex. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/noticias/ocde-e-tema-que-veio-para-ficar-diz-rubens-barbosa-em-reuniao-do-coscex/>> Acesso em 27 de setembro de 2021.

## 6. Considerações finais

O estudo da política externa deve estar acompanhado da análise do que se passa na cena política do Estado, com foco especial nas dinâmicas existentes no interior do bloco no poder. A tentativa de Dilma de aprofundar o neodesenvolvimentismo, tanto no plano interno como na política externa, e de assim beneficiar a burguesia industrial, despertou a reação de uma ofensiva restauradora da frente neoliberal ortodoxa. A consequência foi a dissolução da frente política neodesenvolvimentista e a divisão da burguesia interna.

Durante a crise política que colocava em questão o *impeachment* de Dilma Rousseff, uma parte dessa burguesia manteve-se politicamente neutra enquanto outras, mais interessadas, passaram a atuar em prol da efetivação do golpe. A Fiesp, presente neste segundo grupo, sob o comando de Paulo Skaf — que buscava projetar-se politicamente “surfando” na onda da crise nacional —, buscou o apoio do médio capital, sua base, para legitimar o posicionamento da entidade. Os argumentos mobilizados pela burguesia industrial contra a presidenta, no entanto, faziam parte de sua própria agenda prévia, que quando atendida — levando em conta a conjuntura político-econômica internacional — não resultou satisfatória.

A pesquisa empírica realizada por nós observou, nas agendas da Fiesp para os presidenciáveis de 2014 e depois em 2018, que, no que concerne à política externa, passaram a defender uma posição de subordinação passiva aos Estados imperialistas.

Cinco movimentos principais evidenciam a decadência da política externa após o *impeachment*: I. a reaproximação com os EUA e a renegociação do acordo Mercosul-União Europeia; II. o desmantelamento da integração regional; III. o esvaziamento do conteúdo político dos Brics; IV. o encerramento das políticas de cooperação Sul-Sul; V. as sinalizações de subordinação marcantes, tais como a candidatura brasileira para a entrada na OCDE, a adesão ao Tratado de Não Proliferação de Armas (TNP) e a renegociação

da base de Alcântara no Maranhão (BERRINGER, REIS, 2018). Além disso, desde o *impeachment*, os Estados imperialistas têm obtido maiores ganhos e maior controle sobre a política econômica brasileira, pois o acesso de capitais imperialistas foi facilitado em relação às compras governamentais, ao pré-sal e ao mercado interno. Dessa maneira, o Brasil tornou-se mais vulnerável economicamente e o setor produtivo industrial tem passado por um processo de deterioração sob uma inserção econômica internacional dependente (BERRINGER, REIS, 2018).

A política externa empreendida por Michel Temer, assim, retrocedeu o modelo de regionalismo multidimensional posto em prática pelos governos anteriores, que envolvia a integração a partir de compromissos econômicos, políticos e sociais, para o modelo de regionalismo aberto, que prioriza os aspectos comerciais da integração. A Fiesp, de forma semelhante, reorientou sua postura em relação ao Acordo Mercosul-UE, sobre o qual, até 2010, se mostrava receosa, indicando, assim, a mudança de suas prioridades internacionais e da agenda que costumava propor ao Estado. Com o programa neoliberal do governo Temer, a fração hegemônica a ocupar o bloco no poder deslocou-se da burguesia interna para a burguesia associada ao capital internacional, evidenciando, assim, a adesão de parte da burguesia industrial à agenda da frente neoliberal ortodoxa, com especial mobilização do médio capital — o que não significa o fim da burguesia industrial ou da burguesia interna, tampouco a impossibilidade de reaglutinação dessa fração em outro contexto político. Essa postura esteve ligada sobretudo à defesa das reformas neoliberais e à própria fraqueza político-ideológica da burguesia interna brasileira.



## Referências

- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; HIRATUKA, Célio. “A política econômica externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência”. *Textos para Discussão*, v. 306, 2017.
- BERRINGER, Tatiana. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appris, 2015.
- BERRINGER, Tatiana. “A burguesia interna brasileira e a integração regional da América do Sul (1991-2016)”. *Revista OIKOS*, Rio de Janeiro, 2017. v. 16, n. março de 2016, p. 15–29.
- BERRINGER, Tatiana; BELASQUES, Bruna. As relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma: burguesia interna e subordinação conflitiva. *Carta Internacional*, [S. l.], v. 15, n. 3, 2020. DOI: 10.21530/ci.v.15.n.3.2020.1078.
- BERRINGER, Tatiana; REIS, Cristina. “Inserção externa decadente e estrutura produtiva dependente”. *Dossiê V da AKB-O Brasil pós-recessão: das origens da crise às perspectivas e desafios futuros*, p. 137-149, 2018.
- BERRINGER, Tatiana; FORLINI, Luana. “Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira”. *Conjuntura Austral*. Porto Alegre, RS, v. 9, n. 48, p. 5-19, dez. 2018.
- BOITO, JR.; BERRINGER, T. “Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma”. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: 2013, v. 21, n. 47, p. 31–38.
- BOITO JR., Armando. *Reforma e Crise Política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- BOITO JR., Armando. “Lava-Jato, Classe Média e Burocracia de Estado”. *Revista Princípios*. São Paulo: n. 142, maio, junho, julho de 2016. p. 29-34.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “A quase-estagnação brasileira e sua explicação novo-desenvolvimentista”. *Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP*, setembro de 2014.
- CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.
- COLOMBO, Sylvia. *Argentina acabará com o Mercosul, diz consultor brasileiro*: para Rubens Barbosa, ex-embaixador nos EUA, ações recentes de Cristina Kirchner são prejudiciais ao bloco. 2012. Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/52771-argentina-acabara-com-o-mercosul-diz-consultor-brasileiro.shtml>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- COSTA, Kayque Ferraz. *Burguesias e regionalismo: uma análise do Mercosul*. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais — Universidade Federal do ABC, 2021.
- FIESP. *Relatório Periódico de Negociações Internacionais*. Derex: ano I, número I. São Paulo: janeiro de 2013.
- FIESP. *Documento de Posição: Propostas de Integração Externa da Indústria*. Derex. São Paulo: 2014.
- FIESP; CIESP. *Análise da Acessão do Brasil à OCDE*. Derex. São Paulo: julho de 2019.
- FIESP; CIESP. *O Desafio de Posicionar o Brasil na Rota do Desenvolvimento*. São Paulo: setembro de 2018.
- MACHADO, Tainara. ‘A TPP mostrou que o rei está nu’, diz Rubens Barbosa. 2015. Valor Econômico. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4275268/tpp-mostrou-que-o-rei-esta-nu-diz-rubens-barbosa>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- PERRIN, Fernanda Fagundes. *O Ovo do Pato: Uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado — Universidade de São Paulo, 2020.
- PERRIN, Fernanda Fagundes. *Fiesp ou Skaf? Pistas para entender a crise de identidade da maior federação da indústria no Brasil*. Trabalho preparado para apresentação no IX Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, 2019.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora Unicamp, 2019.

POULANTZAS, Nicos. *Classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura: a III Internacional face ao fascismo*. Tradução: Bethânia Barroso. Florianópolis: Editora Enunciado, 2021.

QUEIROZ, Felipe. *Fiesp e médio capital: análise sobre a participação do médio capital industrial paulista na crise política do governo Dilma Rousseff*. 45.º Encontro Anual da Anpocs, 2021.

REIS, Cristina Frões de Borja. "Hits and misses of public investment strategy in Brazil". In Chadarevian, P. (Ed.) *The Political Economy of Lula's Brazil*. London: Routledge, 2018.

SINGER, André. *O Lulismo em Crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e sociedade* 21, 2012, p. 909-941.

## RESENHA

# FINANCIALISATION IN EMERGING ECONOMIES: CHANGES IN CENTRAL BANKING

PAINCEIRA, JUAN PABLO. Nova York: Routledge, 2022, 188 p.

Recebido em 24/02/2022

Aprovado em 23/03/2022

O chamado processo de financeirização e seus impactos específicos sobre as economias periféricas ou dependentes conformam uma temática amplamente tratada nas últimas décadas. Qual seria a novidade de um livro, recentemente lançado, sobre o mesmo assunto?

Facilmente são encontrados trabalhos, geralmente mais descritivos que teóricos, de pessoas que, de alguma forma, tiveram (têm) um contato, profissional ou não, com o chamado mercado. Isto lhes possibilita um amplo entendimento do funcionamento concreto dos mercados financeiros, o que as habilita a melhor caracterizar as mudanças no sistema financeiro que constituíram a financeirização do capitalismo contemporâneo. Também podemos encontrar outro tipo de autores, mas com outra característica. Sem o mesmo contato concreto com o sistema financeiro, apostam mais na interpretação teórica do fenômeno, tendo em vista suas formações acadêmicas mais convencionais, o que nos fornece até robustas análises dos determinantes do processo, mais além da descrição de seu funcionamento e mudanças. O debate teórico sobre a financeirização é tanto amplo como intenso, incluindo interpretações das mais variadas correntes teóricas, o que em si já é um assunto bastante complexo.

Raros são os autores que combinam as duas características, sólida formação teórica e amplo conhecimento do funcionamento concreto dos mercados financeiros. O nome mais óbvio dentro desta raridade é Michael Roberts. Entretanto, ele o faz majoritariamente desde sua própria

**MARCELO DIAS  
CARCANHOLO**

Professor titular da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

E-mail: [mdcarc@gmail.com](mailto:mdcarc@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3564-1276>

perspectiva, de uma das economias centrais na acumulação mundial de capital, e, portanto, muito nos aponta na forma financeira de como as economias imperialistas e o próprio capitalismo mundial se comportam. Mas, como as mudanças recentes nos mercados financeiros, que dão nova forma ao capitalismo mundial, impactam particularmente as economias não-imperialistas? Esta talvez seja a contribuição mais original do livro de Juan Pablo Painceira. Com base em uma perspectiva marxista, procura-se mostrar como a financeirização nas economias emergentes (dependentes talvez fosse mais preciso), especialmente depois dos anos 90 do século passado, levou a uma forte acumulação de reservas externas, produzindo profundas modificações não só para essas economias, mas também com rebatimentos para a própria economia mundial. Também por sua inserção profissional específica, o autor ainda nos fornece uma segunda novidade, que é a identificação do papel decisivo que os bancos centrais possuem nesse processo, tanto na constituição da financeirização mundial como na forma específica como ela se apresenta nas economias emergentes.

O livro se divide em duas grandes partes. Na primeira, o autor enfrenta, desde uma perspectiva marxista, o amplo debate teórico sobre a financeirização e seus impactos em economias emergentes. Temos ali uma verdadeira crítica da economia política da financeirização, onde não basta apenas a crítica às teorias convencionais neoclássicas (e heterodoxas), mas exige-se entender as razões dessa mesma realidade capitalista específica (financeirização), ao assumir determinadas formas, permitir de si mesma aquelas interpretações teóricas.

Partindo de uma identificação dos componentes monetário-financeiros do real processo denominado financeirização, e da forma específica como o valor, expresso e materializado no dinheiro, tem de valorizar-se (capital) na atual conjuntura, o livro explicita sua referência marxista, ao mesmo tempo que contribui para essa tradição com a discussão dos papéis específicos que os distintos atores e instituições apresentam na operacionalidade dos mercados financeiros, em especial os da autoridade monetária. Criticando

tanto a teoria bancária neoclássica quanto observando as possibilidades e limitações da crítica pós-keynesiana, o argumento apresentado é que não se pode confundir a forma (dinheiro) com o conteúdo (capital) que dá sentido às legalidades sociais da economia contemporânea. Nesse sentido, trata-se de resgatar o desdobramento categorial do valor para o dinheiro, deste para o capital, da relação dialética entre este e suas formas (dinheiro, mercadoria e produção), culminando com a substantivação dessas formas nas categorias de capital a juros e capital de empréstimo. Talvez o leitor sinta um pouco a falta de maiores desdobramentos destas categorias para o capital fictício e sua relação com o capital de empréstimo nesta parte, até porque isso será utilizado na segunda parte como referência na comparação de experiências concretas. Mesmo assim, o livro centra sua perspectiva na necessidade que o processo concreto atual de acumulação de capital, com essas especificidades, exige do comportamento dos bancos centrais, tanto no que se refere a seu papel regulatório e de supervisão como de operacionalização dos instrumentos de política monetária.

Os capítulos 3 e 4, ainda na primeira parte do livro, são essenciais. Enquanto o primeiro propõe essa economia política (marxista) dos bancos centrais, o segundo desce o nível de abstração para como essa atuação dos bancos centrais nos mercados financeiros contemporâneos apresenta particularidades nas economias emergentes. O forte crescimento, neste século, do fluxo de entrada de capitais externos e a decorrente acumulação de reservas nessas economias são analisados levando em consideração a categoria de dinheiro mundial de Marx, bem como a tendência do aumento das instabilidades e crises decorrentes desse processo. As possibilidades e custos de resposta à volatilidade desse capital e a relação dessa maior vulnerabilidade externa com variáveis internas, como a dívida pública e a autonomia da política monetária e até fiscal, por exemplo, são tratadas ao longo dos distintos momentos a partir da virada do século passado e, em especial, depois da crise mundial de 2007-2008. A situação concreta em algumas economias emergentes é ainda comparada com a situação mundial e, em específico,

com os impactos que o acúmulo de reservas tem na economia emissora do dinheiro mundial, os Estados Unidos.

Na segunda parte, o livro trata das experiências concretas do Brasil e da Coreia do Sul, não como um exercício positivista de aplicação (sic) da teoria (modelo) desenvolvida na primeira parte. Suspeitamos que a investigação foi reversa. A partir dessas experiências concretas específicas, a interpretação marxista deve buscar as categorias mediadoras que permitem entender as especificidades concretas do fenômeno, no caso, da financeirização e do papel crucial dos bancos centrais, exigência que nos foi apresentada na primeira parte.

Nessa parte do livro, o autor nos apresenta as similaridades e, principalmente, as diferenças entre os dois processos, brasileiro e sul-coreano. Essas experiências comparadas são trabalhadas segundo o impacto do acúmulo de reservas, dentro do processo de integração financeira dessas economias, para a atuação específica de seus bancos centrais e a relação desse processo com o setor bancário-financeiro.

O capítulo 5 em específico nos apresenta adicionalmente o forte argumento de que as intervenções dos bancos centrais para lidar com as consequências da crise da economia mundial terminaram por reforçar o processo de financeirização, tanto por manter o elevado grau de liquidez dos ativos financeiros como o grau de conversibilidade da conta de capital.

O sentido da comparação entre as duas experiências é mantido no capítulo seguinte, mas com o objetivo de identificar as modificações produzidas no sistema financeiro doméstico pela forma específica como a política monetária foi conduzida, o que inclui distintos instrumentos financeiros operados pela política monetária de cada economia. Isto significa identificar como cada medida dessa política altera as decisões de portfólio (constituição e composição de ativos e passivos) pelo capital bancário e como isso impacta no grau de fragilidade financeira do sistema. A consideração de dados até 2016 permite uma discussão relativamente atualizada. Deve-se destacar a diferença básica entre as duas experiências no que se refere aos mercados

de derivativos (formas específicas de capital fictício), um tipo específico de capital de empréstimo.

O livro se encerra com um capítulo que retoma o argumento central, isto é, a interconexão entre a elevação dos fluxos de capitais e as reservas externas acumuladas, dentro do processo de financeirização, e o impacto que isso traz para as decisões de portfólio no setor financeiro, a operacionalidade da política monetária e as possibilidades de desenvolvimento econômico. Não se trata de uma conclusão, pois a proposta do capítulo é confrontar os resultados obtidos nos capítulos anteriores para Brasil e Coreia do Sul com outras economias emergentes (Índia, Indonésia, Malásia, Polônia, Rússia, Turquia, México e África do Sul). Os resultados apresentados permitem ao leitor identificar as especificidades e as diferenças entre essas economias emergentes.

Ao final da leitura, a sensação é a de que existem cruciais especificidades no chamado capitalismo contemporâneo financeirizado, não só entre distintas economias (centrais e emergentes), mas em distintas conjunturas. A dinâmica do fluxo internacional de capitais até o final do século passado não é similar à que se apresenta neste século. Neste último período, o caráter relativamente favorável da conjuntura internacional permitiu uma grande acumulação de reservas internacionais pelas economias emergentes, o que pode ter aliviado indicadores mais tradicionais de vulnerabilidade externa. Entretanto, isso não implicou uma mudança estrutural. Economias emergentes (para ficar nos termos do próprio texto) continuaram apresentando posições subordinadas na economia mundial, apenas com uma forma distinta, forma esta analisada com detalhes no livro. Além disso, a maneira específica como a autoridade monetária administra essa elevação de liquidez reforça o movimento, como tão bem demonstra o livro.

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

### CONDIÇÕES DE SUBMISSÃO

Os(As) autores(as) se obrigam a verificar a conformidade da submissão a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas.

1. A contribuição é original e inédita, o que significa que o manuscrito submetido não foi publicado anteriormente e não está sendo avaliado para publicação em outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O trabalho respeita os limites de páginas estabelecidos pela Revista, ou seja, o máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos; 4 laudas para resenhas. Em ambos os casos, o limite estabelecido inclui as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores\(as\)](#).
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), assegurar que a avaliação seja às cegas [verificar item 6 das [Diretrizes para Autores\(as\)](#)].



## DIRETRIZES PARA AUTORES(AS)

1. A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (RSEP)* publica artigos inéditos e originais, em português ou espanhol. Em casos específicos, a serem definidos pelo Comitê Editorial, será aceita a publicação simultânea em revistas estrangeiras (inserir essa informação no ato da submissão em “Comentários ao Editor”). Além disso, são aceitas submissões de traduções de textos inéditos em português ([leia o tutorial específico para esta modalidade](#)) que tragam contribuições relevantes para os debates compreendidos no foco e no escopo da revista.
2. Todos os manuscritos submetidos à revista devem estar dentro da **orientação editorial** (ver [Sobre a Revista](#)), e os textos passarão por uma avaliação preliminar do Comitê Editorial, que verificará se o manuscrito segue as diretrizes da revista e se enquadra em seu foco e escopo. Na fase de avaliação inicial, os editores também checarão se os autores seguiram as normas de ética e de boa conduta, de modo a evitar plágio ou autoplágio. Em seguida, os manuscritos serão submetidos à apreciação de, pelo menos, dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos ad-hoc. Os textos podem ser aprovados ou rejeitados e, no caso de divergência, serão enviados para um terceiro parecerista.
3. Os trabalhos submetidos à revista **não** devem estar identificados, para garantir a avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos(as) autores(as); (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (exemplo: “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, verificar item 6. Também é necessário transferir, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s, a, as) autor(es, as) e a identificação institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista, incluindo-se o email e o número Orcid dos(as) autores(as) [e tradutores(as), quando couber]. Esta versão não será acessada pelos(as) avaliadores(as).
4. A remessa de originais à revista implica autorização de publicação. Não serão pagos direitos autorais.

5. Para a submissão, é necessário se cadastrar no sistema da Revista da SEP. Para tanto, acesse a página de cadastro. Se já está cadastrado, faça login como **Autor**. No lado direito da tela, sob o menu **Autor**, encontra-se o *link* “Nova submissão”. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

**6. Assegurando a avaliação cega por pares:** Para garantir a integridade da avaliação cega pelos pares, todo esforço deve ser feito a fim de evitar que a identidade de autores(as) e revisores(as) seja conhecida. Autores(as), editores(as) e revisores(as) (que carregam documentos como parte de sua revisão) devem verificar se as seguintes medidas foram tomadas em relação ao texto e às propriedades do arquivo:

- Os(as) autores(as) do documento devem excluir seus nomes do texto, das referências e das notas de rodapé, utilizando em seu lugar “Autor” e “Ano”, em vez do nome, título do artigo etc.
- Em documentos do Microsoft Office , a identificação do autor deve igualmente ser removida das propriedades do arquivo (no menu do Word: Arquivo, Informações, Verificando Problemas, Inspeccionar Documento, Inspeccionar, Remover Tudo).
- Com PDFs, os nomes dos(as) autores(as) também devem ser removidos das Propriedades do Documento, encontradas na opção Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

Para submeter os manuscritos, é necessária a utilização da seguinte formatação:

- margens: 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior;
- fonte: Times New Roman, tamanho 12 e entrelinhas com 1,5 de espaçamento;
- para artigos e traduções (tutorial específico para traduções), o tamanho máximo é de 25 laudas em formato A4; para resenhas, o limite é de 4 laudas, sendo publicadas resenhas de livros que tenham sido lançados no Brasil ou no exterior nos três últimos anos;

– numerar as tabelas, os gráficos e as figuras; e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (MARX, 1982, p. 124). As referências completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo, acompanhadas do nome de tradutor(a), quando for o caso:

• **Livro:**

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2009

• **Livro com subtítulo:**

SLOBODIAN, Quinn. *Globalistas: o fim do império e o nascimento do neoliberalismo*. Tradução de Olivir Freitas. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. Aspects sociaux de la décolonisation. In: FAY, Victor. *En partant de la Capital*. Paris: Anthropos, 1968, p. 297-333

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. Valdomiro Silveira e o dialeto caipira, *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano 1, n. 2, p. 27-40, 1986

• **Artigo publicado em anais:**

DUFOURT, D. Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique. In: Colloque État et Régulations, 1980, Lyon. *Anais do Colloque État et Régulations*. Lyon: PUF, 1980, p. 49-72

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moujiks*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais — École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1975

• **Outros documentos:**

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil – 1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1996

## Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados serão usados exclusivamente por esta publicação, não sendo disponibilizados a terceiros ou a outras finalidades.

## ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* publica artigos acadêmico-científicos de diversas tendências teóricas inspiradas em Marx, Keynes, Schumpeter, entre outros, desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, o periódico faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e não tratam a sociedade como mera natureza.

Em suma, a *Revista da SEP* discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, além disso, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento.

Dentro desta orientação editorial e respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a *Revista da SEP* mantém o compromisso de julgar com isenção os trabalhos submetidos.

Faculdade de Economia – Universidade Federal Fluminense  
Campus do Gragoatá, bloco F, sala 519 – Niterói, RJ - 24240-225  
[www.sep.org.br](http://www.sep.org.br) – [sep@sep.org.br](mailto:sep@sep.org.br)  
[www.revistasep.org.br](http://www.revistasep.org.br)

Acessar o sistema *on-line* da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em <http://revistasep.org.br> ou enviar *e-mail* para a equipe editorial pelo endereço [revista@sep.org.br](mailto:revista@sep.org.br).

